



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

KARÊNINA FONSÊCA SILVA

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NA LUTA
PELA TERRA NO MARANHÃO: entre a necessidade e a liberdade**

São Luís
2019

KARÊNINA FONSÊCA SILVA

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NA LUTA
PELA TERRA NO MARANHÃO: entre a necessidade e a liberdade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão para a obtenção do título de Doutora em
Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Franci Gomes Cardoso

São Luís
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Karênina Fonsêca.

Organização e resistência de trabalhadores rurais na
luta pela terra no Maranhão: : entre a necessidade e a
liberdade / Karênina Fonsêca Silva. - 2019.

242 p.

Orientador(a): Franci Gomes Cardoso.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2019.

1. Conflitos Agrários. 2. Lutas de classes. 3.
Organização. 4. Resistência. 5. Trabalhadores Rurais. I.
Cardoso, Franci Gomes. II. Título.

KARÊNINA FONSÊCA SILVA

**ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NA LUTA
PELA TERRA NO MARANHÃO: entre a necessidade e a liberdade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão para a obtenção do título de Doutora em
Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Irlene Menezes Graça
Universidade Estácio de Sá

Profa. Dra. Marina Maciel Abreu
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Raimunda Nonata do Nascimento Santana
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Selma Maria Silva de Oliveira Brandão
Universidade Federal do Maranhão

A todos aqueles que lutam por justiça e igualdade, que acreditam na força da união e na possibilidade de mudança. A vocês, moradores e trabalhadores de Santa Quitéria e Salva Terra, que persistem nesse ideal.

AGRADECIMENTOS

São muitos! Espero não errar pelo esquecimento:

Agradeço, primeiramente a Deus, pela existência, por ter me dado a oportunidade de ser a pessoa que sou e de conviver com as pessoas que precisei conviver, de ter me dado o discernimento de aprender com os erros e crescer tentando acertar e perdoar;

Ao meu pai, pela sua sabedoria e determinação, que me orientaram a superar todos os obstáculos, através do estudo e conhecimento de valores ético-cristãos. À minha mãe, professora normalista, que me orientou a estudar além dos muros da escola e a usar o bom senso na realidade ainda não explicitada;

Ao meu marido, Eduardo, por me impulsionar a continuar estudando, pelo seu amor, cumplicidade e companheirismo, pela sua compreensão e apoio incondicional para que fosse possível ausentar-me do mundo do trabalho e dedicar-me a mais esta etapa de estudo;

Aos meus filhos, Juliana e Matheus, por serem fonte da minha vida, pela compreensão em minhas ausências, por me fortalecerem a cada obstáculo vivido e me inspirarem a não desistir nunca dos meus sonhos;

Aos meus sogros, em especial minha sogra que, em vários momentos, dedicou-se aos cuidados do neto para que eu pudesse estudar e pesquisar;

Aos meus irmãos, em ordem cronológica: Niedja, Fernando, Nadja e Keila, por nossa união e por comungarem dos mesmos ideais familiares, fundamentados nos estudos, na ética e na luta contra a desigualdade, cada um em seu campo específico de intervenção profissional;

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Franci Cardoso, pelo seu conhecimento, companheirismo, amizade e, sobretudo, por ter me orientado, em todo o processo, inclusive nas angústias, nos desafios e superação, com o apoio emocional e direção intelectual para que eu não desistisse da conclusão desta etapa de estudo. Mais que orientadora, uma fonte de inspiração e força de uma mulher de luta e resistência!

Aos meus professores de graduação em Serviço Social na UFMA, que me ensinaram os princípios éticos da profissão e instigaram-me no processo de conhecimento crítico-reflexivo; em especial, a Professora Iêda Cutrim Batista (*in*

memorian) que me oportunizou participar da pesquisa e extensão, sob sua orientação, junto aos trabalhadores rurais, um caminho percorrido de aprendizagem, envolvimento político e, ainda, presente no meu movimento enquanto ser social;

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, pela troca de conhecimento e aprofundamento nas reflexões pertinentes ao processo de aprendizagem. Em especial, à Professora Dra. Marina Abreu pela sua orientação precisa no projeto de pesquisa para seleção deste Programa de Pós-Graduação, por sua participação marcante com as contribuições nas qualificações do projeto e do texto preliminar da tese, sempre realizadas de forma ética e profunda; à Professora Dra. Nonata Santana, pelas suas reflexões e questionamentos organizados de maneira sistemática e coerente, que muito contribuíram para avançar no processo de construção deste texto acadêmico, numa sutileza e precisão de sempre, elementos que a constituem em sua essência; à Professora Dra. Selma Oliveira, pelos laços afetivos que nos aproximam e, sobretudo, pelo seu comprometimento, pela ética e contribuição valiosa no repensar do objeto de estudo, com a simplicidade e a profundidade, próprias do seu equilíbrio enquanto ser social; e à Professora Dra. Zulene Barbosa, pelo compromisso e conhecimento na área pesquisada, nos momentos conjuntos da pesquisa de campo, realizadas desde minha inserção no Programa de Mestrado da UEMA e pela sua contribuição nas reflexões pertinentes a este objeto de estudo;

Aos meus colegas de turma, pelos desabafos, grupos de estudo e trocas de conhecimento e experiências: em especial, a Rosalva Reis e Carlos Wellington, que se tornaram fonte viva de amizade e solidariedade;

Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação: em especial, à secretária Isabel e secretário Edson;

À professora Ligia Saraiva, por sua presteza em realizar a revisão ortográfica e gramatical deste texto, com responsabilidade e compromisso, peculia sua trajetória profissional e que, mesmo estando em outro patamar profissional, abriu uma exceção, pela nossa história de luta na Educação;

Aos colegas professores da Faculdade Pitágoras, pelo apoio e incentivo, em especial às professoras: Nilzenir Ribeiro, pelo carinho e companheirismo cotidiano; Lisiane Castro, Coordenadora do Curso de Serviço Social, pela compreensão nas minhas ausências em determinados eventos, pelas nossas estratégias de luta e mediações nos processos de trabalho, inclusive no

amadurecimento de minha saída oportuna da Instituição, como condição necessária para a conclusão deste estudo e por construirmos juntas, no espaço de trabalho, um posicionamento de resistência ante às contradições do capital e trabalho e de suas formas de exploração, no campo das possibilidades acadêmicas, inclusive com a criação do Núcleo de Pesquisa;

Aos meus alunos de graduação em Serviço Social do Pitágoras, pela construção do conhecimento, pela luta e valorização dos princípios éticos profissionais, pelo reconhecimento do nosso trabalho docente e pela participação no Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento e Conflitos Agrários (NUPDCA). Em especial às alunas: Rayllanne Filgueiras, Regina Soares, Jaine Caldas, Laíse Ferreira, Maria José Abreu, Vanusa Barros e Jackeline Mata, por terem sido incansáveis e determinadas neste processo de pesquisa;

Aos trabalhadores dos povoados de Santa Quitéria e de Salva Terra, por contribuírem com a referida pesquisa, em especial aos trabalhadores de Santa Quitéria, pelo acolhimento e, principalmente, por (re)alimentarem meus ideais nas lutas sociais e na defesa dos direitos sociais;

Serei sempre grata a todos que contribuíram neste processo, pela amizade sincera e apoio.

“O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa ‘saber’ sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado.”

Antonio Gramsci

RESUMO

Esta tese expõe o resultado da análise sobre a organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra, face ao projeto de industrialização no estado do Maranhão demarcado pela condição de dependência no processo de internacionalização do capital, submetendo-se as formas hierárquicas de poder engendradas pelos países hegemônicos. Analisa a dialética do imperialismo e a subalternização das economias periféricas, na lógica do capital financeirizado e do desenvolvimento dependente mediante a (re)localização dos processos produtivos, que situa o estado do Maranhão na rota de grandes projetos industriais. Configura o processo de industrialização transnacional no estado, com a implantação de grandes projetos industriais e suas implicações na (re)organização produtiva no município de Bacabeira. Contextualiza os conflitos agrários e a luta pela terra como questão central na disputa entre as classes sociais, uma problemática secular que circunda a questão agrária, num campo fecundo de conflitos históricos, políticos e econômicos. Analisa a organização e resistência como relações de forças na luta política e destaca a identidade e consciência de classe como construções históricas imprescindíveis no processo de organização, na perspectiva de emancipação. Contextualiza a organização e a luta de trabalhadores rurais no Brasil, evidenciando as particularidades no Maranhão. Analisa as lutas, organização e resistência dos trabalhadores rurais em Salva Terra e Santa Quitéria, configurando as formas e estratégias utilizadas pelos trabalhadores na luta pela terra, como condição de sobrevivência, evidenciadas nas formas de inserção e participação nas instâncias organizativas e suas relações com o poder local representado pela Prefeitura Municipal de Bacabeira. Conclui-se que, na dinâmica de luta de classes no processo de implantação de grandes projetos industriais no Maranhão, no que pese as condições desfavoráveis aos trabalhadores nas correlações de forças entre as classes, os trabalhadores rurais se mantêm no confronto, construindo estratégias de organização, de luta e resistência diante de sucessivos ataques do grande capital, representados pelos grandes projetos industriais no Maranhão.

Palavras-chave: Organização. Resistência. Conflitos agrários. Lutas de classes. Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

This thesis exposes the result of the analysis of the organization and resistance of rural workers in the struggle for land in the face of the industrialization project in the state of Maranhão demarcated by the condition of dependence in the process of internationalization of capital, subjecting itself to the hierarchical forms of power generated by the hegemonic countries. It analyzes the dialectics of imperialism and the subalternization of peripheral economies, in the logic of financial capital and dependent development through the (re) location of productive processes, which places the state of Maranhão on the route of major industrial projects. It configures the process of transnational industrialization in the state, with the implementation of large industrial projects and their implications in (re) productive organization in the municipality of Bacabeira. It contextualizes agrarian conflicts and the struggle for land as a central issue in the dispute between social classes, a secular problem that surrounds the agrarian question, in a fruitful field of historical, political and economic conflicts. It analyzes organization and resistance as relations of forces in the political struggle and highlights the identity and class consciousness as essential historical constructions in the process of organization, in the perspective of emancipation. It contextualizes the organization and struggle of rural workers in Brazil, highlighting the particularities in Maranhão. It analyzes the struggles, organization and resistance of the rural workers in Salva Terra and Santa Quitéria, configuring the forms and strategies used by the workers in the struggle for land, as a condition of survival, evidenced in the forms of insertion and participation in the organizational instances and their relations with the local authority represented by the Municipality of Bacabeira. It is concluded that in the dynamics of class struggle in the process of implementation of large industrial projects in Maranhão, despite the unfavorable conditions for workers in the correlation of forces between classes, rural workers remain in the confrontation, building strategies of organization, of struggle and resistance in the face of successive attacks of the great capital, represented by the great industrial projects in Maranhão.

Keywords: Organization. Resistance. Agrarian conflicts. Class struggles. Rural workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Vista aérea do local onde será instalada a Refinaria Premium I, logo após a conclusão da fase de terraplenagem (Bacabeira-MA, 2013).....	38
Figura 2	– Mapa de Bacabeira-MA, sinalizando a Refinaria Premium.....	46
Figura 3	– Foto aérea do Córrego do Feijão, em Mariana-MG (O antes e o depois do rompimento da barragem).....	66
Figura 4	– Rompimento de Barragem da Vale em Brumadinho(MG) destruiu 269,84 hectares.....	67
Figuras 5 e 6	– Imagens do desastre da Torre Móvel de Integração (TMI) e da área destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).....	68
Figura 7	– Imagem do google mapas sobre a área de rejeitos da ALUMAR.....	70
Figura 8	– Investimentos na área de Petróleo e Gás Natural no Maranhão.....	77
Figuras 9 e 10	– Pontos comerciais ao longo da BR-135, município de Bacabeira-MA.....	82
Figura 11	– Trabalho de campo em agosto 2013, na Av. principal de Periz de Cima.....	84
Figuras 12 e 13	– Açude em Santa Quitéria (criatório de peixes) e açude em Salva Terra, em que o trabalhador aproveitou o alagamento do quintal para criação de peixes.....	95
Figuras 14 e 15	– Plantação de bacuri em Salva Terra I do Sr. José Ribamar e plantação de hortaliças em Santa Quitéria do Sr. Ezequias.....	96
Figura 16	– Trabalhadores processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira-MA, antes do remanejamento....	96
Figura 17	– Reunião de mobilização, realizada no dia 21 de dezembro de 2014.....	175

Figura 18	– Derrubada do Muro de Bacabeira.....	175
Figura 19	– Fachada da Associação (APAFAB), comunidade de São Cristóvão, Bacabeira-MA.....	178
Figura 20	– Foto da Associação dos Moradores de Santa Quitéria..	191
Figuras 21 e 22	– Fotos da ampliação da Associação dos Moradores de Santa Quitéria através de mutirão.....	192
Figura 23	– Foto da Placa demarcando a Associação dos Moradores de Santa Quitéria.....	192
Figura 24	– Ampliação da Escola Municipal no povoado de Santa Quitéria mantido pela Prefeitura de Bacabeira-MA.....	195
Figuras 25 e 26	– Ampliação da Escola Municipal no povoado de Santa Quitéria mantido pela Prefeitura de Bacabeira-MA.....	196
Figura 27	– Posto de Saúde do povoado de Santa Quitéria.....	196
Figura 28	– Manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria, BR-402.....	198
Figura 29	– Nova manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria.....	202
Figura 30	– Foto da residência do encarregado Ernesto no povoado de Santa Quitéria.....	204
Figuras 31 e 32	– Fotos da residência do encarregado Ernesto no povoado de Santa Quitéria, após a tempestade.....	204
Figuras 33 e 34	– Fotos da reunião na associação de Moradores de Santa Quitéria e coleta das assinaturas após a decisão da colocação de estacas.....	205
Figuras 35 e 36	– Fotos do ato de colocar as estacas para demarcação da área dos moradores de Santa Quitéria.....	205
Figuras 37 e 38	– Casa de farinha construída no reassentamento Salva Terra I e Salva Terra II (Val Paraíso), sem funcionamento.....	210
Figura 39	– Posto de Saúde de Salva Terra II (Valparaíso) sem funcionamento.....	210

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	– População ocupada, segundo os agrupamentos de atividades.....	74
Tabela 2	– Investimentos para o Maranhão.....	80
Gráfico 1	– População Rural e Urbana de Bacabeira (MA).....	87
Tabela 3	– Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados nos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra.....	88
Tabela 4	– Pessoas que residiram fora do município de Bacabeira.....	100
Tabela 5	– População residente no Município de Bacabeira com nascimento em outro lugar.....	100
Gráfico 2	– Conflitos seguidos de assassinatos em 2017.....	109
Gráfico 3	– Ocorrências de conflito por terra no Brasil (2000-2017).....	111
Gráfico 4	– Categorias Sociais que sofreram ações de Expulsão e Tentativa de Expulsão-2017.....	112
Gráfico 5	– Categorias Sociais que causaram ações de Expulsão e Tentativa de Expulsão-2017.....	116
Gráfico 6	– Relação de Ataques a Movimentos e resistência – Média Anual por Governo.....	162
Gráfico 7	– Participação em associações.....	179
Tabela 6	– Formas de organização existentes apontadas pelos entrevistados no povoado e no município.....	184

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIA	– Avaliação do Impacto Ambiental
ALTAR	– Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Rosário
ALUMAR	– Alumínio do Maranhão
ANA	– Agência Nacional de Águas
ANM	– Agência Nacional de Mineração
APP	– Área de Proteção Permanente
ARBs	– Áreas de Resíduos de Bauxita
ASSEMA	– Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco
ATAM	– Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
CAEMA	– Companhia de Esgotos do Maranhão
CENIMA	– Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais
CENTRU	– Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CFN	– Companhia Ferroviária do Nordeste
CGT	– Central Geral do Trabalhador
CHESF	– Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
CLA	– Centro de Lançamento de Alcântara
CNA	– Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG	– Confederação Nacional Trabalhadores da Agricultura
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CUT	– Central Única do Trabalhador
CVRD	– Companhia Vale do Rio Doce
DCTA	– Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DENIT	– Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DNER	– Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
Dra.	– Doutora
EFC	– Estrada de Ferro Carajás
EFSLT	– Estrada de Ferro São Luís Teresina
ELETRONORTE	– Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ETR	– Estatuto do Trabalhador Rural

FAPEMA	– Fundação de Amparo de Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FETAEMA	– Federação Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão
FETRAF	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FNS	– Ferrovia Norte Sul
GSERMS	– Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDH	– Índice Desenvolvimento Humano
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	– Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	– Instituto de Colonização de Terras do Maranhão
LEMTO	– Laboratório de Estudos Movimentos Sociais e Territorialidade
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases
MA	– Maranhão
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MIRA	– Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano
MG	– Minas Gerais
MST	– Movimento do Sem Terra
ONGs	– Organização das Nações Governamentais
ONU	– Organização das Nações Unidas
PCNs	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PGC	– Programa Grande Carajás
PMCV	– Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB TO	– Partido Desenvolvimento Democrático Brasileiro do Tocantins
PNAD	– Programa Nacional por Amostra de Domicílio
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
PROFa.	– Professora
PT	– Partido dos Trabalhadores

SEDINC	– Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
SEINC	– Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Energia do Maranhão
SIPRA	– Sistema Nacional de Informação Projetos Reforma Agrária
SMDH	– Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos
SUDAM	– Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TMD	– Teoria Marxista da Dependência
TMI	– Torre Móvel de Integração
TPM	– Terminal Portuário Mearim
UDR	– União Democrática Ruralista
UEMA	– Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
ULTAB	– União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Bacabal
VLS	– Veículo Lançador de Satélites

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	A DIALÉTICA DO IMPERIALISMO E A SUBALTERNIZAÇÃO DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS: o Maranhão na rota de Grandes Projetos Industriais – o município de Bacabeira na encruzilhada.....	49
2.1	A (re)localização dos processos de produção na lógica do capital financeirizado e do desenvolvimento dependente.....	51
2.2	A industrialização transnacional no Maranhão e suas implicações na (re)organização produtiva.....	72
2.3	Conflitos agrários e a luta pela terra como questão central de disputa entre as classes sociais.....	103
3	A ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO.....	122
3.1	Identidade, consciência de classe e relação de forças na luta política.....	123
3.2	Trabalhadores rurais na luta pela terra.....	141
3.3	Configuração de formas de organização e estratégias de luta e resistência dos trabalhadores rurais dos povoados de Santa Quitéria e Salva terra como referência.....	182
4	CONCLUSÃO.....	215
	REFERÊNCIAS.....	221
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	236
	APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO.....	238
	ANEXO A – ATA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	239
	ANEXO B – EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	241
	ANEXO C – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	242

1 INTRODUÇÃO

A nossa discussão sobre tal temática surgiu a partir de algumas inquietações configuradas ao longo da nossa trajetória profissional e acadêmica. Nessa caminhada, atuamos em Movimentos Sociais de Mulheres trabalhadoras rurais e nos assentamentos de terra nas regiões de Itapecuru-mirim, Mearim e Pindaré, como discente do curso de Serviço Social/UFMA, no período de 1990-1996 e pesquisadora no período de 1992-1996, vinculada ao projeto de pesquisa e extensão: “Mulher rural e luta pela terra: sobrevivência e recriação do papel feminino”, que investigava a luta de trabalhadoras rurais em conflito de terra nas regiões supracitadas. Nesse processo, tivemos a oportunidade de observar e acompanhar desapropriação de terras pelos latifundiários e pelo próprio Estado, violência no campo seguida de infrações aos direitos humanos e, por outro lado, formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra e pela própria sobrevivência.

Ainda no plano acadêmico, no programa de pós-graduação *stricto-sensu* - Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, vinculado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pesquisamos, em Bacabeira-MA, a luta dos trabalhadores rurais frente ao anunciado projeto da Petrobrás, a refinaria *Premium I* e suas implicações no modo de vida e trabalho na região, configurando o início de uma longa trajetória de estudos diante do rastro de devastação ambiental, social e econômico deixado pela possibilidade de implantação do grande empreendimento no município.

Destacamos que essas experiências contribuíram para o fortalecimento do interesse pela pesquisa sobre a temática, diante da necessidade de avançar nas reflexões em relação à mediação do Estado nas lutas sociais, considerando o trabalho e a luta pela terra dos trabalhadores rurais do município de Bacabeira-MA, em seu movimento histórico e em suas determinações e determinantes das forças produtivas, da estrutura social e objetividade social, pautadas no campo das possibilidades e nos seus processos organizativos produtivos e políticos, assim como suas formas de resistência.

Assim, este estudo analisa, a partir de determinações históricas, processos organizativos produtivos e políticos na luta pela terra e as expressões de resistência dos trabalhadores rurais, com ênfase no Estado do Maranhão, particularmente no

município de Bacabeira, diante de anúncios de implantação de grandes projetos econômicos para a região.

Ancoradas em Marx e Engels (1984), entendemos que as transformações vivenciadas na sociedade, a partir das disputas entre as classes e nas suas expressões de resistência, configuram-se como um movimento próprio da existência humana. Um “[...] movimento contraditório que atravessa todo o processo de desenvolvimento de um fenômeno, desde o começo até ao fim” (MARX; ENGELS, 1984, p. 79), que é expresso no cotidiano, através das angústias e esperanças, das lamentações e enfrentamentos, da fraqueza e da força, dentre outras situações vivenciadas nas relações sociais diametralmente antagônicas.

É no campo das contradições que assumimos o desafio de pensar os elementos constitutivos da resistência, enquanto uma categoria de análise que precisa ser desvendada em sua essência e não somente apontar suas formas e manifestações, como, habitualmente, encontramos em muitos estudos.

Originalmente, o conceito de resistência vem sendo instigado por alguns filósofos, como Spinoza (2008) que entende o conflito e a resistência como próprios do estado de natureza e de que não cessam na sociedade civil, como uma resistência permanente, enquanto vigilância constante, em face do poder soberano instituído e funciona como uma necessidade biológica e afetiva de resistir, como uma resistência afirmativa do ser, de sua existência e potência, enquanto que, para Locke (2006), resistência se apresenta como uma manifestação excepcional e esporádica, enquanto direito dos contratantes em face do contratado que age contrariamente à intenção que lhe outorgou o poder. Ambas, numa discussão sobre o Estado de natureza e numa perspectiva do jusnaturalismo¹, *a priori*, abstrata e pragmática, mas de grande poder nos processos formativos nas diferentes áreas de conhecimento. Para tanto, encontramos a sua utilização em algumas ciências para explicar alguns fenômenos, como na Física, na Psicanálise, na Psicologia e no cotidiano das relações sociais.

Resistência, para a Física, respalda-se no princípio de ação e reação, defendida na terceira Lei de Newton: “[...] quando há uma ação sempre se opõe a uma

¹ Jusnaturalismo ou **Direito natural** é uma teoria que procura fundamentar o direito no bom senso, na racionalidade, na equidade e no pragmatismo. A teoria do direito natural tem, como projeto, avaliar as opções humanas com o propósito de agir de modo razoável e bom. Isso é alcançado através da fundamentação de determinados princípios do direito natural que são considerados bens humanos evidentes em si mesmos. (SIMÕES, 2014, grifo nosso).

reação igual, ou seja, as ações de dois corpos, um sobre o outro, são sempre iguais e se dirigem a partes contrárias”. (PENTEADO; TORRES, 2005, p. 84).

Na psicanálise, no discurso freudiano, a resistência é vista como força de mudança em si, que reside na luta contrária a qualquer mudança ou transformação subjetiva, sentenciando uma relação de poder entre analista e paciente, em que “[...] a coisa decisiva permanece sendo que a resistência impede a ocorrência de qualquer mudança – tudo fica como era” (FREUD, 1987, p. 270) e, na versão cotidiana, é ideologicamente trabalhada pela classe que detém o poder hegemônico, como a legitimação da manutenção da ordem e do *status quo*, em que a resistência é disseminada como “vandalismo”, “subversão”, “balbúrdia” e “atos impensados” contra uma ordem social, disciplinada moralmente e organizada para o “bem estar social dos sujeitos em sociedade”, expressa na necessidade do poder de polícia e cerceamento à liberdade para manter uma vida socialmente “civilizada” em sociedade, rebuscada em “corpos dóceis”. (FOUCAULT, 1987).

Embora a resistência venha sendo discutida em várias áreas de conhecimento e vertentes teóricas e político-ideológicas, neste estudo, norteamos nossa análise pela perspectiva materialista histórico-dialética.

Reforçamos, nesta tese, que a resistência precisa ser estudada na sua essência e na vida cotidiana dos seres sociais, apreendendo-a em sua historicidade, contradições e múltiplas determinações, a partir das lutas sociais entre as classes e em suas expressões de força no confronto dos interesses antagônicos.

Nesta direção, detivemo-nos em algumas concepções teóricas, que envolvem aproximações sucessivas na busca do significado da categoria resistência, adotando a perspectiva dialética da história, apreendendo-o num

[...] contexto político, de lutas sociais e de enfrentamento consciente ou não às desigualdades historicamente determinadas pelo modo de produção, e que envolve processos organizativos, tanto na esfera de produção quanto do político-ideológico. (CARDOSO, 1995, p. 64).

Para tanto, em nossas aproximações intelectivas sobre a resistência, envolvemo-nos numa imersão a partir de estudos de teóricos clássicos e contemporâneos que discutem sobre a liberdade, as escolhas, a força política, a mudança, a potência, o poder, a oposição, a determinação, a paixão, as lutas de classe, a consciência de classe, o cotidiano e a cultura. Desses teóricos, destacam-se como principais: Cardoso (1995), Gramsci (1978, 1995, 2004), Heller (1985), Lenin (2006), Lukács (1978), Losurdo (2015), Lowy (1998 2016), Marx e Engels (1984,

2004), Mészáros (2008, 2010, 2012, 2015), Paulo Netto e Carvalho (2005) e Trostky (1977).

Assim, nosso estudo apresenta uma discussão crítica e histórico-conceitual das forças políticas e antagônicas nas lutas de classe, no confronto entre diferentes interesses: dominação e exploração e de liberdade e emancipação. Nessas relações contraditórias, estruturam-se e organizam-se as forças políticas em que, de um lado, atuam para conservar e defender a estrutura existente e, de outro, opõem-se para superar os antagonismos, na luta incessante de passagem da necessidade à liberdade.

Nesta análise das relações de força na sociedade, Gramsci (2000, p. 36), expressa ser necessário “[...] saber distinguir, no estudo da estrutura, os movimentos orgânicos, avaliados como relativamente permanentes, dos movimentos conjunturais, ou seja, episódicos, imediatos e quase acidentais”. Os primeiros são vistos como fundamentais, pois envolvem os grandes grupos sociais e os conflitos resultantes dos confrontos entre as classes, que podem levar à crise orgânica e chegar à maturidade, contradições estas insanáveis na estrutura. É neste momento que as forças políticas e sociais estruturadas em torno da classe dominante tentam conservar e defender o *status quo* e as forças antagônicas buscam sua superação, resultando desse processo, confrontos no nível superestrutural, os quais podem provocar crises conjunturais sucessivas, ou mesmo “com a derrota do velho sistema e a afirmação do novo”. (GRAMSCI, 2000, p. 184).

Nesse movimento das relações de força, através das lutas políticas e do poder de organização de classe que se reconhece como tal e amadurece no confronto entre consciências de classe, entendemos, assim como Oliveira (2003, p. 18) explicita, que “[...] são as consciências recíprocas das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na consciência de classe” e, nesse confronto, afloram a identidade e a consciência de classe, necessárias ao movimento “no qual e pelo qual a objetividade se representa e se reconhece na necessidade de o outro reproduzir-se pelo e no seu oposto”. (OLIVEIRA, 2003, p.18).

Assim, reconhecemos, em nosso estudo, que a constituição das classes existe sobre este movimento contraditório da produção e da reprodução das relações de forças econômicas e políticas, historicamente determinadas e metamorfoseadas nos processos de subsunção da força de trabalho ao capital; por isso, a importância

de compreender as relações entre elas e a identidade das representações no processo de mediação das relações de força e poder, constituídas nas lutas de classe.

É nesta direção que analisamos a organização e a constituição da resistência da classe trabalhadora, através da relação de força na luta política, em que a identidade e a consciência de classe são inerentes ao movimento de reconhecimento e de luta política em oposição ao poder hegemônico.

Para tanto, reportamo-nos a Gramsci (2000) sobre a dimensão da luta entre as classes, em seus diversos níveis de relações de força, em que a organização política é fundamental para atingir a consciência necessária para a solidariedade e identidade de classe, expressa pelo autor, em sua obra *Caderno de Cárcere*, que:

Na luta política, há diversos graus de relação de forças, que nos situam em patamares mais baixos ou superiores da militância política. A organização é um importante componente dessa relação de forças, mas organização 'em si' é forma, é pouco. Há que haver conteúdo. E o conteúdo é dado pelo grau de autoconsciência (de classe) e pelo grau de homogeneidade que reforça a construção da força política. O mais baixo grau, em que o indivíduo ainda nem começou uma caminhada na luta, é quando ele não pertence a nenhuma organização coletiva. É a fase pré-corporativa, que é o estado da alienação, do individualismo, do egoísmo, do interesse particular, onde só existe pulverização e dispersão (é aquela do só eu, só a minha família, só o meu grupo de amigos). Tornar-se militante, mesmo que elementar ainda, é sair desse estado pré-corporativo e subir o primeiro degrau para uma posição superior, dando um salto para um interesse que já é coletivo, já que se trata de um interesse grupal, mas ainda restrito, ainda não universal. É o caso das organizações sindicais em sua natureza genética, que também podem ascender para o terceiro grau, mas também podem não ascender. Esse grau é chamado econômico-corporativo. Um mais elevado grau do que esse 'econômico corporativo', é quando se atinge a consciência de que os interesses superam o círculo corporativo e se percebe uma necessária solidariedade de classe. É a fase mais francamente política e em que a organização assume uma dimensão de luta econômico-social e ético-política e coloca as questões num plano universal. (GRAMSCI, 2000, p. 40-41).

O referido autor nos fornece o caminho para analisar a resistência, enquanto relação de forças, na luta política e no processo de organização da classe trabalhadora, na perspectiva de emancipação, de amadurecimento político que ultrapassa o cunho imediatista, individualista e de interesse em suprir uma necessidade particular. É no processo da organização política que se torna possível potencializar as condições de ascender a um grau de homogeneidade, de salto para o interesse coletivo, podendo superar o interesse corporativo que, geralmente, percebe-se na solidariedade de classe, através dos partidos políticos, sindicatos, associações, assim como elevar-se para um nível de luta econômico-política e social para o plano universal.

Por isso, as formas de organização da classe trabalhadora refletem o que Gramsci (1978, p. 21) entende, quando diz que “[...] uma massa humana não se distingue e não se torna independente, por si, sem organizar-se; [...] e que não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”.

Dessa forma, entendemos que o modo de pensar e de se organizar politicamente supõe um trabalho sistemático e de cunho educativo que leva à condição de subalternidade em que se encontra para almejar sua superação.

A esse respeito, Cardoso e Lopes (apud CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p. 471) reforça que:

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias [...]. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política pelas classes subalternas.

A participação da sociedade civil organizada em lutas sociais, em partidos políticos, em sindicatos, em associações de moradores, é essencial no processo de amadurecimento da consciência política.

No pensamento gramsciano, essas organizações configuram-se como espaços e formas de lutas de classe que, do ponto de vista das classes subalternas, visam à transformação social, da condição a que são submetidos, enquanto as classes dominantes buscam a manutenção e preservação das relações de poder hegemônicas.

Dessa forma, o confronto de forças, na sociedade civil, é fundamental no processo de organização, em busca da transformação social, no horizonte da emancipação humana, pelas classes subalternas. Superar a subordinação exige um movimento permanente e organizado de intervenções concretas na realidade, que se configura, ora como conquistas, ora como derrotas.

O movimento social se configura e se estrutura pelos processos de lutas sociais e de confronto entre as classes. Esses processos se materializam em diferentes formas de organização política e produtiva, a saber: Os partidos políticos, sindicatos, associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, dentre outras.

Neste estudo, analisamos as formas de organização de trabalhadores rurais no Brasil e as particularidades de inserção e de participação desses

trabalhadores em instâncias organizativas, que vêm sendo constituídas e expressas como manifestação de luta e de resistência no município de Bacabeira-Ma.

Entendemos e defendemos que as lutas sociais têm o poder, através de seus intelectuais, de dirigir e organizar para a mudança e acreditamos que esses trabalhadores pensam, têm voz, articulam-se, organizam-se e criam suas estratégias para o enfrentamento de forças adversárias. E, assim, podem ascender na construção da emancipação humana, rompendo com o processo de “adestramento” ideocultural e transpondo a cultura da alienação para o homem consciente.

Heller (1985, p. 21) expressa como a cultura está inserida no “[...] cotidiano, que é repleto de interação social, de realizações, de frustrações, de embates econômicos, políticos, culturais e ideológicos” e que favorece o desenvolvimento da essência humana, mas, também, “sufoca” as possibilidades de pensar e agir, a partir de sua escolha consciente e autônoma e, por isso, o cotidiano é visto pela classe dominante como manifestações que podem ser perigosas para o padrão de acumulação do capitalista, devendo ser “controlado” pelo conjunto de atividades e ideologias que valorizem a manutenção do poder dominante.

Assim, tornam-se essenciais para a classe hegemônica do grande capital a desarticulação da classe trabalhadora e a preponderância do viés ideológico desse sistema, no individualismo, na competitividade e na imediatividade para que os sujeitos não se vejam como portadores de força política e capazes de confrontar a ordem vigente. Para Kosik (1989), o cotidiano é um produto histórico, assim como constitui um campo de construção histórica.

O desvelamento da realidade ou a desalienação ao processo capitalista significa o processo de mudança de uma esfera imutável e imediata na busca de uma vida plena de direito. Conforme Kosik (1989, p. 78), “[...] para que o homem possa descobrir a verdade da cotidianidade alienada, deve conseguir dela se desligar, libertá-la da familiaridade, exercer sobre ela uma ‘violência’”.

Para Gramsci (2001, p. 94), “[...] somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos”. E, para que os homens massa rompam com o conformismo e ascendam a homens coletivos, é preciso travar uma batalha além da esfera econômica e política, que envolve uma batalha cultural, que precisa ser compreendida a partir das contradições e que se visualizem alternativas que possibilitem e ampliem as lutas nos espaços ideológicos,

nos meios de comunicação, nos processos de informação e formação dos sujeitos numa outra direção: para emancipação humana.

Assim, nos processos de lutas sociais, em que as classes se colocam em defesa de um projeto político-ideológico, há que considerar a necessidade e desafio de criar os seus intelectuais para o confronto de forças, pois, partindo da compreensão gramsciana, são os intelectuais que assumem a função de dirigir, organizar, educar e conduzir a classe para pensar e agir, a partir de si mesma e possa realizar a sua catarse, ou seja,

Passagem da consciência egoístico-passional para a consciência universal, do plano da necessidade para o plano da liberdade, das preocupações econômicas para a ação ética e política. Deixar de lado os interesses econômicos corporativos imediatos e avançar para a esfera universal. Uma classe social que não consegue realizar esta catarse, não pode se tornar classe nacional. Não pode dirigir um bloco histórico majoritário e, portanto, não pode conquistar a hegemonia na sociedade. (GRAMSCI, 2001, p. 199).

Assim, entendemos, a partir de Gramsci (2001), que a cultura é capaz de homogeneizar ideias para uma nova direção. A cultura é uma visão de mundo desenvolvida e vivenciada pelos sujeitos capazes de pensar, inspirar e orientar uma ação política e ideológica de acordo com o projeto de classe ou grupo social. É o terreno sobre o qual os homens movimentam-se, através de uma ideologia alienante, para a direção de um “conformismo” imposto pela classe dominante ou, ao adquirem consciência de sua posição, lutam por uma ideologia libertadora. (GRAMSCI, 2001).

Nessa direção, as lutas sociais da classe trabalhadora expressam possibilidades de superação, quando, no movimento de articulação de uma nova cultura que se contrapõe ao poder hegemônico da classe dominante, podem transpor os limites da sociabilidade do capital, na construção da emancipação humana e superação dos discursos e das distorções da realidade social.

Insistir e perseverar são atributos vivenciados nas histórias de luta de trabalhadores rurais, no sentido de superação às condições de opressão e violência a que são submetidos na luta pela terra. Aprendemos com eles a não desistir! Resistir é não desistir, mesmo nas condições adversas, é viver e enfrentar as forças opostas na busca incessante de sobrevivência, criando suas estratégias de luta para existir e resistir à força do grande capital em suas mais diversas formas de exploração e expansão de mercados para produção e reprodução do capital.

As condições objetivas vivenciadas pelos trabalhadores rurais, fomentadas pelo avanço de uma economia mundializada afetam diretamente as suas condições

de vida e de produção, empurrando-os às novas formas de organização, conscientes ou não, mas inerentes à condição essencial de sobrevivência.

No processo de mundialização da economia, a América Latina está situada na condição de periferia do capital internacional e, nesse contexto, deverá criar as condições necessárias para produção, circulação e reprodução do capital, numa relação de dependência aos países que compõem o bloco hegemônico. O Brasil, inserido na América Latina, encontra-se nessa relação a que Furtado (1996) intitulou de “*Demiurgo do Brasil*”, situando a condição da Nação nesse processo de produção e troca desigual.

Sobre a relação de dependência e desigualdade entre os países hegemônicos e países periféricos, Trotsky (1977) referencia que essa relação se estabelece na divisão entre o moderno e o atrasado, na agricultura e na indústria, e na mão de obra local abundante e “desqualificada”, garantindo as condições necessárias à reprodução do capital e que ocorre num perfeito diálogo entre desenvolvimento desigual e combinado que, segundo Trotsky (1977, p. 222):

A análise não é somente econômica, mas também social e cultural. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais 'primitiva'. Esses diferentes estágios não estão simplesmente um ao lado do outro numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, 'se amalgamam': o processo do desenvolvimento capitalista criado pela união das condições locais (atrasadas) com as condições gerais (avançadas), um amálgama social cuja natureza não pode ser definida pela busca de lugares comuns históricos, mas somente por meio de uma análise com base materialista.

Essa combinação entre o atrasado e o moderno, que as relações engendradas pelo capitalismo determinam, é o que Marx (1993) explicita em sua obra *Introdução à crítica da economia política*: a maneira pela qual um modo de produção dominante exerce sua hegemonia sobre as outras, influenciando e determinando todas as outras relações: econômica, política, social e cultural, denotando o seu lugar e a sua importância, suas prioridades e necessidades, bem como as modificações pertinentes ao processo de dominação e acumulação.

A questão agrária no Brasil se expressa, historicamente, desde o processo de colonização, numa relação de dependência aos países hegemônicos e em condição subalternizada e desigual na expansão de mercado. A expressão desse processo é evidenciada a partir da expulsão de índios, negros e nativos, verdadeiros donos da terra e que foram destituídos e escravizados em prol da ideologia de

“expansão de mercado” e da “modernização”, através da industrialização e urbanização.

Segundo Mendonça (2006, p. 78), a questão agrária pode ser entendida como:

O conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentradora, que também determina e concentra poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a ‘mais adequada’ para o desenvolvimento nacional. [...] essa ‘dinâmica perversa’ não pode se limitar a fatores puramente econômicos ou estritamente técnico-tecnológicos. O problema também é de ordem institucional, ligados a mecanismos jurídicos, políticos e culturais que recentemente se formaram no meio rural, derivados de três processos interligados: a) o alto grau de concentração da propriedade; b) a existência de uma vasta população no campo destituída de terra; e c) a chamada ‘judicialização’ do ‘problema agrário’, sobretudo a partir da década de 1980.

Assim, o Brasil se insere no projeto de desenvolvimento nacional, através da industrialização e incentivo ao processo de capitalismo no campo e na cidade, tendo um maior impulso na década de 1980, com a expansão da industrialização e mundialização do capital. No entanto, Hobsbawm (1977) ressalta que o País se urbaniza no movimento de industrialização existente no mundo, mas não abandona as suas raízes agrárias.

Nesse contexto, Mesquita (2009) aponta que há, no campo, uma modernização conservadora, na qual a expansão mostrou-se contraditória, à medida que introduz elementos modernos no processo produtivo, ao mesmo tempo em que mantém a estrutura agrária arcaica, incentivando a grande empresa agrícola (pecuária, soja e reflorestamento) e expulsando violentamente pequenos posseiros e comunidades tradicionais, desorganizando, assim, formações sociais sem lugar de fato no processo de acumulação capitalista. (MESQUITA, 2009).

Considerando que a produção no campo se dá pela condição de acesso e permanência na terra, o Brasil, desde seu descobrimento e durante o processo de colonização, assume uma política de terras estruturada em grandes propriedades, engendrando uma estrutura fundiária desigual e contraditória, em que, de um lado, concentram-se terras ao grande proprietário e, de outro, o trabalhador rural que luta pelo direito ao uso e posse da terra.

A terra, historicamente, representou riqueza, poder e status e estabeleceu fortemente relações de poder entre o proprietário da terra e o trabalhador no campo que precisa dela para subsistir e que acaba se submetendo à sua condição de

subalternidade, nessa relação, reforçando a noção de propriedade privada da terra, de defesa ao direito individual de posse ao titular da terra, do valor de mercado em detrimento do valor humano e da condição essencial de sobrevivência de trabalhadores que moram e vivem a partir dela.

Os efeitos perversos desse processo, historicamente constituído, vêm demandando ações mais direcionadas à questão da distribuição da terra, considerando que a maior parte dos trabalhadores vive à margem da condição de acesso e aquisição da titularidade da terra, oriundos de sua herança conservadora de escravidão colonial, gerando um fosso na concretização da justiça social e ao direito a ter direitos, eclodindo em conflitos, lutas e organização da classe trabalhadora para adquirir o mínimo para sua existência: a terra como condição essencial.

A luta pela terra é uma luta por justiça, por liberdade, por um lugar de trabalho, de existência e garantia à vida. Assim, a democratização do acesso à terra significa a construção de uma identidade e cidadania no meio rural.

A realidade maranhense expressa contradições no processo de luta pela terra entre o grande capital e o trabalhador rural, sobretudo pela sua relação de dependência histórica do estado e do Brasil ao mercado internacional. Dessa forma, o Maranhão é constitutivo de uma totalidade de maior complexidade – a sociedade brasileira – com seus vínculos de dependência e de subordinação externa e internacional, expressando, em seu território, uma relação de organicidade entre o local, o nacional e o transnacional e os interesses do capital que se movem, nessas esferas, de forma diferenciada.

Historicamente, a ocupação territorial do Maranhão segue uma lógica de mercado, no sentido de suprir as necessidades dos países hegemônicos, devido a sua localização geográfica e condições naturais favoráveis, destacando-se: a abundância de água, terras férteis e ecossistemas. O território maranhense encontra-se fora do polígono das secas, situando-se numa zona de transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia tropical e, ainda, em um dos pontos mais próximos dos mercados norte-americano e europeu. (SANT'ANA JUNIOR, 2010).

As transformações contemporâneas ocorridas no Maranhão deram-se num processo e movimento a partir da inserção de grupos econômicos sob o comando do capital transnacional. Partindo dos estudos do GSERMS², essas transformações

² GSERMS/UFMA – Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social, da Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

seguem marcadas de dois movimentos distintos: o primeiro inicia na era da modernização conservadora, na segunda metade da década de 60, com o avanço do capital na Amazônia, em que o Maranhão está inserido, seguindo a lógica de deslocamento de populações inteiras em áreas de interesse dos grandes Projetos; e o segundo, que consolida o primeiro, avança na expansão industrial, seguida de privatizações e do agronegócio, reforçando a implantação de um polo siderúrgico em São Luís e na sua extensão territorial no Estado.

Partindo dessa lógica de mercado mundializado, do avanço da expansão industrial e de privatizações, a partir da década de 1980, acompanhamos a força de grandes projetos industriais, a exemplo do programa Grande Carajás, que engendrou um capitalismo industrial no Maranhão, com a combinação de formas modernas (tecnologia) e atrasadas (manual e braçal), impulsionadas e patrocinadas pelo Estado. Segundo Barbosa (2006, p. 89), essa relação pode ser referenciada desde a “Lei Imperial 2.687, de 1875, em que os governos das províncias deveriam oferecer garantias de ingresso, isenção de impostos, máquinas, equipamentos” e, logicamente, território para as companhias que investissem seu capital nos engenhos de cana. Assim, o vínculo entre Estado e capital sempre existiu, à custa da intensa exploração da classe trabalhadora.

O estudo de Moreira (2015) reforça sobre a expansão industrial no Estado que, há exatos 30 anos, era lançado o último trilho da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ficando, assim, a construção de uma das maiores ferrovias do mundo. A obra representou um grande desafio, pois atravessou “áreas inóspitas, de mangues até a Floresta Amazônica”.

A construção e expansão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) significou a entrada do capital e a saída para as *commodities*, abrangendo a área da Amazônia Oriental e garantindo a sua função “modernizadora da economia”, em que o Maranhão se torna alvo desse processo, considerando sua posição geográfica e econômica, reconhecida por terras “inóspitas e socialmente arcaicas”, prontas para serem devastadas e úteis ao capital, marcando o seu papel no corredor de exportação, que abrange alguns municípios, dentre eles Bacabeira³.

Projeto de Pesquisa: “Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social nas Relações Campo e Cidade: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão”. São Luís, dez. 2007.

³ Dentre os municípios cortados pela EFC, no Maranhão estão: São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, São Francisco do Brejão, Cidelândia, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Bom Jardim, Alto Alegre do Maranhão, Santa Inês, Tufilândia, Pindaré-Mirim, Igarapé do Meio,

O anúncio desses empreendimentos vem imbuído de discurso de modernização, progresso e empregabilidade. No entanto, segundo dados extraídos da publicação “Carajás aqui há vagas” veiculado entre 1987/1990, colocava a necessidade de mão de obra em áreas/ municípios que seriam “beneficiados” pelo Programa Grande Carajás-Maranhão, informavam que:

O nível de desemprego no Maranhão, (sic) é bastante elevado, de uma população estimada pelo (sic) FIBGE de 4.565.661, apenas 198.836 estavam empregados em 31.12.85, conforme o Anuário RAIS-85, dos quais 78.850 na administração pública. Com a implantação desses projetos, esperam-se grandes transformações econômicas e sociais nesses municípios (CARAJÁS, 1990, p. 21).

No entanto, após esses 30 anos de implantação desse Projeto na região, os trilhos cortaram sonhos de famílias idealizados pelo anúncio do empreendimento, que desconsiderou suas histórias, cultura e devastaram essas comunidades com poluição, degradação do meio ambiente e nas suas expressões historicamente constituídas de sobrevivência na esfera da produção e reprodução social.

Contrariando as promessas anunciadas pelos empreendimentos econômicos na região, é necessário ressaltar que o processo de implantação da ALUMAR e da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, em São Luís, desapropriou cerca de 12 mil pessoas, que foram expropriadas dos seus meios de trabalho, considerando que essas famílias eram, em sua maioria, pescadores, catadores de caranguejo, sururu e outros mariscos, assim como produziam hortifrutigranjeiros. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995). Por outro lado, os empregos prometidos não se confirmaram. Apenas na fase de construção, muitos maranhenses foram absorvidos na construção civil como “peões”. (DURANS, 2007).

Historicamente a política de desenvolvimento vem subsidiando o processo de acumulação capitalista, no qual não há a distribuição das riquezas geradas, que acontece de maneira desigual e combinada, conforme os interesses capitalistas nacionais e internacionais. Esse processo tem ocorrido mediante a intervenção do Estado, na medida em que cria as estratégias políticas e econômicas favoráveis ao processo de implantação desses grandes empreendimentos na região.

Monção, Vitória do Mearim, Miranda do Norte, Arari, Itapecuru-Mirim, Anajatuba, Santa Rita, Bacabeira e São Luís.

Conforme afirma Durans (2007, p. 3):

Desde os anos 1950, com a política desenvolvimentista, o processo de industrialização foi centrado no centro sul brasileiro. A descentralização do eixo sul/sudeste para outras regiões, a exemplo do Norte e Nordeste, representou uma alternativa para a expansão capitalista. E isso aconteceu em sintonia com os interesses do capital internacional que, desde os anos 1960, rastreava reservas minerais no país, situadas principalmente na Amazônia.

Assim, política governamental adotada para essa realidade estava expressa no Programa Grande Carajás (PGC). O governo objetivava, com esse programa, gerar divisas para o equilíbrio da balança de pagamentos do país. A SUDAM, a SUDENE e o PGC, enquanto organismos estatais, cumpriram papel fundamental no financiamento, com a garantia de isenções fiscais e criação de infraestrutura básica para a instalação de empresas nacionais e transnacionais na região.

Nessa perspectiva de favorecimento aos grandes empreendimentos, ainda estão por vir outros grandes projetos para o Maranhão subsidiados pelo governo e que trarão mudanças nas relações de produção, no meio ambiente, entre outras esferas, mas que não tiram e nem tirarão o estado da sua condição de pobreza, até porque “a mão de obra local não é qualificada” para atender o nível de exigência desses empreendimentos, o que impulsiona a vinda de trabalhadores de outros estados e nações e, ainda mais, o produto e as riquezas extraídas no Estado não ficam e nem ficarão nessa região, pois têm um destino certo, que é o mercado internacional.

Diante de profundas transformações no mercado mundializado, a minerometalurgia e a siderurgia surgem como ramos mais promissores a serem instalados no Estado que teve, na década de 1980, o Projeto Grande Carajás, fortalecendo uma teia de investimentos nesse ramo e no ramo do agronegócio. E, nesse contexto, mantêm-se novas expectativas de um acelerado crescimento industrial, sem considerar a realidade local.

À exceção desses grandes projetos, a grande maioria dos empreendimentos, atualmente no Maranhão, encontra-se na categoria das micro, pequenas e médias empresas. As mais significativas encontram-se no ramo da construção civil e, de alguma forma, estão atreladas a esses grandes empreendimentos. (HOLANDA, 2011).

No que se refere à logística, a infraestrutura ferroviária é composta pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), pela Ferrovia Norte Sul (FNS) e pela Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), possuindo rodovias federais e estaduais. Em São Luís, encontra-se o complexo portuário formado pelos portos do Itaqui, da ALUMAR e da

Ponta da Madeira e localização marítima mais próxima dos mercados americano e europeu. (FERREIRA, 2014).

Tanto a Estrada de Ferro Carajás como os portos de Itaqui e da Madeira são de grande relevância para o escoamento da mercadoria. Existe uma intensificação de esforços do Estado para atrair os grandes investimentos para a região, mesmo com o ônus de degradação do meio ambiente, desapropriação de comunidades tradicionais, processos migratórios e, conseqüentemente, o aumento de violência, prostituição e condição de vulnerabilidade social no entorno desses projetos econômicos.

O processo de expansão do capitalismo monopolista aprofundou as desigualdades sociais e acelerou o processo de concentração fundiária, bem como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando os conflitos no campo em toda a região e os empurrando para as periferias das cidades. No entanto o governo Sarney (1966-1970) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização.

Segundo Morais e Nascimento (2009, p. 67):

Entre o final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, com a chegada dos projetos do programa Grande Carajás e a instalação da multinacional ALUMAR, o governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos para os maranhenses, o que resultaria na elevação das condições de vida e trabalho de toda a população. Aqui chamamos a atenção: como essas vagas de empregos seriam preenchidas por trabalhadores maranhenses se o estado possuía baixos níveis de escolaridade? De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a taxa do estado era de 0,547.

E ainda, Barbosa (2006, p. 97) aponta que a implantação desses projetos “[...] modificou todo o sistema produtivo antes existente no estado, sofrendo um profundo processo de reordenamento, face ao que foi denominado de desenvolvimento para região”. No discurso governamental, o Estado se transformaria num polo siderúrgico-exportador e o colocaria na nova etapa de industrialização do país.

Santana e Sousa (2012, p. 114) consideram que este processo de transformação “[...] segue os marcos próprios à ordem do capital e da sociabilidade capitalista, também sob a particularidade da via colonial, fez-se preche de contradições”. E ainda, na análise de Lefebvre (2001), possibilita a demarcação de contradições atreladas às formas espaciais, destacando que este espaço passa a ser fragmentado, comercializando em parcelas e, ao mesmo tempo, sendo ocupado

globalmente, em que as classes proprietárias exercem um duplo poder: a propriedade privada do solo e ao seu lado a ação do Estado.

É nesse contexto que se evidencia e se intensifica a expansão capitalista, bem como as transformações socioeconômicas e ambientais e espaciais, determinadas pelos diferentes processos de ocupação. As grandes empresas se apropriaram de extensas áreas e implementaram uma ocupação pela expulsão dos posseiros, pelo desmatamento e implantação de pastagens.

A expansão do capitalismo, no campo maranhense, ocorreu com ações de grilagem e de aumento da violência no campo que se expressam através de expulsão dos trabalhadores, de situações análogas ao trabalho escravo e se aprofunda num movimento contrário, com o surgimento de manifestações em caráter defensivo, como: as formas de organização dos trabalhadores rurais e resistência à expropriação da terra, na luta pela permanência e existência de suas famílias no campo, considerando a importância da agricultura familiar, como condição fundamental na subsistência e renda desses trabalhadores e, sobretudo, como uma prática de resistência ao grande capital na agricultura.

Seguindo essa lógica, o município de Bacabeira-Ma revela-se em um potencial, pela sua localização estratégica, por suas riquezas naturais e, também, em termos de área necessária para desapropriação, ainda não legalizadas e registradas, como é o caso de Santa Quitéria e de Salvaterra, ambos povoados que sofreram diretamente os impactos do anúncio da Refinaria nessa região.

As famílias dessas localidades sofrem uma dupla violência. De um lado, a violência contra o próprio direito universal de viver, sobreviver e, para isso, precisar de um local, território, de trabalho e de suprir suas necessidades vitais. Por outro lado, são visualizados como empecilhos ao dinamismo econômico da região e, portanto, precisam ser dizimados.

Toda e qualquer reação ou formas de organização dos trabalhadores, em contraposição à entrada das empresas desses grandes empreendimentos em seus povoados, deve ser entendida ao longo dos acontecimentos históricos que, no Maranhão, atravessam três décadas e não podem simplesmente ser qualificadas como intransigência ou um movimento contrário ao “progresso”, como ressaltado e difundido por essas empresas e setores do governo. São praticamente trinta anos de violência, de descumprimento de legislação, de acordos lavrados em cartório e, arbitrariamente, desrespeitados neste Estado.

Segundo Bombieri (*apud* CARNEIRO; COSTA, 2009, p. 52) na obra *A terceira margem do rio*:

Na realidade, essas regiões do Maranhão vivem numa situação de ausência do Estado de Direito. O Estado parece estar presente só através de suas formas repressivas e cobradoras. Através da Polícia Militar que se alia aos comerciantes mais influentes do município e só deles recebe ordens; do executivo municipal, refém dos poucos recursos advindos dos repasses constitucionais, vítima de sua incompetência administrativa e de sua ganância senil sem limites; do judiciário paralisado e de mãos atadas por quem lhe paga aluguel e contas de água e energia.

A realidade maranhense retrata essas disparidades vivenciadas pela crise do padrão desenvolvimentista, em que a pobreza é resultante e expressão de recessão econômica, encarada pelos governantes, por muito tempo, como uma questão que seria superada pelo processo de crescimento econômico e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho formal, o que ocultou um violento processo de desigualdade de renda e que, no campo, gera desapropriações seguidas de atos violentos.

Nesse processo de modernização na economia, o Maranhão, seguindo as exigências de perpetuação dos grandes empreendimentos, cria condições favoráveis para circulação da mercadoria e, com isso, fomenta a expansão do Complexo Portuário de São Luís, atingindo comunidades que vivem em áreas de subsistência, a partir da agricultura e piscicultura. Nesse contexto, pontuamos a resistência da comunidade de Cajueiro, que é resultante de experiências de lutas anteriores, sustentadas pelo entendimento da problemática dos impactos de ações portuárias na região, área essa que corresponde à zona rural II de São Luís.

Moreira (2015, p. 108), ao analisar o contexto do capital e a lógica de instalação de grandes projetos no Maranhão e, particularmente, na comunidade de Cajueiro, afirma que:

A tentativa de reestruturação das vias aquaviárias, com a maciça participação do capital privado nacional e internacional, observada paralelamente à eclosão dos conflitos no Cajueiro, e em outras áreas da Zona Rural II de São Luís, exemplifica que, sob condições estruturalmente contraditórias, o capitalismo busca administrar suas incoerências, alimentando-se de suas próprias crises (criadas e orquestradas por agentes estatais associados à iniciativa privada, coadunados em uma mesma agenda de expropriação dos territórios das comunidades tradicionais expostas, ameaçadas e muitas vezes deslocadas pela força da expansão desenvolvimentista que vê no 'tradicional' o símbolo do atraso e a persistências de práticas pré-capitalistas, portanto, incompatíveis ao atual momento de desenvolver o Maranhão) cujos efeitos tornam-se condicionantes de uma nova rodada de acumulação. Portanto, os recursos aquaviários do Brasil e o potencial de escoamento de

*commodities*⁴ não poderiam ser desconsiderados, ante a mundial necessidade abertura e consolidação de novos mercados.

Decisivamente, apresentado pelo governo do Estado como “progresso” e “modernização”, o Maranhão se torna um *locus* privilegiado como “corredor de exportação” que, literalmente, escoia a mercadoria para enriquecimento do capital exterior, assumindo sua condição subalterna no processo de divisão internacional do trabalho de expropriação e exploração de territórios, escolhidos estrategicamente para a implantação de grandes empreendimentos.

Segundo Aquino e Sant’Anna Júnior (2010), a implantação de Refinarias de petróleo, em territórios tradicionalmente ocupados por grupos sociais rurais, segue uma lógica do capital em situações contraditórias:

a) a lógica do empreendimento, que torna invisíveis os grupos sociais locais e percebe o território como espaço vazio e disponível para fortes intervenções ambientais e sociais; b) a lógica dos grupos locais, que percebe o território como sendo pleno de significados, fonte de sobrevivência e espaço de realização de modos de vida próprios, tradicionalmente estabelecidos e relativamente pouco impactantes ao meio.

O anunciado “progresso” para Bacabeira continua em efervescência e esses trabalhadores vêm vivenciando correlações de força, jogos de interesse e alterações ocorridas no cotidiano, através de um novo ordenamento do espaço, com a duplicação da BR-135, com a passagem contínua de quem vai ao polo turístico do Parque dos Lençóis Maranhenses, modificando a relação estabelecida com a terra, com as relações de vizinhança e de pertencimento, alterando as condições de produção existentes, após o anúncio da Refinaria na região. Processos esses irreversíveis, quando o avanço do “progresso” e de “tecnologias” adentram espaços e relações em um tempo que não lhe é próprio, mas de exigência do capital, sem considerar a história, identidade e cultura local.

As novas tecnologias e as formas de apropriação do espaço vêm ocorrendo de maneira desigual, a que Ianni (1992, p. 177) expressa de maneira poética: “[...] o

⁴ *Commodities* são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o preço das *commodities* é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda.

Muitas vezes a palavra *commodities* pode ser sinônimo de “matéria-prima”, porque são produtos usados na criação de outros bens. O Brasil é um grande produtor de algumas *commodities* como café, laranjas, petróleo, alumínio, minério de ferro, etc. (<https://www.significados.com.br/commodities/>).

todo parece uma expressão diversa, estranha, alheia às partes. E estas permanecem fragmentadas, dissociadas, reiterando-se aqui ou lá, ontem ou hoje, como que extraviadas, em busca de seu lugar”.

Ou, ainda, estas a qual Santos (1998, p. 46, grifo do autor) chama atenção:

A base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano. Esse espaço tem de ser reconstituído, não numa visão poética de um *small is beautiful* generalizado e, sim, através da rearticulação dos espaços locais com os diversos espaços que hoje compõem a nossa sociedade complexa. Essa rearticulação passa por uma redefinição das instituições para que os espaços participativos coincidam com as instâncias de decisões significativas.

Decisões significativas que acontecem de maneira polarizada e trazem, em sua essência, a participação dos sujeitos: de um lado, por uma classe que decide (a que detém os meios de produção) e, por outro, uma classe que se sente oprimida, subjugada e humilhada no cumprimento da ordem. As articulações das relações que envolvem mudanças no cotidiano, no contexto histórico, geralmente colidem numa combinação de pressões, crises e revoltas.

Por isso, entendemos que a participação da classe trabalhadora, no e durante o processo de mudança no espaço, a ser reestruturado em um determinado território, torna-se imprescindível para considerar a realidade dos trabalhadores rurais e de sua relação com a terra, como garantia de permanência no local necessário para a produção e reprodução social.

As mudanças ocorridas na dinâmica do município são significativas. O município viveu e vive as contradições de muitas cidades, que tiveram a veiculação ou mesmo a implantação de um empreendimento transnacional, como o proposto pelo projeto da Petrobras, a refinaria Premium I; pela possibilidade de implantação da Companhia Siderúrgica do Mearim do Grupo Aurizônia Empreendimentos e, conseqüentemente, um porto para servi-la: o Terminal Portuário do Mearim (TPM); e a “descoberta” do gás em Barreirinhas-MA, passando pelo município, através da rodovia MA-104. Enfim, um turbilhão de possibilidades econômicas, em meio a uma população majoritariamente rural e sem investimento do governo para a agricultura, piscicultura e produção local e, contraditoriamente, sem condições estruturais para agregar tamanha envergadura de projetos econômicos, que repercutem na relação cotidiana que esses trabalhadores têm com a terra, suas condições de trabalho e relações sociais e culturais estabelecidas a partir dela.

Reafirmamos, assim, o forte vínculo que os trabalhadores rurais têm com a terra. As relações cotidianas são estabelecidas na intensa ligação com a terra, como o sustento da família, produzido a partir dela, seja por intermédio dos produtos cultivados para venda e consumo, seja por intermédio da criação de animais. A terra não é mero chão, é a garantia de sobrevivência.

A força de grandes empreendimentos no Maranhão tem levado à expulsão e desapropriação de terras aos trabalhadores rurais. Nas particularidades de Bacabeira (MA), registramos a desapropriação de 20 km² de terra e que foram doados pelo Estado do Maranhão para o projeto da *Refinaria Premium I*; milhões gastos na fase de terraplanagem e, mesmo considerando o interesse na cadeia petroquímica para o Maranhão, a força política do capital internacional, atrelado ao desmonte do Estado, cujo interesse é o da exploração e apropriação da Petrobras, no mercado externo que, embora não concretizado, deixou em Bacabeira uma terra devastada e com efeitos catastróficos que estão sendo sentidos pelos trabalhadores da localidade e do seu entorno.

A figura 1 abaixo mostra a vista aérea da área desapropriada para construção do projeto, que levou ao deslocamento da comunidade de Salva Terra para outra localidade e a comunidade de Santa Quitéria, que continua sentindo os impactos da especulação imobiliária e da iminente expulsão da terra, após o anúncio do projeto na região.

Figura 1 – Vista aérea do local onde será instalada a Refinaria Premium I, logo após a conclusão da fase de terraplenagem (Bacabeira-MA, 2013)



Fonte: Relatório Fotográfico - Balanço PAC 2.

Embora o projeto da Refinaria não tenha seguido seu percurso de instalação, no local então previsto, devido ao processo de desmonte da Petrobras e consequente desmobilização da Refinaria, seus impactos ainda são vivenciados pelos trabalhadores da região, principalmente pelos trabalhadores rurais que necessitam da terra para produzir.

Mais recentemente, no início do ano de 2017, articulam-se propostas políticas para a mesma área, ressurgindo a força de um novo projeto industrial, de uma Usina Siderúrgica, mediante alianças internacionais com a China.

Segundo Jefferson Calvet, em seu blog “Bacabeira em foco”, a usina foi anunciada no dia 2 de setembro de 2017 pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra, durante a viagem do presidente Michel Temer ao país asiático. Informa, ainda, que o empreendimento envolve uma usina siderúrgica que produzirá fio máquina na primeira fase e vergalhões, na segunda, com investimento total de 8 bilhões de dólares. (CALVET, 2017).

Matos (2016) especula informações, em seu Jornal *O Estado*, em Bacabeira, que

Segundo o cronograma elaborado pelos chineses, em 1º de dezembro, começará a limpeza do terreno para a instalação do canteiro de obras. A previsão é que em março de 2017 tenha início a nova terraplenagem da área, de 20km², que já havia passado por esse mesmo tipo de serviço para a construção da refinaria. Para a implantação do antigo empreendimento, foram realizadas, também, a drenagem e as obras de acesso.

A siderúrgica é um projeto da China Brazil Xinnenghuan International Investment (CBStell) que produzirá aços longos. Só na primeira etapa, o empreendimento deverá consumir US\$ 3,5 bilhões.

Seguindo a lógica de grandes empreendimentos industriais para o referido município, o **Secretário de Estado de Indústria e Comércio**, Simplício Araújo em depoimento ao *Jornal O Estado*, justifica a vinda da siderurgia para o Maranhão, ressaltando que:

‘Estamos no mapa da China há muito tempo’, declara o secretário maranhense. ‘Não só para processar o minério de ferro que vem do Pará, mas também por conta da segurança alimentar que provém do Mapitoba [Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia]’.

Por isso, no projeto da siderúrgica a ideia é comprar a matéria-prima da Vale, que é extraída em Carajás, e conseguir escoar o aço fabricado por meio de um porto privado, dedicado apenas a essa atividade. O governo quer que Bacabeira se torne uma espécie de ‘*smart city*’⁵, atraindo pessoas

⁵ “*Smart city*” = Termo utilizado para indicar que as soluções tecnológicas para cidades estão sendo criadas em todos os cantos do mundo, desde por pequenas empresas e indivíduos a multinacionais e governos”. O conceito de *smart cities*, ou cidades inteligentes, se define pelo uso da tecnologia para melhorar a infraestrutura urbana e tornar os centros urbanos mais eficientes e melhores de se viver. A ideia ganhou força nos últimos cinco anos e foi impulsionada pela construção do zero de cidades

principalmente para trabalharem no empreendimento e na rede de serviços que será necessária para prover essa nova população. (JORNAL O ESTADO, 2016).

Conforme dados da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) (2013), o município de Bacabeira, passa a compor, através da Lei Estadual Complementar nº 161/2013, a “Grande São Luís”, delimitando a Região Metropolitana, sendo incluídos na mesma Lei, os municípios de Rosário, Santa Rita e Icatu⁶. Esta medida é justificada pela Lei Federal 13.089/2015, ou Estatuto da Metr pole, que especifica critérios para determinar o que pode ser uma “região metropolitana”, como considerar “[...] os bens e serviços fornecidos pela cidade   região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes”. (SECID, 2015).

Nessa lógica, ocorre a dinâmica econômica que realocaliza territórios na forma de exploração necessária para produção e reprodução do capital, situando o Maranhão e, notadamente, Bacabeira, na rota de implantação de grandes projetos industriais, o que vem impactando a classe trabalhadora, sobretudo na área rural, em que sua estrutura econômica ainda se encontra centrada na agricultura familiar, modificando drasticamente as formas e relações de produção de trabalhadores rurais nessas localidades.

Ao longo da nossa trajetória de estudos, na área rural, apreendemos a força da relação existente entre o trabalhador rural e o uso da terra. A esse respeito, Marx e Engels (1984, p. 53), afirmam que:

A primeira premissa de toda a existência humana e, portanto, também, de toda a história, ou seja, é a premissa de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material. E a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

inteligentes como Songdo, na Coreia do Sul, e Masdar, em Dubai. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_inteligente.

⁶ A Região Metropolitana da Grande São Luís- GRMGSL, congrega atualmente nove municípios, a começar pela própria capital São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Alcântara, Rosário, Bacabeira, Santa Rita e Icatu, conforme determinou o art. 1  da LEC 161/2013.

Partindo da lógica dessa premissa, entendemos que o uso da terra, para os trabalhadores rurais, é a condição essencial de sobrevivência e, portanto, imprescindível para a manutenção e satisfação de suas necessidades básicas. Esses trabalhadores estão ligados à terra, não somente como um pedaço de chão, mas por uma relação intrínseca que o tornam homem a partir do seu ser social.

Nessa perspectiva, Martins (2002) reforça que o vínculo do trabalhador do campo com o capital não é estabelecido através da venda da sua força de trabalho ao capitalista, pois o que o trabalhador vende não é a força de trabalho e, sim, o fruto de seu trabalho. Já o vínculo do operário com o capital e o capitalista é estabelecido quando aquele vende a esta sua força de trabalho, sendo que o fruto de seu trabalho já nasce como propriedade do capitalista.

Outro aspecto importante a destacar é a forma como esse trabalhador do campo envolve sua família nas relações de trabalho, que não são apenas relações de produção, mas de reprodução, de relações mais próximas entre as pessoas, de vizinhança, no bairro rural, nas socializações que se entrelaçam por relações de parentesco que configuram um modo específico de vida. Nesse sentido, Ianni (1998, p. 53) afirma que:

O trabalho no campo, se envolvido por ações realizadas enquanto indivíduo, pela família, em pequenos grupos ou em comunidade maior são gestos que não visam inicialmente a um resultado produtivo. O produto final não está colocado como objetivo da realização do trabalho e, sim, a satisfação da necessidade biológica da alimentação e a intercomunicação entre pessoas e a manutenção da família.

Por isso, para Marx (2008), não há história fora do processo de produção da vida material, pois não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Para ele, não se parte do que os homens dizem e pensam, mas a partir do processo da vida real, do concreto, das relações representadas pela ideologia dominante que orienta esse cotidiano e são engendradas pelo capitalismo.

Para o referido autor, a consciência de classe é inseparável do reconhecimento, sob forma de consciência “verdadeira” ou “falsa”, do interesse de classe, com base na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura da sociedade. Nesse sentido, Cardoso (1995, p. 164) defende a tese de que

A consciência de classe das classes subalternas é uma construção histórica, constitui-se na relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, sendo determinada por forças motrizes estruturais e conjunturais de contextos determinados e momentos históricos dados e tem uma força atuante sobre as condições objetivas, provocando mudanças. É pensar a consciência de

classe das classes subalternas como uma das condições para a conquista da hegemonia e superação da condição de subalternidade.

É através da consciência de classe, da classe subalterna que, em face da mão opressora do capital, ela pode, por meio de uma vontade coletiva, consciente e atuante, mudar a direção das formas de dominação e romper com a estrutura vigente dessas relações de dominação.

A esse respeito, Marx (1980, 2004) afirma que o papel da consciência se torna cada vez maior com o desenvolvimento das forças produtivas humanas, que não pode ser compreendida simplesmente em termos de fatores organizacionais e ideológicos da esfera política, mas no movimento social, político e econômico. A consciência de classe para o autor, é inseparável do interesse de classe com base na posição que ocupa na estrutura da organização econômica na sociedade.

Enfatizando tal compreensão, Mészáros (2008) aponta que o fator político adquire um conjunto abrangente de determinações recíprocas, devido à profunda “[...] modificação estrutural das forças produtivas e processos sociais, abrangendo a produção de novas ideias, novos modos de organização e novos instrumentos de ação defensiva e ofensiva”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 60). As formas de luta que se posicionam na lógica defensiva são aquelas que buscam defender a sua existência, pela condição de vida, ou limitar os efeitos do capitalismo, através de iniciativas ou alternativas de resistência.

Reforçamos nosso entendimento sobre resistência, a partir da concepção de constituição das classes, compreendida por Gramsci (2000), à luz da dialética subalternidade/hegemonia e hegemonia/passividade, compreendendo que, através da luta de oposições, consegue-se sair da subalternidade, quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe e sair da passividade. É deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe à classe trabalhadora em condição de subalternidade. (GRAMSCI, 2004).

Por isso, a relevância da consciência nas lutas sociais para a classe trabalhadora que representa a capacidade e força política e ideológica, quando organizada para resistência à ação coercitiva do Estado capitalista e percebe que, através da luta política, é capaz de rearticular o seu papel na sociedade, participando e defendendo os interesses de uma classe alijada de seus direitos básicos de sobrevivência.

Segundo Mészáros (2008), a relação entre a necessidade histórica e a consciência de classe da classe do proletariado, quando submetida ao auge da exploração e expropriação das condições objetivas para a sobrevivência, percebe-se a partir da consciência da miséria espiritual e física, expressando-se na prática da necessidade, que não pode mais ser mascarada no processo ideológico, levando essa classe à condição de revolta e no processo de libertar-se a si mesmo.

É importante ressaltar o pensamento de Marx (2008), quando afirma que a concepção de classe só passa a existir, enquanto tal, a partir do momento em que começa a adquirir consciência de si, quando começa a estabelecer uma relação entre a sua existência e a consciência. E ainda: Lukács (1978) destaca o caráter ativo do sujeito em que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la.

Assim, registramos que o modo de pensar e de se organizar politicamente supõe um trabalho sistemático e de cunho educativo que leva à condição de subalternidade em que se encontra a almejar sua superação.

Para Marx (2005), a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. Esta é a necessidade imperativa. Uma necessidade histórica da emancipação do ser social. O homem necessita ser feliz e livre e não subsiste na condição permanente de oprimido e humilhado. Quando essa opressão atinge o nível da carência e da necessidade essencial de sobrevivência, ele atinge o estágio de liberdade, desperta para a consciência da possibilidade.

Antunes (2015) aponta que o conteúdo da liberdade é um ato da consciência, que consiste numa decisão concreta entre diferentes possibilidades concretas. A questão da escolha é feita num nível de abstração frente à realidade concreta. Por isso, quanto maiores os conhecimentos sobre a causalidade e a finalidade, maior a possibilidade de transpor as condições de dominação. E esse ato só é possível através do trabalho, aqui expresso como protoforma do ser social.

Assim, a condição de resistência de trabalhadores ao sistema produtivo opressor e explorador se faz nesse processo do conhecer e agir para uma direção oposta ao do opressor, no âmbito da disputa, do conflito, das contradições e das relações de poder. Resistir significa subsistir, suportar e enfrentar o processo de dominação, através das alternativas e formas possíveis de luta e de organização política, em defesa dos direitos, justiça, igualdade e liberdade.

A resistência tem força motriz de superação, em oposição à opressão; por isso, ela funciona como uma espécie contrária ao movimento impulsionado por quem oprime e impõe o seu poder.

Dessa forma, neste estudo, apreendemos a partir de sucessivas aproximações à realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais de Bacabeira, com destaque à estrutura e dinâmica de suas expressões de organização política e produtiva, em face dos ataques de grandes empreendimentos industriais na região.

Assim, a problemática deste estudo envolve processos organizativos políticos e produtivos e as estratégias de resistência dos trabalhadores rurais no município de Bacabeira, considerados seus determinantes, suas determinações históricas e contradições que marcam a inserção deste município nos processos de transformação no Maranhão, decorrentes da instalação de grandes projetos econômicos na região.

Nesse município, foram referências, para análise, os povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, que sofreram os primeiros impactos, após o anúncio do empreendimento da Petrobras, Refinaria Premium I.

Esta tese traz resultados que indicam profundas reflexões e aproximações, inerentes aos estudos e pesquisas das relações sociais, que exige um constante esforço de apreender o movimento da realidade.

Conforme aponta Cardoso (1995, p.71):

[...] a partir do pensar e da práxis-atividade humana que comporta a produção material, reprodução da sociedade e produção de representação e de ideias. É pensar como ciência unitária, isto é, como recuperação do processo histórico real, como reconstrução dos processos ontológicos do ser social.

Assim, este processo investigativo parte do pensamento real (concreto), que se torna científico quando retorna ao concreto, a partir do abstrato, ou seja, das determinações apreendidas do próprio concreto, pelo pensamento e diante de conjunturas históricas que determinam o movimento da sociedade. Em relação a este processo, Kosik (1989, p. 61) expõe que:

[...] o conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade), significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos, são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, no qual se manifesta na função objetiva e no lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social. (KOSIK, 1989, p. 61).

Ressaltamos que o melhor método é aquele no qual se toma por base a realidade concreta para investigar os determinantes e determinações de um dado

processo social, enfatizando sua dimensão histórica num determinado contexto, que envolve o movimento do real no tempo.

Assim, no decorrer do processo de estudo, adotamos a perspectiva de totalidade: “[...] que é concreta e é, também, um sistema dinâmico e movente de mediações”. (PAULO NETTO; CARVALHO, 2005, p. 82). Portanto, para esta análise, impõe-se o reconhecimento dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, na qualidade de pertencentes a uma classe social, num dado contexto histórico, considerando as relações de produção, de acumulação do capital, das desigualdades sociais, regionais e local e a relação desses sujeitos com o Estado, na luta pela terra e em confronto com o grande capital, representado pelos projetos econômicos na região.

Segundo Konder (1983, p. 49), “[...] toda realidade carrega forças que se confrontam a todo momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade”. É no confronto dessas forças que a realidade se constitui historicamente.

Dessa forma, as categorias analíticas totalidade, contradição e história foram fundamentais na análise do objeto de estudo, além de outras categorias inseridas no referencial teórico mencionado, dando destaque às concepções de classe social, lutas sociais, consciência de classe, organização e resistência.

A partir desse referencial e de aproximações sucessivas com a realidade, o processo de pesquisa e de exposição dos resultados foram norteados por duas grandes questões:

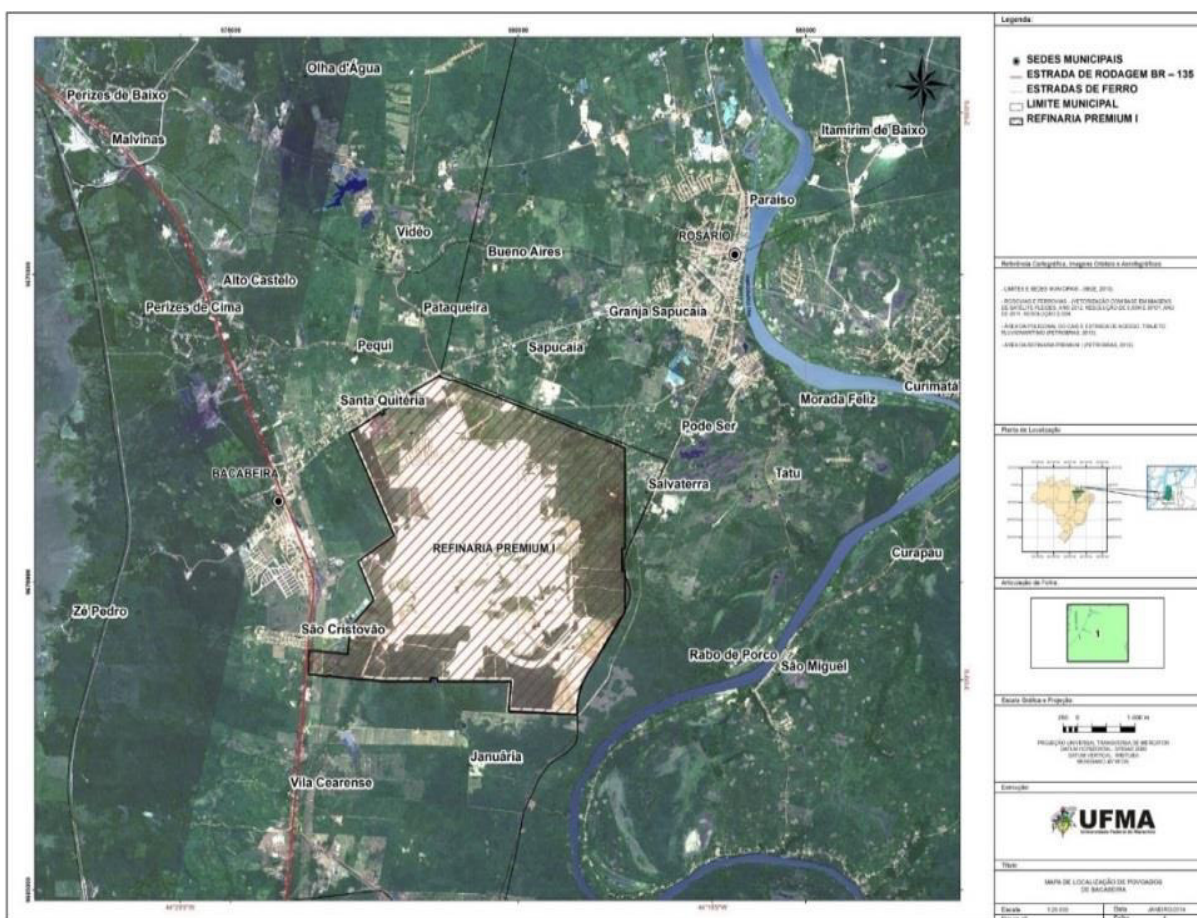
- Qual a configuração da estrutura e dinâmica da organização e resistência de trabalhadores rurais na luta pela terra, na perspectiva de emancipação?
- Quais os determinantes e determinações das formas concretas de lutas de trabalhadores rurais atingidos por grandes projetos industriais no Maranhão?

A escolha do município de Bacabeira, precisamente os povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, como referência empírica da pesquisa, submeteu-se aos seguintes critérios: existência de conflitos sociais que emergiram no processo de industrialização da região, sobretudo a partir do anúncio e desmonte do projeto da Petrobras, a Refinaria Premium I, entre 2009-2017; por terem sido os povoados de Santa Quitéria e Salva Terra os primeiros e mais atingidos diretamente, na fase inicial

do empreendimento; a evidência de processos organizativos e de resistência dos trabalhadores rurais na luta pela terra, no referido município, no confronto entre trabalhadores, o grande capital representado pelos projetos industriais e o Estado, mediado pelo poder local representado pela Prefeitura Municipal.

O mapa abaixo da localização do município de Bacabeira, abrangendo 21(vinte e um) povoados, aponta o perímetro da área que foi destinada à construção da Refinaria Premium I no município.

Figura 2 – Mapa de Bacabeira-MA, sinalizando a Refinaria Premium



Fonte: EIA/RIMA - REFINARIA/UFMA, 2012

Definido o universo de pesquisa empírica, do objeto em movimento, a partir das questões norteadoras do estudo, buscamos aprofundar o conhecimento da estrutura e dinâmica das formas concretas de organização e das estratégias de luta e resistência nos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, tomados como referência em nosso estudo.

Quanto aos procedimentos de análise, priorizamos a abordagem qualitativa, tanto nas áreas de referência, quanto nas fontes bibliográficas e documentais, buscando configurar o objeto de estudo em seus determinantes e determinações.

Essa “[...] abordagem não parte de critério quantitativo para garantir a representatividade da amostra da pesquisa, mas do critério de escolha dos sujeitos envolvidos” e demais fontes de informação, cuja vinculação com o problema investigado seja mais significativa. (MINAYO, 1998, p. 27).

Os resultados da pesquisa, aqui expostos, estão estruturados em dois capítulos, esta introdução e a conclusão.

No primeiro, contextualizamos a lógica do capital financeirizado e do desenvolvimento dependente, no estágio imperialista do capitalismo, em que revigora a relação desigual e combinada entre países hegemônicos e países periféricos, através da (re)localização dos processos produtivos, como estratégia de exploração e dominação do grande capital, situando o Estado do Maranhão na rota de grandes projetos industriais, sobretudo no município de Bacabeira. Ressaltamos, neste capítulo, o processo de implantação de grandes projetos industriais no Estado e suas implicações na (re)organização produtiva, diante do processo de transnacionalização do capital e de suas implicações para os trabalhadores rurais dos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, configurando os conflitos agrários, que têm como questão central a problemática do uso e posse da terra, expressos na disputa entre as classes sociais, numa relação desigual, através do confronto entre trabalhadores rurais e o grande capital, representado pelos grandes projetos industriais

No segundo capítulo, analisamos a organização e a constituição da resistência da classe trabalhadora na perspectiva da emancipação. Para tanto, discutimos sobre a identidade e consciência de classe na construção da organização política, destacando a luta pela terra enquanto uma luta de classes na disputa de interesses antagônicos e enquanto relação de forças políticas que se constituem como força motriz da resistência. Situamos, historicamente, a luta pela terra e organização política dos trabalhadores rurais, no Brasil e no Maranhão, configurando as formas de organização e estratégias de luta e resistência dos trabalhadores rurais dos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra.

Em seguida, apresentamos uma conclusão sobre a temática em questão, numa relação de aproximação sucessiva à realidade. Reforçamos que não temos a

pretensão de ter esgotado o problema proposto e, muito menos, que sejam as nossas conclusões as únicas possíveis, diante da certeza de que, em se tratando de trabalho científico, sempre existirão lacunas e retificações a serem feitas em futuras pesquisas, sendo essa uma característica inerente à própria ciência dos homens e do próprio processo dialético.

Assim, conclamamos os leitores deste texto acadêmico a debruçar-se e a se inserir no contexto das lutas cotidianas e do nosso grande desafio, que é o pensar e agir, repensar e, muitas vezes, deparar-nos com o medo de nos sentirmos tão pequenos nessa imensidão de contradições e desigualdades que nos engessam e, por vezes, deixam-nos estarecidos, anestesiados e até passivos no pensamento e desacreditados de que possamos avançar e sonhar. Mas, como a contradição é inerente à realidade do ser social, diante desta luta incessante, eis aqui uma parte de nossas sucessivas idas e vindas aos estudos intelectivos, de viagens inimagináveis entre o conformismo e a emancipação, que, em confronto desses e na relação intrínseca vivenciada no local da pesquisa empírica, conduziram-nos a uma constante viagem para a área das possibilidades, às vezes do recuo... mas nunca da desesperança, porque é essencial resistir!

2 A DIALÉTICA DO IMPERIALISMO E A SUBALTERNIZAÇÃO DAS ECONOMIAS

PERIFÉRICAS: o Maranhão na rota de grandes Projetos Industriais – o município de Bacabeira na encruzilhada

O sistema imperialista se fortalece na necessária desigualdade das partes que o constituem, numa relação de oposição e de interdependência, embora exista historicamente, a defesa de uma condição exclusivamente de dependência, como se só um lado dependesse, logicamente, o lado mais fraco da relação que se encontra na condição de subalternização econômica, política e ideológica.

Segundo Galeano (2018) a história de subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. E ainda afirma que:

[...] nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. (GALEANO, 2018, p. 19).

Neste capítulo, partimos da discussão de Marini (2000), sobre desenvolvimento dependente no estágio imperialista do capitalismo, com suporte da Teoria da Dependência na perspectiva marxista.

Nessa perspectiva, o movimento mais recente do processo de reprodução ampliada do capital cria centros mundiais de acumulação e regiões dependentes, retroalimentando a polarização num sistema desigual, estabelecendo que os países centrais desenvolvam o modo de produção capitalista e sua base tecnológica industrial, e os países dependentes fundamentem seus padrões de acumulação na superexploração do trabalho.

Sobre o processo de subalternização das economias periféricas às centrais, Marx (1980) aponta a necessidade do capital em buscar por mercados externos, em exportar capitais excedentes, e fundamentalmente explorar a força de trabalho. Harvey (2013) reforça que além de tudo isso, o capital busca um desenvolvimento desigual, e Löwy (1998) e Trotsky (1977) reiteram que é um desenvolvimento desigual e combinado.

Harvey (2013, p. 553) aponta que a exploração do capital também se faz na lógica do “ajuste espacial” em que

Os centros exploram as periferias, as metrópoles exploram as terras do interior, o primeiro mundo subjuga e explora sem misericórdia o terceiro, o subdesenvolvimento é imposto de fora e assim por diante. A luta de classes é resolvida na luta de formações sociais periféricas contra a fonte central da opressão.

Pontuamos a partir desses teóricos, dentre outros, a relação estabelecida no estágio imperialista do capitalismo através de um desenvolvimento dependente, pautado na lógica do capital financeirizado que cria as condições de subordinação econômica, política e ideológica dos países periféricos aos centrais, estabelecendo na sua expansão de mercado – produção, circulação e consumo – a realocação dos seus processos de produção para um determinado território, que aqui, apontamos o Maranhão com suas particularidades, e notadamente, o município de Bacabeira que se encontra numa encruzilhada, devido a sua localização estratégica para a expansão de grandes projetos industriais.

Nessa lógica de expansão de grandes projetos industriais no estado, enfocamos a realidade do município de Bacabeira, especificamente nos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, que sofreram diretamente o processo de desapropriações de terras, a partir do anunciado projeto da Petrobras, com a Refinaria Premium I, em 2009, o que gerou grande especulação de mercado e conflitos envolvendo a disputa pela terra, além de outros projetos de expansão do capital, implicando em alterações significativas nas relações de produção no estado e no município, demandando aos trabalhadores rurais formas de (re)organização produtiva.

Nesse contexto de enfrentamento contra o grande capital através dos projetos industriais no Maranhão e a luta pela permanência na terra como condição de sobrevivência, evidenciam-se os conflitos agrários no campo de disputas entre as classes sociais.

A busca incessante do capital em se expandir revela-nos a necessidade de compreender a lógica da (re) localização desses projetos para outras regiões, incluindo o Maranhão, nessa encruzilhada. Uma lógica econômica, mas, sobretudo, política e de expansão do capital mundializado e desigual, diante da relação construída de dependência de países periféricos aos países hegemônicos, na era da transnacionalização do capital.

2.1 A (re)localização dos processos de produção na lógica do capital financeirizado e do desenvolvimento dependente

O capitalismo no final do século XIX se insere no estágio imperialista em que o capital financeiro desempenha sua função na forma empresarial do capitalismo monopolista, a que Lenin (1977, p. 641-642) em sua obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, explicita suas principais características:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O estágio imperialista do capitalismo revigora a importância da exportação de capitais, impondo a partilha de toda terra entre os países hegemônicos. Sendo que a exportação de capitais ganha grande relevância nessa forma de expansão do capital, utilizando de capital de empréstimo (com juros determinados pelos países hegemônicos aos países periféricos) e capital produtivo (implantação de projetos industriais de exploração de riquezas naturais). Assim, os países hegemônicos estabelecem e controlam seus próprios mercados, mantendo seu monopólio de exploração e expansão do capital, a partir de acordos entre eles, em que dividem as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses, como o caso do petróleo, que historicamente vem sendo disputado através de guerras declaradas e até camufladas.

É através desses acordos, que as empresas multinacionais ou transnacionais⁷, avançam no sistema de partilha territorial no mundo, como um

⁷ Uma **empresa multinacional** é caracterizada por ter sua matriz em um determinado país e atuar no mercado de outros países. Sua origem é do final do século XIX, porém, a atuação dessas empresas no mercado mundial se intensificou após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. O principal objetivo das empresas multinacionais é instalar filiais em outros países com o intuito de obter máxima lucratividade, os fatores que contribuem para a construção de filiais são: isenção de impostos, amplo mercado consumidor, infraestrutura, matéria-prima, energia e mão de obra barata. A instalação de uma filial em países em desenvolvimento ocorre, na maioria das vezes, através de benefícios do governo (doação de terreno e isenção de impostos). Nos locais onde ocorre a construção de uma filial há geração de empregos e desenvolvimento industrial. No entanto, os lucros obtidos por essas empresas são destinados à construção de novas filiais em outros locais, e uma parte vai para a matriz localizada no país de origem. O termo multinacional está saindo de uso, pois passa a ideia de que uma empresa é composta por várias nações. Sendo substituído pela denominação de **empresa transnacional**, que refere à atuação de uma empresa em outros países. Dessa forma, a estruturação

processo de (re)colonização. É a constituição de um sistema econômico mundial que se desenvolve numa dupla característica: desigual e combinado.

Marx (2013) ao analisar uma problemática exposta por Hegel nos “Princípios da Filosofia do Direito” que examina a expansão interna da população e da indústria dentro da sociedade civil, identifica uma dialética interna, que produz uma acumulação crescente de riqueza em um polo e uma crescente acumulação da miséria no outro.

É no campo das contradições que o capital sobrevive e alimenta a desigualdade, que para acumular, extrai de uma classe e coloca como necessário a sua total submissão para continuar explorando. Concomitantemente, precisa externamente ampliar seu mercado de produção e consumo, haja vista, que ao mesmo tempo que cresce a acumulação do capital, cresce a miséria daqueles que foram expropriados no processo de produção.

Nessa dialética interna da sociedade que se percebe a necessidade de buscar mercados e ao mesmo tempo, a necessidade de eles buscarem ultrapassar seus próprios limites de exploração, e assim, buscarem seus meios de subsistência.

A função imperialista do capitalismo consiste em expandir geograficamente e ampliar sua dominação territorial, e, nesse processo, vincula povos e regiões, estreitam relações e também as destroem, vão criando seus mecanismos de expansão de fronteiras.

O capitalismo é destrutivo de todos os elementos que o constitui no processo de expansão e, por isso, revoluciona constantemente, “[...] derruba todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades, a diversidade da produção, a exploração e a troca de forças naturais e espirituais”. (HARVEY, 2013, p. 526).

É nessa perspectiva dialética de expansão mundial, que o capitalismo se constitui no desenvolvimento desigual e combinado na sua expressão de diversificar seu mercado. Para Paulo Netto e Braz (2012, p. 199-200), trata-se de um desenvolvimento desigual devido “[...] as razões históricas, políticas e sociais em que

das empresas transnacionais como conhecemos hoje, surgiu apenas no século XIX, com o advento do capitalismo industrial e o desenvolvimento no sistema fabril, baseado na mecanização intensiva da produção, no desenvolvimento de melhores técnicas de estocagem e na criação de meios de transporte mais rápidos. (BRASIL ESCOLA, 2019).

o sistema capitalista opera e se desenvolve em condições diferenciadas nos diversos espaços nacionais”, a partir de relações desiguais em que o processo de liderança parte dos países centrais aos países periféricos. É um desenvolvimento combinado, como Trotsky (1977) aponta: os países atrasados são pressionados pelo capital dos países desenvolvidos, como seus “protótipos”, que ao seguirem “suas regras e técnicas modernas”, combinando com a relações sociais e econômicas atrasadas progredirão através de saltos. Progresso esse, que não os retira da condição de economia dependente, explorada e subalternizada.

Para Löwy (1998) o desenvolvimento desigual e combinado, traz um resgate em Trotsky de sua análise sobre o desenvolvimento atrasado de uma nação, que conduz uma combinação original de seu processo histórico. Esse processo carrega uma desigualdade de ritmo e que acaba se submetendo ao “chicote” das necessidades externas, de uma vida retardatária, que acredita na possibilidade de avanço por saltos. Essa perspectiva trotskista, entende que uma nação atrasada parte da lei universal da desigualdade de ritmo, e que se submete a uma outra lei, que é a combinação das fases diferenciadas, como um amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.

Essa análise de Trotsky (1977) leva em consideração a condição histórica da Rússia, que assim entende todas as demais nações que passaram por um processo de “civilização”, de segunda ou terceira ordem. Ou mesmo, que estiveram na condição de colonização ou neocolonização.

Assim, o caráter desigual e combinado das relações sociais de produção (nas formações sociais periféricas) está alicerçado na articulação entre o capital urbano industrial com a propriedade rural, entre as classes possuidoras da cidade e do campo. No entanto, é importante salientar que, o que ocorre em países capitalistas periféricos, como era o caso da Rússia no início do século XX, o desenvolvimento da economia urbana e da economia rural é marcado por ritmos e condições diferenciadas, por contradições e por rupturas bruscas.

Dessa forma, mudanças políticas não podem ser transmutadas mecanicamente de um desenvolvimento economicamente predeterminado e como modelo a ser seguido. As contradições do desenvolvimento desigual e combinado nas formações sociais periféricas requerem que se considerem suas particularidades, o que reforça a necessidade de autonomia sóciopolítica. Por isso, o que se observou de 1930 (ano em que foi publicada a História da Revolução Russa), em diante, é que a

ideia de desenvolvimento desigual de Trotsky (1977), influenciou na compreensão política, econômica e social nas relações entre países, regiões e diferentes territorialidades, que traz, sobretudo a partir dos anos de 1980, grandes debates sobre o tema e nas suas articulações sobre a realocação nos processos de produção.

Segundo Mandel (1980, p. 34 apud LÖWY, 1998, p. 79),

[...] a ideia de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo mundial é – com a exceção da concepção de Marx sobre a determinação econômica da luta de classes – a tese marxista mais amplamente assimilada desde há meio século.

Destarte Harvey (2013) retoma essa discussão, abordando o desenvolvimento desigual espacial, dando significado político, mas também enfocando a espacialidade do desenvolvimento socioeconômico desigual.

O referido autor, distingue a lei do desenvolvimento desigual e combinado da teoria do desenvolvimento geográfico desigual, explicitando que: enquanto a primeira busca explicar porque uma formação social periférica, atrasada, se submete as forças produtivas não desenvolvidas e que também não está sob o controle de uma burguesia nacional, pode avançar ou revolucionar politicamente; a segunda procura captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, compreendendo a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países. Ou seja, o autor reafirma que “não se trata da desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas da produzida pelo capitalismo”.

Assim, o autor desenvolve seu percurso teórico-metodológico ao entender as diferenciações entre os diversos espaços, por uma condição geográfica e de realização capitalista.

Para Harvey (2013), tudo o que se passa no local de trabalho e no processo de produção e consumo está, de algum modo, contido no interior do processo mais amplo de acumulação e circulação de capital. Nada está fora do espaço! “A competição territorial por trás das relações do cotidiano tem uma importância incomum no processo de acumulação de capital e no desenvolvimento geográfico desigual”. (HARVEY, 2013, p. 82-85).

Dessa forma, ocorrem os processos de realocação nos processos de produção, seguindo a lógica do capital financeirizado sob a perspectiva dos países hegemônicos, numa condição de subalternidade. Os espaços são modificados para atender a lógica de produção e expansão de mercado. Assim, estradas são construídas, tecnologias são introduzidas, meios de comunicação e transporte são

fomentados, para escoar mercadorias e estreitar distâncias no tempo e no espaço. É a mobilidade do capital, que se torna um processo dinâmico, entre espaços mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, resultando em um desenvolvimento geográfico desigual, mas, também, uma condição essencial para o processo de continuada valorização do capital. Assim, o desenvolvimento geográfico desigual se manifesta como resultado e também como condição.

As relações que constituíram a formação social brasileira, assim como outros países da América Latina, estabelecem uma organização ao sistema internacional de Estados que segue uma política internacional, cuja determinações são impostas a estes países, sob a projeção do país hegemônico na esfera mundial.

Gramsci (1987) em suas interpretações em *Cadernos de Cárcere* e *Questão Meridional*, aponta a problemática central nessas relações, que é a questão nacional, a formação de vontades coletivas e as disputas hegemônicas que consolidam equilíbrios instáveis em determinados padrões de dominação no interior dos Estados, especialmente aqueles denominados por ele de “Ocidentais”, em que as lutas de classes seriam mediatizadas por aparelhos privados de hegemonia, cujo funcionamento exigiria uma nova teoria da dominação capitalista e, por consequência, uma nova estratégia para a revolução.

O referido autor expõe a situação dos países periféricos na condição de dependência, como resultado da expansão mercantilista europeia, marcados historicamente pelo colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, cuja dependência se inscreve nas formas hierárquicas de poder engendradas pelos países internacionalmente hegemônicos, constituindo relações sociais fundamentais para o processo de dominação, exploração e direção, que internamente são absorvidas por esses Estados. Assim, se estabelece o processo de organização da dominação interna, que se constitui politicamente no interior dos Estados, assumindo seus “limites” impostos pela dominação externa, e, acabam se condicionando ao seu papel no sistema de produção internacional.

A partir da análise gramsciana, é possível apontar algumas considerações a respeito do Estado, destacando alguns condicionantes que nos é interessante para o entendimento das relações internacionais no contexto da mundialização do capital e de suas prerrogativas para o processo de dominação, em que o Estado enquanto mediador exerce suas funções de coerção e de consenso.

Mathias e Brito (2016, p. 329), as organizam sintetizando algumas dessas particularidades, em que:

- a) O Estado tem a função de fazer com que interesses particulares de classes, frações de classe, grupos sociais determinados apareçam como interesses de toda a sociedade, cumprindo, neste sentido, também uma função também ideológica;
- b) O Estado se apresenta como ente político da união nacional, que, segundo a característica anterior, assume a função de ser a instituição a partir da qual se projetam uma direção comum a toda a sociedade, e, por isso, é o agente político por excelência também no sistema de relações internacionais;
- c) Sendo expressão de uma sociedade de classes, o Estado sintetiza e condensa as relações de poder que estão distribuídas pela sociedade e é, portanto, o núcleo de articulação do poder político;
- d) Justamente por ser núcleo de articulação do poder político disperso pela sociedade, o Estado se faz presente de maneira capilar na sociedade e, sem se confundir com ela, tem como função articular os processos de reprodução social em um sentido unitário;
- e) Tendo como base a divisão social das classes, o Estado é também a materialização mais geral do poder político e, portanto, da dominação de classes, cuja forma histórica varia de acordo com a o padrão de reprodução do capital, da conjuntura política e das relações das forças sociais em disputa, o que confere uma determinação material precisa à definição weberiana de Estado como detentor do monopólio do uso da violência legítima;
- f) A determinação geral do Estado como condensação do poder da classe dominante é simultaneamente necessária para prevenir uma concepção idealista do Estado, mas é insuficiente para determinar as características concretas do Estado em cada formação social em períodos históricos específicos. Em suas conhecidas “obras históricas”, Marx associa a determinação da natureza de classe do Estado com suas entificações históricas particulares, apresentando análises do funcionamento do Estado em termos de sua configuração interna, seus níveis decisórios, as funções dos diversos centros de poder. Articulando os níveis abstrato e conjuntural (concreto) da análise estatal, seria possível diferenciar o aparelho de Estado e o poder de Estado, bem como outras distinções correlatas, como classe (ou fração) economicamente dominante e classe (ou fração) politicamente governante ou ainda entre poder de Estado e poder de governo, dentre outras concretudes;
- g) Na sociedade capitalista, o Estado assume também funções econômicas, seja de garantia legal dos fundamentos da reprodução do capital (propriedade privada dos meios de produção, mercantilização da força de trabalho), seja de atuar como planejador econômico, reformador das estruturas econômicas concretas, proprietário de empresas, financiador da acumulação capitalista, entre outras.

Os referidos autores corroboram com a análise em Gramsci, do Estado da coerção e do consenso, que condensa as relações de forças que disputam o poder da sociedade e é atravessado pela disputa de hegemonia, buscando com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelas entidades da opinião pública, como jornais e associações, as quais, possuem a função de socializar e propagar certas informações e situações. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-

fraude (que é característico de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos) força e consenso são momentos de uma mesma unidade: o poder.

O Estado – como expressão política superior da dominação de classe – embora alterne, dependendo da ocasião específica, o uso da força e do consenso, pensado enquanto totalidade, é a combinação íntima entre essas duas determinações. (GRAMSCI, 2004, p. 95).

Esse poder político, precisa operar com ambos os momentos de maneira combinada, tentando fazer com que a força esteja apoiada no consenso e também usando a própria força para gerá-lo.

Mathias e Brito (2016), como citado anteriormente sobre as particularidades do Estado, enfocam que ele exerce a função de desenvolver os interesses de uma classe e ideologicamente levar a sociedade acreditar que é para o interesse de todos. Muito bem expresso na realidade brasileira, em muitas medidas provisórias e emendas constitucionais que são levantadas em um discurso do “bem comum”, reavivando a ideia dos contratualistas. O que dizer do conteúdo ideológico defendido para que se faça uma Reforma da Previdência na atualidade, que afronta e retira os direitos trabalhistas, sobretudo no contexto dos trabalhadores rurais, tendo como foco ideológico de justificativa o “déficit na Previdência”?

Os referidos autores reforçam que o Estado se apresenta como ente político nacionalmente e agente político que tem a função de gerir o sistema de relações internacionais, sintetizando e condensando as relações de poder, se configurando como o núcleo de articulação do poder político, dos processos de reprodução social, numa conotação de “unidade”, embora tenha como base a divisão social das classes, mas que ao exercer a materialização do poder político, tem a função do uso legítimo de violência para manter a “ordem”. Contudo, os mesmos autores, respaldados no referencial marxista, compreendem que é necessário diferenciar o aparelho do Estado e o poder do Estado, assim como, o poder do Estado e o poder do governo. Por isso, nem sempre o poder legítimo do Estado consegue exercer o poder de governo, algo vivenciado em situações de impedimento do governante, quando este perde a credibilidade e o poder de dirigir, comandar e conduzir o exercício do poder político que lhe é legítimo.

Assim, o Estado exerce sua função econômica, subsidiando a garantia legal de reprodução do capital, como planejador econômico, reformador das

estruturas econômicas, financiador da acumulação capitalista, dentre outras atividades que garanta a sua existência como necessária e legítima no modo de produção capitalista.

Segundo Marx e Engels, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ordem que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes. (MARX; ENGELS, [19-?], p. 137).

Dessa forma, o Estado é constituinte e está constituído pelas contradições e interesses antagônicos das classes sociais, que sob o pretexto de se ocuparem apenas com a riqueza da nação e com as fontes de recursos naturais, ao defender os interesses da classe capitalista e de seu enriquecimento, acabam instituindo um Estado burguês, que é a base do poder nacional e da sua supremacia em um determinado território no modo de produção capitalista.

Por isso, para funcionar, o sistema precisa de relações pessoais de dependência, de subordinação pessoal, qualquer que seja o grau de vinculação do trabalhador à gleba como acessório, de servidão no verdadeiro sentido da palavra. Se quem faz frente aos produtores diretos não são os proprietários particulares das terras, mas o Estado como na Ásia, soberano e proprietário das terras, a renda e os impostos coincidem, ou melhor, não existe nenhum tributo diferente dessa forma de renda fundiária. Nessas condições, a relação de dependência sob os aspectos político e econômico não precisa assumir forma mais dura que a observada na subordinação de todos ao Estado. O Estado aí é o senhor supremo das terras. A soberania então é a propriedade das terras concentrada em escala nacional. Em consequência, não existe propriedade fundiária privada, embora haja posse e usufruto da terra, particulares ou comunitários. (MARX, 1980, p. 1046).

A discussão em Marx (1980) sobre o Estado reforça seu papel e poder sobre o processo de acumulação capitalista, inclusive que representa o interesse da classe dominante e legitima as relações internas e externas do capital sob a égide da propriedade privada. Lenin (2006) realça nesta direção, as particularidades do aspecto político do Estado que estimula as relações de mercado sob o viés imperialista que desenvolve e dissemina sua força nas condições de produção e de acumulação de riquezas em relação às regiões agrárias do mundo, ou seja, como algo “exterior” aos países de economia predominantemente agrária. Nestas regiões, o imperialismo tem a função de frear o desenvolvimento de suas forças produtivas, impedindo o desenvolvimento de um capitalismo local, absorvendo o caráter conservador com o apoio das oligarquias agrárias locais, politicamente dominantes e com o forte empenho em manter o status quo. Assim reedita-se a relação colonial e de dependência econômica e política.

Esta perspectiva leniniana sobre o imperialismo foi a base a partir da qual, no contexto dos anos 1960, um conjunto de autores se debruçou sobre os condicionantes estruturais da dependência e, a partir de críticas a uma concepção “ortodoxa sobre o desenvolvimento” provinda do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da perspectiva weberiana sobre a dependência (Fernando Henrique Cardoso, José Serra), investiu na elaboração de uma Teoria Marxista da Dependência (TMD). Esta surge também, na visão de autores como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, André Gunder Frank, dentre outros, da necessidade de complementação às teses clássicas do imperialismo.

A Teoria Marxista da Dependência, em Marini (2000), traz uma discussão sobre as especificidades do capitalismo dependente, entendendo essa dependência como uma situação em que uma determinada economia está condicionada pela expansão daquela que a subordina.

Marini (2000, p. 134) ao analisar a questão da dependência, aponta a combinação de outros elementos fundamentais, como:

A transferência de valores dos países periféricos aos países centrais mediante a deterioração dos termos de troca, o truncamento do mercado interno que, junto com a determinação anterior, impediria que toda a massa de mais-valia produzida fosse realizada aqui funcionando como fundo de acumulação interna. A combinação destes dois elementos fundamentais forçaria que a relação entre capital e trabalho por aqui se desse sobre as bases da superexploração da força de trabalho – mecanismo de compensação à heteronomia do modo de acumulação (salários abaixo do valor como característica estrutural permanente da dependência). E, como desdobramento disso, o truncamento do mercado interno obrigaria a que, em países que figuram como “centros médios de acumulação” (caso do Brasil, na América Latina), a produção de mercadorias suntuárias (alta esfera de consumo) tivesse vazão pela via da exportação, constituindo um processo de subimperialismo regional.

A concepção de subimperialismo em Marini (2000), se fundamenta no contexto vivido nas décadas de 1960/1970, em que surgia subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial diante da nova divisão internacional do trabalho, como o caso do Brasil. Assim, a tese do referido autor sobre o subimperialismo encontra-se alicerçada nesse processo de movimentação de exportação de capitais no período do pós-guerra que, ao aumentar os meios de produção e consequente a força de trabalho, elevou a circulação de capital nacional, desenvolvendo o processo de industrialização, bem como, o setor de bens duráveis no país.

Criticamente, o autor apresenta a concepção de subimperialismo como a expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapõe ao esquema simples da divisão do trabalho. Os países na condição de subcentros econômicos e políticos, possuem uma relativa autonomia, contudo permanecem subordinados aos grandes centros da economia mundializada.

De acordo com Chesnais (1996, p. 13), a mundialização do capital se refere a uma “[...] nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”. Para o autor, o que qualifica a mundialização como nova e mais recente fase de desenvolvimento capitalista é que, apesar de persistirem aspectos das fases anteriores, “[...] o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes”. (CHESNAIS, 1996, p. 14). Neste sentido, a nova fase da mundialização, traz em sua centralidade o capital financeiro na sua forma de acumulação capitalista. Para ele, na fase da mundialização, “[...] o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros”. (CHESNAIS, 1996, p. 14).

Nessa compreensão, Chesnais (1996) traz a discussão da mundialização do capital na esfera financeira. É nessa esfera em que o capital vem se movimentando e se articulando no atual estágio de internacionalização do capital financeiro e de sua expansão internacional, sobretudo a partir dos anos de 1980, tendo como precursores os EUA e o Reino Unido, que adotam esse “novo ciclo de acumulação” através de políticas de liberalização e desregulamentação, assumindo uma política econômica de expansão do capital através da implantação de suas empresas multinacionais ou transnacionais. Estas empresas ou grupos capitalistas, são de grande envergadura, que quando consolidada em base nacional, impõem suas estratégias de organização implementadas mundialmente, objetivando a produção, reprodução e valorização de seus capitais.

Chesnais (1996) reafirma a tese de Marx, que é na base material da sociedade capitalista que se cria a riqueza mediante o emprego do trabalho humano. O autor ratifica que os capitais que os agentes financeiros valorizam no circuito fechado das finanças nasceram no setor produtivo, na grande indústria, a partir do qual assumem as formas de rendimentos formados na produção e no seu intercâmbio.

Há congruência em Chesnais (1996) e Marini (2000), no que concerne ao entendimento da crise do capital e sua forma de metamorfosear para garantir suas

estratégias de exploração, bem como, a compreensão sobre a fusão de interesses entre as potências econômicas na garantia de expansão do grande capital, através de acordos bilaterais entre eles e unilateral em relação aos países periféricos, tendo como foco nos acordos a distribuição de mercados a serem expandidos e explorados, bem como as localidades em que serão implantadas suas empresas e suas formas de acumulação de riqueza.

Dessa forma, estabelecem que a integração ao sistema produtivo imperialista se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo internacional levando o capitalismo dependente a sua submissão.

De acordo com Marini (2000), vários indícios apontavam para a concretização dessa tendência. Ao analisar a América Latina na condição do desenvolvimento dependente e como alvo para expansão de mercado dos países centrais, o referido autor aponta como estratégia imperialista, que

Suplantar as ambições argentinas pelo estabelecimento de uma hegemonia no cone sul era um imperativo do bloco no poder à frente do capitalismo brasileiro para consumir os seus desígnios. Esse objetivo foi alcançado na medida em que se logrou atrair e impulsionar os investimentos que promoveriam o parque industrial brasileiro a um dos dez maiores na produção mundial de automóveis ou ao posto de segundo maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo. Esse acontecimento expressa a variável do subimperialismo hegemonia regional, que pôs em marcha o estabelecimento de uma divisão regional do trabalho em proveito do capital subimperialista, assinalada pela apropriação do valor das nações mais débeis, que se tornam objeto da conformação de uma esfera de influência que atende aos interesses da reprodução ampliada do capital sediado no país subimperialista. Nesses termos, o status de potência hegemônica regional devia-se à ascensão do Brasil à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital, que diferenciava o Brasil de outras nações latino-americanas que viam ser aprofundada sua especialização produtiva no marco da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava. (MARINI, 2000, p. 138).

Marini (2000) traz grandes contribuições para a análise das relações estabelecidas no movimento do capital em seu processo de expansão numa perspectiva de desenvolvimento dependente, sobretudo sobre os países da América Latina, que mesmo estando na condição de periferia, apresentam características específicas, considerando seu contexto político e econômico, além das relações estabelecidas conforme os interesses e condições de investimento dos países hegemônicos em cada localidade. Por isso, a discussão sobre o subimperialismo regional é pautada na divisão internacional do trabalho e em observância à questão regional.

Osório (2005) aprofunda as ideias de Marini (2000) ao estudar o padrão de reprodução do capital. Segundo o autor, a noção de padrão de reprodução do capital fundamenta-se em torno de três funções relacionadas ao movimento do capital, que consiste em:

a) apresentar certa regularidade no tempo; b) assumir determinada configuração espacial; e c) estabelecer uma mediação importante com a tendência de o capitalismo produzir crises periódicas, sendo a origem e o esgotamento de um padrão de reprodução o que divide temporalmente períodos expansivos de outros de contração da acumulação. A característica da regularidade encontra-se expressa na ideia segundo a qual 'para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas à base de repetições' (OSÓRIO, 2005, p. 56). Já a dimensão geoespacial é salientada na afirmação de que 'cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que realiza do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige'. (OSÓRIO, 2005, p. 60).

Segundo o autor, a reprodução do capital está relacionada ao movimento e metamorfoses do próprio capital, que ora vivencia um processo de expansão e acumulação, e, ora de crises periódicas, ocasionadas pela escassez e esgotamento do próprio processo de exploração. Por isso, ele analisa que o padrão de reprodução do capital se apresenta de forma diferenciada em cada espaço geográfico, conforme sua necessidade particular de expansão e condições de apropriação em um determinado território.

Nesse sentido, Osório (2005) discute o vínculo entre o padrão de reprodução do capital e a teoria das crises. Ele sustenta que "[...] as crises [...] podem propiciar o esgotamento de um padrão de reprodução, levando a criar o surgimento de um outro padrão" (OSÓRIO, 2005, p. 63), que não significa o novo, mas que acompanha e provoca mudanças necessárias para o processo de acumulação do capital.

Assim, ocorre o processo do subimperialismo definido por Marini, como um mecanismo próprio de enfrentamento à crise de acumulação do capital, em que se expande para produção em outra configuração espacial, mas na órbita de uma hegemonia no sistema mundial e em seus contextos regionais de poder e negociações que assegurem a unidade entre a produção e circulação do capital.

A realocação no sistema produtivo segue a ordem mundial, em que os países hegemônicos identificam e traçam suas estratégias de produção e exploração, cabendo aos países periféricos pagarem o preço dessa condição de subalternização,

como é o caso do Brasil. Nos estudos de Harvey fica explícito que os capitalistas são permanentemente levados a escolher as localizações mais vantajosas, a que ele chama de “mobilidade geográfica do capital de produção”.

Nesse raciocínio, Brandão (2007, p. 70) afirma que o “[...] processo de desenvolvimento capitalista é um movimento desigual da acumulação de capital no espaço, marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias”. Todo esse processo está inserido no novo momento de mundialização do capital, que ao delimitar territórios e suas fronteiras regionais, acaba desfazendo e devastando esses territórios, enquanto cultura de um povo, das relações estabelecidas entre as pessoas e suas condições de produzir e sobreviver. Território aqui compreendido como condição espacial e sobretudo onde são estabelecidas e construídas relações sociais, culturais, econômicas e políticas.

O Estado, enquanto poder político territorializado, exerce o seu papel mediador sobre um determinado território e sua respectiva população, pois corresponde a uma legitimidade burocrática e administrativa, detendo um monopólio de jurisprudência através de sua subjetividade (sob a ótica de democracia, mas correspondendo a uma ideologia burguesa), pois o Estado representa uma classe social que dirige seus interesses.

Nesse sentido, o Estado exerce presença significativa nas articulações entre o local, nacional e transnacional na fiscalização, na sua participação nessa nova fase do capitalismo financeirizado e de seus ajustes neoliberais, desregulamentando empresas estatais em defesa de políticas privatistas e de negociações internacionais e transnacionais.

O Brasil na lógica do capital financeirizado e situado enquanto economia periférica, sob a égide dos países centrais, desde a década de 1970, se insere na condição e locus de investimentos produtivos, com a função de ser indutor ao desenvolvimento econômico, propiciando as condições necessárias para produção e satisfação dos oligopólios internacionais e de sua expansão.

Como o capital não se reproduz sob quaisquer condições, é papel do Estado preparar o território para que os estados periféricos possam “consentir” as determinações externas do capital. Dessa forma, a penetração financeira internacional tende a ser absorvida facilmente pelos estados periféricos e sob o poder imperialista dos países/capitais centrais.

As expansões geográficas das relações capitalistas exigem, a priori, condições de ordem política. Apesar de o Estado ter o poder de jurisdição e do uso legítimo da força em seu território, isso não o torna imune às interferências externas, não garante que não seja coagido a legislar em favor dos interesses dos capitais internacionais. Nessa discussão, é preciso ver as soberanias estatais de forma relativa; é preciso vê-las a partir das relações de poder no sistema mundial.

As vantagens que os Estados periféricos oferecem são de recursos naturais mais baratos, privilégios fiscais, espaços geográficos e mão de obra barata em troca de oportunidades de circulação do capital e da ilusão de se inserir no eixo econômico de desenvolvimento. Dessa forma, essa expansão se dá em direção aos locais que lhes ofereçam os melhores lucros e, para isso, não medem distâncias e muito menos as consequências do processo de exploração.

Essas empresas transnacionais quando implantadas com o apoio do Estado, utilizam-se de estratégias “compensatórias” para aquele território, como a construção de equipamentos sociais – escolas, postos de saúde, praças entre outros e desenvolvem discursos de ampliação e geração de empregos (mas não enfocam que serão mão de obra barata). São medidas ínfimas que não tiram essas localidades de sua condição de periferia, muito menos de pobreza, e pior ainda, provocam efeitos perversos ao meio ambiente, com poluição, deslocamentos e remanejamentos de famílias, além de um rastro de destruição de vidas.

São inúmeras e estarrecedoras as catástrofes vivenciadas mundialmente provocadas pela implantação desordenada de grandes projetos industriais e sem a devida fiscalização e critérios para a sua instalação e conseqüentemente suas formas de exploração. Recentemente no Brasil, situamos o caso de Mariana em Minas Gerais, que em novembro de 2015 a barragem de contenção a montante se rompeu, conhecida como “Barragem de Fundão”, liberando cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na região, contabilizando 19 mortos após seu rompimento. Esta barragem era administrada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton.

Sem as devidas sanções e prevenções, passados aproximadamente três anos do crime ambiental em Mariana-MG, também em Minas Gerais ocorre o rompimento da barragem do “Córrego do Feijão” em 25 de janeiro de 2019, resultando em um dos maiores desastres com rejeitos de mineração no Brasil. A barragem de

rejeitos classificada como de “baixo risco” e “alto potencial de danos”, era controlada pela Vale S.A. e estava localizada no ribeirão Ferro-Carvão, na região de Córrego do Feijão, no município brasileiro de Brumadinho, a 65 km de Belo Horizonte, em Minas Gerais. (BRASIL ESCOLA, 2019).

O rompimento resultou em um desastre de grandes proporções, considerado como um desastre industrial, humanitário e ambiental, com mais de 200 mortos e cerca de 100 desaparecidos, gerando uma calamidade pública. O desastre pode ainda ser considerado o segundo maior desastre industrial do século e o maior acidente de trabalho do Brasil, embora como sabemos e, segundo o relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019, o geólogo Alex Cardoso Bastos, afirmou que “[...] a tragédia em Brumadinho estará, certamente, no topo dos maiores desastres com rompimento de barragem de minério do mundo”.

Diante do contexto, torna-se cada vez mais pertinente a discussão e o enfrentamento à questão, considerando a abertura política e econômica do Estado para a grande exploração de nossas riquezas naturais, sobretudo no atual governo. Conforme veiculado, dias antes do rompimento em Brumadinho-MG, o presidente Jair Bolsonaro, em seu primeiro compromisso internacional discursou no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, sobre o meio ambiente afirmou que: “somos o país que mais preserva o meio ambiente”, e que a missão do governo “é avançar na compatibilização entre a preservação do meio ambiente e da biodiversidade com o necessário desenvolvimento econômico. [...] Temos a maior biodiversidade do mundo e nossas riquezas minerais são abundantes”. O trecho de seu discurso vai contra uma política de fiscalização a crimes ambientais, como os ocorridos em Minas Gerais. E isto não fica somente no discurso! Seu governo ataca diretamente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁸, com cortes de verbas e diminuição de autonomia na fiscalização e na intervenção dos aspectos abusivos na exploração do meio ambiente e recursos naturais. Segundo o

⁸ IBAMA = Criado pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). É o órgão executivo responsável pela execução da *Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)*, instituída pela lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e desenvolve diversas atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais (água, flora, fauna, solo, etc). Também cabe a ele conceder licenças ambientais para empreendimentos de sua competência. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_do_Meio_Ambiente_e_dos_Recursos_Naturais_Renov%C3%A1veis).

Relatório de Segurança publicado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2019, 45 barragens no Brasil, apresentavam alto risco para o país.

Conforme podemos verificar na figura-6 através de fotos aéreas do Córrego do Feijão em Mariana-MG, os efeitos devastadores do rompimento da barragem.

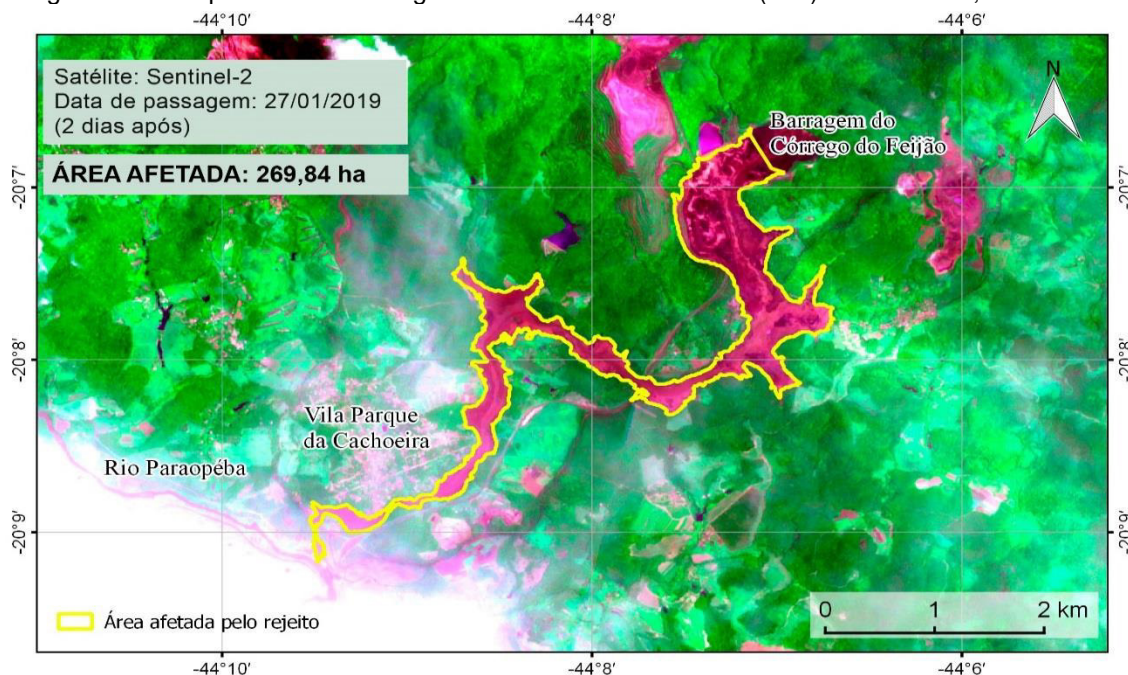
Figura 3 – Foto aérea do Córrego do Feijão, em Mariana-MG
(O antes e o depois do rompimento da barragem)



Fonte: Brasil Escola, 2019

Mesmo diante de uma situação catastrófica como a vivenciada em Mariana em 2015, nada foi feito para minimizar o problema junto aos atingidos diretamente como os das famílias que tiveram sua plantação devastada, suas condições de moradia e de sobrevivência totalmente modificadas em prol da “modernização” e “progresso”. E mesmo estando visível a saturação das outras 45 barragens no Brasil, conforme os dados da (ANA), e sobretudo do perigo iminente, também em Minas Gerais houve o rompimento da barragem em Brumadinho, após três anos do ocorrido em Mariana-MG.

Figura 4 – Rompimento de Barragem da Vale em Brumadinho(MG) destruiu 269,84 hectares



Fonte: IBAMA (BRASIL, 2019)

A análise realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (CENIMA) do IBAMA, aponta que os rejeitos de mineração devastaram 133,27 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica e 70,65 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APP) ao longo de cursos d'água afetados pelos rejeitos de mineração. A análise foi realizada no trecho da barragem da mina Córrego do Feijão até a confluência com o rio Paraopeba. Foram comparadas imagens de satélite obtidas dois dias após o rompimento com imagens de 3 e 7 dias antes da catástrofe.

Assim, se constitui a lógica financeira do capitalismo contemporâneo que também tem sua expressão espacial. Ela aparece materializada no local, que é parte de um sistema mundial integrado pela internacionalização da economia. Este sistema mundial integrado é composto por estreita dependência entre empresas e sistemas produtivos, de fluxos materiais e imateriais, de estratégias de empresas globais e de especialização e hierarquização das funções produtivas.

Nessa perspectiva, a financeirização do capital desatrela a articulação entre planejamento regional e investimentos produtivos, pois a decisão sobre o investimento ocorre em função do interesse do acionista em benefício de sua maior lucratividade. Ou seja, as forças do capital transnacional decidem onde, como e em que condições quer e precisa explorar, sem levar em consideração vidas, histórias, culturas e consequências de sua exploração, como as vivenciadas em desastres e

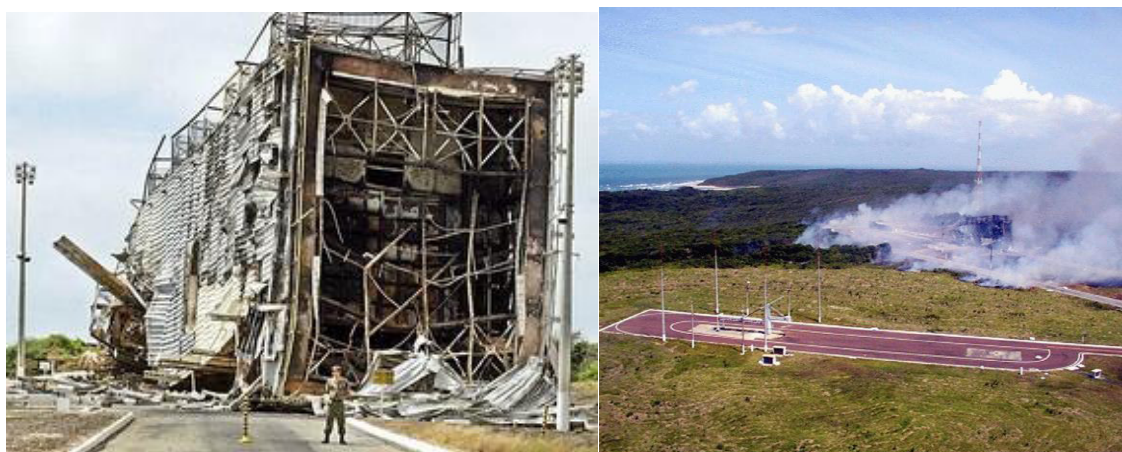
tragédias que tem uma repercussão publicizada e no próprio cotidiano de famílias, que muitas vezes não são visualizadas, porque são camufladas pela força de discursos de desenvolvimento que os grandes empreendimentos têm.

Brandão afirma que as mudanças tecnológicas e organizacionais e os imperativos da globalização têm apresentado novos requisitos locacionais, reafirmam-se e negam-se externalidades locais e regionais, desconstroem-se regiões. (BRANDÃO, 2007).

Nesse processo destrutivo, entendemos a indiferença do capital quanto a existência dos sujeitos enquanto seres sociais. São vistos como força de trabalho, que pode ser reposta, substituída e que somente têm valor sob a ótica da produção. A sua preocupação é quanto ao lugar da valorização e acumulação, avança fronteiras, destrói lugares e sonhos, e, aniquila qualquer obstáculo que se oponha ao seu processo de geração e acumulação de riqueza.

No Maranhão, em 23 de agosto de 2003, considerado o maior acidente da história do Programa Espacial Brasileiro, três dias antes do lançamento, o Veículo Lançador de Satélites (VLS) passava por ajustes finais da Torre Móvel de Integração (TMI), no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), norte do Maranhão, quando uma ignição prematura de um dos motores resultou na explosão do protótipo de 21 metros de altura e na morte de 21 tecnólogos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Foi a causa apontada pelo relatório final de investigação, concluído pelo Comando da Aeronáutica em fevereiro de 2004: 'acionamento intempestivo' provocado por uma pequena peça que ligava o motor. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Figuras 5 e 6 – Imagens do desastre da Torre Móvel de Integração (TMI) e da área destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)



Fonte: Fotos de Ed Ferreira/ Estadão Conteúdo (2003)

Além do ocorrido na explosão e de seus efeitos perversos na vida desses moradores, reforçamos que 312 famílias sofreram diretamente com a construção da base do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Elas foram removidas pelo Governo Federal dos seus locais de origem em março de 1983, e transferidas para sete agrovilas, localizadas a 14 km do município, para dar lugar ao empreendimento. E ainda aguardam as melhorias discursadas no processo de remanejamento. (FERNANDES, 1997).

Nesse contexto da transnacionalização do capital e das correlações de forças e poder entre as Nações, dados recentes apontam os interesses dos Estados Unidos da América (EUA) no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), mediante o acordo firmado entre os países na Casa Branca, em Washigton, no dia 20 de março de 2019, pelos presidentes **Jair Bolsonaro** e **Donald Trump**. Segundo **Sérgio Amaral**, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, o **Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)**, que versa sobre o **Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)**, já vinha sendo debatido pelos dois países desde o ano 2000, quando o então presidente **Fernando Henrique Cardoso** assinou o acordo, rejeitado na sequência pelo **Congresso Nacional Brasileiro**⁹.

O discurso centrado nesse acordo é de que haverá “uma cooperação espacial” entre os países, com “benefícios tecnológicos e comerciais para as duas Nações”. No entanto, o acordo reafirma o poder hegemônico dos Estados Unidos da América (EUA) sobre o Brasil, cabendo a este, ganhos irrisórios para perdas incalculáveis sobre seu território, ferindo inclusive a soberania Nacional e reforçando as tragédias, o descompasso existente nessas relações desiguais estabelecidas entre os países hegemônicos e países periféricos.

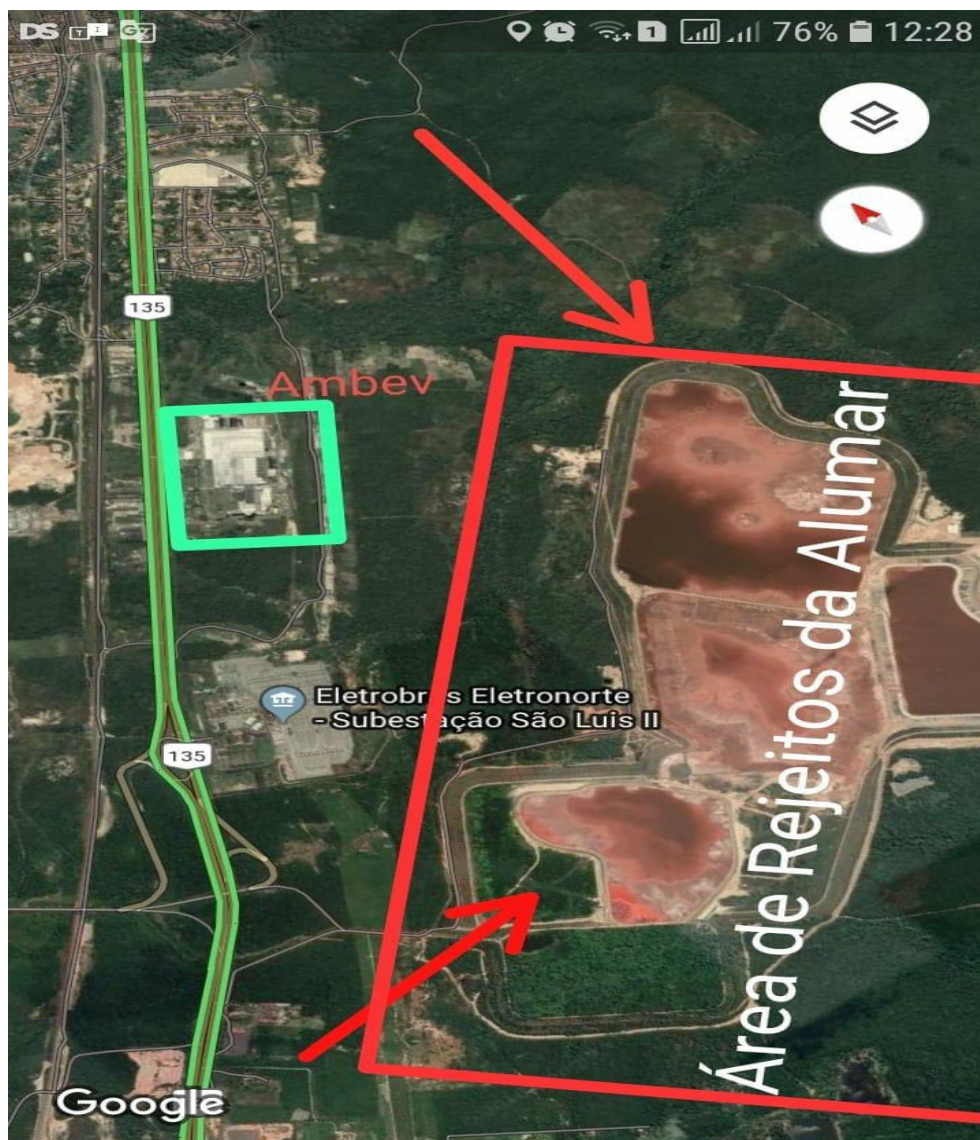
Segundo Barbosa (2006), a implantação do CLA se deu no mesmo contexto em que emergiu a programática neoliberal no cenário internacional como uma proposta de renovação da economia de mercado (a abertura de novos mercados e novos acordos de comércio). Como reflexo desta nova rodada de transnacionalização do capitalismo chega ao Maranhão, as grandes plantas industriais na década 1980 a exemplo do consórcio ALUMAR.

Na esteira de projetos industriais no Maranhão, sobretudo de mineração, a Alumar abre o caminho na capital maranhense na década de 1980, e diante do contexto

⁹ Audiência pública apresenta o acordo de salvaguardas tecnológicas assinado com os EUA. (tecnodefesa.com.br/acordo-de-salvaguardas-tecnologicas).

das barragens em Minas Gerais, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA) realizou no dia 29 de fevereiro de 2019, a vistoria nas barragens de resíduos do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR).

Figura 7 – Imagem do google mapas sobre a área de rejeitos da ALUMAR



Fonte: Google mapas (2019)

De acordo com o Secretário Adjunto de Licenciamento da SEMA, Diego Matos, a equipe de técnicos especializados, afirmam que o Maranhão possui apenas uma barragem de rejeito que é a da Mineradora Aurizona S/A, situada no município de Godofredo Viana, cuja fiscalização é de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM). A Barragem da ALUMAR possui, no Maranhão, os diques destinados ao armazenamento de resíduos e não de rejeitos, como é o caso da

Mineradora Aurizona e das mineradoras de Minas Gerais. São as chamadas Áreas de Resíduos de Bauxita (ARBs). “Por isso, afirma que é importante desmistificar eventuais comparativos, com a edificada em Brumadinho, em Minas Gerais”, ressaltou o superintendente de Fiscalização da Sema, Fábio Sousa. (JORNAL IMPARCIAL, 2019).

Contudo, é importante salientar, que os projetos industriais implantados em um determinado território, carregam uma ideologia do “progresso” e de “geração de empregos” para os trabalhadores da localidade, como mecanismo de ocultação dos impactos sociais, políticos e ambientais.

Lamoso (2017), reconhece os territórios da mineração como espaços usados pela indústria extrativa mineral, que exerce um protagonismo significativo no processo de acumulação de capital, articulando processos de desestruturação (destruição do ordenamento territorial preexistente, desorganizando a coerência regional interna) e reestruturação (quando faz emergir uma nova organização produtiva, geralmente uma organização industrial original definida por grandes corporações). (LAMOSO, 2017).

O referido autor explicita que no processo de acumulação de capital, se faz necessário a mobilização da força de trabalho, geração de renda, implantação de infraestrutura material e imaterial, formação de redes de poder político e econômico, criação e recriação de fluxos migratórios, consumo de energia e de recursos naturais, estabelecimento de uma nova ordem na logística e nos preços das mercadorias e serviços, aceleração do processo de urbanização, enfim, geração de desequilíbrios na organização anterior e o seu reordenamento na lógica do capital.

Nessa direção, Barbosa (2006, p. 97) resalta que,

[...] a implantação de projetos industriais no Maranhão, todo o sistema produtivo antes existente no Estado, sofreu um profundo processo de reordenamento, face ao que foi denominado de desenvolvimento regional. Segundo o discurso governamental, tal projeto transformaria o Estado num pólo siderúrgico-exportador. Seriam instalados complexos industriais baseados em novas tecnologias produtivas, com o início de uma nova etapa da industrialização no Maranhão.

A pesquisa de Feitosa e Ribeiro (1995), demonstra as contradições dos discursos governamentais sobre a implantação desses projetos industriais na região, observando que a área do corredor agroexportador em que os projetos industriais se instalaram, trouxeram grandes transformações socioeconômicas, ambientais e

espaciais, sobretudo pelos processos de ocupação, de grilagem e de disputas pela posse e propriedade da terra.

Nesse contexto, de expansão de mercado pautado na busca de novos espaços econômicos favoráveis à instalação de grandes projetos industriais, ricos em reservas minerais e energéticas, situa o Maranhão como espaço privilegiado para tal expansão e como ponto estratégico para a nova fase da transnacionalização do capital, atraindo investimentos estrangeiros para a região e impactando significativamente as relações de produção.

Assim, conduzimos nossa discussão, a seguir, sobre a implantação de grandes projetos industriais no Maranhão e suas implicações na reorganização produtiva, destacando as particularidades do município de Bacabeira.

2.2 A industrialização transnacional no Maranhão e suas implicações na (re) organização produtiva

O Maranhão, com sua extensão territorial de mais de 333.000 km² (IBGE, 2016), sendo o maior estado nordestino e tendo o segundo maior litoral brasileiro, perdendo apenas para o estado da Bahia, possui disponibilidade de terras agricultáveis, uma extensa rede hidrográfica e clima favorável durante todo o ano, apresenta, assim, vantagens naturais para investimento produtivo.

Barbosa (2006) relata que o processo de industrialização mais recente no Maranhão foi impactado por dois grandes projetos: o Projeto de Ferro Carajás e do Projeto do Alumínio e, em ambos, a presença do Estado, como mediador, foi determinante, particularmente, na condução dos interesses do capital transnacional e das oligarquias locais. A implantação desses projetos provocou mudanças significativas com a exploração intensiva de recursos naturais sustentada por sucessivas políticas governamentais.

Nessa direção, os estudos de Feitosa e Ribeiro (1995) mostram que este foi sempre o modo de inserção do Maranhão na dinâmica do capitalismo internacional, na lógica de suprir os interesses do grande capital esteve no alvo dos países hegemônicos desde as primeiras tentativas de industrialização no estado. Os mesmos autores, indicam ainda que o processo de industrialização recente do Maranhão teve por base quatro fontes de capitais:

1. Capital comercial e agroexportador local que financiou as primeiras experiências de industrialização principalmente nos ramos de: açúcar, algodão, amêndoa e babaçu; 2. Os grandes capitais nacionais oriundos de outras regiões (Sul e Sudeste) do país, operando no setor da construção civil – particularmente o setor madeireiro; 3. Capital Estatal no âmbito de atividades específicas de economia mistas (extração de minério de Ferro e Manganês –CVRD). 4. Capital financeiro industrial, nos ramos da extração de processamentos de minérios não renováveis – Bauxita. (FEITOSA; RIBEIRO, 1995, p. 106).

Tal processo de industrialização no Maranhão, se articula a conjunturas históricas particulares e entre os âmbitos mundial, regional e local. Os estudos do GSERMS realizados em 2006, destacam que o primeiro movimento do avanço do capital mundial no Maranhão teve como acontecimentos mais significativos referentes à questão industrial, aqueles que provocaram impactos negativos no campo, subsidiados por investimento público e que ocorreram quando

O Estado, numa articulação do poder central com as elites políticas regionais, construiu as bases espaciais com o deslocamento de populações inteiras de áreas de interesse dos “Grandes Projetos”; construiu e ofereceu a infraestrutura de estrada, água, energia e um dos portos mais importantes do país; e ofereceu incentivos fiscais. A implantação de três grandes empresas marca este momento: o Consórcio ALUMAR (1980), a Companhia Vale do Rio Doce (1976) e o Centro de Lançamento de Alcântara – CLA (1982). A ideologia do desenvolvimento nacional que gera emprego e melhora as condições de vida das populações é ainda uma referência naquele momento em que as duas últimas empresas são estatais. (GSERMS, 2006, p. 7).

Lopes e Abreu (2010) registram que esses processos do desenvolvimento do capital no Maranhão indicam transformações contemporâneas nesse estado, a começar pela inversão da concentração demográfica na relação campo e cidade que, conforme o censo de 2000 (IBGE, 2008), entre os 5.651.475 habitantes do estado, registra 59,5% da população na cidade e 40,5% no campo, verificando-se um deslocamento de 29,9% dos 74% indicados no censo de 1970. (LOPES; ABREU, 2010, p. 110).

Os dados mais recentes divulgados pelo IBGE (2010) sobre a população urbana e rural no Maranhão, seguem a lógica de análise das autoras, tendo como referência uma população residente domiciliar urbana com 63,07% e rural com 36,93%. A inversão demográfica fica mais evidente quando analisamos os dados pela pesquisa de população ocupada por agrupamento de atividades, realizada em 2017 pelo IBGE, em que verificamos uma diversificação nas atividades produtivas da população urbana e rural, modificando a realidade produtiva da população rural que, outrora utilizava exclusivamente a agricultura de subsistência. Conforme podemos analisar na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – População ocupada, segundo os agrupamentos de atividades

POPULAÇÃO OCUPADA (%)						
Grupamentos de atividade no trabalho principal	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	11,5	11,2	10,5	10,2	10,0	9,5
Indústria geral	14,3	13,9	14,4	13,8	12,6	13,0
Construção	8,4	8,8	8,4	8,3	8,1	7,7
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	18,9	19,0	18,9	19,1	19,2	19,2
Transporte, armazenagem e correio	4,7	4,6	4,7	4,7	5,1	5,0
Alojamento e alimentação	4,2	4,6	4,6	4,8	5,2	5,7
Informação, comunicação e atividades imobiliárias, profissionais e administrativas	10,7	10,7	11,2	11,1	10,8	10,9
Administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16,0	16,0	16,4	16,6	17,1	17,1
Outros serviços	4,3	4,6	4,4	4,6	4,8	5,0
Serviços domésticos	6,9	6,7	6,5	6,6	6,9	6,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2017

O movimento da população ocupada em 2017 deve-se a diversos fatores de ordem econômica e política, sobretudo na lógica da política neoliberal e de incentivo ao “empreendedorismo”, do avanço tecnológico em diversas áreas de ocupação e da flexibilização das relações de trabalho.

Podemos verificar na tabela 1, considerando o período de 2012 a 2017, o aumento no setor de alojamento e alimentação, que pode ser explicado pela necessidade básica de sobrevivência humana, que mesmo diante das mudanças no âmbito econômico, como a situação do desemprego ou até mesmo de informalidade no mundo do trabalho, a alimentação tem liderado o setor de expansão na atividade de ocupação. No mesmo período, observamos uma queda no setor de construção e de indústria geral, mas de forma mais significativa evidenciamos o decréscimo na atividade da agricultura, pecuária e pesca. Sem dúvida, a diversificação de atividades produtivas no urbano e no rural e todo o movimento nas relações de produção, deve-

se ao contexto político e econômico e em sua articulação nas esferas mundial, regional e local, oriundo de um processo de industrialização, da crise estrutural do capital e de sua lógica de expansão.

Na lógica de expansão do capital, os grupos econômicos transnacionais e grandes grupos econômicos nacionais, subsidiados pelo Estado brasileiro assumem a perspectiva neoliberal com ênfase na abertura de mercado, privatizações e flexibilização das relações de trabalho. É, sobre o trabalho que essas transformações incidem de forma mais agressiva “[...] em suas linhas de resistência a partir da expropriação da base de ocupação espacial e de subsistência desses segmentos da classe trabalhadora”. (SANTANA, 2003).

O mercado de trabalho maranhense corrobora em sua trajetória, nas últimas três décadas, as características essenciais do padrão de acumulação. O aspecto mais notável nessa dinâmica foi a rápida transição urbana da força de trabalho, que de eminentemente rural, até o ano de 1992 (69,1%), passou a majoritariamente urbana em 2010 (63,07%). (IBGE, 2010).

Os efeitos da industrialização na população urbana e rural são significativos, considerando que o crescimento populacional não corresponde ao mercado ofertado, ou seja, o número de geração de empregos não garante a inserção da população local. As taxas tendem a se alargar devido a vários fatores, dentre eles: o nível de escolarização, as migrações internas e externas e as exigências das empresas multinacionais no estado.

Contrários a essa lógica, os grandes empreendimentos, quando instalados nos países periféricos, observam o seu investimento a partir de todo o processo de sua operação e mediante vantagens, aproveitando a conjuntura da desregulamentação e redução de políticas públicas, flexibilização por meio das privatizações, favorecimento fiscal, além de mão de obra barata, rotulada de desqualificada. Usam o discurso de aceitação dos custos ambientais como alternativa à manutenção de postos de trabalho e geração de divisas, intensificando, a partir de 1990, a “chantagem do desemprego” e da “localização”.

Os estudos de Bernardo (2000) apontam que, o avanço tecnológico aliado ao processo de desindustrialização, desemprego estrutural e declínio dos poderes do Estado no controle do fluxo monetário internacional, fez com que os investimentos tomassem a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais passam a adequar suas atividades aos interesses do

desenvolvimento capitalista na busca por geração de divisas e empregos. Esses fatores geram um movimento onde se potencializa a força política dos capitais de interferirem nas relações trabalhistas e ambientais por meio da iminente ameaça de deslocamento para regiões que lhes ofereçam melhores vantagens.

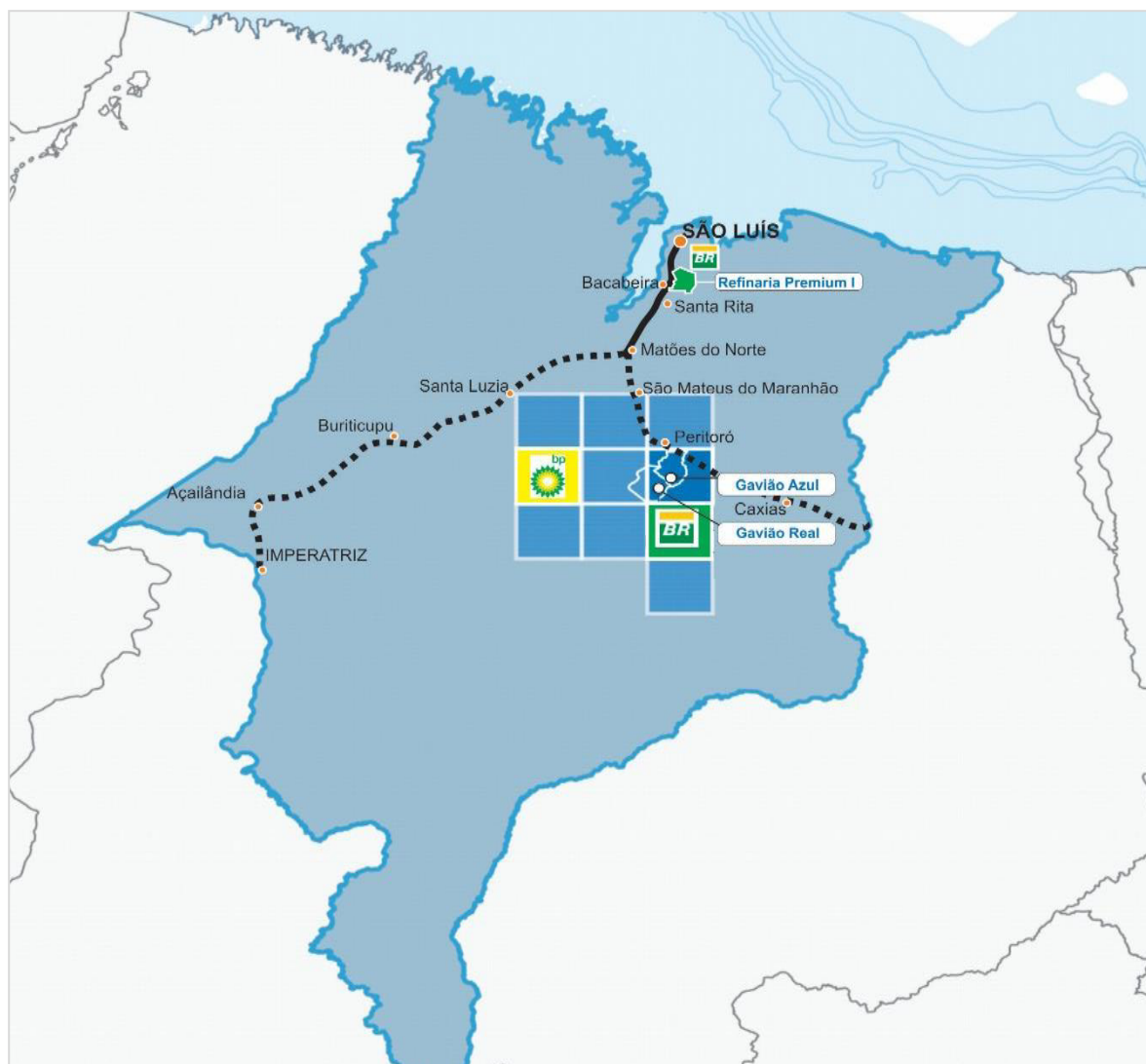
O avanço de projetos industriais, no Maranhão, não é uma situação isolada e de prioridade do governo local, mas de correlações de forças, de acordos econômicos em nível internacional, estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), em que os governos e as empresas locais passam a ter um menor poder de negociação e decisão ante as grandes empresas. O Maranhão corresponde aos critérios das relações desiguais estabelecidas entre o centro e a periferia da região no país, na América Latina e nos demais continentes de economias hegemônicas.

O perfil dos grandes empreendimentos industriais se faz através de uma cadeia produtiva permanentemente mutável (as ligações de capital e os acordos estratégicos entre as várias companhias transnacionais), unindo uma pluralidade de polos principais (as maiores companhias transnacionais), os quais se enraízam socialmente nas esferas nacionais e regionais mediante a *franchising*, a subcontratação e o apelo aos capitais locais. Esse sistema de poder verifica-se, em escala mundial, num quadro de associações econômicas internacionais.

Conforme dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC) (2012), existe uma cadeia de produção em Petróleo e Gás Natural no Maranhão, o que demonstra o interesse para implantação de investimentos internacionais na região, além do que já é explorado na área de minerosiderurgia e do agronegócio, para suprir o mercado externo.

O mapa abaixo demonstra como a cadeia petroquímica instala-se no Maranhão.

Figura 8 – Investimentos na área de Petróleo e Gás Natural no Maranhão



Fonte: SEDINC, 2012

Como observamos, no Maranhão, a anunciada Refinaria Premium I, em Bacabeira, estava associada aos investimentos, também da Petrobrás e do Circuito de reserva de Minas e Energia, em Matões do Norte, São Mateus do Maranhão, Caxias, Buriticupu, Açailândia, Imperatriz e na bacia de Barreirinhas, na exploração de gás natural pela empresa Petróleo e Gás Participações S.A.(OGX), no Maranhão (empreiteira da Petrobras) e a Energia S.A. (MPX), na Bacia de Parnaíba, também explorando o gás natural; ambas do empresário Eike Batista que em 2012 mantinha um império no mercado brasileiro e com suas articulações financeiras internacionais, tendo sua derrocada em 2013 pelo capital financeirizado através dos Bancos de financiamento. Paralelas a esses investimentos, associam as termelétricas e

hidrelétricas; não para suprir o mercado interno, mas para as necessidades do mercado internacional.

Obviamente, que a instalação de investimentos internacionais no Estado, não se trata de uma política de estímulo seletivo a determinados ramos da economia nacional, considerados prioritários do país, mas de atração seletiva de certas linhas de produção das companhias transnacionais, competitivas no mercado externo, seguindo uma rede de investimentos e escoamento dessa mercadoria.

Devemos atentar para o fato de que o processo de modernização da economia maranhense foi e continua sendo em grande medida liderado pelos investimentos públicos. Esse fato, bastante evidente em uma economia ainda caracterizada por pequena diversificação produtiva e investimentos dos capitais privados, mostra como se reflete na economia maranhense outro fenômeno do capitalismo contemporâneo: o Estado torna-se um lugar central da luta pela apropriação do excedente social, alterando de forma irreversível a maneira de financiar a acumulação privada.

Com relação ao agronegócio no Maranhão, o mesmo tem se configurado com a plantação de eucalipto, em Imperatriz e Açailândia; de bambu, eucalipto, cana-de-açúcar e soja na Mesorregião Leste Maranhense e de soja na Mesorregião Sul. Além disso, se manifesta nas carvoarias, “[...] na pecuária extensiva; na construção das hidrelétricas, em Estreito; e na implantação dos pólos siderúrgicos em Açailândia e Rosário”. (AZAR, 2013, p. 59-60).

E contrário ao discurso “desenvolvimentista” e de “modernização”, o avanço do agronegócio no estado tem gerado conflitos e grandes transformações no cotidiano do trabalhador e provocado o acirramento da questão agrária dos anos 1990 aos dias atuais no Maranhão. (CARNEIRO; COSTA, 2009, 2013).

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, a FIEMA (1988), as mudanças econômicas e de industrialização na região seriam por conta dos “[...] esforços do Governador Sarney, com o seu caráter modernizador, para tirar o estado do subdesenvolvimento”.

Vivemos uma reedição histórica do discurso de modernidade! Dando seguimento à proposta sarneísta, Roseana Sarney, na década de 1990, conclama um “Novo Maranhão”, e depois o intitula de “Novo Tempo”, e inicia seu mandato falando em investimento industrial em polos regionais de desenvolvimento.

Registrarmos também, no mesmo período, desapropriação de terras, adquiridas na maioria das vezes de maneira fraudulenta por investidores de outros estados, privatizações, como a do Banco do Estado do Maranhão (BEM), além do apoio à grande agricultura de exportação, atualmente chamada de agroindústria, em detrimento da agricultura familiar. (BARBOSA, 2006)

Essa proposta de “modernização” representou a incorporação do Maranhão ao projeto de uma modernização conservadora, em um processo de incoerência entre o discurso do desenvolvimento e a realidade vivenciada pela classe trabalhadora maranhense, pois, além de não gerar os empregos prometidos, provocou um crescimento desorganizado da cidade, sem políticas governamentais correspondentes. Para agravar essa situação, o estado ascendeu ao primeiro lugar dos piores indicadores socioeconômicos. (HOLANDA, 2011).

O discurso de “modernização” e “desenvolvimento” vem imbuído de oportunidades, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida dos maranhenses, um verdadeiro “milagre econômico”. É importante salientar que a questão da qualificação profissional é garantida pelo governo no discurso e, no entanto, observa-se na realidade que não tem alcance para todos.

Paralelos ao processo de implantação de grandes empreendimentos, surgem cursos profissionalizantes na mesma visão mercadológica, expropriando o trabalhador que acredita numa equação ilusória: esforço + mão de obra qualificada = emprego garantido.

Mas a ideologia de desenvolvimento pela “modernidade” e “industrialização” segue seu ritmo acelerado no Brasil, e em particular no Maranhão, sendo demonstrado através de dados de divulgação política do governo Roseana Sarney (2010-2014), compilados na tabela abaixo, com ênfase no volume de investimentos para o Maranhão “moderno” e “De volta ao Trabalho” (o último *slogan* de sua campanha eleitoral).

Tabela 2 – Investimentos para o Maranhão

INFRAESTRUTURA E GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	INVESTIMENTO	QUANTIDADE DE EMPREGOS PROMETIDOS
Terminal Portuário do Mearim	R\$ 3 bilhões	3.600 (diretos e indiretos)
Logística – expansão da Vale	R\$12,5 bilhões	2.500 (durante a construção)
Mineração de Ouro (Mineradora Aurizona)	R\$ 100 milhões	1.200 (diretos e indiretos)
Mineração de Ouro (Jaguar Mining)	R\$ 280 milhões	Implantação: 1.000; Operação: 450 (diretos), 180 (indiretos) 2.250 (efeito renda)
Suzano Papel e Celulose	R\$ 4 bilhões	Implantação 8.000; Operação: 3.500 (diretos), 15.000 (indiretos)
Gusa Nordeste -ACIARA	R\$ 300 milhões	Implantação: 1.000; Operação: 1.000 (diretos e indiretos)
Hidrelétrica – UHE Estreito	R\$ 4 bilhões	7.500 (diretos na obra)
Termelétrica – Grupo MPX	R\$ 1,8 bilhão	6.000 (diretos e indiretos)
Termelétrica – Grupo Geranorte	R\$ 600 milhões	3.000 (diretos e indiretos)
Termelétrica – MPX Energia e Petra Energia	R\$ 4 bilhões	Fase de construção: 3700 (diretos e indiretos) Fase de operação: 480 (diretos e indiretos)
Alumar – expansão refinaria	R\$ 5,2 bilhões	13.000 (diretos e indiretos)
Alumar – BRASCOPPER	R\$80 milhões	Operação: 140 (diretos) Implantação: 200 (diretos e indiretos)
Notaro Alimentos – Complexo Industrial Avícola	R\$ 146 milhões	3.800 (diretos e indiretos)
Grupo Sá Cavalcante- Shopping da Ilha	R\$ 240 milhões	Construção: 1000 diretos; 4.000 indiretos; Em funcionamento: 3.000 empregos
Grupo Sá Cavalcante-Centro Empresarial	R\$ 780 milhões	250 diretos na obra; 1000 (indiretos)
Refinaria Premium I	US\$ 19,8 bilhões	132.000 (diretos e indiretos); 26.000 (pico da obra)

Fonte: Encarte “O Maranhão e a nova década: oportunidades e desafios”

Embora uma campanha eleitoral recheada de avanços econômicos para o estado e centrada nos investimentos industriais, Holanda (2013) registra que, a verdadeira década perdida para o Maranhão foi a década de 1990, cujo desenrolar foi condicionado pelo esgotamento do ciclo de investimentos que maturaram no Estado na primeira metade da década de 1980, com a instalação do complexo metalúrgico-logístico VALE, Carajás e ALUMAR, e pelo aprofundamento da crise fiscal que se abateu sobre o Estado.

Nessa direção, os estudos do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) (2007) apontam que, o segundo movimento de transformações contemporâneas no Maranhão tem na década de 1990 a sua consolidação do primeiro movimento através da expansão industrial. O avanço

do agronegócio no estado foi seguida de privatizações, tendo em 1997 a situação da Vale do Rio Doce, considerada uma das maiores estatais do país, sendo privatizada e carregando nesse processo, todas as características inerentes ao projeto de expropriação do território e das relações estabelecidas na acumulação do capital, tendo a exploração da mão de obra como parte constitutiva da reestruturação produtiva. Daí, os estudos do grupo registram que:

No contexto do avanço da reestruturação produtiva, sob a ideologia neoliberal no mundo, consolida-se no estado, portanto, um modelo econômico que historicamente desagrega, desestrutura, reestrutura e articula organicamente em sua dinâmica destrutiva setores considerados tradicionais, em que se incluem, principalmente, a agricultura de subsistência e outras formas de trabalho consideradas não capitalistas (entre as quais situam-se as formas identificadas como trabalho análogo ao escravo), ou quase capitalistas, como pequenos empreendimentos que proliferam nas periferias urbanas (Arcangeli, 1995); e pólos considerados modernos, também com uma diversidade de empresas capitalistas, comportando setores de baixa e de altíssima produtividade, inclusive com caráter de 'enclave', que constituem a base formal das relações de trabalho assalariado. (GSERMS, 2007, p. 8).

A análise do GSERMS corrobora com Oliveira (2011) e Martins (1986) sobre a reestruturação produtiva e de como esse modelo econômico modifica as relações e condições de trabalho, sobretudo no campo. Os referidos autores expressam que, o desenvolvimento do capitalismo no campo processa-se pelas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista que ao se desenvolver, promove dialeticamente o desenvolvimento de relações não-capitalistas como é o caso do trabalho familiar. (OLIVEIRA, 2011; MARTINS, 1986).

Os efeitos do capitalismo no campo refletem-se no processo de “integração indústria-agricultura”, diminuindo a pequena produção, o surgimento de manufaturas e produtos industrializados para a produção agrícola, aumento de processos migratórios e mudanças nas condições de vida. Segundo Kautsky (1980, p. 26), “[...] quanto mais esse processo avança, mais se dissolve a indústria doméstica [...] e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês”, ou seja: a obrigação cada vez maior de o trabalhador do campo ter capital para realizar suas atividades, o que outrora era feito com a mercadoria produzida na terra, através da troca ou venda.

Considerando o processo que o Maranhão vem vivenciando na expansão das indústrias e de grandes projetos econômicos, o município de Bacabeira, particularmente, vem historicamente convivendo com esse processo desigual e combinado: de um lado, um crescimento em prol do “progresso”, desde a construção da BR-135, a instalação de usinas, cerâmicas e, a anunciada, Refinaria Premium I

entre o processo de terraplanagem e de sua desmobilização; do outro, estratégias de sobrevivência desses trabalhadores rurais sendo visualizadas no próprio percurso de chegada, quando eles deixam de ser eminentemente agricultores para serem comerciantes e trabalhadores informais. Essas metamorfoses na reestruturação produtiva, sobretudo preconizadas com o avanço de grandes projetos industriais, “[...] altera o padrão de produção e consumo da força de trabalho nos diversos setores da economia, com demissão em massa, precarização de contratação e sub-contratação da força de trabalho”. (GSERMS, 2007, p. 9).

No percurso para Bacabeira-MA, observamos pontos comerciais localizados na BR-135 e na MA-104 para a venda de produtos cultivados da terra e de produção local através do artesanato em barro e argila.

Figuras 9 e 10 – Pontos comerciais ao longo da BR-135, município de Bacabeira - MA¹⁰



Fonte: Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História UFMA (UFMA, 2011)

Importante salientar que, mesmo diante dessas “novas tendências” nas atividades econômicas, todas elas estão associadas a sua produção local, seja na agricultura ou nas atividades manuais com cerâmicas, habilidades adquiridas tradicionalmente e culturalmente nessa região.

¹⁰ Pontos comerciais ao longo da BR-135, município de Bacabeira – MA. Arquivo fotográfico Equipe de História – Departamento de História UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira – monitoramento dos indicadores socioeconômicos dos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), outubro de 2011.

O município de Bacabeira-MA surge nessa lógica do capital, em um contexto político contraditório entre a realidade territorial e as condições de infraestrutura para que fosse emancipado para município. Realidade essa que vem à tona com o anúncio da implantação da Refinaria Premium I na região, em 2009, o que aumentou as tensões, expectativas e frustrações dos moradores locais e de municípios vizinhos.

Segundo os estudos de Travassos (1998), o desmembramento de Bacabeira de Rosário-MA, teve uma intenção política e territorial que gerou conflitos desde o início, com divergências sobre a legalidade do processo e as condições objetivas para a sua emancipação. Tal processo ocorreu em 10 de novembro de 1994, tornando Bacabeira município e assumindo um importante destaque no estado devido a sua localização geográfica e por ser considerado como um “vazio demográfico” pronto a ser “descoberto” e “explorado pelo progresso”, inclusive justificado pelo recolhimento de impostos e a diminuição fiscal sobre as localidades.

Assim, Bacabeira se legitima como município e propriamente uma extensão do distrito industrial de São Luís devido sua localização, encontrar-se distante 60 quilômetros da capital maranhense, no encontro das rodovias BR-135 e BR-402, separado apenas pelo Estreito dos Mosquitos, num ponto estratégico. É atravessado pela BR-135, pelo trajeto ferroviário (Carajás-Norte-Sul) e Transnordestina, que dão acesso ao Complexo Portuário de São Luís, e é passagem obrigatória para quem vai da capital para o continente, ou vice-versa, e para aqueles que seguem a estrada em direção aos municípios que compõem o polo Turístico do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Pelo município também passam as grandes redes transmissoras de energia que abastecem a cidade de São Luís e todas as indústrias instaladas na ilha, através da ELETRONORTE, assim como a adutora (Sistema Italuís – CAEMA) que abastece 60% da água consumida na capital. Outro importante elemento é o fato de o município estabelecer limites com a Baía de São Marcos e o estuário do rio Mearim, onde será implantado um terminal portuário com dois píeres, com quatro berços às margens desse rio. (JORNAL, 2007).

Em Bacabeira visualizam-se essas contradições, em que o “progresso” invade, corta ruas, avenidas, desmata e impõe um novo sistema de convívio para os moradores do local.

Figura 11 – Trabalho de campo em agosto 2013, na Av. principal de Periz de Cima



Fonte: Equipe socioeconômica da UFMA, responsável pelo EIA/RIMA's: da construção dos dutos e da estrada de equipamentos pesados, referentes ao projeto da Refinaria Premium I 2013

Como percebemos na ilustração de Periz de Cima, povoado de Bacabeira, esses moradores convivem entre fios de alta tensão, novas construções, ampliação da BR- 135, desapropriações e, ainda, parte dos terrenos são alagados.

Conforme dados do IBGE (2010), aproximadamente 70% do território de Bacabeira corresponde ao Campo de Perizes, com área caracterizada por um solo mole de terceira categoria, sem suporte e resistência para construção, não sendo propício ao processo de ocupação humana. No entanto, a duplicação da BR-135 foi trabalhada para receber a camada asfáltica favorável ao deslocamento e fluxo de mercadoria para a circulação do capital, ou seja, conforme Lefebvre (2001) discute em a “Cidade do Capital”: as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social e, por isso, são pensadas para atender a necessidade do capital. Nessas condições que Bacabeira se torna um dos mais promissores polos de investimento, negócios e oportunidades para a implantação de muitos projetos industriais.

Sant’ana Júnior (2010) ressalta que o município de Bacabeira está na rota do projeto de desenvolvimento da Amazônia porque possui reservas naturais ainda não exploradas e necessárias ao processo de modernização, devido:

- a) À existência de minerais e minerais não metálicos responsáveis pela implantação de indústrias extrativas e metalúrgicas, como: a Margusa Maranhão (produtora de ferro-gusa) (BR-135, 48, Periz de Cima); Pedreira Primavera – Ltda. (BR-135, km-45, Periz de Baixo); Cerita - Cerâmica Industrial Ita Ltda. (BR-135, km-53, Periz Cima); Cerâmica Industrial Bacabeira Ltda. (BR-135, km-52, Periz de Cima); Granorte de Mineração S/A (BR -135, km-43 - Periz de Baixo), para citar algumas.
- b) À construção da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, entre 1910 – 1930 e, posteriormente, a Carajás-Norte-Sul.
- c) À presença do estuário do rio Mearim, um dos maiores rios do Maranhão, que, antes de desaguar na Bahia de São José, passa pelo município de Bacabeira. (SANT'ANA JÚNIOR, 2010).

O município em questão vem vivenciando um processo de investimento industrial na região; lógico que diante da mundialização do capital e da expansão de um projeto de modernização, esse processo ocorre de forma mais rápida e contundente, modificando o cotidiano dos moradores e, sobretudo suas relações de produção.

Vale ressaltar que as iniciativas de obras públicas nessa localidade já evidenciavam, desde 1942, uma preocupação dos prefeitos dos municípios, na época, no trajeto São Luís-Teresina, na dificuldade de escoar mercadoria e fazer circular o capital.

Segundo Sandoval (2012), o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), que, em 2001, foi substituído por Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), definia como seu objetivo emergencial a construção de trechos considerados de maior relevância geoeconômica e geopolítica, dentre os quais, a antiga BR-3, atual BR-135, concluída na segunda metade dos anos 50. (SANDOVAL, 2019).

O planejamento dos órgãos federais condizia com a necessidade ideologicamente difundida pelo estado na perspectiva desenvolvimentista na década de 1950, colocando o Maranhão em uma de suas prioridades, considerando, conforme afirma Trovão (2008): suas terras abundantes e devolutas, o índice pluviométrico satisfatório e o solo úmido graças à cobertura arbórea e à presença constante das chuvas.

As contradições vivenciadas no município são evidenciadas na história do povoamento, enraizadas pela cultura de luta, produção na terra e principalmente dos laços presentes em relação ao passado e ao processo de modernização.

A história de povoamento de Bacabeira nos remete aos anos de 1940, quando pessoas fugidas da seca migraram do Ceará motivadas pela construção da

estrada de rodagem que ligaria São Luís ao sul do país, estabelecendo-se no lugarejo denominado **Igarapé Seco**, onde atualmente localiza-se a Br-402, caminho para quem vai a Rosário, Barreirinhas e Humberto de Campos. (TRAVASSOS, 1998). O processo migratório dessas pessoas acontecia em busca de melhores condições de vida, oportunidades de produzirem e subsistirem.

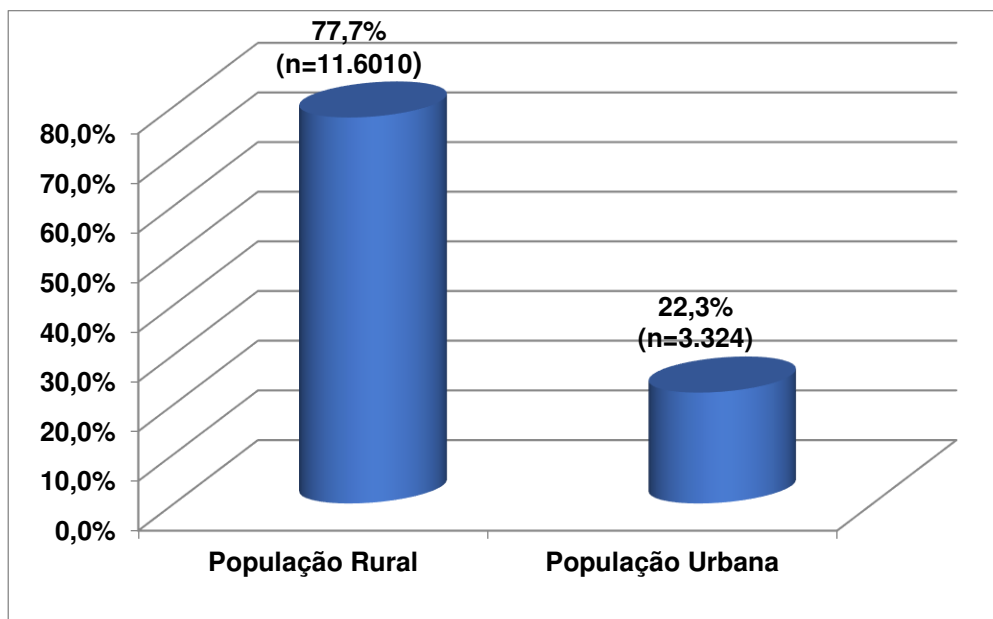
Nesse período, o auge era a construção da estrada além de outros fatores que influenciaram o processo migratório oriundo da região nordeste, com a predominância de recursos naturais; a exemplo do barro, que ao longo dos anos tem estimulado as atividades de cerâmica, artesanato, extrativismo vegetal, pesca, extrativismo mineral – areia e pedra brita, e agricultura (em especial a mandioca). (MARANHÃO, 2008).

Alguns moradores da localidade relatam que, em razão da existência de um grande pé de bacaba que servia de sombra para o descanso dos trabalhadores das obras de construção da estrada, o lugar “começou a ser conhecido como Bacaba e logo depois ficou denominado Bacabeira por existir muita bacaba no lugar”. (TRAVASSOS, 2019).

Dessa forma, paulatinamente os locais no entorno desse Igarapé Seco e de onde a estrada era construída passavam a ser habitados por migrantes: Santa Quitéria, Pequi, Aguiar e Grajaú, Gameleira, Periz de Baixo, Periz de Cima, Placa de Recurso, Rancho Papouco, Vila Cearense, Salvaterra, Videl, Igaruçu e Ramal do Abude.

Segundo dados censitários, do ano de 2010, publicados no Diário Oficial da União, em 04 de novembro do mesmo ano, a população de Bacabeira é estimada em 14.965, sendo composta por 7.542 do sexo masculino e 7.423 do sexo feminino. Essa população ainda se concentra na área rural, com um total de 11.641 habitantes, conforme gráfico 1 abaixo, população urbana e rural de Bacabeira). (IBGE, 2010).

Gráfico 1 – População Rural e Urbana de Bacabeira (MA)



Fonte: IBGE, Censo, 2010

Esses dados revelam, a partir das atividades econômicas, que 77,7% da população bacabeirense ainda se concentra no setor primário, principalmente na pesca, agricultura (roçado no quintal) e criação de animais (porco, galinha e, em pequena proporção, o gado). Também, em proporção menor, é a inserção de mão de obra no setor da indústria devido à existência, no município, de um polo industrial em cerâmica, de produção de ferro gusa e pedra britada e da fase de terraplanagem do projeto da Petrobras. (BACABEIRA, 2006).

Assim, as mudanças na esfera produtiva vem ocorrendo nessas localidades, alterando o cotidiano dessas famílias, provocadas pelo número de investimentos, obras e especulação imobiliária na região e, considerando que esses trabalhadores desenvolvem majoritariamente sua força de trabalho na agricultura, assim como o nível de escolaridade se concentra no fundamental incompleto¹¹, poucos são absorvidos para trabalharem nesse “novo rural brasileiro”¹², exercendo

¹¹ Dados trabalhados na nossa dissertação em 2014, sobre o nível de escolaridade em Bacabeira e a possível absorção na esfera do trabalho pela anunciada Refinaria Premium I na região. (SILVA, 2014).

¹² Para Silva (1996), há uma nova dinâmica no rural brasileiro, não sendo mais possível pensá-lo a partir das atividades agrícolas. Novas formas de renda, inclusive, a renda previdenciária e de atividades não agrícolas fazem parte do espectro das atividades rurais. Esses sujeitos em sua maioria possuem a terra e, paralelamente, vendem a força de trabalho, se tornando trabalhadores assalariados em algumas épocas do ano. Atualmente, a ampliação da infraestrutura e de serviços nas proximidades das áreas urbanas, precisamente as grandes cidades, atraem investimentos e novos moradores, criando novas dinâmicas espaciais nessas áreas.

suas habilidades na tradicional agricultura, artesanato e no setor de serviços, permanecendo muitos deles na informalidade, como observamos no trajeto das rodovias e avenidas dessas localidades.

A situação dos povoados de **Santa Quitéria** e **Salva Terra** é a mesma, em que os trabalhadores possuem majoritariamente o ensino fundamental incompleto, seguido dos que possuem Ensino Médio Completo e Ensino fundamental completo, como mostra a tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados nos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra

ESCOLARIDADE	SANTA QUITÉRIA	SALVA TERRA
Não alfabetizado	-	-
Alfabetizado	01	-
Ensino Fundamental incompleto	05	05
Ensino Fundamental completo	04	-
Ensino Médio incompleto	01	01
Ensino Médio completo	05	03
Ensino superior Completo	-	-
Ensino Superior Incompleto	-	-
TOTAL	16	09

Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora com trabalhadores dos povoados Santa Quitéria e Salva Terra em 2018

Os dados expostos acima, com uma representatividade dos trabalhadores dos referidos povoados, revelam o nível de escolaridade dos mesmos e incompatível com a demanda de trabalhadores a serem incorporados pelas exigências das novas “tendências de mercado”, influenciadas pelo processo de industrialização na região.

Apesar desse nível de escolaridade, os trabalhadores de **Santa Quitéria** e de **Salva Terra** têm a consciência de que a educação tem peso para a inserção no mercado de trabalho e uma estreita relação com a ideologia desenvolvimentista, que prioriza a educação profissionalizante com o discurso de que esta, devolve ao mercado, de maneira mais rápida, o trabalhador “capacitado” para o exercício técnico profissional.

Daí as lutas reivindicatórias desses trabalhadores, também no campo da educação.

Os trabalhadores de **Santa Quitéria** e **Salva terra** revelam que só possuem uma escola de ensino fundamental nos referidos povoados e que contempla apenas as séries iniciais (1º ao 5º ano). Só existe ensino médio na sede de Bacabeira, mas a distância, a insegurança e a violência existente na região, dificulta o deslocamento.

A maioria dos trabalhadores possui escolaridade no nível do ensino fundamental incompleto e permanece na agricultura familiar. Mas, as condições adversas para a produção agrícola nessas localidades têm levado a buscarem alternativas necessárias para a sobrevivência.

Carneiro e Costa (2009) apontam o cenário adverso para a agricultura familiar, ao analisar a estrutura de emprego e da ocupação na economia maranhense e da importância do trabalho agrícola não assalariado. Utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2005, o autor afirma:

Temos que pelo menos 85% das pessoas ocupadas na agricultura, 41% do total de ocupações do estado, encontram-se inseridas em empreendimentos familiares, o que revela o peso da agricultura familiar na economia maranhense. Essa importância numérica só pode ser devidamente apreendida quando levamos em consideração que, para além da geração da renda, esse tipo de agricultura possui forte vinculação com a gestão sustentável dos recursos naturais e com a construção de vínculos culturais que ajudam a manter e dinamizar o tecido social nas várias regiões do Maranhão. (CARNEIRO; COSTA, 2009, p. 23-24).

Mesmo com a dinamização econômica ocorrida ao longo de quase 30 anos, desde os mais antigos aos mais recentes, esses povoados continuam enfrentando uma série de problemas que têm afetado o cotidiano de seus moradores, que vivem, em sua maior parte, da pesca e roça de subsistência, apicultura, criação de gado, trabalhos autônomos e em cerâmicas da região.

As demandas na esfera do trabalho relacionadas diretamente ao processo de industrialização na região, não está absorvendo o contingente de trabalhadores da localidade, considerando o nível de escolaridade e o forte vínculo que eles possuem com a agricultura familiar, além da migração de trabalhadores de outras regiões e a inserção destes nestas empresas. Assim, reforçamos que o discurso empresarial e governamental em relação a geração de empregos e melhorias na condição de vida desses trabalhadores é contraditório, pois não analisa as condições e necessidades reais dos trabalhadores da localidade, suprimindo necessariamente a demanda do grande capital.

Contudo, mesmo os trabalhadores da localidade não sendo absorvidos enquanto força de trabalho no setor industrial, a inserção desses empreendimentos

na localidade, alteram as condições de produção na região mediante o aumento do custo de vida, as formas anteriores de produzir e comercializar os produtos e, logicamente, traz uma especulação imobiliária e conflitos no uso e ocupação da terra atingindo diretamente as condições de vida e trabalho destes trabalhadores.

Nessa perspectiva, em que a indústria penetra nas raízes da produção agrícola, o trabalhador rural vai paulatinamente se envolvendo pelo sistema capitalista, deixando de ser somente agricultor para produzir para o mercado e ficando dependente dos atributos desse processo, deixando de ser o sujeito principal da produção agrícola, submetendo-se à tecnificação e à alienação. Para Kautsky (1980), com essas mudanças nas relações de produção no campo ocorridas a partir do processo de industrialização, de inserção de tecnologias e de produção para o mercado, o camponês/trabalhador rural:

[...] deixa, portanto, de ser o senhor da sua exploração agrícola: esta torna-se um anexo da exploração industrial pelas necessidades da qual se deve regular. O camponês torna-se um operário parcial da fábrica [...] ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial [...] lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a essa dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa. (KAUTSKY, 1980, p.128-129).

As transformações que ocorrem na agricultura através da integração com a indústria, torna o agricultor mais vulnerável e dependente do capital. Dessa forma, Kautsky (1980, p. 160), ao mencionar a transformação na agricultura, ressalta que:

Qualquer progresso nesse sentido terá necessariamente como resultado o agravamento do estado de crise em que se encontram os agricultores, o aumento da sua dependência em relação à indústria, a diminuição da segurança da sua existência.

Nesse sentido, verificamos que a expansão do modo capitalista, na agricultura, tende a aumentar a exploração do trabalhador rural a fim de satisfazer as necessidades da indústria, contrariando a pequena produção. Mas não significa o fim da pequena propriedade, pelo contrário; a grande exploração necessita de um número de pequenas propriedades para a exploração industrial, as quais forneçam matéria prima e vendam para a indústria para ela revender posteriormente e ainda como reserva de mão de obra para os períodos em que a grande exploração precisar de assalariados. (KAUTSKY, 1980).

Para o capital, o exército de reserva de desempregados ou de trabalhadores “livres” de seus meios de sobrevivência são essenciais para a expansão e acumulação do capital. Dessa forma, as alterações ocorridas nas relações de

trabalho provocadas pela mudança tecnológica e pelas exigências legais sobre a posse e renda da terra, são inerentes ao avanço do capital – indústria no campo. Harvey (2013, p. 486) expõe que “[...] o trabalhador nada mais é do que capital variável, um aspecto do próprio capital em seu processo de mobilidade”.

Assim, a reestruturação e a flexibilização produtiva geram fissuras na identidade social dos “novos trabalhadores” desse “novo” processo produtivo, inclusive dos trabalhadores que possuem uma relação mais estreita com a produção, como é o caso do trabalho no campo. Segundo Harvey (2013, p. 487) “[...] quanto mais móvel é o trabalhador, mas facilmente o capital pode adotar novos processos de trabalho e tirar vantagem para a acumulação do capital”.

Entendemos que o processo de mudança no mundo do trabalho cria crises nas relações de produção e na identidade do trabalhador, que apesar de lhe gerar sofrimento e sensação de fracasso, também conduz a alternativa de superação como condição de sobrevivência. Baseamos-nos em Marx no reconhecimento que o trabalho é a categoria fundante do ser social e, em Lukács (1978) que é a ontologia do ser social, então por mais que o capital busque estratégias de alienar, segregar e distanciar da essência da natureza humana que é o trabalho, é através dele que desenvolvemos a capacidade de mudar e transformar a natureza, de buscar alternativas de superação à opressão e à exploração e de potencializar a condição de existência humana em suas metamorfoses.

É através do trabalho que o homem expressa sua realidade espiritual e materializa o produto da atividade humana, dando significado ao que se cria e se transforma. Nesse processo, o trabalhador percebe-se como sujeito de sua história, relaciona-se com seu modo de vida, percebe-se enquanto classe e interpreta sua realidade. Martins (2002) afirma que a consciência do trabalhador rural expressa a consciência dos indivíduos, que é a extensão da família, da comunidade e dos laços comunitários, é uma consciência afetiva de pertencimento, por isso, nas comunidades rurais, o trabalho e a festa unem-se nas festividades e celebrações, nas relações de solidariedade e cooperação.

Brandão (2007) reforça que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores na comunidade expressa-se através de gestos simbólicos, sem visar a um resultado produtivo ou que gere lucro.

[...] através de gestos simbólicos não se visa a um ‘resultado produtivo’, material, mas a uma troca, a uma intercomunicação entre pessoas ou entre pessoas e seres naturais ou sobrenaturais em que elas crêem, através de palavras, de condutas regidas por saberes e preceitos. Gestos vividos entre preces, cantos, danças, pequenas dramatizações, jogos, brincadeiras, festejos, ritos, rituais, celebrações, enfim. (BRANDÃO, 2007, p. 83).

Sem dúvida alguma, o município de Bacabeira guarda um acervo histórico e cultural que retrata seus ancestrais, sua identidade, suas condições de vida e que traz à tona uma realidade rural nas formas de trabalho, de manifestações culturais e políticas. Isso evidenciamos nos próprios dados apresentados anteriormente no gráfico 7, em que: 77,7% da população de Bacabeira concentra-se na área rural, embora se expresse no município o crescimento do setor industrial e suas alterações na logística da cidade.

Em Bacabeira, especificamente, nos povoados de **Santa Quitéria e Salva Terra**, no que se refere a principal atividade produtiva da família, dos **16(dezesseis) trabalhadores entrevistados de Santa Quitéria** a maioria, correspondente a 12(doze) dos entrevistados, aponta que a produção encontra-se voltada para a atividade agrícola que engloba: agricultura de subsistência, criação de animais no quintal, roça, horta e piscicultura. Em uma proporção menor, verificamos a partir dos entrevistados, que 1(um) trabalhador após aposentadoria se tornou “empreendedor”, montando um restaurante na Br-402, em que relata: “vendemos para quem passa” (O.C.C. trabalhador de Santa Quitéria); 1(um) entrevistado na metalurgia, 1(um) como funcionário público e 1(um) autônomo que trabalha com vendas de produtos de limpeza. Registramos em algumas entrevistas, a movimentação produtiva nas famílias, precisamente dos filhos que já não estão perpetuando a agricultura familiar, conforme verificamos em 4(quatro) dos entrevistados, de que seus filhos se tornaram pedreiro, motorista, manicure, costureira, professora dentre outras atividades no setor de serviços e no emprego doméstico, “estão se virando”, como afirmam.

No povoado de **Salva Terra, dos 9 (nove) entrevistados**, a principal atividade produtiva da família está na agricultura e pesca. Somente um entrevistado apontou o trabalho na cerâmica. No que concerne ao trabalho familiar, em Salva Terra verificamos também, através das entrevistas, a mobilidade da força de trabalho dos filhos, apresentando o trabalho doméstico e no comércio como alternativas viáveis diante das dificuldades de manter a agricultura familiar e do desemprego, sobretudo após o remanejamento do local em que outrora já tinham o “roçado garantido”.

A localização atual dos povoados **Salva Terra I e Salva Terra II (Valparaíso)**, contribuiu para as alterações na organização produtiva da agricultura familiar e da pesca, considerando que a área para o plantio não é favorável porque inunda e é de difícil acesso e deslocamento para comercialização da produção. Somado ao fator da localização e condições da terra para o plantio, observamos alterações significativas no cotidiano desses trabalhadores rurais que vivenciaram o remanejamento da área onde seria o projeto da Petrobras próximo a Br-402 e foram deslocados para um conjunto Habitacional em locais diferenciados e distantes (Salva Terra I e Salva Terra II) e, neste processo ficou acordado uma indenização através de uma “Bolsa Auxílio”¹³ para cada família, inerente à “compensação ao processo de remanejamento” e ao período necessário para a retomada da produção agrícola destes trabalhadores. Segundo relatos colhidos através das entrevistas, esta Bolsa “as vezes atrasa 1(um) mês ou 2 (dois) meses para receber, mas até então está garantida, o que acomodou muitos companheiros na luta pelo título da terra e a procurar a sua lavoura”. (J. R. C. trabalhador de Salva Terra I).

A localização do povoado de **Santa Quitéria** a margem da Br-402, em frente onde seria o empreendimento da Petrobras, que congrega em seu entorno várias indústrias como a **Cerita** – com a produção de cerâmica vermelha, a **Margusa** – Maranhão Gusa S/A – com a produção de ferro gusa em lingotes com alta qualidade química e, atualmente, o **Lixão Regional** que já recebe o lixo oriundo de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Rosário; o que torna Santa Quitéria uma área mais atingida pelos os efeitos do processo de industrialização, inclusive, fomentando formas e estratégias de reorganização produtiva, como condição de sobrevivência diante das metamorfoses no mundo do trabalho, que inclui a tecnologia no campo, a plantação em grande escala como a do agronegócio, pouco investimento de políticas agrícolas para o trabalhador rural, além de desapropriações de terra. Neste povoado, a área está “*sub judice*” no processo que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Rosário-MA, que trata e determina a Ação de Reintegração de Posse em favor da Bacabeira Empreendimentos Ltda, do suposto dono da área, Sr. Pedro Iram Pereira Espírito Santo. Esta condição limita os trabalhadores de realizar qualquer benfeitoria

¹³ A Bolsa auxílio é mantida pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Energia do Maranhão – **SEINC**, a princípio no valor de R\$ 500,00(quinzentos reais) recebidos a partir do ano do deslocamento em 2011 e, em 2018 passaram a receber R\$ 780,00(setecentos e oitenta reais).

em suas moradias, como também plantar, criar animais para além do que já existia até a intimação apresentada no dia 29/10/2018. (ANEXO A).

Diante desse contexto, se explica as alterações na estrutura da produção da agricultura familiar, outrora desenvolvida pelos trabalhadores e suas famílias dessas localidades.

Os trabalhadores rurais de Salva Terra I e II, foram remanejados para outra área não propícia para o cultivo porque alaga, assim como tiveram a perda do “espaço do quintal” necessário para a produção agrícola e criação de animais. Em relação aos trabalhadores de Santa Quitéria, embora permaneçam na mesma área, estão impedidos judicialmente de produzir na mesma, mediante o processo de litígio da terra, realidade expressa nos relatos abaixo, de trabalhadores dos referidos povoados.

Nosso orgulho, de plantar, de colher, de criar nossos bichos e sermos donos do nosso pedacinho de chão. Ah, moça com orgulho! Aprendi com meus pais, ensinei para os filhos e assim deveria ser para os netos e toda geração.
(D. P. S. Lavradora Santa Quitéria).

Agora andamos sobressaltados, nem plantar podemos. Vivemos sob ameaças.
(R. N. B. Lavrador Santa Quitéria).

Ah, senhora... depois que viemos para cá, percebemos que a terra não é muito boa para o plantio. Aqui uma chuvinha inunda.
(J. R. C. Agricultor Salva Terra I).

Antes do remanejamento nós vivíamos do cultivo da terra, da nossa produção na pesca e roçado.
(L. C. R. Pescadora Salva Terra II – Valparaíso).

Agora, além do aumento do custo de vida, que temos que pagar tudo: energia, gás e até comida. Antes tirava tudo da natureza: a lenha, a água do igarapé e as estrelas eram nossa garantia. Agora tudo é tecnologia, um tal de curso profissionalizante, é o jeito se virar.... não sei o que vai dar e onde vamos parar!
(F. M. G. Pescadora Salva Terra II-Valparaíso).

Sobre as relações econômicas e suas modificações, Alentejano (2003) afirma que elas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. Compreende-se sobre essas relações sociais na forma como representam simbolicamente, afetivamente e culturalmente, ligada aos processos de herança e sucessão. Assim, para o mesmo autor:

As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infraestrutura e moradia. Portanto, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviço; das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-

capitalistas ou familiares; e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida. (ALENTEJANO, 2003, p. 79).

Dessa forma, mesmo ocorrendo a inserção do trabalhador rural no mercado e na indústria, ele não rejeita as lógicas ofertadas para sua sobrevivência, seja direta ou indiretamente. No entanto, não rompe com sua cultura, seu conhecimento; muda nas formas de consumo, mas não deixa de ser trabalhador rural.

Segundo Chayanov (1974), na agricultura familiar, a família não está relacionada só com a mão de obra, mas com o perfil desta, as necessidades, o modo de trabalhar, sendo o que produzir e o porquê produzir relacionados aos moldes familiares. Por isso, o depoimento da lavradora Domingas (**povoado de Santa Quitéria**), vem imbuído de sentimentos de pertencimento e das relações familiares que são transmitidas de geração a geração, em uma continuidade cultural que necessita de reconhecimento e preservação, referenciada por ela com muito “orgulho”. Da mesma forma, os depoimentos do agricultor de **Salva Terra** José Ribamar, e as pescadoras Luzia e Francisca do mesmo povoado, reforçam o vínculo com a terra e do que a natureza lhe proporciona, através da pesca no Igarapé, a iluminação a partir das estrelas, a lenha para cozinhar, além de se perceberem no processo de produção como afirmam: “da nossa pesca e do nosso roçado”.

Figuras 12 e 13 – Açude em Santa Quitéria (criatório de peixes) e açude em Salva Terra, em que o trabalhador aproveitou o alagamento do quintal para criação de peixes



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2018.

Figuras 14 e 15 – Plantação de bacuri em Salva Terra I do Sr. José Ribamar e plantação de hortaliças em Santa Quitéria do Sr. Ezequias



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2018

Figura 16 – Trabalhadores processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira-MA, antes do remanejamento



Fonte: FÓRUM CARAJAS, 2009.

Queremos nossa terra, ela nos garante a moradia e a renda; aqui temos água, terra para plantar, riacho e igarapé para pescar, casa de forno, campo de futebol, juçara, cupuaçu e manga. Não queremos morar em barracão. (Depoimento de trabalhadora de Salva Terra, antes do remanejamento, 2009).

A agricultura familiar representa uma relação estabelecida com a sua terra, terra de trabalho e não a utilizada como instrumento de exploração, e o que extraem dela não é regulado pelo capital e sim, pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar e que também não se expressa, pela sua sujeição à ordem de produção capitalista e de exploração da sua força de trabalho, na proporção do que

ocorre com o operário na fábrica. Por isso, “o roçado” e “a pesca” constituem a base tradicional para o sustento dessas famílias e, embora exista uma tendência de redução nas plantações em menor escala, sobretudo desses povoados que sofreram e sofrem na luta pela terra, essa forma de produção permanece como elemento fundamental na caracterização e identidade desses trabalhadores.

Assim, os trabalhadores de **Santa Quitéria** e de **Salva Terra** vão desenvolvendo e cultivando, ao mesmo tempo, diferentes cultivos e diferentes variedades segundo uma lógica de espaço e condições de uso da terra, criando suas estratégias “para a terra que alaga” e “para a terra que não pode ser cultivada por ordem judicial”, a fim de garantir a base de subsistência para suas famílias.

Nessa direção, Abramovay (2007), analisando a sustentabilidade e desenvolvimento da agricultura familiar, destacou a lei básica da existência do campesinato que pode ser resumida na expressão “equilíbrio entre trabalho e consumo” revelando a lógica desse modo de vida, a que Gramsci (1968) ressalta em seus estudos que o elemento de identidade é a situação de classe e, mais precisamente, as condições em que esta classe vive, trabalha, se organiza e, ao mesmo tempo, pensa e problematiza sua vida em sociedade.

A análise em Gramsci sobre a cultura que é expressa no e a partir do cotidiano, como “modo de vida” que se constitui através de um conjunto de valores, de costumes, de práticas que compõem um ponto de convergência entre os sujeitos, como elemento de identidade e reconhecimento da situação de classe, nos fundamenta para entendemos que o trabalho desenvolvido através da agricultura familiar, congrega uma identidade oriunda da cultura que é expressa no cotidiano, nas formas de organização produtiva e nas relações sociais provenientes dela.

Para Carneiro (2013), a agricultura familiar, também conhecida como agricultura camponesa, pode ser definida como uma forma de produzir que tem na unidade familiar o seu núcleo principal, com o uso esporádico ou marginal do trabalho assalariado, como verificamos através das entrevistas, que alguns membros da família trabalham em atividades não agrícolas: pedreiros, costureira e serviços em geral, cujos resultados deste trabalho são encaminhados os recursos para os familiares adquirirem produtos essenciais para manutenção na terra.

Almeida (2003) reforça que, as famílias dos trabalhadores da terra vendem sua força de trabalho ainda que seja em épocas descontínuas e exercendo atividades não agrícolas, estabelecem nexos nas relações entre os assalariados e os que ainda

não o são; aqueles que são assalariados auxiliam na manutenção daqueles que continuam na terra e até mesmo disponibilizando recursos para as atividades produtivas na terra.

O fato dos trabalhadores rurais sentirem, ao mesmo tempo, uma relação com a terra na condição de “proprietário” e de trabalhador, ao organizarem a produção em uma relação não capitalista, desenvolvem uma particularidade de pertencimento na relação intrínseca entre ter a terra e a força de trabalho em um mesmo sujeito social. Segundo Almeida (2003) é a posse da terra e a venda da força de trabalho que o permite operar a partir de uma lógica não capitalista baseada no grupo familiar.

Observamos nos depoimentos dos entrevistados, R. N. (Povoado de **Santa Quitéria**) e da F. G. (Povoado de **Salva Terra**), os efeitos perversos da consolidação da agricultura moderna que gerou graves problemas sociais e ambientais, como conflitos de terra seguidos de desapropriações e remanejamentos, o avanço da tecnologia, evidenciando o que foi ressaltado por eles “vivemos sob ameaças”, “agora tudo é tecnologia e curso profissionalizante”, agravando as condições e relações de trabalho precarizadas, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades, deixando um rastro de destruição e desmistificando a falsa imagem de progresso e desenvolvimento rural.

Segundo Sant’ana Júnior (2010) as principais atividades econômicas desenvolvidas no antigo Salva Terra advinha do extrativismo, da pesca artesanal, da coleta e beneficiamento do cupuaçu, juçara, bacuri e pequi. Processavam manualmente e transformavam em polpas e sucos para a subsistência e da mandioca produziam a farinha e dos quintais tiravam sua produção através do cultivo das frutas e criação de animais como: galinha, pato e suínos. Em 2009, com o projeto da Refinaria Premium, o povoado de Salva Terra foi extinto e os moradores foram deslocados para o Conjunto Habitacional, passando a receber uma “bolsa auxílio” pela (SEINC) e através do contrato firmado entre a Petrobras e a Cooperativa de Trabalho Pesquisa e Assessoria Técnica (COOSPAT) de São Luís-MA, passaram a desenvolver projetos de formação profissional para os trabalhadores diante das alterações nas suas formas de produção anteriores.

Em Santa Quitéria, embora permaneçam na mesma localidade, a luta pela terra e as brigas cartoriais, judiciais e policial, tem impactado nas condições de uso da terra para o cultivo, além do avanço tecnológico na região e das mudanças ocorridas pelo processo de industrialização no entorno do povoado.

Nesse contexto, é preciso considerar que a modernização da agricultura constitui “[...] a expressão da modernização capitalista em seu movimento constante de auto-expansão, alterando o processo produtivo, acarretando diferenciações espaciais nos territórios, territorializando a contradição capital x trabalho”. (MENDONÇA, 2004, p. 227).

Nessa direção, ao analisar o mundo agrário na globalização, Ianni (1998, p. 46) faz a seguinte afirmação: “a revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias sócio-culturais, em seus significados políticos”. Com essa afirmação, o autor chama a atenção para o fato de que, nas áreas onde a modernização agrícola se expande, há transformação no modo de vida da população residente, pois são inseridos novos valores, que se aproximam dos valores urbanos. Sobre essas mudanças, Santos (2008, p. 47) ressalta que “[...] o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência”.

No processo de expansão do capital e da sua lógica de produção, circulação e acumulação, as alterações no território são inerentes ao movimento de expansão, assim como a mobilidade dos trabalhadores enquanto essência da exploração da força de trabalho, por isso, observamos nos últimos anos a mudança no sentido migratório no país e no estado.

O Maranhão sendo escolhido para receber grandes empreendimentos como a Hidrelétrica em Estreito que já foi concluído, a Usina Siderúrgica, um Estaleiro Naval e um Porto também em Bacabeira, atrai um grande contingente de trabalhadores de outras regiões, entre esses os naturais do município, que estão preferindo retornar aos seus estados natais, ocasionados pelo aumento do custo de vida nos grandes centros, quanto pelas ofertas de empregos; “Pierre George fala de migração não só como deslocação humana, mas como irradiação geográfica de um dado sistema econômico e de uma dada estrutura social”. (DAMIANI, 2001, p. 40). Como podemos verificar na tabela 4 abaixo, nos últimos cinco anos, um contingente de mais de quatro mil pessoas que retornaram ao município de Bacabeira.

Tabela 4 - Pessoas que residiram fora do município de Bacabeira

Tabela 3182 - Pessoas que já residiram fora do município, por tempo ininterrupto de residência no município, sexo e grupos de idade	
Município = Bacabeira – MA	
Variável = Pessoas que já residiram fora do município (Pessoas)	
Ano = 2010	
Tempo ininterrupto de residência no município	Total de Pessoas
Menos de 1 ano	447
1 ano	310
2 anos	217
3 anos	417
4 anos	305
5 anos	27
Total	4.264

Fonte: IBGE, Censo 2010

Esses empreendimentos têm atraído tanto os naturais que antes saíram para trabalhar fora, como do restante do estado e do País, como demonstra o comparativo entre os levantamentos do IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 5 – População residente no Município de Bacabeira com nascimento em outro lugar

Tabela 631 - População residente, por sexo e lugar de nascimento			
Município = Bacabeira – MA			
Variável = População residente (Pessoas)			
Lugar de nascimento	Ano		
	1991	2000	2010
Total	-	10.516	14.925
Acre	-	-	5
Amazonas	-	5	-
Pará	-	35	42
Maranhão	-	10.291	14.388
Piauí	-	104	208
Ceará	-	16	68
Rio Grande do Norte	-	-	11
Paraíba	-	16	-
Pernambuco	-	15	12
Alagoas	-	-	12
Sergipe	-	-	5
Bahia	-	8	29
Região Sudeste	-	26	107
Região Sul	-	-	4
Região Centro-Oeste	-	-	19
Distrito Federal	-	-	19
Brasil sem especificação	-	-	16
Total	-	21.032	29.870

Fonte: IBGE, Censo 2010.

De acordo com a tabela do IBGE (2010), observamos que o total de pessoas nascidas e residentes em Bacabeira-Ma no ano de 2000 era de 10.516 pessoas e, passou para o ano de 2010 para 14.925 pessoas, quando somadas ao processo migratório de pessoas nascidas em outras regiões e estados, e as que nasceram no Maranhão e em Bacabeira e que retornaram, constatamos um acréscimo de 10.516 pessoas no ano de 2000 e 14.945 pessoas no ano de 2010, totalizando respectivamente, em 21.032 e 29870 pessoas.

O processo de migração, segundo Sandroni (1999, p. 389), é um movimento populacional que se dirige de uma região (área de emigração) para outra (área de imigração). Esse movimento é considerado a base da dinâmica populacional, tanto quanto a natalidade e a mortalidade. O autor faz a distinção entre migração internacional (entre países) e migração interna (dentro das fronteiras de um mesmo país) e explicita que a migração geralmente ocorre porque as pessoas não encontram oportunidades sociais e econômicas em seus locais de origem, já o êxodo, seria uma aceleração da migração.

Conforme observamos através das entrevistas com os trabalhadores dos povoados de **Santa Quitéria** e **Salva Terra**, o processo migratório encontra-se associado as condições de trabalho. Percebemos que nos referidos povoados esse processo ocorreu internamente, entre os municípios vizinhos (Presidente Juscelino, Santa Rita e Morros), em alguns municípios da baixada maranhense (Pinheiro e Guimarães) e três destes trabalhadores de Santa Quitéria, vieram do Ceará, devido as condições da seca e plantio. Em Salva Terra, como são oriundos de uma comunidade quilombola, a maioria apontou como “filhos da terra”, e alegam que a mudança foi feita pela situação do remanejamento.

Estudos acerca do processo migratório defendem a ideia de que migrar faz parte da cultura brasileira, que geralmente as pessoas têm planos de mudar de cidade, de estado e até de país. Contudo, outra corrente de pensamento defende, como aponta Ferreira (1992, p. 19):

A população não migra por um direito de liberdade de locomover-se na busca de algo melhor ou por livre opção de escolha de moradia. Ela se desloca porque é impelida, coagida por estruturas econômicas, políticas e sociais e ideologicamente injustas, que, privilegiando as classes dominantes, condenam milhões de famílias a um desenraizamento sem fim.

O pensamento de Ferreira (1992) reforça o entendimento sobre os relatos dos trabalhadores de Salva Terra quando expõem que o deslocamento se fez devido a imposição do empreendimento da Petrobras e da ação governamental.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (1980, p. 319), [...] a mobilidade da população no espaço, ou mobilidade geográfica, representada pela componente migração, é um tema diretamente relacionado à realidade humana. Ou seja, os movimentos migratórios estão relacionados com a própria existência do homem e a procura por melhores condições de vida.

Ilha Neto (1999) denomina as primeiras migrações humanas de “primitivas” e foram responsáveis pela redefinição de funções sociais da família agrária. Essas migrações foram resultado de expulsões ecológicas devido à inabilidade do homem em lutar contra as forças naturais e por não dispor de meios técnicos para isso. Contudo, a partir do momento em que esses meios ficaram disponíveis, o processo migratório ocorre, porém, com migrações em massa. Segundo o autor, a pressão da modernidade agrícola interfere nas transformações e decisões individuais das famílias agrícolas, principalmente em relação aos filhos, que buscam alternativas diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, inclusive na agricultura familiar.

De acordo com os entrevistados, no que concerne ao deslocamento de membros da família do povoado para outra localidade, verificamos em **Santa Quitéria** a permanência da maioria dos trabalhadores no povoado, alegando o que já foi plantado e o trabalho na roça, mas assim mesmo, apontam que os filhos têm saído para estudar fora, devido as dificuldades já apontadas anteriormente sobre a questão do nível de escolaridade e a oferta de escolas públicas na região. Em **Salva Terra**, reforçam a relação que possuem com a terra e que o deslocamento se fez mediante uma imposição da Petrobras e do governo na época, assim, não configurando como um processo migratório. Também reforçam a saída de alguns filhos, devido questões de casamento e em busca de trabalhar na “cidade e ter seu dinheirinho”.

Dessa forma, compreendemos que o trabalho, em qualquer condição, é essencial para a vida humana, seja como sobrevivência ou como suposta independência, sobretudo para os trabalhadores rurais que têm na terra um vínculo cultural, de pertencimento e de relevância no reconhecimento enquanto essência do ser social, por isso, lutam pela terra como condição de sobrevivência.

Indubitavelmente, a luta pela terra é uma questão histórica e central na disputa entre as classes sociais. É na luta entre as classes que muito aflora o processo

de reconhecimento e fortalecimento de uma classe em oposição a outra. Estas classes se organizam em uma direção diante de um objetivo a alcançar ou a defender.

Dessa forma, entender os conflitos agrários, nesse processo, é de grande relevância para apreender a realidade da luta pela terra entre os trabalhadores rurais e o grande capital, representado pelos latifundiários, empresários do agronegócio e de empreendimentos industriais na área da minero-siderurgia.

2.3 Conflitos agrários e a luta pela terra como questão central de disputa entre as classes sociais

Passados “cinco séculos da chegada dos povos europeus, cinquenta anos da promulgação do Estatuto da Terra e trinta anos da Constituição Federal de 1988, o Brasil ainda não solucionou a questão fundiária em seu território” (CARVALHO, 2018, p. 27), sendo a luta pela terra, importante expressão da questão social.

Os conflitos ligados ao domínio da terra, em solo brasileiro, têm sua história no processo de “colonização” e disputa pelo poder. Antes da chegada dos povos europeus, as disputas entre as “tribos” já ocorriam, como forma de organização do espaço territorial e de exploração dos recursos naturais para subsistência. Em seguida, deu-se o inegável massacre, revestido de “colonização”, perpetrado pelos invasores.

Segundo Martins (1986), é com a Lei nº 601/1850, após o período das capitanias hereditárias e sesmarias, que o conflito pela terra ganha seus contornos atuais. É na chamada “Lei de Terras” que a disputa por território entre indígenas e europeus torna o conflito pela propriedade da terra meio de produção.

Com a “Lei de Terras” legitima-se a monetarização da terra e sua comercialização, cuja exploração, até então, advinha de concessão real. Assim, a terra passou a ser formalmente comercializável no Brasil e, diante do contexto histórico de “libertação de escravos”, favoreceu o processo de exploração da terra, sobretudo através da mão de obra abundante de “escravos libertos”, mas que não tinham condições de ser proprietários da terra, rendendo-se ao cultivo do campo, em condições de extrema exploração e submissão.

Segundo Azar (2013), sobre a Lei de Terras, sua promulgação ocorreu em meio a muita disputa política e econômica. Dessa forma,

[...] constituía estratégia da monarquia para receber o apoio político dos fazendeiros, pois com a iminente libertação dos escravos era preciso proteger os interesses dos senhores de terra, ou seja, a própria terra. A ideia central era a não permissão dos negros libertos apossar-se das terras existentes em abundância no país, tornando o homem liberto, mas a terra cativa. (AZAR, 2013, p. 189).

Martins (1986) reforça que à ideia de “homem liberto preso na terra cativa”, combinava-se o novo, sob outras condições históricas e, portanto, de outra forma, continuavam na base de sustentação da economia colonial.

A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. 1 Melhor explicando, a Lei de Terras expressamente proibiu, em seu art. 1º, a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra; bem como estabeleceu, em seu art. 3º, § 2º, que as terras já ocupadas em virtude de títulos legítimos, tidas por sesmarias ou outras concessões do governo, não seriam consideradas devolutas. Ou seja, quem tivesse recebido alguma concessão da Coroa, manteria a terra; quem não tivesse, somente mediante a compra e venda se tornaria proprietário. (MARTINS, 1986, p. 34).

Nesse contexto, os “libertos”, no ano de 1888, saem da escravidão, mas são imersos em outros processos de aprisionamento num sistema econômico sem a autonomia financeira e de trabalho que lhes poderiam colocar efetivamente “donos de si”.

Assim, constitui-se um grande contingente de trabalhadores do campo desprovidos de terra, expressando-se como mão de obra não mais formalmente escrava, contudo barata e abundante para aqueles que, quando editada a “Lei de Terras”, já possuíam a posse legítima de um pedaço de chão, reforçando a luta de classes.

O debate sobre a questão agrária tem como eixo central o conflito entre as classes: de um lado as forças capitalistas de produção e de outro lado os trabalhadores que, a partir de condições de vida distintas, possuem uma relação diferenciada com a terra.

Fernandes (2001, p. 2) conceitua a questão agrária como “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

Para Kautsky (1980), o entendimento da questão agrária no capitalismo é o caráter contraditório desse sistema que, ao mesmo tempo em que destrói as

relações não capitalistas (camponesas), as recria e as utiliza para o seu desenvolvimento.

Dessa forma, a disputa entre as classes é movida por interesses antagônicos. De um lado, temos a centralidade na subsistência e, de outro, a de apropriação de riqueza. Assim, no interior da questão agrária existe um processo conflitivo. A partir desse processo, Fernandes (2001) apresenta uma abordagem da questão agrária indissociada do conflito agrário. Para o autor,

[...] conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente [...] e a questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. (FERNANDES, 2001, p. 2).

O conflito é visto pelo autor como algo inerente ao desenvolvimento, embora seja exacerbado pelas contradições e desigualdades no capitalismo. Por isso, ao desconsiderar o conflito, muitos projetos de desenvolvimento do campo fracassam. Fernandes (2001) afirma, ainda, que a questão agrária é o movimento de destruição e recriação de relações capitalistas e camponesas de produção, tendo nascido da “[...] contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza”. (FERNANDES, 2001, p. 4).

Para o autor, não há como superar a questão agrária no capitalismo; seus problemas podem apenas ser minimizados, porque, na base do capitalismo, está a desigualdade, a expropriação e a acumulação da riqueza.

Mattos Neto (2006) aponta que a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção, ou seja, de que forma produzir, quanto produzir. Tal condição econômica revela como deve se organizar o trabalho e a produção, o nível de renda e as relações de trabalho dos trabalhadores rurais.

Na produção capitalista, levam-se em conta as formas de salários, rendas, juros, lucros e impostos. Tudo é calculado e sob o olhar minucioso, obviamente, do capitalista. Isso é evidente na luta de classes.

Segundo Harvey (2013), do ponto de vista da propriedade da terra, essa luta é multidimensional, porque envolve o proprietário da terra em oposição a todos os usuários da terra: capitalistas (que usam a terra como meio de produção ou simplesmente como espaço), camponeses, trabalhadores, financistas, o Estado e várias outras expressões da burguesia.

O autor afirma que a relação entre o capital e a propriedade da terra não é reduzida a uma relação de eterna harmonia.

O desenvolvimento do trabalho social estimula a demanda pela própria terra e, assim, a propriedade da terra adquire a capacidade de captar uma porção sempre crescente do maior valor produzido [...] o interesse nas construções, investimentos, cai nas mãos do capitalista industrial, do especulador imobiliário ou do arrendatário, contanto que o arrendamento seja longo, que depois essa terra infla sua renda. Aí reside o segredo do crescimento da riqueza de proprietários da terra, mas também, um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da agricultura. (HARVEY, 2013, p. 467).

A questão agrária torna-se um foco de disputas territoriais no Brasil e na América Latina, mas, também, uma preocupação de expansão territorial em âmbito mundial. Segundo estudo do Banco Mundial (2010), a demanda por terra tem se tornado um fenômeno mundial, transformando a disputa territorial em um fenômeno global. (LEITE; SAUER, 2011).

A disputa pela terra vem historicamente se constituindo na luta de classes, nas esferas política, econômica, cultural e incide diretamente nas condições e relações de coexistência dessas classes.

As formas históricas de apropriação e uso da terra, têm, cada vez mais, perdido sua função social, o que deveria ser priorizado como bem comum a partir de uma riqueza que é natural e fundamental para todos.

Galeano (2018), em sua obra “As veias abertas da América latina”, traz uma riqueza de análise sobre o processo de apropriação indevida da terra, a expropriação, humilhação e violência, a que “os nativos” foram submetidos. “O desnível de desenvolvimento dos dois mundos explica, em grande parte, a relativa facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas”. (GALEANO, 2018, p. 35).

A prática histórica sempre foi a da apropriação indevida e ilegal de terras públicas e de territórios coletivos ou comunitários. (ALMEIDA, 2011). As agro-estratégias, na busca pela apropriação indevida, sobretudo no Brasil, que possui uma extensão territorial, e, em especial na Amazônia, ampliam-se e aprofundam através de subterfúgios ilegais, como o de grilagem de terras, influências e corrupções em cartórios e órgãos públicos, que viabilizam a transferência de terras públicas e territórios comuns ao domínio privado. (ALMEIDA, 2011; MESQUITA, 2011).

No entanto, as disputas vivenciadas no campo são vistas como uma espécie de luta contra o sistema capitalista, como se este oportunizasse condições iguais para o trabalhador rural e o latifundiário.

As discrepâncias do meio rural não são assim tão diferentes das que ocorrem em meio urbano em relação a concentração de renda pela classe que detém o capital e as condições favoráveis para sua produção e reprodução, enquanto a outra classe encontra-se em condição subalternizada e tendo que se submeter ao processo de exploração no processo de produção. No campo, metade das propriedades do País abrange somente 2% da área ocupada pelos imóveis rurais como um todo, enquanto 1% das propriedades de maior porte abarca 45% das terras. (PESSOA, 2015). Por outro lado, no mundo, 1% da população concentra metade de toda a riqueza do planeta (EL PAÍS, 2015), enquanto, no Brasil, 0,3% da população detém 23% da riqueza. (ALVARENGA, 2016).

A concentração fundiária é semelhante à concentração de renda; então, quando se fala em “conflito agrário”, no Brasil, está se referindo à disputa entre o “trabalhador” e o “latifúndio”, em confronto não somente pela terra, mas por um diferenciado modelo de produção e condição de vida.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2008) define o conflito agrário:

Os conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes.

Os conflitos agrários, oriundos da questão agrária, historicamente estabelecida pela desigualdade e contradições, requerem do Estado políticas públicas para intervenção e mediação dessa problemática que é secular e tem urgência para garantia de direitos básicos, dentre eles a própria vida.

A terra sempre foi uma questão central do poder no Brasil e ainda hoje define disputas entre as classes sociais, tendo o Estado como mediador e legitimador desse processo pelas suas instâncias governamentais que envolvem os três poderes: legislativo, executivo e judiciário.

No momento atual, ampliam-se e se aprofundam as consequências históricas do passado que estão muito presentes na atualidade, principalmente diante de sucessivos golpes, culminados no impedimento da Presidente Dilma, em 2016 e dando sequência a uma legitimidade de infrações contra aos direitos conquistados em várias áreas, contidos na Constituição Federal, com afincos e abertamente desenvolvido no recente governo interino e ilegítimo do Presidente Temer.

Utilizando a crise mundial, que desfavoreceu as exportações de commodities, os “ajustes estruturais” da economia, com impacto negativo nas

políticas agrárias e agrícolas, colocaram todas as políticas ainda mais a serviço dos processos de acumulação ampliada do capital mundializado, aos quais se associam, como sempre, às oligarquias nacionais. Para tanto, organiza-se uma lógica de retirada de quaisquer resquícios de soberania político-econômica e social, subtraindo a representatividade popular e direitos constitucionais, vivenciando uma política ultraneoliberal.

Associado a essa crise e aos ajustes na economia, sob a força e jugo do sistema imperialista, o capital, aliado à política neoliberal se fortalece essencialmente na desigualdade das partes que formam e que se utilizam da própria crise para manter sua hegemonia, numa dinâmica de concentração e centralização do capital, assumindo uma característica própria no processo de exploração e submissão de uma classe sobre a outra, ou mesmo, de quem detém o poder do capital e o que se submete às suas leis de acumulação e exploração.

Sob a “receita de superação à crise”, historicamente defendida pelo discurso de “progresso”, “modernização”, “industrialização”, pelos países hegemônicos, “a América Latina é uma região de veias abertas. Tudo se transformou em capital europeu, depois norte americano. A terra, seus frutos e suas profundezas de minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo”. (GALEANO, 2018, p. 18).

O sistema é perverso, contraditório e desigual. A industrialização, dependente e tardia, vivenciada, sobretudo, pelos países da América Latina, coexiste com o latifúndio, contribui para semear o desemprego, propiciar o êxodo rural e desestabilizar a agricultura familiar. Mas esse mesmo sistema não previu o fundamental: a veia humana! A força do sangue que ferve na luta pela sobrevivência.

Ao longo das pesquisas nas áreas em situação de conflito, no estado do Maranhão, o depoimento de trabalhadores, do povoado de Salva Terra, que vivem do cultivo da terra, confirmam essa relação de produção e condição de sobrevivência a partir da terra: “A partir do momento que nos acuraram a não mais plantar no nosso pedacinho de terra, não deu certo! Ia comer o que? Não, não... corremos atrás, brigamos, nos revoltamos!”. (L. R. trabalhadora rural do povoado de Salva Terra).

Para a Comissão Pastoral da Terra (2018), os conflitos por terra,

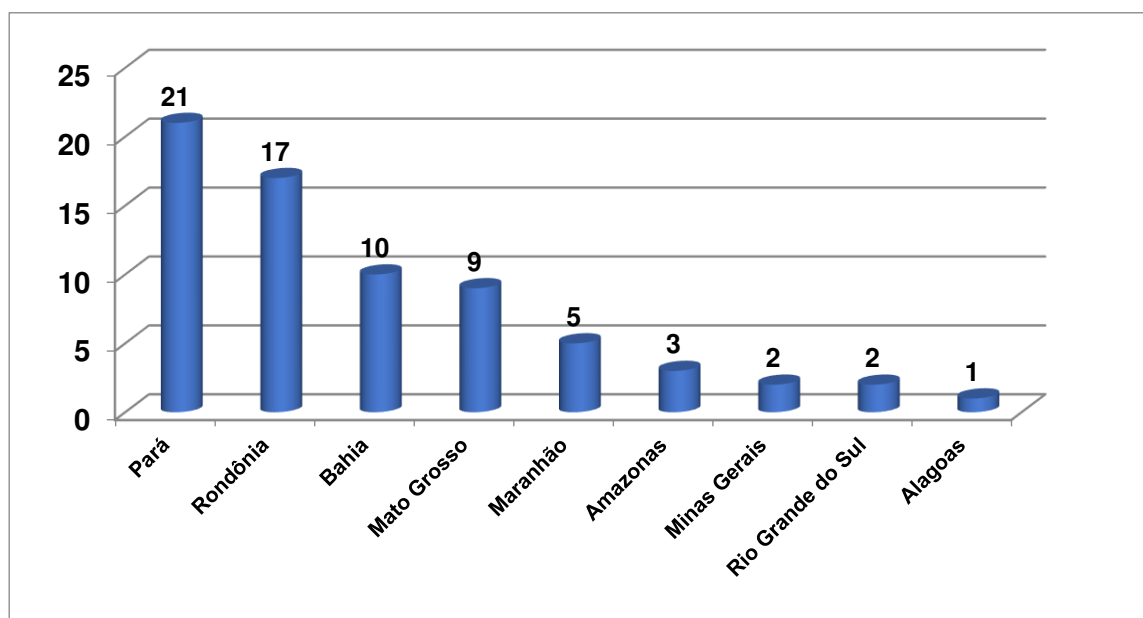
[...] são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando

envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros¹⁴, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses¹⁵, assim como, as ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

A disputa pela terra envolve interesses antagônicos que levam a conflitos, seguidos de violência em suas diversas manifestações, chegando ao extremo, como chacinas e assassinato de trabalhadores rurais.

Os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, através do relatório publicado na Revista “Conflitos no Campo Brasil”, em 2018, apontam estatísticas alarmantes sobre os conflitos seguidos de assassinato.

Gráfico 2 – Conflitos seguidos de assassinatos em 2017



Fonte: Revista “Conflitos no Campo Brasil”, em 2018

Conforme os dados apontados, no gráfico acima, verificamos que as áreas que mais vivenciam conflitos, continuam sendo as de expansão da fronteira. Isso se deve, dentre outras determinações, ao incentivo de ampliação do agronegócio, da mineração, dos projetos de energia (hidrelétricas e eólicas) e de outras obras de infraestrutura, como as rodoviárias, ferroviárias e hídricas e que estão relacionadas

¹⁴ **Geraizeiros** são populações tradicionais que vivem nos cerrados do norte de Minas Gerais. Este termo deriva do fato de que, no norte do estado de Minas Gerais as regiões de Cerrado são conhecidas como Gerais. (FERREIRA, 2010).

¹⁵ **Faxinalenses**, termo utilizado para indivíduo nascido ou que vive em Faxinal (PR). De Faxinal; típico dessa cidade ou de seu povo. (FERREIRA, 2010).

com as condições necessárias para implantação dos grandes empreendimentos. Evidenciamos essa expansão, sobretudo na Amazônia e nos Cerrados.

O número de conflitos revela uma “guerra não declarada”, nebulosamente disfarçada pelo discurso do desenvolvimento, reduzido a crescimento econômico, que se impõe como mola propulsora para geração de emprego e renda, de melhorias para os moradores desses territórios.

Insta lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 21 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar em 1996. O relatório da Comissão Pastoral da Terra-CPT, traz índices recordes e ainda mais preocupantes:

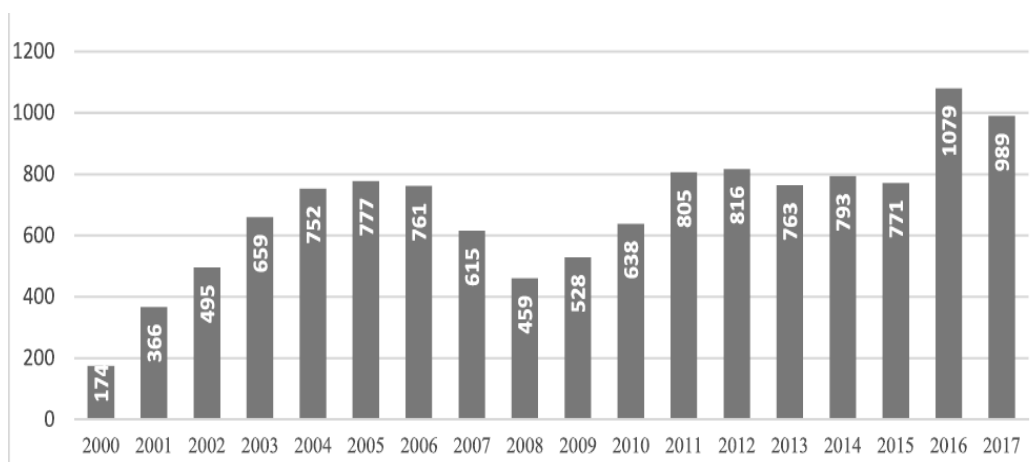
Aumentaram todos os tipos de conflito (maiores números dos últimos 10 anos, o de terra maior em 32 anos de documentação) e todas as formas de violência no campo em relação a 2015. Os assassinatos tiveram um aumento de 22%, menor índice de aumento em 2016, mas o maior número desde 2003. As agressões tiveram o maior índice de aumento: 206%. (RELATÓRIO CPT, 2018).

De acordo com os estudos e dados trabalhados pela CPT, sobre os conflitos agrários, entendemos, sobre as ocorrências de conflito por terra, qualquer situação de expulsões, tentativas de expulsão, casas destruídas, roças destruídas, pertences destruídos, pistolagem.

Nesses conflitos, é comum ocorrerem violências contra a pessoa, como assassinatos, ameaças de morte, agressões, entre outras, inclusive ações do Estado, como despejos, ameaças de despejo e prisões. Algumas dessas situações são vivenciadas em Bacabeira, nos povoados aqui estudados, a saber: Santa Quitéria e Salva Terra.

No gráfico 3 abaixo, visualizamos as ocorrências de conflito por terra no Brasil, num período de dezoito anos, conforme dados levantados pela CPT (2018).

Gráfico 3 – Ocorrências de conflito por terra no Brasil (2000-2017)



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT. Elaboração LEMTO – UFF, 2018.

Conforme os dados compilados no gráfico 3, verificamos o aumento de ocorrências de conflito por terra, sobretudo nos dois últimos anos, 2016 e 2017, se comparados ao número de ocorrências nos dezoito anos registrados.

Isso demonstra relevância, quando envolve aspectos políticos e econômicos. Os dois anos em que houve o aumento de ocorrências referem-se ao período do golpe vivenciado no governo Dilma Rousseff, a que chamamos de ruptura política, diante das alternativas democráticas, por meio de políticas públicas, em mediar os problemas dos conflitos com projetos de assentamento e regularização fundiária, seguindo princípios norteadores da Constituição Federal de 1988.

Enfim, esse

[...] período de ruptura política registra uma média anual de violência, contra ocupações e posse, de 32,3% maior que a média dos 18 anos, de 17,8% maior que o período do governo Dilma Rousseff e 36,1% maior que os 10 anos imediatamente anteriores (2005-2014). (DADOS DO RELATÓRIO CPT, 2018).

Esses dados nos revelam o avanço da violência política, no período do golpe (ruptura política com a democracia), que está alicerçado numa violência contra os direitos humanos, contra o direito das minorias e que, também, evidencia-se fortemente através da violência no campo contra os trabalhadores, indígenas e quilombolas, sobretudo com a reafirmação de uma bancada ultraconservadora, reeleita na base dos 4B (Boi, Bala, Bíblia e Banco) que vem organizando diferentes ações contra os assentamentos, contra os direitos indígenas, dos quilombolas e a legislação ambiental.

Conforme Pereira (2004), a luta pela terra ocorre num movimento contraditório e de conflitos, é uma disputa política. O autor expressa que:

[...] a manifestação de conflitos não se resume apenas à terra, mas adquire amplitude (como obras públicas, meio ambiente, saúde, educação), ao se quebrarem as formas tradicionais de dominação e ao se estabelecer um continuum rural/urbano. Tornou-se uma coalizão de interesses em torno do negócio com a terra, assegurada pela política de modernização do estado, que provocou aumento significativo do peso político dos proprietários de terra, tanto os modernos quanto os tradicionais. (PEREIRA, 2004, p. 215).

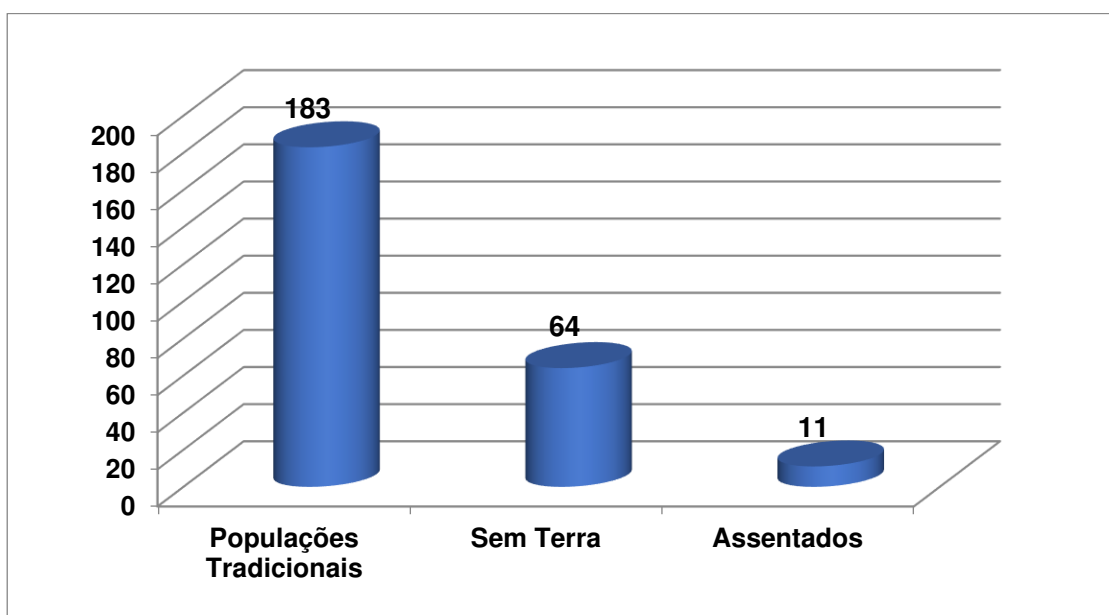
Martins (1986), também aponta que a questão agrária é essencialmente política, em qualquer país, além de ser uma característica do mundo contemporâneo.

Considerando a crise política ora em curso, evidenciamos a centralidade do mundo agrário na reafirmação do poder dominante. A bancada ruralista no Congresso Nacional, na economia do país e sua forte presença no financiamento da grande mídia e de decisões políticas nas eleições em suas diversas instâncias, reeditam o bloco de poder no país através do capital financeiro e do latifúndio moderno-colonial, atualmente revestido como “agronegócio”.

A luta pela terra e território vem ocorrendo nesse contexto de disputas e conflitos, seguido de atos violentos.

Ao analisarmos os dados da CPT (2018), apresentamos, no gráfico 4, as categorias sociais que sofreram ações de expulsão e tentativas de expulsão em 2017.

Gráfico 4 – Categorias Sociais que sofreram ações de Expulsão e Tentativas de Expulsão-2017



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino, Elaboração Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades. Universidade Federal Fluminense (LEMTO) – UFF - 2018

Os dados apresentados no gráfico 4, em relação aos conflitos de terra, nos mostram as ocorrências, no ano de 2017, que representam as categorias sociais implicadas nos conflitos, identificadas em populações tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros), agregam 69% das ocorrências de expulsão ou tentativas de expulsão, em dados percentuais. Os outros 31% correspondem aos Sem Terras e assentados.

Como observamos, é feita a distinção entre populações tradicionais e demais categorias em conflito, considerando que as populações tradicionais não estão na condição de sem-terra, pois ocupam tradicionalmente essas terras e territórios, e dão sentido a ela do ponto de vista histórico e material. Por isso, a elevada proporção das populações tradicionais envolvidas em conflitos, com ações de expulsão, sobretudo com o avanço do agronegócio e expropriação dessas populações.

Essas populações, em sua maior parte, têm uma relação estreita com a terra e com o território e, por isso, percebem-se como trabalhadores rurais. São terras e territórios, não demarcados como propriedade privada, mas vivenciados numa atribuição comum e coletiva, haja vista sua disponibilidade mantida pela natureza e como bem comum.

No entanto, a luta pela terra traz historicamente a herança colonial e a perspectiva modernizadora, estabelecendo-se uma dicotomia moderno/tradicional, que se traduz em contradições entre um processo de expansão industrial e trabalhadores que resistem em continuar na condição de agricultura familiar e, pior ainda, colocando-os como empecilho à “modernização” e ao “desenvolvimento”.

O processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, desestabilizando a agricultura familiar, contribuindo com o êxodo rural e, também, com o aumento da mão-de-obra assalariada e precarizada nas grandes propriedades modernizadas, surgindo, assim, os trabalhadores volantes (“boias-frias”) que, normalmente, moram nas cidades, em sua maioria nas periferias e são transportados diariamente para o local de trabalho, de grandes lavouras, modificando muitas das relações desse trabalhador rural com a terra. Aliás, na lógica capitalista, é essencial que esse trabalhador sinta a “estranheza” com a terra. Assim, o processo de modernização tecnológica da agricultura vai proporcionar a separação do trabalhador com a terra e engendrar uma transformação no modo de produzir e comercializar no campo.

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 224-225).

O capital, ao adentrar no campo, gera desigualdades nas relações e condições de trabalho, de produção e comercialização. Essas desigualdades ocorrem numa relação mundial, regional e local, relacionando o tradicional/moderno.

Sobre as desigualdades regionais, Gramsci (1987) aponta, em sua obra *A Questão Meridional*, que:

As desigualdades norte-sul, na Itália, datam do século XIX. Desde então, floresceu no Norte uma sociedade urbana e industrial, enquanto, no Sul, a economia permaneceu rural, com forte concentração fundiária e intensa exploração dos camponeses. As raízes dessa estrutura podem ser buscadas na forma como se deu a unificação italiana na segunda metade do século XIX. Foi a natureza conservadora da 'revolução italiana' – a 'revolução passiva' – que produziu as duas Itálias. (GRAMSCI, 1987, p. 154).

Para Gramsci, as “duas Itálias” não significava que estivessem separadas. Muito pelo contrário! Foram as relações estabelecidas entre as elites industriais do Norte e os latifundiários do Sul, que explicam todo o processo do capitalismo no campo e suas formas de exploração. Nessa obra, o autor reforça como se constitui o país e suas expressões “classista” e “nacional”, através de um bloco agrário formado por três estratos sociais: “[...] os camponeses, massa desorganizada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários de terras/grandes intelectuais”. (GRAMSCI, 1987, p. 155).

Assim, as relações norte-sul eram estabelecidas numa perspectiva de crescimento econômico via industrialização e alimentadas pelas desigualdades regionais. O Sul funcionava como um mercado consumidor do Norte e como reservatório de mão de obra. Além disso, a renda dos latifundiários meridionais era aplicada nos bancos do norte, contribuindo para o desenvolvimento industrial dessa região, numa perfeita combinação do capitalismo desigual e combinado.

Não fugindo da análise gramsciana do século XIX na Itália, evidenciamos, no Brasil, a partir dos dados coletados pela CPT em 2018, que, dentre as ocorrências de conflito em que as categorias sociais estão envolvidas, sobretudo de populações tradicionais, a região nordeste se destaca com 48,3%, seguida pela região Norte com

29,3%. E, nessas duas regiões, eram os posseiros a principal categoria implicada. É importante registrar que, nas regiões Centro-Oeste e no Sul do Brasil, foram os indígenas a principal categoria social envolvida.

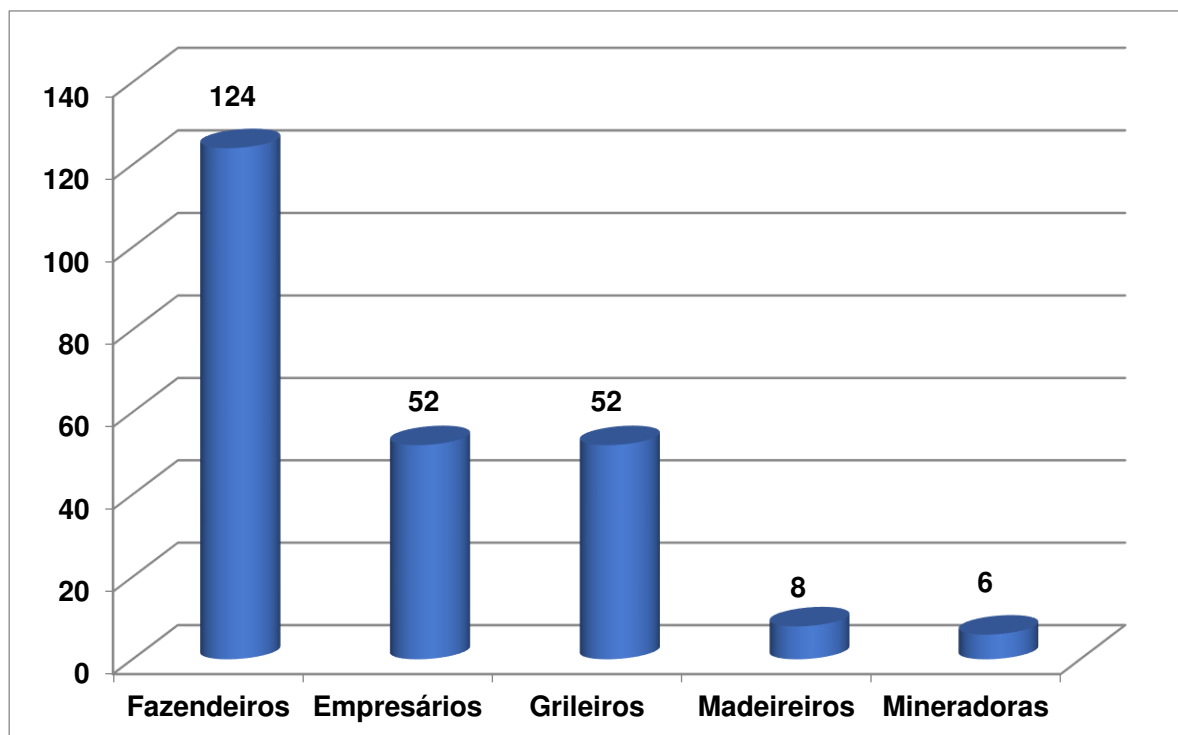
Na relação de conflito por terra, as categorias sociais que causaram as ações de expulsão ou tentativas de expulsão, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2018),

[...] a de maior destaque é para Fazendeiros que agiram dessa forma em 124 das 266 localidades (46,6% do total) seguido pelos Empresários e Grileiros, cada qual com 20% do total de localidades onde provocaram expulsões ou tentaram expulsar os legítimos ocupantes de suas terras e territórios. Registre-se que essas três categorias – Empresários, Fazendeiros e Grileiros – são as únicas que tiveram registros em todas as regiões brasileiras. (RELATÓRIO CPT, 2018).

É importante salientar que os empresários, muitas vezes, são confundidos e identificados como fazendeiros, considerando a prática de expulsão ao legado das tradicionais oligarquias, o que demonstra o universo maior nos dados coletados. Da mesma forma, a identificação de empresários está explicitada na simbologia da modernidade, que, geralmente, representa, também, a tradicional oligarquia. Dentro desse universo, registramos as mineradoras que estiveram implicadas em 6 ocorrências, protagonizando ações de expulsão, sendo 3 casos no Pará, um na Bahia, um no Maranhão e outro em Minas Gerais.

A categoria Madeireiro só foi registrada nessas práticas expropriatórias, nas regiões Norte e Nordeste, com mais registros na região Norte. No entanto, sabemos que os madeireiros, sobretudo na região norte e parte do Nordeste (pré-Amazônia), cumprem uma função na cadeia produtiva de expansão do agronegócio, com a exploração ilegal de madeira, trabalho escravo que se consuma em propriedades de monocultura ou grande fazenda de gado para exportação, conforme podemos observar no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Categorias Sociais que causaram ações de Expulsão e Tentativas de Expulsão-2017



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino, Elaboração Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades. Universidade Federal Fluminense (LEMTO) – UFF – 2018

Enfim, são registros que nos permitem identificar ações estrategicamente organizadas e perpetradas pelas classes dominantes, sejam Fazendeiros, Empresários, Grileiros, Madeireiros e Mineradoras, contra a classe subalternizada, no processo de disputa pela terra, conforme dados compilados pela CPT, em 2018.

Observamos que as três principais categorias, Fazendeiros (51,24%), Empresários (21,49%) e Grileiros (21,49%), em dados percentuais, chegam a 94% do total dos registros de ocorrência, seguidos por madeireiros (3%) e mineradoras (2%).

Merece destaque, ainda, a presença do governo entre as principais categorias envolvidas em conflitos contra a Ocupação e Posse, com mais de 10% das ocorrências, na década de 2005-2014 (CPT, 2015) e com mais de 7,3%, no período da ruptura política, quando se viu a maior participação ainda dos setores privados (Fazendeiros, Empresários, Grileiros, Madeireiros e Mineradoras).

A realidade maranhense não foge a essa lógica. O Maranhão, inserido no corredor de exportação do Projeto Grande Carajás (PGC), situado em área limítrofe com a região norte, tendo uma vegetação e situação climática com as características da Amazônia, por isso, pré-amazônico, ganha destaque como “plataforma de exportação” de commodities agrícolas e da pecuária (ANDRADE, 2007), dos plantios

de eucalipto para abastecimento da produção siderúrgica (CARNEIRO et al., 2008), aquecendo o mercado de terras e processos de expropriação camponesa.

Em Bacabeira, a situação de especulação imobiliária, ocasionada pelo anúncio e a fase de terraplanagem da refinaria no município, tem gerado conflitos na esfera ambiental, social e política, inclusive entre os municípios de Rosário e de Bacabeira, quanto à arrecadação fiscal, pois o local cedido para a refinaria, teoricamente, encontra-se em Bacabeira, mas sua demanda, na esfera pública, é recorrente ao município de Rosário-MA, conforme entrevista com o Secretário de Cultura de Rosário e assessor do prefeito, que afirma:

O processo de implantação da Refinaria foi muito tenso e complicado, a começar pela disputa territorial entre Bacabeira e Rosário, pois a “Petrobras está à margem do trilho” e isso significa dizer que está em território também de Rosário; aliás, mais de Rosário do que de Bacabeira; ‘é uma disputa política, territorial e, principalmente, de arrecadação fiscal’. Há quase 10 anos já se discutia a vinda da Petrobras para cá, mas não houve planejamento e Rosário sentiu de imediato isso na saúde, pois os peões da obra usavam o atendimento público e não havia arrecadação de impostos para isso. Aumentaram: a marginalidade, drogas, tráfico e prostituição. Os rosarienses foram sendo cooptados pela ilusão de ganharem mais e a Segurança Pública não acompanhou esse processo. O estado doou a terra, beneficiou a implantação do Projeto, mas não se preocupou com uma política de estado para esse desenvolvimento; não houve discussão com o Poder Local e nem investimento em capacitação para trabalhadores da região na época. Muitos estavam na roça e acharam que iam ser absorvidos pela Refinaria; aí ficaram sem emprego, sem moradia e vagando pela cidade. A situação é assustadora e muita coisa ainda vai acontecer. Vocês, das Universidades, precisam fazer algo porque também estão desacreditados”. (Secretário de Cultura de Rosário).

Nessa perspectiva, Brandão (2007) afirma que se torna difícil tensionar as correlações de forças políticas postas no bloco, então no poder, de natureza oligárquico-mercantilista, tendo “camadas baixas” difusas, deserdadas e com fratura orgânica pela falta de propriedade e de direitos.

A situação **do povoado de Salva Terra**, atualmente situado em Rosário após remanejamento, a partir do anúncio da vinda da Refinaria Premium I, em 2011, para o município de Bacabeira-MA e doação do Governo do Estado de 20 Km² para a construção do projeto da Petrobrás em área na qual se encontravam os moradores do lugar, com cerca de 200 anos de permanência ali.

No referido povoado, uma média de 34 famílias foi expulsa do local em que ancestralmente morava, residia e possuía suas condições próprias de atividade no roçado, na pesca e na criação de pequenos animais. Em substituição às expulsões, as famílias foram transferidas para um outro local e indenizadas com valores que não

correspondiam à sua realidade cultural, haja vista que o que lhes foi tirado não significava para eles apenas um local de moradia, mas de subsistência, de raízes históricas, de uma identidade.

Salva Terra foi o primeiro povoado em Rosário-MA, a ser atingido diretamente pela implantação da refinaria. Considerando a desapropriação da terra, seguida de doação para a implantação do projeto, os moradores foram expulsos de suas terras com a anuência do Estado, mesmo diante de suas formas de resistência.

Ainda no município de Rosário, registramos, no dia 22/10/2013, o bloqueio da avenida principal, realizado por moradores locais, devido ao mandado de reintegração de posse no povoado Boa Vista, resultando em mais um conflito de terra em que, supostamente, apresentou-se um “novo dono”, após a valorização da terra na localidade, terra essa titulada pelo INCRA como sendo área de remanescentes de quilombos.

Informado por meio de um oficial de Justiça, o mandado solicitava a saída do Sr. N. P. N. em 30 dias da área onde vivia, que, segundo o requerente, está situada no território da fazenda conhecida como Taguará. O povoado onde se situa a fazenda é denominado pelo INCRA como terra quilombola, ou seja, protegida por Lei.

Bacabeira e os municípios vizinhos, correspondentes ao entorno da propagada instalação da refinaria, vêm vivenciando situações de conflito, inicialmente sentidas por moradores locais, através da especulação imobiliária e das alterações ocorridas em seu cotidiano de trabalho e de existência na localidade, mesmo após a desmobilização do referido empreendimento no local.

A situação do povoado de **Santa Quitéria**, também, vem sofrendo com o mesmo processo de tentativa de desapropriação dos antigos moradores. Tudo começou, a partir de agosto de 1998, quando o advogado José Valmir Moura, popularmente conhecido por “Biril”, entrou com uma ação na Justiça com o pedido de reintegração de posse, alegando ser o legítimo proprietário das terras desse povoado. (BLOG FÁCIL, 2019).

Um dos registros dessa situação consta na “Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão”, realizada no dia quinze de agosto do ano de dois mil e onze, onde se lê:

Por fim, a Deputada Eliziane Gama voltou a manifestar sua preocupação com os despejos forçados que acontecem com bastante frequência no Maranhão. A Deputada informou que vai reapresentar um Projeto de Lei da ex-Deputada Helena Barros que institui o 'Dia Estadual de Combate aos Despejos Forçados no Maranhão'. Citando o caso de Bacabeira, no Povoado Santa Quitéria, onde cerca de 290 famílias, que lá residem há mais de quinze anos, estão na iminência de serem despejadas. Manifestando seu protesto e indignação pelo despejo dessas famílias, a Deputada garantiu que pedirá informações da PM para a atual situação delas. (MARANHÃO, 2011).

É importante salientar que, no povoado, os moradores encontram-se em processo de resistência, organizados na associação de Moradores de Santa Quitéria, na luta pela permanência na terra, garantia de moradia e de sobrevivência a partir dela. Atualmente, registram-se, aproximadamente, 1000(mil) famílias no povoado, resultado de um processo de especulação imobiliária, localização da área e luta pela regularização da terra, levando muitas famílias a se deslocarem para tal localidade, eclodindo em outros conflitos, inclusive internamente, dificultando as estratégias de organização da Associação de Moradores, o que será abordado no capítulo subsequente.

Embora se registre, em Bacabeira, um campo minado de conflitos, disputas e contradições inerentes ao processo de penetração e acumulação do capital, principalmente na relação de dependência, como no caso dos países da América Latina, a realidade, também, expressa as nuances desse processo contraditório entre a modernização e as formas arcaicas de produção e reprodução social, expressas na linguagem do cotidiano dos trabalhadores vinculados à terra, à cultura, aos sonhos e esperanças “de uma terra prometida” e uma existência digna e humana, em que os laços de vizinhança, de comunidade, de raízes culturais e de crenças ainda ecoam na consciência desses sujeitos históricos, com vida, ideais e que lutam, mesmo nas situações adversas.

A história do povoado de **Santa Quitéria e Salva Terra** traz consigo manifestações dessa realidade que precisa ser registrada e que pode servir não somente de acervo histórico, mas de incentivo à existência humana enquanto sujeitos com consciência de que podem mudar, mesmo estando diante de um “Golias”, de um gigante expresso pelo grande capital e suas formas de expropriação, mas que não apagam uma história de luta, coragem e sobrevivência.

Mesmo diante dos defensores do agronegócio, que insistem em propagar a relevância da tecnologia e modernização no cultivo de produtos e de sua comercialização e, nesse processo, desvalorizam a importância da agricultura

familiar, os trabalhadores que vivem da terra e que possuem uma identidade com ela, como moradia e subsistência, permanecem na luta pela centralidade que a terra possui em suas vidas e de outras gerações. A terra não vista pelo viés de mercado, mas na essência da existência humana.

O texto do Coletivo LEMTO¹⁶ afirma que,

[...] é impossível a produção agrícola sem as condições metabólicas de produção-reprodução da vida – terra, água, fotossíntese-flora-fauna. Enfim, não se planta sem acesso a água, sem acesso ao Sol (à fotossíntese) e essa energia gratuita é ainda maior em países tropicais, o que, sem dúvida, ajuda a explicar a reprodução há mais de 500 anos desse bloco de poder de acumulação em sua subordinação voluntária ao sistema mundo capitalista moderno-colonial. Assim, concentração fundiária (latifúndio) implica não somente a concentração de uma área, mas também maior acesso à energia solar e a água. (LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE MOVIMENTO SOCIAIS E TERRITORIALIDADES. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2018).

Essa questão, Galeano (2018) expressa, em sua obra “As veias abertas da América Latina”, como questão de segurança nacional e utiliza um discurso proferido em 27 de julho de 2001, pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, quando perguntou aos seus compatriotas:

-Vocês já imaginaram um país incapaz de cultivar alimentos suficientes para prover sua população? Seria uma nação exposta a pressões internacionais. Seria uma nação vulnerável. Por isso, quando falamos de agricultura, estamos falando de uma questão de segurança nacional. (GALEANO, 2018, p. 7).

Segundo o autor, foi a única vez que o presidente não mentiu!

Dessa forma, a concentração fundiária centralizada em uma determinada classe, implica não somente a concentração de uma área e de uma renda, mas envolve bens elementares para a vida no planeta. A terra de lavrar e extrair a sobrevivência, da segurança alimentar e soberania de uma Nação. É na sua forma de produção, de preservação e renovação que se garante a água potável, a floresta, o vento, a biodiversidade e a existência dos seres vivos. Todavia o mercado avança sobre os bens da terra e quem estiver sobre ela, como na acumulação primitiva do capital.

¹⁶ LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades - é um grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. É constituído por acadêmicos – Professores e estudantes de Graduação e Pós-graduação – do Brasil e diversos países da América Latina, a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México.

São muitas formas e expressões de violência no campo e, no Brasil, concentram-se nas regiões norte e nordeste, conforme aqui já apontado no gráfico-1.

A violência é estrutural e institucional, sendo legitimada por uma ideologia classista, subsidiada por elites rurais, engendrada pelos meios de comunicação e pelos poderes executivo, legislativo e judiciário. Segundo Tavares dos Santos (2014, p. 12),

[...] podemos traçar algumas características da violência no campo: trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política. Neste caso, ela se exerce, frequentemente com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais) e seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso a 'pistoleiros' e milícias organizadas. Também se registra a presença do aparelho repressivo estatal, comprovado pela frequente participação das polícias civis e militares. Enfim, a omissão de membros do Poder Judiciário reforça o caráter de impunidade. Como resultado, produz-se a carência do acesso ao Poder Judiciário para as populações camponesas e dos trabalhadores rurais, resultando em uma descrença na eficácia da Justiça para resolver conflitos ou mesmo para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra.

As pressões contra as classes sociais, em situação de subalternização no campo, pela ação conjunta do poder público e do poder privado, vêm se desdobrando de diversas maneiras. Como já apontado anteriormente, houve um aumento no número de conflitos, de tentativas de expulsão e de assassinatos. Contrário a esse processo, percebemos, também, a resistência dos grupos confrontados no processo de conflito. Aliás, é diante de ações de dominação e de opressão que se manifestam resistências.

Indubitavelmente, as soluções para os conflitos não são respostas imediatas, especialmente porque envolvem interesses contrários. Como dizia Freire (2013, p. 47),

[...] que quem inaugura a violência é quem violenta e que só os oprimidos têm futuro, porque almejam a liberdade, enquanto os opressores só têm a reprodução do seu presente de opressão. São premissas que nos levam a buscar as soluções para este quadro histórico e presentemente exasperado de conflitos agrários, entre os violentados do campo não entre os violentadores.

Tempos difíceis, mas o caminho é a luta, organização e resistência! Dessa forma, compreender como ocorrem os enfrentamentos, como os trabalhadores se percebem e se organizam é fundamental para resistir na esperança da mudança.

3 A ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO

Neste capítulo assumimos o desafio de pensar a organização e a resistência para além de suas formas de expressão e manifestações, com suporte do pensamento de Gramsci e de outros autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista.

Apoiadas nessa tradição, entendemos que a organização de uma classe se concretiza por um processo de formação de consciência de classe que se desenvolve com mediações ontológicas concretas, entre a imediatez cotidiana e a dimensão genérica da ação humana. Nesse processo de construção da organização política emerge a identidade e a consciência, aqui apreendidas como a negação e o reconhecimento dos sujeitos políticos inseridos na luta de classes, num determinado contexto histórico.

Destacamos a identidade e a consciência de classe como parte constitutiva do movimento dialético do ser social, inserido em um projeto de classe que se constrói no confronto de interesses e nas relações de forças em direção à dominação ou para a libertação.

A resistência concebemos como relação de forças na luta política, na disputa de interesses antagônicos de classes. Como um movimento dialético do confronto, do conflito, da crise e da ruptura.

É nesse processo, sobretudo no atual momento político e econômico, que, diante das crises das relações de forças antagônicas constroem-se estratégias de resistência e de ações ofensivas na busca de liberdades democráticas com vistas à emancipação.

Demarcamos, ainda, neste capítulo, um breve histórico político da organização, luta e resistência de trabalhadores rurais no Brasil, e destacamos particularidades desses processos organizativos e de resistência no Maranhão. Para tanto, configuramos a realidade no município de Bacabeira, a partir das formas de organização e das estratégias de luta e resistência dos trabalhadores rurais, tendo como referência os povoados de Santa Quitéria e de Salva Terra, analisando a inserção e participação desses sujeitos históricos em instituições organizativas e em suas articulações políticas no processo de luta pela terra.

3.1 Identidade, consciência de classe e relação de forças na luta política

Resistir emerge historicamente como deixar de obedecer. Sair da condição de submerso ao processo de alienação e de ser capaz de desenvolver o poder que nasce da vida humana, de sua força originária, mesmo pertencendo a uma classe subalternizada. Significa a recusa daqueles que não se sentem à vontade na alienação. “Um conflito vivido como uma rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral, consciente ou inconsciente”. (HELLER, 1985, p. 96).

Esse movimento está associado à própria existência humana, na qualidade de escolhas pela sobrevivência, pela necessidade real ou fetichizada, que se rebela na essência humana através de sua condição *sine qua non* de existência: o princípio de liberdade. Se não vivenciada em sua essência, mas sentida como tal, como condição de escolha e poder. Poder esse não instituído de fora para dentro, mas constituído e constituinte no âmbito da esperança, expressa na arte estratégica do possível.

Não o sonho de uma possibilidade abstrata, em que tudo não é possível, mas a arte de uma possibilidade determinada pela situação concreta: sendo cada situação singular, o momento da decisão é sempre relativo a essa situação, adaptado ao objetivo a ser atingido. Indo além das antinomias formais do sujeito e do objeto, da estrutura e do acontecimento, do material e do simbólico, do previsível e do imprevisível, a razão estratégica é a arte da resposta apropriada. Ela não domina a situação. Não a sobrevoa. Não a sobrepuja. Enraíza-se nela para novamente pôr em questão as regras e as normas estabelecidas. (BENSAID, 2008, p. 28).

A resistência, portanto, significa imergir na história, no cotidiano, acreditando no horizonte intransponível no tempo e espaço e na vivência do conflito e contradição inerentes ao processo de construção e (re) construção da história. Seria, como dizia Péguy (1991), sobre a “metáfora do carrossel”: ela sobrevém à interseção das pressões da situação e da contingência da ação. Abre uma brecha no círculo vicioso das repetições. Faz seu buraco na crosta endurecida das dominações. Semeia a desordem na rotina bem organizada dos trabalhos e dos dias. (PÉGUY, 1991).

É nesses espaços de “crise”, de “conflito” que ocorre a “reviravolta”. A crise, ainda, não é o acontecimento em si, mas o anúncio ao que está por vir, ou vir a ser. É o espaço da possibilidade. Assim, o presente é, então, nesta perspectiva, o ponto de manifestação da verdade que ocorre no cotidiano. Apreender o presente significa agarrar o novo, aquilo que não era, mas que poderá ser.

Assim, entendemos que o presente é mutável porque é histórico, é concreto e parte da tomada de consciência que impõe ao homem a necessidade de não fugir da realidade, mesmo imbuída de crises, de conflitos e de contradições, porque é inevitável e necessária para o enfrentamento e amadurecimento de uma nova possibilidade ou alternativa ao que lhe é posto, nas correlações de forças do cotidiano, recheadas de lutas dos contrários.

Lenin (1986), ao aprofundar a dialética em Hegel, entende que a luta dos contrários está em constante transformação, pois:

A dialética é a teoria que mostra como os contrários podem ser e são habitualmente (como se tornam) idênticos; em que condições são idênticos ao transformarem-se uns nos outros, porque a inteligência humana não deve entender estes contrários como mortos, rígidos, senão como vivos, condicionados, móveis, que se transformam uns nos outros. (LENIN, 1986, p. 96).

Para ele, a primeira negação é o que impulsiona, ao mesmo tempo, a negação da negação seguinte e, quando nega, afirma. Assim, a natureza em si do finito é a passagem para além de si mesmo, quando, ao realizar a própria negação, abre-se novamente para o infinito, que vem a ser, logo em seguida, um novo finito. Nesse processo de negar e opor-se, vivencia-se uma passagem, uma transição e transformação no ser e existir, inerentes à constituição da resistência.

O ser humano, desde o nascimento e em toda sua existência, é um constante vir a ser. Por ser dotado de consciência, o que o diferencia das demais espécies, é capaz de fazer suas sínteses históricas, pois a satisfação de suas necessidades jamais cessa, está sempre em transformação. Para tanto, Luckács (2013, p. 48) referencia ao pôr teleológico.

Com o ato de pôr, a consciência dá início ao processo real, exatamente ao processo teleológico, concebendo a natureza e a história em seu caráter de finalidade, que em sua existência, em seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Nesse processo de transformação e de satisfação de suas necessidades, o homem desenvolve suas relações em sociedade, que produz conflitos e que por ele também são criados. No entanto, a transformação das relações sociais somente ocorre se houver, também, a transformação do ser social. Para tanto, o fazer, o opor-se, torna-se uma atitude política que precisa ser mediada e instrumentalizada entre a consciência e a possibilidade.

Há, na dialética, um princípio da ação e da reação, que se entrelaçam e estão presentes no ato de resistir. Mas essa reação tanto pode ser ofensiva quanto passiva/defensiva. Conforme preceitua Mészáros (2012, p. 70),

Dizer que somos contemporâneos da nova fase histórica de ofensiva socialista não significa que, de agora em diante o percurso seja tranquilo e a vitória próxima. A expressão 'atualidade histórica' não sugere mais do que diz explicitamente: que a ofensiva socialista com que deparamos é um fato histórico, em contraste com nossa condição objetiva, que há não muito é dominada por determinações defensivas inevitáveis. Ainda que certamente um dia ('em última análise') as mudanças sociais hão de se infiltrar nos canais e nos modos de mediação política e ideológica prevalentes, a consciência não as registra automaticamente, por mais importantes que sejam. [...]. Devido à mudança da relação de forças e das circunstâncias, a atualidade histórica da ofensiva socialista corresponde, em primeiro lugar, ao desconfortável fato negativo de que algumas formas de ação anteriores ('as políticas de consenso', 'a estratégia de pleno emprego', 'a expansão do Estado de bem-estar social' etc.) estão objetivamente bloqueadas, o que impõe reajustes importantes na sociedade como um todo. Mas o fato de se estar partindo dessa 'negatividade brutal' inicial não significa que os reajustamentos em questão serão positivos, mobilizando as forças socialistas num esforço consciente para se apresentarem como portadoras da ordem social alternativa capaz de substituir a sociedade em crise. Longe disso, como as mudanças exigidas são muito drásticas, em vez de prontamente aceitarmos o 'salto para o desconhecido', é mais provável que se prefira seguir a 'linha de menor resistência' ainda por um tempo considerável, mesmo que isso signifique derrotas significativas e grandes sacrifícios para as forças socialistas. Somente quando as opções da ordem predominante se esgotarem se poderá esperar por uma virada espontânea para uma solução radicalmente diferente.

É na relação de forças e circunstâncias presentes nas relações historicamente engendradas pelo poder e dominação de uma classe sobre a outra, vivenciadas entre os conflitos de interesses inconciliáveis, que emergem as forças contrárias, ou negativas ao que é imposto, que se manifestam e se organizam, ora de maneira ofensiva, ora defensiva, mas com o mesmo objetivo: resistir a uma imposição, em busca de uma alternativa ou superação à crise, gestada pelo conflito e contradições numa determinada sociedade e contexto histórico.

Gramsci (2000) ao analisar as situações de relações de forças, aponta o problema das relações entre estrutura e superestrutura que atuam na história de um determinado período e que determina as relações entre elas, movendo-se no âmbito de dois princípios:

- 1) O de nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 2000, p. 36).

O referido autor, analisa a sociedade nesse movimento em que as relações de forças se apresentam em diferentes momentos ou graus ligados à estrutura, à relação das forças políticas e à relação das forças militares, expostas hierarquicamente. A análise da estrutura requer o conhecimento do grau de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade e das relações de produção, que envolve as forças materiais, independentes da vontade dos homens, organizam a produção e o atendimento das necessidades construídas historicamente por tal sociedade.

É no terreno da organização da produção e do atendimento às necessidades humanas, historicamente direcionadas pela classe dirigente e hegemônica, que ocorre e se desenvolve a luta de classes e as disputas políticas e ideológicas na sociedade, apontando para a necessidade de existirem ou não às condições de transformações.

As crises econômicas são capazes de produzir crises históricas. Gramsci (2000), rejeita a perspectiva do economicismo e do momento de ruptura ou da revolução determinado mecanicamente por causas imediatas, como a pobreza e a miséria, pois entende que o processo revolucionário exige que os conflitos fundamentais ocorram em níveis superiores ao mundo econômico imediato, como no campo da política e da ideologia, em que as classes possam travar a luta da hegemonia e que se enfrentam para impor à sociedade uma nova concepção de mundo, podendo ser de fato, o movimento da ruptura.

No movimento das contradições, o concreto e o abstrato são apenas momentos que se sucedem e se renovam. Assim, a resistência se move em uma direção que precisa de uma organização. As forças das classes tendem a se tornar uma força pela cultura e por um projeto que impulse uma direção, no fazer e no pensar a partir do cotidiano, para manutenção ou superação do *status quo*.

De acordo com Heller (1985), a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico. Assim, o homem, no cotidiano e na heterogeneidade e ordem hierárquica, aprende a dominar e manipular as coisas; do trivial como sobreviver, segurar um copo; ao que se evidencia na assimilação das relações sociais. (HELLER, 1985, p. 2).

A esse respeito Gramsci (2004), também, aponta que o homem é uma criação histórica e só como tal pode adquirir a consciência crítica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento crítico de si mesmo e dos outros, o homem

historicamente se eleva, transforma-se em um “elemento de ordem”, diferencia-se daqueles que o precederam e pode, portanto, propor, teleologicamente, as ações revolucionárias que tenha necessidade de fazer. Neste sentido, compreende-se a afirmação gramsciana, naquele momento histórico, de que toda revolução precisa ser precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica e de penetração cultural.

A resistência reaviva o movimento da dialética, do diálogo, dos contrários e da energia entre os polos. Pode ter ascensão ou regressão e diferentes formas de luta, que se expressam no modo de ser, de amar, de viver e de se relacionar no e a partir do cotidiano, em sua dimensão cultural. Nesse sentido, os sujeitos sociais, organizados ou não politicamente, resistem com as “armas” que têm. São movidos pela força da existência humana. Força da esperança, do sonho, da finalidade, da luta.

Reportando-nos à explicitação de Lukács (2013), na ontologia do ser social determinada pela essência do trabalho, há a coexistência concreta, real e necessária entre a causalidade e teleologia, “[...] opostas, mas apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta no processo”. (LUKÁCS, 2013, p. 52).

É nessa relação de oposição que a resistência assume sua característica de potência como força motriz que, essencialmente, emana do ser social. Advém dos processos e movimentos da vida. Esta força é o combustível que movimenta a existência, repercute em tudo, em todos os processos, fenômenos, movimentos e relações que se expressam como efeitos dessa força.

O poder ou impulso que se manifesta, em cada ser, através das ações, reações e resistência, promovem múltiplas forças, que se tornam acontecimentos econômicos, políticos, culturais, sociais, envolvendo a natureza, todos os seres e, sobretudo, o ser social, pois é através da consciência que o ser social é capaz de realizar a prévia ideação e de manifestar os desejos, aspirações, conquistas, realizações, de se recompor nas derrotas e se reinserir para uma nova possibilidade.

A esperança, a confiança e identidade, vivenciadas por cada um e com os outros, movimenta e alimenta uma característica marcante na consciência dos resistentes, que vai se construindo e se constituindo no cotidiano, através da luta pela existência, enquanto ser social e sujeito de direito. Nessa direção, observamos o relato do senhor C.A. C., um dos entrevistados no decorrer do processo de pesquisa,

que deixa claro, em uma das reuniões da Associação de Moradores do povoado de Santa Quitéria:

Precisamos acreditar naquilo que queremos. Estamos todos unidos num mesmo objetivo. Barreiras... que me deixam... (choro)... batalha que vamos lutando! Chegou a grilagem pesada, para derrubar minha casa. Fui preso e roubaram meu material. Me chamaram de desobediente, mas não fiquei no cárcere, fiquei na sala do delegado, porque não sou bandido e nem covarde. (C. A. C., 78 anos, morador do povoado de Santa Quitéria).

E ainda, na fala da senhora M. M., presidente da Associação de Moradores do mesmo povoado,

Cada um de nós que construiu a Santa Quitéria. É a nossa vida. Nossa luta! Aqui em Bacabeira nossa comunidade é conhecida por ter resistência. (M. M., 56 anos, presidente da associação de Moradores de Santa Quitéria).

Para além do poder do capital e de uma classe hegemônica, a identidade de resistência citada por Castells (1999), como intermediária entre a identidade legitimadora e de projeto ou alternativa, é importante para estabelecer o lugar em que se está na contestação do poder dominante, necessário para ultrapassar a negação do projeto dominante, ultrapassar os limites a eles impostos. É o processo da ofensiva combinado com a defensiva no enfrentamento do inimigo, com o objetivo de alcançar o almejado.

Conforme observamos, no relato do senhor C.A.C., o processo de resistência ocorre a partir da imediaticidade, aflorada pela própria necessidade humana, a princípio como uma necessidade particular em defesa de sua moradia e terra, mas que se universaliza, simultaneamente, às particularidades de outros moradores do povoado, que sofrem das mesmas ameaças e poder coercitivo. “O particular é a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade, ou seja, entre a vida singular de cada homem e sua vivência genérica”. (LUKÁCS, 2013, p. 93).

O senhor C. A. C. busca forças pela união, coletividade e movido pela paixão para alcançar o objetivo dessa luta: permanecer na terra! É nas correlações das forças, entre dominantes e dominados, entre a legitimidade do poder de uma classe dirigente sobre a outra, institucionalizada pelo Estado, que observamos o termo muito bem colocado pelo trabalhador idoso: “Me chamaram de desobediente”! E, assim, a “desobediência civil” vem inventariada por justificativas teóricas morais, religiosas e jurídicas.

“O poder que emana do povo a ele somente o bem pode causar”, o que justifica, quando assim não for, o direito de não o reconhecer como legítimo, ou melhor, de resistir a ele. Para Costa (1990), apesar da doutrina do direito de resistência ter recebido a colaboração de muitos autores, somente se solidificou teoricamente com o aparecimento do contratualismo. Lafer (1988), na mesma perspectiva, destaca que para se entender o problema da resistência o cerne da questão reside na compreensão da reciprocidade de direitos e obrigações entre governantes e governados; “[...] se o legislador pode reivindicar o direito de ser obedecido, o cidadão pode igualmente reivindicar o direito a ser governado sabiamente e por leis justas”. (LAFER, 1988, p. 69).

Então a resistência historicamente é legitimada pela luta dos contrários, entre o discurso e o vivido, entre a justiça e injustiça e nos processos contraditórios das correlações de força e poder. Como também observamos no relato da liderança do referido povoado, através da senhora Maria Mota, revalidando a discussão aqui exposta entre as necessidades imediatas e cotidianas, mas que representam a vida, a luta desses trabalhadores pela permanência em seu território, e que, através dessa luta, convergem para uma coletividade e tornam-se referência em resistência, transmutada em reivindicações pelo direito à terra, trabalho, moradia e logicamente, por justiça.

É nesse processo que ocorre a autossuperação, o rompimento do si mesmo, como um salto ontológico no reconhecimento do mundo concreto e de suas contradições expressas, sobretudo, pelas desigualdades e lutas de classe, mediatizadas pela vivência do medo e da esperança, conflitos e determinação, imposição e superação; das expectativas que se potencializam na descoberta do poder e força pautados na busca pela liberdade de ser e existir.

A busca pela liberdade como elemento da essência humana, tem o significado de se emancipar, de se tornar independente, ou mesmo, na perspectiva marxista tem o significado de se tornar consciente através da atividade humana, e romper com estrutura vigente de opressão e dominação.

Marx (2005) em sua análise sobre emancipação aponta que a emancipação política demonstrou o que homem é capaz para satisfazer suas necessidades, inclusive de mudar determinadas relações, mas explicita que na emancipação política se efetiva mudanças ainda no projeto burguês democrático. Não há nesse processo, de fato uma revolução ou ruptura com o sistema capitalista. Na

obra “A Questão Judaica”, discute sobre o significado da emancipação política como uma emancipação burguesa, uma vez que ela trouxe apenas a liberdade jurídica, uma emancipação formal, ou seja, proclama uma liberdade que não pode se realizar na sociedade burguesa e que, portanto, a emancipação política é o resultado da revolução burguesa, a partir dela e para ela e não representa uma emancipação da humanidade.

Segundo Paulo Netto e Braz (2012, p. 83):

O regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade, mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele, a igualdade jurídica (todos são iguais perante a lei) nunca pode se traduzir em igualdade econômico-social e, sem esta, a emancipação humana é impossível.

A emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa as condições essenciais da desigualdade social e da exploração de uma classe sobre a outra, não deixa de ser, ainda, uma liberdade essencialmente limitada e uma outra expressão de escravidão. A inserção de trabalhadores na esfera política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados). (TONET, 2010).

É nesse movimento de impulso no processo de ação e reação, ofensivas e defensivas, diante de uma situação posta como ameaça ao poder instituído, que uma classe se organiza no processo de enfrentamento. Como observamos, no decorrer da história, na transição do feudalismo ao capitalismo, a burguesia buscou suas alternativas e possibilidades de conquistar ou até mesmo transmutar de um modo de produção ao outro, dentro de sua estrutura de poder e direção, realizando sua essência de existir, através de suas estratégias de resistência. Assim, a burguesia se tornou dominante. Por isso, Tonet (2013, p. 29) afirma que:

Trata-se, da perspectiva dessa classe, de compreender a realidade social na forma e até o limite que permita a reprodução dessa ordem social considerada, não por acaso, a mais consentânea com a natureza humana. Nada disso é intencional no sentido conspirativo, mas certamente é intencional no sentido de que os pensadores têm consciência do que estão fazendo e acreditam que esse é o caminho mais adequado para a humanidade. Respondendo à fragmentação da materialidade do ser social, mas também à necessidade de justificar a nova forma da sociabilidade, elas se configuram ao redor de dimensões isoladas da realidade social, que só se

conectam entre si de forma inteiramente superficial e a critério do próprio sujeito.

Marx e Engels (1996) expõem que a revolução política foi a revolução da sociedade burguesa e produziu somente a emancipação política. Ela não pode emancipar a humanidade, ou seja, não supera a sociedade de classes, pois se funda na particularidade e no interesse individualista. (MARX; ENGELS, 1996).

Nesse contexto, busca-se uma legitimidade da particularidade ancorada no individualismo, descolada da realidade contraditória e de expressão da desigualdade social, por um viés político, partidário e singularizado nas nuances da culpabilização, por uma ideologia dominante, alicerçada em características morais, valorativas e religiosas, que se torna, progressivamente, uma visão de mundo e uma justificativa das relações contraditórias constituídas em sociedade.

No relato do senhor P. I. P. E. S., suposto proprietário da terra em que se localiza o povoado de Santa Quitéria, constatamos essas expressões:

Só vou conversar com vocês e com a prefeita, depois que a política passar! Se o nosso presidente vencer, o nosso Bolsonaro. Daí, vou saber o que fazer, já chega de enrolação... eu tenho fé! Cada um tem que buscar sua melhora! Vem um pessoal daí que não querem trabalhar. Do jeito que tá não dá! Eu gosto de ser bola para frente. Naquele tempo eu gostava de Collor de Melo presidente, porque ele disse que na mesa dele não tinha gaveta para guardar papel. Resolvia logo nossa situação. Mas agora vou é esperar. Tudo tem a hora certa. Agora vem essa história de projeto... depois que vou conversar sobre a negociação dos hectares da terra. Agora vou esperar o governo. O outro problema é esse governador aí! Um comunista e tem rejeição do Bolsonaro. Pode ser que vai dar um vira volta. Vocês tão vendo aí Cuba e Venezuela, que se acabaram com o comunismo. E isso de tomar quem tem e dar para quem não tem, não tá certo. Tem que ser justo! Porque só uns querem trabalhar, uns 30%, outros querem ganhar sem trabalhar. Mas Deus dá a proteção! Pois é bíblico! Quem não quiser trabalhar para se sustentar, que morra, né?! Mas podemos negociar. Talvez uma venda da terra num preço antes da Refinaria, vamos ver o que é justo! Melhor é esperar o resultado das eleições e do nosso presidente Bolsonaro. (Posicionamento coletado e gravado no dia 14/10/18, via telefone, do suposto proprietário da terra do povoado de Santa Quitéria).

O diálogo aqui exposto entre o suposto proprietário de Santa Quitéria e os trabalhadores que lá se encontram em situação de ocupação, representa uma coalizão de interesses, contraditórios expressa por uma construção ideológica materializada pela disputa política presidenciável que, nitidamente, representa a classe burguesa através do “Bolsonaro” e, bem lembrado pelo senhor Iran, na mesma perspectiva neoliberal de “Collor de Melo”. Conforme aponta Dias (2000), o governo e o próprio processo eleitoral assumem um papel central no sentido da contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza social produzida.

A ideologia burguesa tem sido, sistematicamente, eficiente em mostrar-se como sendo a ideologia da própria classe trabalhadora, criando mecanismos que fazem com que a contradição fundamental desapareça da reflexão e perdendo a perspectiva de sua dissolução da ação política, tão bem evidenciada nesta disputa política presidenciável de 2018, através de falsas notícias orquestrados pelo monopólio dos meios de comunicação, com o objetivo de atingir uma “coletividade” na luta contra a “corrupção”, em prol da “segurança” e da “família tradicional”, camuflando a questão central: a luta de classes e a desigualdade social.

São as estratégias de luta de uma classe dominante e dirigente pelo poder! Cabe lembrar que esse processo é contínuo. Na verdade, a ofensiva reacionária e conservadora da oligarquia contra os governos de esquerda nunca cessou, tendo conseguido vitórias bem expressivas mundialmente.

O relato acima, do suposto proprietário da terra, evidencia o processo do “vira volta”, permeado de um discurso pela justiça, pelo trabalho: “porque só uns querem trabalhar, uns 30%, outros querem ganhar sem trabalhar” e, fortemente, pelo viés conformista, através da “fé”, da “proteção divina” e do poder da “Bíblia”.

Abreu (2011) aponta que a análise gramsciana reconhece a existência histórica do conformismo como um custo a pagar por todo o progresso. Não é o conformismo o problema, mas quem o exerce.

E, ainda, numa análise de Guedes (2000, p. 53), a partir da obra de Maritain (1939) sobre a democracia cristã, aponta que: “[...] não é possível questionar a necessidade da propriedade, contudo é necessário direcioná-la ao bem comum e, primeiramente ao homem, depois aos bens materiais que lhes são destinados por natureza”. Numa perspectiva de predeterminismo, naturalizam-se a desigualdade e as contradições da sociedade, enfocando o bem comum e o conformismo dos indivíduos nessa ideologia.

Assim, num movimento orientado para o bem, numa perspectiva humanitária e cristã, a vida da pessoa atinge sua liberdade espiritual. (MARITAIN, 1939 apud GUEDES, 2000, p. 49).

Dessa forma, que o modelo cristão de sociedade, explícito no discurso do senhor P.I.P.E.S., segue uma formulação histórica, de manutenção da ordem burguesa, ideologicamente defendida para uma sociedade mais justa, fraterna e do bem comum, orientada pela conotação de um desenvolvimentismo que envolve a vida social, respaldada nos princípios religiosos, da fraternidade e da “liberdade”.

Os princípios da propriedade privada, da acumulação de riquezas de uma classe sobre a outra, evidenciam essa luta constante entre os contrários e a força motriz da resistência, que traz, em sua essência, a condição do ser social na luta pela sobrevivência, numa relação intrínseca e em movimento constante entre o “conformismo” e o “enfrentamento”, que vão se alternando nos processos de luta de classes, através de formação da cultura e de estratégias políticas.

Segundo Löwy (2016), parafraseando Marx, os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: primeiro como tragédia, segundo como farsa. O autor, ao analisar o contexto do golpe de Estado parlamentar, em maio de 2016, aponta que:

O principal componente dessa aliança de partidos da direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como a ‘bancada BBB’: da ‘Bala’ (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e as milícias privadas), do ‘Boi’ (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da ‘Bíblia’ (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos). (LÖWY, 2016, p. 46).

É por isso que não se pode perder de vista que o embate entre forças na luta pela hegemonia, é a “[...] capacidade de uma classe subordinar/coordenar classes aliadas ou inimigas” (DIAS, 2000, p. 61), pois as estratégias de luta são constituídas no cotidiano, através de alianças, de correlações de força mediadas por uma liderança que observa e age nos processos de *crise de autoridade e crise de hegemonia*.

Crise de autoridade e crise de hegemonia é posto por Gramsci (2000) nos *Cadernos do Cárcere*, quando aponta que o conteúdo da crise, é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “[...] crise de autoridade: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”. (GRAMSCI, 2000, p. 60).

É forçoso lembrar que qualquer projeto emancipatório vivencia a instabilidade da política e é nesse processo de avanços e retrocessos que se manifesta na luta em defesa de determinado interesse, viabilizado pela força política e legitimação do poder dominante através do Estado.

Por isso, a luta do proletariado deve ser social, pois a política não altera a sua condição material. Assim, era imperativo sair do ponto de vista político para poder imprimir uma transformação radical na sociedade. (MÉSZÁROS, 2012).

Para Marx (2005), do ponto de vista da emancipação humana, o homem apenas reforçou sua servidão e, em sua análise sobre a questão judaica, expressou que:

O homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo do negócio (gewerbe), obteve a liberdade de negociar (Gewerbefreiheit). (MARX, 2005, p. 25).

E, ainda, reforça que a forma definitiva da emancipação humana, dentro da ordem mundial vigente, é inexistente. “Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática”. (MARX, 2010, p. 41).

Dessa forma, resistir requer a superação do poder alimentado pela imposição, regras, limite e simbologias que reforçam o individualismo possessivo, opressão e cerceamento da liberdade, ideologicamente trabalhados e articulados no fetiche do capital, sob o manto de servidão, comandada por uma sociedade de controle, disciplinada e alienada através de um controle midiático e cultural.

Gramsci (1995) afirma que a revolução proletária pressupõe um novo conjunto de normas, novas maneiras de sentir, pensar e viver que, construídas a partir de um novo modo de vida das classes trabalhadoras, dever-se-ão tornar dominantes em uma sociedade pós-revolucionária. Assim, paralelamente à questão de conquistar o poder econômico e político, o proletariado deve se colocar, também, o problema de conquistar o poder intelectual, organizando-se culturalmente para a produção de novos valores, de ética, de liberdade, de uma nova “concepção de mundo”.

A Liberdade aqui é pensada como passagem, de sucessivas aproximações e luta permanente, não de um ser abstrato, mas do próprio ser, numa constante busca para satisfação de suas necessidades. Segundo Marx (2005), a liberdade é a possibilidade de escolher entre as alternativas concretas. E não se configura simplesmente como uma reação, mas produção, desejo e uma ação para a emancipação.

A emancipação está nesse percurso entre o singular e a totalidade. É algo inerente ao ser, a sua existência e a sua capacidade de conquistar a liberdade como condição necessária à sua sobrevivência e enquanto ser pensante. Também não pode ser considerada como um estado final, mas caminho incerto, imprevisível, de

construção permanente no cotidiano, como força motriz na esfera da produção e reprodução das relações sociais. São correlações de forças política e relação de poder.

É na condição de liberdade que o humano se autodefine, exerce o grau de força que está ao seu alcance, na interação com os outros e no processo de construção de estratégias e de possibilidades.

Esse caminho leva o homem a ter esperança, a buscar o novo, a acreditar e lutar pelas suas paixões, convicções e objetivos. É a força que movimenta, consciente ou inconsciente, o homem a existir e sentir enquanto ser histórico, pensante e capaz de mudar a si e aos outros. Nessa perspectiva, ele assume um poder que emana e pulsa do próprio ser e que movimenta o seu agir. Se permite pensar antes de agir, de encontrar e reconhecer as múltiplas expressões de opressão e de resistência.

Para tal, torna-se imprescindível a constituição da identidade de classe, no processo de organização da classe.

A identidade como categoria histórica e unidade da consciência de classe, se constitui no movimento da luta de classes. Luta que avança e recua em determinados momentos conjunturais, não prescindindo de conhecimentos e de instâncias organizativas capazes de unificar o potencial transformador e as ações concretas de uma coletividade. Segundo Cardoso (1995), tanto nos espaços criados na produção, quanto na luta em instâncias organizativas das classes subalternas, numa dada realidade, “[...] há momentos de elevado nível de consciência e momentos de nível de consciência embrionário ou limitado à aparência do real”. (CARDOSO, 1995, p. 61).

Marx e Engels (1984) esclarecem que é necessário compreender a relação existente entre capital e trabalho, para que se perceba o lugar que o sujeito ocupa e o papel que desempenha no processo produtivo.

É a partir dos interesses antagônicos e das formas de organização coletiva que os sujeitos políticos de uma classe desenvolvem suas formas de enfrentamento entre si. A identidade se fortalece, legitima e amadurece nesses processos de luta e crises nas relações de produção e no desenvolvimento das forças produtivas.

Nos povoados de Santa Quitéria e de Salva Terra, a identidade dos trabalhadores rurais com a terra, como espaço de produção e na luta pela sobrevivência, fez com que esses trabalhadores se percebessem no mesmo processo

e objetivo: a terra para produzir e a condição de “posseiros” na luta contra o grande capital! Vejamos os depoimentos a seguir:

É importante lutar pelo que é nosso. Lutar pela causa e ir em frente.
(R. N., 66 anos, Santa Quitéria).

Precisamos lutar pela nossa terra, pois é dela que vem a nossa subsistência.
(A. G., 56 anos, Santa Quitéria).

Vamos lutar até conseguir.
(J. R. O., 59 anos, Santa Quitéria).

Fomos tirados de onde vivíamos para ficarmos esquecidos.
(M. de J., 33 anos, Salva Terra).

A nossa comunidade se desestruturou com o remanejamento, a falta de consciência política, os conflitos internos, estamos brigando internamente.
(J. R. C., 62 anos, Salva Terra).

Assim, expressa-se, nos depoimentos acima, um objetivo em comum na luta pela “causa”, que fortalece a coletividade e a identidade de uma classe em torno da sobrevivência. Ao mesmo tempo, sobretudo, em Salva Terra, é evidenciada a diluição da luta, pela perda de expectativas após o remanejamento, abrindo um vazio na organização, antes vivenciada. Vazio reconhecido por eles nos seus relatos, como “a falta de consciência política”, levando-os “a conflitos internos”.

Marx e Engels (1984, p. 43), na Ideologia Alemã, apontam que “[...] a consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente”. A consciência se manifesta através de sua representação mental, a partir da vivência do cotidiano e de seus atos.

Para Lukács (2013), existe uma relação entre a imediatividade cotidiana e a dimensão genérica da ação humana, ou seja, a afirmação de que a vida cotidiana é a “[...] mediação objetiva-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas de genericidade agora já conscientes”. (LUKÁCS, 2013, p. 26).

A vida cotidiana, dessa forma, é o espaço heterogêneo no qual se inter-relacionam dialeticamente e no movimento dos dois polos humanos da realidade: a particularidade e a genericidade. São indissociáveis, a posição de classe dos indivíduos no interior das relações sociais de produção numa determinada ordem econômica e uma determinada forma de visão de mundo que pode levar a uma consciência mais ou menos homogênea a uma identidade coletiva, à ação política e aos fins pretendidos.

Gramsci (1995) ressalta que “todos são filósofos, ainda que ao seu modo, inconsciente, porque inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual, a linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo”.

Iasi (2007) reforça que a consciência seria o “[...] processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. (IASI, 2007, p. 14).

É na materialidade desse movimento que a consciência se manifesta e que torna o ser social diferente do ser biológico, porque somos movidos pela consciência, que é nossa capacidade de pensar e agir, de escolher diante das alternativas e possibilidades postas no cotidiano.

Isto indica que a consciência assume uma dimensão que não tem como se realizar, exclusivamente no limite do pensamento, mas, necessariamente, nas relações sociais, em que a vivência tem função fundamental, que em sua relação intrínseca ora se alimenta da realidade para formar uma concepção e, ora se arvora em busca de um novo pensamento ou resposta para a situação que lhe é imposta.

É nesse movimento dialético de afirmação e negação, que surge uma nova consciência, a que Iasi (2007) chama de “um novo indivíduo em conflito”.

A esse movimento Gramsci (2001) chama de “passagem do homem massa ao homem coletivo”.

A passagem do homem massa ao homem coletivo, tem como ponto central das reflexões de Gramsci (2001) a formação de novos sujeitos sociais que visam à construção de um projeto de sociedade aberto à participação de todos os trabalhadores.

Para Gramsci (1995, p. 21), a consciência social atinge um conhecimento do real, “primeiro no campo da ética, depois no da política”. É um conhecimento de si e, também, uma teoria da cultura que, em sua relação recíproca, conhece a realidade em suas determinações e em seu movimento histórico e contraditório.

O pensar em si mesmo, ou a consciência de si, é o grito de guerra, de rompimento com o seu pensamento anterior que se coloca contra o mundo construído e absorvido pela sua trajetória de pensar e agir até então visto e entendido como verdadeiro.

Para Iasi (2007), o indivíduo em conflito é isolado como se não expressasse uma contradição, mas fosse ele mesmo a contradição, mais que isso, o culpado por sua existência. Enquanto isso, o alienado recebe o rótulo de “normal”.

O indivíduo em contradição, com o nível de compreensão alcançado e diante da realidade objetiva, reúne condições subjetivas para uma superação revolucionária.

Lenin (1978, p. 47-48), aponta que:

A revolução não surge de toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que as mudanças objetivas [...] vem se juntar a uma mudança subjetiva, a saber: a capacidade, no que concerne à classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa bastante vigorosas para destruir completamente ou parcialmente o velho governo.

É importante salientar que, para Lenin (1978), as condições subjetivas não são reduzidas ao indivíduo, mas são elementos próprios da ação do homem em confronto com a realidade objetiva vivenciada num determinado contexto histórico e na luta de classes.

É nos momentos de crise e conflito com o que é estabelecido e está em conformação, no pensar e agir, que ocorrem os processos de resistência. Momentos de impulso para uma nova concepção e ação ou até mesmo para recuo e silêncio, inerente ao processo de “inventariação de valores” e a superação para outro nível de pensamento. Um processo de libertação de amarras que prendem as normas e valores aceitos pela convenção de uma sociedade e de um grupo.

Todo esse processo de inserção e vivência no grupo é social e político. Da mesma forma que a quebra desses padrões, também, o são. As transformações são necessárias ao processo de amadurecimento, que nos dá a possibilidade através da consciência, de reconhecer novas estratégias e potencialidades.

Reconhecer e criar uma identidade dói! Significa romper com o senso comum e de forma crítica buscar novas possibilidades, novos horizontes e estratégias de superação ao poder de uma ideologia dominante, construída e constituída culturalmente e absorvida como única, independente da classe na qual está inserido e é pertencente. O processo de tomada de consciência é uma construção e (re)construção constantes, diante das relações de forças antagônicas, em que a classe dominante não é só dominante, mas também dirigente e possui suas formas de organização.

Esse processo de consciência de classe, a partir da consciência de si, inserido numa sociedade de classes, em que a luta de classes é uma condição *sine qua non* para

apreensão da realidade e condição de inserção e pertencimento numa relação de produção de uma determinada sociedade é que Marx e Engels (2005, 2008) analisam a partir de algumas premissas:

- a) de que a consciência é constituída em um processo social e histórico;
- b) de que ela se processa dialeticamente, conformando uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade;
- c) de que a consciência é o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e que age intencionalmente para modificá-la.

A consciência nos aponta a tarefa de transcender a vida individual, a potencialidade da classe, a consciência da possibilidade. Essa tarefa exige um novo indivíduo, capaz de compreender o esforço como coletivo de sua classe e além dela. Trata-se da consciência que, no movimento de uma segunda negação, expressa o essencial da classe, ao se superar como classe. A esse processo Gramsci chama de “catarse”, Lenin de “revolução”, Iasi de “indivíduo em conflito”, Marx e Engels de “emancipação”.

Assim, ocorre no movimento da consciência de classe, a luta dos contrários, quando nos reconhecemos ou negamos como estratégia de sobrevivência ou condição necessária para inserção e manutenção das relações sociais. Entendemos que no campo da disputa e das relações de forças políticas, o sujeito pode transcender enquanto ser social.

Em Gramsci (2001), a passagem do “homem massa ao homem coletivo”, traz a discussão sobre a formação da cultura e de como podemos mudar a direção hegemônica, através da participação e organização de um outro projeto de sociedade. Esse processo ocorre pela consciência e subjetividade, confrontadas no cotidiano e trabalhada na coletividade nas instâncias organizativas.

Marx e Engels (1984), explicitam que somente quando os sujeitos se apropriam “para si”, da realidade, está dada a possibilidade de eles a construírem conscientemente e, a partir daí, desenvolverem suas individualidades, expandirem as singularidades, produzirem sentido para aquilo que vivem, para a natureza e para as próprias relações sociais. (MARX, 1993, 2005, 2008; MARX; ENGELS, 1984).

Nessa mesma perspectiva, Cardoso (1995) analisa o pensamento de Marx e aponta que o homem só se desenvolve porque se objetiva. “É pelo caráter imanente de

sua objetividade que ele é subjetividade [...], subjetivando-se ele mantém a condição objetiva de ser social”. (CARDOSO, 1995, p. 34).

É nessa relação entre objetividade e subjetividade que o ser social faz seu metabolismo de transformação nas três esferas (inorgânica, biológica e social) e, no movimento de sua própria existência e em confronto de suas necessidades reais e reificadas pelo capital transforma a si, no processo de negação e de passagem para o reconhecimento de sua inserção numa determinada sociedade, cultura e classe social.

O reconhecimento, de si e para si, amadurece nesse processo das lutas cotidianas. As lutas sociais representam essa capacidade e força política e ideológica, quando organizadas em defesa de seu projeto de classe. No sentido de resistência da classe trabalhadora, quando esta se posiciona no enfrentamento à ação coercitiva do Estado capitalista, percebendo que, através da luta política, são capazes de rearticular o seu papel na sociedade, participando e defendendo os interesses de uma classe alijada de seus direitos básicos de sobrevivência.

Assim e de acordo com Francisco de Oliveira, sobretudo para compreender a consciência das classes em luta, estas classes “não se constituem em si, nem mesmo para si, mas para as outras”, pois a “grande polêmica a propósito da “consciência de classe” não pode, em nenhum caso, ser corretamente interpretada enquanto “autoconsciência”, pois são as *consciências recíprocas* das classes e entre elas que irão, em definitivo, desaguar na “consciência de classe”, sendo que “este movimento de reconhecimento é, sem dúvida, o espaço da política”, o qual é “o momento da subjetividade ou da subjetivação da objetividade”. Por isso, entendemos que a divisão da sociedade e as classes não constituem um *dado*, um pressuposto, mas são um *produto* das relações antagônicas na sociedade. (OLIVEIRA, 1987).

A consciência é um ato prático, político que se realiza a partir das contradições, própria no processo de estranhamento e, ao mesmo tempo, de reorganização do pensar e agir para uma direção. A negação faz parte do processo também de reconhecimento. “Negar a fragmentação do ser implica recuperar o ser social”. (IASI, 2006, p. 117).

Portanto, a luta por reconhecimento é uma luta política pela sobrevivência e pela própria existência. Gramsci (2000, p. 86-87) aponta que os movimentos no processo de identidade e reconhecimento, enquanto “[...] classe que possui uma direção contrária e em oposição a uma classe hegemônica, são estereotipados como multidão para tirar do campo político e organizativo a força e potência para uma nova

direção, a partir de uma consciência de classe”. Os movimentos inerentes ao processo de construção de identidade de classe são trabalhados pela classe opressora como fragmentados, dispersos e como um conjunto de pessoas sem intenção, desorganizados e rotulados de “vândalos”, “baderneiros”, “vagabundos”, dentre outras nomenclaturas pejorativas e de inferiorização, com o intuito da perda e pulverização de uma identidade de classe.

Para os trabalhadores rurais, a terra é condição essencial na produção e reprodução da existência do rural e sobrevivência e, direta ou indiretamente, dependendo da inserção desses trabalhadores e as relações de trabalho constituídas pelo avanço do grande capital no campo, a cultura do cultivo na terra, historicamente vivenciada por eles, é fortalecida por laços de parentesco, pela tradição na agricultura familiar, que os colocam numa condição mais próxima da construção de uma identidade de classe.

No movimento da luta pela terra, os trabalhadores se organizam e resistem, inicialmente, para defender e garantir a terra como condição de sobrevivência, como uma necessidade imediata, podendo ascender para o campo da liberdade política e humana.

Assim, é imprescindível que compreendamos como os processos de lutas pela terra, vêm se constituindo histórica e politicamente, nas relações de forças antagônicas, em formas organizativas e estratégias de resistência no país, no Estado e no município de Bacabeira.

3.2 Trabalhadores rurais na luta pela terra

Os conflitos vivenciados historicamente pela humanidade perpassam todas as eras. Lutamos por riqueza, por direitos, por liberdade, pela vida! Há sempre alguma razão por que lutar, mas, em todos os conflitos, crises e batalhas, uma estratégia é sempre desenvolvida: observar a força e fraqueza do opositor, o que planeja, o que objetiva, seus recursos, para preparar uma ofensiva contra eles. Para Gramsci (2000), é a função do intelectual, para Maquiavel, são as lições para o príncipe governar, para Sunzi, é a arte da Guerra. A dualidade e as contradições estão postas! Sempre há os polos contrários, assim como a morte é parte da vida e a vida, em sua essência, é a luta dos contrários. Guardamos tudo o que aprendemos com os trabalhadores e nos surpreendemos, até mesmo com as muitas batalhas que travamos no cotidiano; seja

por dinheiro, controle ou poder, por liberdade e emancipação, poucos de nós sabemos como lutar do jeito certo ou entendemos as particularidades contra quem, de fato, estamos lutando! Para alcançar qualquer objetivo, é essencial ter as estratégias e recursos necessários, porque as vitórias não vêm por acaso, a luta é cotidiana e contínua e a resistência se constitui nesse processo de perdas e ganhos e, cada vez mais, necessita de uma direção, de uma organização.

A história que aprendemos e foi disseminada sobre o trabalhador do campo é uma versão construída por um poder dominante, que tem sua versão centrada no “homem, branco e da classe dominante” (SAFFIOTI, 1987). Durante muito tempo, fomos levados a pensar o trabalhador rural como passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles. Até porque, no percurso das correlações de força entre as classes, a história foi registrada com distorções da trajetória desses trabalhadores – explorados, subordinados politicamente aos grandes proprietários, excluídos dos mais elementares direitos políticos e sociais e, portanto, qualquer manifestação ou expressão de organização sempre foi concebida de forma depreciativa e, ideologicamente, defendida pela classe dominante como necessidade de “controlar” possíveis “desordens” numa determinada sociedade e num determinado período. Um passado tão presente! Algo que a dialética materialista explica: que os movimentos históricos ocorrem de acordo com as condições materiais da vida.

É nesse contexto de contradições e diante das diversas formas de exploração e opressão, que as classes subalternizadas encontram forças e potencializam sua capacidade de resistir. É diante da extensiva opressão que a indignação aflora contra determinadas situações que ameaçam suas condições de existência, de vida e de trabalho; o que observamos, ao longo de nossa história, é o grito dos oprimidos por justiça! Muitas vezes, silenciado e camuflado pela classe dominante, para não ter visibilidade.

A história mostra, segundo Medeiros (1989, 2003), que era comum a fuga de escravos para escapar à exploração e maus tratos dos senhores. Algumas vezes, elas se deram de forma organizada. “Os escravos buscando uma alternativa à vida em cativeiro e constituindo quilombos, grupos de fugitivos que, apossando-se de terras ainda virgens, criavam sua forma própria de organização econômica, social e política”. (MEDEIROS, 1989, p. 11).

Como expressão de resistência, em Guadalajara, no século XVIII, “[...] as mães matavam os filhos para salvá-los do tormento das minas”. (GALEANO, 2018, p. 64).

Na América Latina, precisamente no Brasil, temos relatos de conflitos seguidos de resistência.

Não é o objetivo deste estudo elencar todas as formas de luta e organização ao longo da história de colonização da América Latina e do Brasil, mas reforçamos que muitas lutas foram travadas pela sobrevivência, pela condição mínima de trabalho e no enfrentamento às formas políticas e econômicas de opressão.

Entendemos que as lutas sociais representam o movimento da sociedade e das relações entre as classes. É nesse processo constante e do *vir a ser* que os fragmentos da realidade nos revelam a história de resistência de trabalhadores, em que as lutas camponesas são parte constituinte dessa história. Não é um processo linear e homogêneo, constrói-se e (re) constrói-se na dinâmica das contradições e do movimento dialético. Por isso, concordamos com Fernandes, Medeiros e Paulilo (2009, p. 23), quando afirmam que:

Toda periodização traz consigo sérios riscos de apagar o passado e inaugurar um novo tempo, no qual são ressaltadas as rupturas, e pouca importância acaba sendo dada às continuidades. Esse risco foi enfaticamente apontado pelo historiador inglês Edward Thompson, quando, na sua análise sobre a formação da classe operária inglesa na passagem do século XVIII para o XIX, afirma que [...] é muito frequente, visto que toda narrativa tem que começar em algum ponto, que vejamos apenas as coisas novas [...]

E, nessa perspectiva, reforçamos que, com este estudo, pretendemos demonstrar que as lutas possuem continuidade, mesmo em situações de crise, dentro de uma conjuntura que lhe é própria.

Assim, reafirmamos a partir dos mesmos autores, que:

[...] é possível constatar, em nossa história, um forte elemento de continuidade em relação ao passado. [...] perpetuam-se aspirações, temores, tensões, mas que se revelam ‘num novo contexto, com nova linguagem e argumentos e num equilíbrio de forças modificado’ [...] (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 23).

Portanto, discutimos as lutas como parte fundante de nossa história e de nossa existência. A relevância se faz diante do esforço de entender esse processo, a partir da luta de classes e da construção das estratégias, da organização e da resistência, em diferentes contextos históricos e políticos e, por isso, possuem um nível diferenciado de negociações, conforme a “batalha” dos diferentes interesses e

constituição da possibilidade de avanços ou recuos, num determinado momento histórico e político.

A luta pela terra representa nossa história de desigualdade, de exploração e de expropriação, constituindo um fosso de diferenciação entre as classes, sobretudo sobre a questão da disputa entre a posse (associada ao poder de compra/propriedade a partir do título da terra) e o uso dela, por aqueles que habitam, que utilizam e que sobrevivem nela.

Ressaltamos que, no Brasil, a partir da Lei de Terras, em 1850, a questão da posse da terra por uma minoria, composta pelos latifundiários, propiciou uma série de manifestações, dentre elas, os movimentos messiânicos, em 1893. Esses movimentos, embora ainda não conscientes da pauta de luta, como a da Reforma Agrária, alcançaram, *a priori*, uma imagem de cunho religioso na sociedade, ainda que trouxessem uma grande força política em oposição às estruturas econômicas da época.

Conforme Torreão (2014, p. 64) aponta,

[...] a resistência aos movimentos messiânicos, dos quais se destacam as experiências de Canudos e de Contestado, sintetizou a revolta contra as condições de vida da massa camponesa e sua rejeição à política do Estado Brasileiro configurada na República, que cobrava altos valores de impostos, além de ter uma política de valorização ao latifúndio e apoio aos coronéis. O significado desses movimentos representou um esforço coletivo que colocou em xeque as estruturas políticas tradicionais daquele período histórico. Tal fato os colocou como marco da nossa história, pois tais movimentos [...] acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria.

Martins (1991) reforça que, no processo organizativo da classe dominante, sua estratégia política de desmobilização da massa camponesa ocorreu “[...] em nome da defesa e da ordem, em que os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas, sim, a insurreição dos pobres do campo”. (MARTINS, 1991, p. 62).

A luta pela terra é uma luta pela sobrevivência, como espaço de moradia, condições de trabalho e de vida. Então, o acesso à terra ultrapassa a perspectiva de uma política compensatória de assentamentos rurais e de enfrentamento à pobreza no meio rural. Essa luta representa a construção da identidade de classe e da vivência de direitos.

Miranda (2010, p. 51-52) aponta, em seus estudos sobre a questão agrária no Brasil, alguns momentos temporais ligados ao aspecto político e econômico, tais como:

- a) O surgimento da questão agrária, 1930-1945, condicionado pelas transformações internacionais do capitalismo, marcado pelos projetos de colonização;
- b) A questão agrária como óbice ao desenvolvimento, 1945-1964/65, marcada pela chamada 'substituição de importações', que criou ilhas de desenvolvimento;
- c) A denominada modernização autoritária, 1966-1990, marcada pela despolitização do campo, que introduz padrões técnicos de produção e produtividade.

Logicamente, em cada um desses momentos, constituem-se ações contrárias e diversas formas de mobilização dos trabalhadores frente aos processos de desapropriação.

A luta pela sobrevivência foi a condição central de resistência de trabalhadores rurais. Foi assim desde meados de 1950, no século passado, com as Ligas Camponesas e, até os dias atuais, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (1997).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surgiu em 1979, tendo expressividade na década de 1980, como um movimento aglutinador das forças e ideais em defesa da Reforma Agrária no Brasil.

Segundo Fernandes e Stédile (1999), o MST nasceu numa conjuntura de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurado durante o regime militar.

O MST retoma as lutas camponesas, assumindo a luta por terra e pela Reforma Agrária, como uma bandeira de enfrentamento contra o capital e sua estratégia de apropriação do território.

Assim, o Movimento se constitui como uma referência da luta de trabalhadores rurais no campo, congregando outras instituições, como a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única de Trabalhadores (CUT), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), dentre outras parcerias organizativas.

Conforme os documentos do MST (1997), as ações das Ligas Camponesas resistiram somente até 1964, momento em que vários movimentos contrários ao

regime foram derrotados pelos militares e, nesse período de ditadura militar, houve um processo de perseguição ideológica, política e de ações coercitivas seguidas de violência, quando muitos trabalhadores foram exilados e assassinados, desmobilizando a luta pela Reforma Agrária e por qualquer direito trabalhista e previdenciário. Nesse contexto, a ação repressiva do Estado “[...] significou a impossibilidade de os camponeses ocuparem seu espaço político para lutarem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro”. (FERNANDES, 2001, p. 41).

Numa análise lúcida de Gramsci (1976, p. 209) sobre a situação da Rússia, em conflito, o autor aponta “[...] a luta entre o velho que não quer morrer e o novo que ainda não está firmado e que é dramática e incerta”, pois “o passado continua a subsistir, apesar dos esforços de desagregá-lo”. Tem-se a aparência da ruína, da desordem, da confusão. Parece iminente a recaída na sociedade da barbárie, isto é, na não sociedade. (GRAMSCI, 1976).

São momentos sombrios, de sensação de desordem e de desmobilização, tão presente na atualidade. Gramsci, também, aponta com convicção da proeminência dos homens sobre a materialidade das coisas: “[...] não, as forças materiais não prevalecem nunca na história: são os homens, são as consciências, é o espírito que plasma o mundo exterior, e acaba sempre triunfando”. (GRAMSCI, 1976, p. 210).

Entendemos, a partir do referido autor, que o movimento material das coisas tem uma “alma”, uma “paixão” escondida. E reforçamos que é a partir dessa condição humana de consciência, de envolvimento e de posição que ocupa numa determinada sociedade e num determinado momento histórico, que a materialidade de nossa existência e o confronto das condições desiguais e de opressão fazem com que a “paixão escondida” e a sua força para manter-se vivo se rebelem como um efeito em ebulição. É a ação dos homens, teórica e prática, que é acionada!

Gramsci (1976) pontua, também, que todas as revoluções foram precedidas por uma intensa crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias, de início refratário, exclusivamente preocupadas em resolver situações do cotidiano, mas que amadurecem para outro nível de compreensão e condição.

Nessa direção, Lenin (1978) ressalta que os revolucionários se atrasaram quanto à progressão do movimento e, em suas ‘teorias’ e atividade, não souberam criar uma organização que funcionasse sem solução de continuidade capaz de dirigir todo o movimento.

Esse teórico nos chama a atenção para a especificidade da luta dos trabalhadores dentro da formação capitalista, imbuídos de uma força ideológica alicerçada na individualidade, no pragmatismo, no imediatismo, na separação do trabalho manual do trabalho intelectual, que obriga o trabalhador se conceber no limite de sua resistência física e imobilizado por tais circunstâncias.

Dessa forma, é necessário transpor tal condição que lhe é imposta, pois exige todo um trabalho de envolvimento e formação de consciência de classe contrário ao sistema de dominação ideológica e política. Cardoso (1995) salienta sobre o 'instinto revolucionário': "É necessário deixar aflorar a recusa espontânea da ordem existente pela vontade de acabar com os exploradores que os protegem - e a aptidão para a organização". (CARDOSO, 1995, p. 93-94).

O movimento é contínuo, assim como o processo organizativo deve estar imerso nessas contradições e acompanhar as estratégias de luta no enfrentamento cotidiano, diante da convergência de resistências, para além dos múltiplos efeitos de dominação, próprios da reificação do capital. Por isso, acreditamos que a "paixão escondida" e as condições materiais a que o homem é submetido, se rebelam ao longo da história nos processos organizativos, de luta e de resistência.

No Brasil, na década de 1950, como já mencionado, emergem, no campo, as "ligas camponesas", associações, uniões de trabalhadores, que trazem politicamente a luta de trabalhadores rurais, reivindicando seus direitos trabalhistas, até então não sendo foco de preocupação diante das lutas operárias nas indústrias. Essas lutas, embora localizadas e dispersas, repercutiram fortemente nas articulações políticas e nos processos de centralização do poder. Até porque o problema de terra, no Brasil, não passa simplesmente pela distribuição de terra. O Estado buscou historicamente desarticular e destruir as formas de organização dos trabalhadores rurais. Segundo Martins (1991, p. 67) "[...], é que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustente o Estado".

Nessa mesma lógica, o Estado busca desqualificar essas lutas, como um produto de ação de agentes externos à questão, ou como elementos estranhos à classe, que defendem interesses de outros e "revoltosos" que querem acabar com a "paz no campo". Há toda uma estratégia de criminalização ao movimento e de desqualificação, também, das vitórias e conquistas sociais negociadas no

enfrentamento e que são postas como dádivas do Estado ou do latifundiário que aceitou tal negociação e, não, como produto da luta dos trabalhadores.

Segundo Bauer (2012), o desenvolvimento capitalista no Brasil prescindiu de uma revolução democrático-agrária e manteve o pacto burguês-latifundiário. Isso significa dizer que esse processo se fez com ataque sistemático aos pequenos proprietários e trabalhadores sem terras, constituindo um grande contingente de trabalhadores despossuídos de tudo, até mesmo da sua força de trabalho.

O capitalismo no campo penetrou nas relações e condições de trabalho de forma autoritária e conservadora, mantendo o monopólio privado da terra e a pobreza do trabalhador rural. É nessas condições de subsunção ao capital, de extrema pobreza, de contradições vividas no interior do processo de trabalho, do rompimento de determinadas atividades do cotidiano, de uma ameaça às condições de reprodução a um grupo de trabalhadores que tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou à organização, em defesa do que se considera legítimo. Conforme Medeiros (1989), é nessa conjuntura, a partir dela e interferindo nela, compondo, pois, a própria experiência dos trabalhadores, que se movem as organizações partidárias, sindicais e instituições de apoio.

As lutas dos trabalhadores rurais têm, na sua trajetória política, um legado de formas de resistência. Não temos a pretensão de pontuar todas, mas de apontar algumas conjunturas que ora propiciaram avanços, ora recuos em suas manifestações de resistência.

No Brasil, entre as décadas de 1945 e 1964, o país vivia conflitos no campo e na cidade, buscando articular bandeiras de luta comuns. Embora tenha sido um período marcado por restrições à liberdade de organização, sindicatos ligados ao Estado e discrepâncias nos direitos entre trabalhadores rurais e do campo, abria-se um debate sobre o papel da agricultura diante do crescimento de indústrias no país. Diante de situações como o êxodo rural, periferização nas cidades e as reivindicações de trabalhadores rurais pela permanência na terra, a questão da Reforma Agrária entra como pauta de luta desses trabalhadores. Foi um período de grande efervescência social e política, sendo abafada com o golpe militar de 1964.

Diante do Golpe de 1964, instaurou-se uma conjuntura de intensa repressão sobre todas as formas de manifestação e organização. As lutas no campo,

também, foram silenciadas, mas não desapareceram. A modernização na agricultura, conforme aponta Martins (1991), foi amplamente respaldada pela política agrícola do Estado, que manteve uma estrutura de propriedade concentrada no campo e com estímulo oficial à ocupação da fronteira pelo grande capital, minimizando as esperanças dos trabalhadores no que concerne à luta pela reforma agrária e, diante desse contexto, conflitos e lutas de resistência se intensificaram.

Nesse período, marcado pela repressão, constituiu-se o sindicalismo rural, centralizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Do ponto de vista organizativo, congregou trabalhadores para uma bandeira comum na luta pela terra. No entanto não impediu despejos e nem garantiu direitos já conquistados. Não conseguiu, naquele momento, avançar na luta por reforma agrária e pelos direitos mínimos de sobrevivência, mas envolveu outras instituições na luta, como a Igreja Católica que se tornou expressiva na articulação da veiculação dos anseios e luta dos trabalhadores rurais, principalmente denunciando as condições de opressão, pobreza e violência a que eram submetidos.

Segundo Almeida (1988), no Maranhão, a repressão atingiu a então recém fundada Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, criada em fevereiro de 1964, sucessora da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), que teve seus principais líderes presos e foi fechada, assim como inúmeros sindicatos.

O regime militar impôs ao movimento sindical rural duas modificações, de acordo com Miranda (2010, p. 59),

A primeira foi o estabelecimento do sindicato único de base municipal que passou a congrega os assalariados e os pequenos produtores (rendeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários), com uma uniformização nacionalmente, de 'Sindicato de Trabalhadores Rurais-STR'. A segunda modificação foi a criação, em 1971, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL, mais conhecida como FUNRURAL, que representou a extensão da legislação trabalhista, dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais).

Essa postura do sindicato, na época, insiste na atualidade, por um viés assistencialista, muitas vezes reduzindo a expressão do sindicato em local de serviços de aposentadoria, pensões, auxílio funeral dentre outros serviços.

Além das repressões e perseguições aos trabalhadores, no período do regime militar, esse período, também, traz a riqueza do enfrentamento desses trabalhadores que se organizaram no campo e na cidade, num processo político

complexo, com reivindicações imediatas, no enfrentamento das diversas correlações de poder.

A luta dos trabalhadores rurais, após 1964, vem imersa de uma conjuntura política forjada pelo desenvolvimentismo e pelo populismo que, contraditoriamente, fomentou ao crescimento do movimento operário, o que impulsionou uma maior visibilidade aos trabalhadores e suas formas de organização.

Medeiros (1989) justifica que essa visibilidade da luta dos trabalhadores ocorre como estratégia do governo para mediar conflitos, que desde 1962 colocava a organização destes atrelada ao apoio do Estado.

‘Goulart... compreendeu que só havia uma maneira de frear o impulso do homem do campo: sindicalizá-lo para submetê-lo ao controle do próprio governo’, nem por isso deixou de recomendar a sindicalização. No célebre documento ‘Bença-mãe’, datado de 1962, insistia que onde houvesse uma Liga se criasse um sindicato e onde houvesse um sindicato se criasse uma Liga. Colocava-se, então, a questão muito mais de disputar uma dada orientação política do que de negar um instrumento de organização que, de resto, se generalizava, com o apoio do Estado. (MEDEIROS, 1989, p. 77).

Outro aspecto relevante sobre a projeção da luta desses trabalhadores foi a capacidade de articular alianças e apoio de outros trabalhadores e partidos que convergiam para uma mesma proposta: leis trabalhistas, com abrangência nas esferas local, estadual e federal. Dessa forma e diante de determinadas conjunturas, os governos tiveram que mediar as lutas e tentar soluções. Foi o caso de diversas desapropriações de terra, titulações em favor de posseiros e vitórias grevistas.

Martins (1986, p. 75) salienta que, “[...] nos anos 1970, iniciou-se no Brasil a construção de grandes complexos hidrelétricos, com a finalidade principal de gerar energia para as indústrias, em acelerado ritmo de desenvolvimento”. Para tanto, ocorreram desapropriações de muitas terras em que agricultores, comerciantes e toda a família foram expropriados da vivência nessas localidades, deixando para trás suas casas, terras, trabalho e envolvimento cultural e de pertencimento naquela área devastada para o “progresso”.

Medeiros (1989, p. 142) ressalta que:

No início dos anos 70 construíram-se, no Nordeste, as barragens de Moxotó e Sobradinho. Apesar do grande número de pessoas removidas, não se desenvolveu nenhuma forma expressiva de resistência coletiva. O início da construção da barragem de Itaparica, entre Bahia e Pernambuco, no entanto, já foi acompanhado por uma mobilização dos atingidos que, informados pelas experiências anteriores, passaram a demandar que lhes fossem concedidas outras terras na beira do lago a ser formado, indenização justa das benfeitorias, manutenção das comunidades, de forma a permitir que as famílias permanecessem juntas, e melhores condições de vida. O descaso

das autoridades responsáveis pelo projeto e a tentativa de reduzir todo o drama vivido pelas populações atingidas a um debate de caráter técnico implicaram num aumento da resistência, dirigida pelo sindicato e apoiada pela Igreja. Ela culminou com ações diretas, inclusive de ocupação do canteiro de obras, tentativas de impedimento de entrada de máquinas em áreas não indenizáveis, cortes em cercas feitas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, quando obstruíam passagem.

Registramos que, nesse período da ação de desapropriação pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), carregamos a história dolorida de meus ancestrais maternos, que, repetidamente, contavam sua trajetória de remanejamento para outra área “indenizada”, como um repertório de um desfecho fúnebre no processo de mudança/retirada para o “progresso”. Fui muitas vezes embalada pelos cânticos saudosos, ora de aclamação religiosa para acalantar o sofrimento, ora de resistência ao se compararem ao mandacaru na seca.

É nessa conjuntura de uma ideologia desenvolvimentista e de expansão capitalista, seguida de desapropriações, que o final dos anos 1970 traz em seu bojo uma crítica à política agrícola governamental, através das lutas sociais.

Segundo Sorj (1986), a base social dessas lutas foi uma nova camada de pequenos produtores que surgiu dentro do processo de modernização da agricultura: os chamados “integrados”, proprietários da terra que produziram com mão de obra predominantemente familiar. Esses produtores, no entanto, foram levados a se especializar em torno de algumas mercadorias demandadas por algum tipo de indústria (soja, fumo, uva, suínos), de quem recebiam instruções sobre o processo de cultivo e financiamento. Para essas indústrias vendiam toda sua produção, com pouco ou nenhum controle sobre os preços, tendo, *a priori*, a ilusão de estar “progredindo” e ascendendo, na perspectiva de desenvolvimento veiculado, na época, pela mídia e tirando a conotação de classe.

Dessa forma, Sorj (1986) analisa que a luta por melhores preços acabou tendo uma outra peculiaridade. O Estado assume a condição central de mediação das reivindicações, pelo seu papel definido na política agrícola, perdendo, em muitas situações da luta e das negociações, a noção e condição de classe, considerando que o Estado havia assumido um “caráter interclassista”, reunindo pequenos produtores e grandes empresários sob as mesmas demandas imediatas. Tal condição trouxe à tona a discussão sobre que forças seriam hegemônicas no interior desses conflitos e qual o lugar do sindicato de trabalhadores na representação dos interesses dos pequenos produtores e para onde estes convergiriam.

Fernandes e Stédile (1999) ressaltam sobre esse momento de articulação e tentativa de fortalecimento do movimento sindical, que buscava unificar um conjunto de lutas bastante heterogêneo sob a bandeira da reforma agrária, já apontada por muitos sindicalistas, ligados às áreas de pequena produção, sobre a importância da articulação dessa bandeira com outras, vinculadas à definição de uma política agrícola que não respondesse exclusivamente aos interesses do grande capital. Para eles, além do monopólio da propriedade da terra, havia outros interesses a serem enfrentados, especialmente os das agroindústrias, que submetiam aos seus os interesses da agricultura.

A estratégia utilizada pelo movimento de trabalhadores, na época, trazia outras alternativas de divulgação da luta, como a edição do boletim: “O Trabalhador Rural”, iniciada em 1969, que trazia, de forma simples e objetiva, os direitos dos trabalhadores com o intuito de formar um pensamento “homogêneo” quanto à necessidade e às formas de lutar por eles em coletividade.

A própria prática da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) mostrava que os direitos existiam, mas não eram respeitados. Por um lado, tinha-se um referencial legal, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)¹⁷, regulador das relações entre capital e trabalho e, por outro, o Estatuto da Terra (BRASIL, 2016)¹⁸, que disciplinava as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra e, ao mesmo tempo, subsidiava as condições que tornavam possíveis as desapropriações para fins de reforma agrária.

Em todo processo histórico, as correlações de força entre os antagonismos de classe foram se enfrentando nas lutas em defesa de seus objetivos, em processos de confronto em que cada uma utiliza as “armas” que possui. Antagonismos estes, também, vivenciados dentro do próprio processo organizativo, pois, internamente, existem os confrontos e discordâncias próprios do movimento contraditório e dialético, mas que, também, enfraquecem e desarticulam a direção da luta e sua politização.

¹⁷ O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi criado em 1963, no governo do presidente João Goulart (1961-1964). Essa legislação regulamentou as relações de trabalho no campo. Assim, o trabalhador rural passou a ter a jornada de 8 horas, salário e aviso prévio no caso de demissão. Até aquela data, só o trabalhador urbano possuía uma legislação trabalhista. (Legislação Federal do Brasil, Lei 4214/1963- Lei Ordinária).

¹⁸ O Estatuto da Terra é um dos primeiros códigos inteiramente elaborados pelo Governo Militar no Brasil, a Lei 4504, de 30 de novembro de 1964, foi concebida como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart. O Estatuto é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. A partir dele o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

Daí a necessidade constante de se perceber enquanto classe, como, também, a importância do processo organizativo para uma direção coletiva e que deve ser trabalhada e amadurecida em todo o seu percurso.

Nessa trajetória histórica, o final dos anos 1970 e o início dos 1980 trazem registros de luta no campo e nas cidades. Nesse período, ocorreu a crise do regime militar, marcado por dificuldades de natureza econômica, fortalecimento de setores oposicionistas no interior da própria burguesia e contestação popular. (MEDEIROS, 1989).

Segundo Bauer (2012), a derrocada do regime da ditadura militar, as greves dos metalúrgicos do ABC, as paralisações no campo, a anistia, a emergência de novos partidos e a crise econômica fizeram com que o regime perdesse suas bases de sustentação, mesmo entre diversos setores da burguesia.

O conjunto desses fatores culminou para um processo de abertura “lenta e gradual”, culminando na transição negociada para a “Nova República”.

No final de 1983, iniciou-se uma campanha de grande repercussão popular, pela realização de eleições diretas. Sucessivos atos públicos, nas principais capitais do país, exigiam diretas-já. (MEDEIROS, 1989).

Tais mobilizações cresciam, somando a insatisfação de vários setores e trabalhadores em oposição ao regime. Naquele momento, havia negociações políticas entre a derrocada do governo militar e a que se apresentava como alternativa, como a Frente Liberal, para a eleição da Presidência da República. Esse processo ocorreu, mais ou menos, como um “pacto político”, culminando numa eleição indireta, através do candidato do PMDB, Tancredo Neves e seu vice José Sarney.

Para a luta dos trabalhadores, “essa conciliação” não representava um grande avanço, mas trazia algumas possibilidades de negociação e direitos. Para os trabalhadores rurais, houve uma certa esperança, porque faziam parte do programa pemedebista mudanças relativas a uma reforma agrária, mediante cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo.

Mesmo não apresentando grandes mudanças, a Aliança Democrática possibilitou reuniões, articulações e não poderia negar compromissos assumidos em praça pública, durante as mobilizações populares, entre eles:

[...] liberdades políticas amplas, inclusive com a legalização dos partidos clandestinos, plena liberdade de imprensa, autonomia e liberdade sindical, convocação de uma Assembleia Constituinte e transformações na estrutura fundiária. (BAUER, 2012, p. 45).

Insta lembrar que todas as reivindicações foram pautadas em muitas lutas, de avanços e recuos, de formas expressivas de organização e resistência. O sindicalismo, também, traz, em seu processo de constituição e lutas, aspectos de avanço e de recuo e, logicamente, uma experiência de resistência acumulada durante os anos anteriores, ganhando densidade a discussão sobre o papel do sindicato na sociedade e na política e, sobretudo, na natureza da relação que estabelecia com as suas bases. (FERNANDES; STÉDELE, 1999).

Fernandes e Stédele (1999) reforçam que o momento crucial, nesse processo de fortalecimento da base, foi a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981. Nela se fizeram representar diferentes correntes de pensamento no interior do sindicalismo que, nos anos seguintes, corporificar-se-iam na criação de duas centrais sindicais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Elas desempenharam importante papel na constituição e organização das reivindicações dos trabalhadores.

A abertura democrática e as eleições para a Constituinte, também, fizeram-se num contexto polarizado de interesses e luta de classes. Medeiros (1989) reforça que, de um lado, já era evidente, em meados de 1986, o descompromisso do governo com a reforma agrária. De outro, a União Democrática Ruralista (UDR).

[...] mostrava um grande vigor, elaborava uma crítica à política econômica do governo e se propunha a investir na Constituinte, de forma a garantir, na nova Carta, o direito de propriedade e não deixar espaço legal para transformações fundiárias. (MEDEIROS, 1989, p. 102).

A União Democrática Ruralista (UDR), apresenta-se como uma entidade associativa brasileira que reúne grandes proprietários rurais e tem como objetivo declarado “[...] a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País”. (MEDEIROS, 1989, p. 102). Sua atuação política expressa a patronal rural conservadora se posicionando contra a reforma agrária iniciada no Brasil durante a transição democrática dos anos 1980, após o último período de governos militares. Tem funcionado como um grupo de pressão no Congresso Nacional, para impedir a aprovação de projetos de lei a favor da reforma agrária e atua por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária. No campo ela exerce pressão sobre o poder judiciário e executivo nas regiões onde existem mais conflitos pela propriedade da terra, não raro envolvendo grandes áreas de terras devolutas ocupadas majoritariamente por atividades agropecuárias.

Nessas lutas antagônicas, os ruralistas criavam leilões de gado com a perspectiva de angariar fundos para financiar a campanha de candidatos comprometidos com a defesa de suas “propriedades” e, sobretudo, mobilizar os “produtores” para propagar sua direção política.

Já os trabalhadores rurais buscavam assegurar um espaço na Constituinte para garantir o que já havia sido conquistado no Estatuto da Terra e, se possível, ampliar. Trata-se de algo que foi discutido no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais e apontava a luta por direitos trabalhistas e previdenciários, a garantia, a equiparação com os trabalhadores urbanos e apoio à pequena produção.

Medeiros (1989) ressalta que os resultados das eleições, num primeiro momento, embora não fossem claramente favoráveis aos trabalhadores, permitiram esperanças. Assim,

O passo seguinte seria conseguir que a emenda popular pela reforma agrária tivesse peso. Numa campanha de fôlego, com apoio de diversas entidades como Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Contag, CNBB, Cimi, CUT, CPT, MST, essa emenda obteve mais de um milhão e meio de assinaturas. Nela estava incluída uma série de demandas do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que ampliavam as possibilidades reformistas do Estatuto da Terra. O seu eixo era a tese de que a propriedade da terra rural corresponde uma obrigação social. (MEDEIROS, 1989, p. 104).

Nessa direção, seria necessário responsabilizar o Estado sobre a questão da distribuição de terra e, ao mesmo tempo, responsabilizar socialmente os “proprietários de terra”.

Mesmo diante de uma conjuntura de maiores liberdades políticas, a partir da “transição democrática”, no início dos anos 1980, os sonhos de uma reformulação fundiária ainda não haviam avançado para além do Estatuto da Terra. A permanência de impunidade e o descaso dos poderes públicos, frente ao avanço da violência no campo e assassinatos, prevaleciam.

No que se refere ao direito de organização dos trabalhadores, a tutela do Estado sobre o sindicato ainda deixou suas marcas na nova Constituição, através da permanência da unidade sindical imposta (e não politicamente construída) e da contribuição sindical obrigatória, que viabilizava a sobrevivência do aparelho e da burocracia sindical, independentemente de sua relação com as “bases” e seu desempenho no encaminhamento das demandas dos trabalhadores. (RIBEIRO, 2016).

Grybowski (1991), ao buscar uma contextualização sobre “os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo”, no que concerne as lutas dos trabalhadores, na década 1990, alerta que a luta camponesa, no cenário brasileiro, apresentava-se, por um lado, numa conjuntura fragmentada e desordenada e, por outro, aparece impositiva com o surgimento de diferentes sujeitos e ações, ocorrendo, ao mesmo tempo, na cena da luta camponesa.

O referido autor reforça que,

Entre os primeiros movimentos que surgem neste período, destacamos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Movimento de Mulheres Rurais (MMR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MST é o movimento que tem se destacado no cenário da luta camponesa, tanto pelo caráter organizativo como pelo seu inovado repertório na luta pela terra que vieram a se articular com a Via Campesina. Outros movimentos camponeses surgem neste período aumentando a força de pressão e diversidade de lutas dos camponeses. Alguns movimentos surgem como dissidência do MST e de outros movimentos camponeses. Contudo, embora este período apresente uma diversidade de sujeitos e lutas, isto não significou que a reforma agrária tenha sido concretizada. Pelo contrário, o aumento de movimentos camponeses e, bem como, o aumento de sua Ação Territorial e resistência demonstra que a reforma agrária popular está longe de ser concretizada. Nos anos 90, o cenário das lutas sociais é configurado pela violência no campo e a criminalização dos movimentos camponeses. (GRYBOWSKI, 1991, p. 214).

A história nos mostra, em seu percurso político e econômico, o esforço do Estado, sob um viés ideológico classista e burguês, para criminalizar os movimentos da classe trabalhadora e, de certa forma, gestar ações de “tutela” sobre o trabalhador rural. O próprio direito de sindicalização foi moldado dentro de uma legislação sindical corporativista e de tradição fascista. A luta pelo direito à terra, que se expressa na bandeira da reforma agrária, foi aprisionada dentro de um instrumental legal que tinha por objetivo a empresarialização do campo, enquanto a demanda por previdência social foi atendida de forma precária e, mesmo assim, criando condições para que o sindicato se transformasse em entidade assistencial. Toda ênfase e tensão na luta pela terra foi respondida quer com repressão direta ou silenciada, quer com desapropriações pontuais, “apaziguadoras”, que tratavam cada conflito na sua individualidade, procurando ocultar as condições históricas.

Na década de 1990, assumiu o governo, Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito diretamente, depois do golpe militar de 1964. A composição de seu ministério revelou, desde o começo, que as metas estabelecidas em seu programa de governo, também não seriam cumpridas: assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994.

A proposta do governo Collor para a reforma agrária era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária e, além disso, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antonio Cabrera, oriundo de família de latifundiários e, sabidamente, ligado à UDR. (OLIVEIRA, 2011).

Passados os dois primeiros anos do governo Collor, menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas, revelando, assim, também, a decisão política de não se promover a reforma agrária no Brasil. Com o processo de “*impeachment*” e, consequente afastamento de Collor de Melo, assumiu o vice Itamar Franco. Em seu governo, produto de uma ampla articulação política, segundo os dados divulgados pelo INCRA, menos de 50 mil famílias tinham sido assentadas, entre 1990 e 1994.

A reforma agrária alcançava, assim, a metade do número de assentados em relação ao governo anterior. Durante o governo Itamar Franco, foram aprovadas, pelo Congresso Nacional, a Lei nº 8.629, de 25/02/93 e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil. (OLIVEIRA, 2011).

O governo seguinte foi de Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo dois mandatos: o primeiro, de 1995 até 1998 e, o segundo, de 1999 até 2002. De acordo com Medeiros (2003), o debate da reforma agrária, no primeiro governo do FHC (1995-1998), nunca fora prioridade. Aliás, quando o tema avançou no governo de FHC, a questão agrária foi interpretada equivocadamente, segundo Fernandes (2010) e Medeiros (2003). Para o governo FHC, no Brasil, não havia latifúndio e nem família sem-terra e, por assim, bastaria assentar as famílias acampadas que o problema agrário se resolveria. (FERNANDES, 2010; MEDEIROS, 2003).

De acordo com Fernandes (2009), por causa desse entendimento, os movimentos de trabalhadores rurais realizaram diversas ocupações de terra como forma de viabilizar o acesso à terra, sendo considerado o momento com o maior número de assentados.

No entanto, o mesmo autor afirma que a questão agrária ainda prevalecia como uma problemática estrutural da concentração fundiária e não somente na condição de distribuir assentamentos. (FERNANDES, 2009).

Nesse contexto, no governo de FHC, muitos conflitos foram registrados, como já apontado no item anterior, como o massacre de Corumbiara, em agosto de 1995, no estado da Rondônia, em que houve uma violenta ação de despejo da polícia num acampamento da Fazenda Santa Elina. O outro é conhecido como o Massacre de Eldorados dos Carajás, em abril de 1996, no estado do Pará, quando houve uma manifestação de sem-terra que bloqueava uma estrada e os policiais cercaram os manifestantes e iniciaram um confronto a fim de desbloqueá-la, resultando na morte de 19 manifestantes e 60 feridos. Esse massacre foi divulgado e repudiado amplamente pela mídia internacional e eternizado na memória dos camponeses da Via Campesina, conforme os dados da CPT (2000) e Dataluta (2014).

Para Fernandes (2009), o governo Lula no seu primeiro mandato, representou um momento de esperança para a concretização da reforma agrária. Contudo, como argumenta o autor, o governo, atrelado fortemente com o agronegócio impediu a realização da reforma agrária reivindicada pelos trabalhadores.

A primeira gestão do governo Lula veio imbuída de grandes expectativas para a classe trabalhadora. Para os trabalhadores rurais, era o momento da tão esperada reforma agrária. Naquele período, os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terra e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. Esta foi uma característica marcante do governo. Contudo, também, criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e retroceder a luta pela terra e a reforma agrária.

A eleição da primeira gestão do governo Lula (2003-2006) teve o apoio do MST. Havia a perspectiva de um governo ofensivo na implantação da reforma agrária, considerando que esta era uma promessa de Lula. Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) (II PNRA) “[...] Neste princípio do século XXI, a reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos”. (BRUNO, 2008).

A reforma agrária de mercado, em todas as denominações que esta política recebeu, representa uma forma de controle territorial por meio da comoditização [...], ou seja, a mercantilização da terra, retirando a reforma

agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista. (RAMOS FILHO, 2008, p. 77-78).

Para Fernandes e Stédile (2013), a reforma agrária dos dois mandatos do governo Lula, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, atingiu apenas 37% do que o II PNRA previa para o primeiro mandato. Observa o autor que o governo, também, não combateu o problema da alta concentração fundiária e da subalternidade do trabalhador rural. Ao contrário, o governo buscou integrar o campesinato, o que fortaleceu a sua dependência na agricultura do modo capitalista de produção. O mesmo autor afirma que:

A proposta adotada foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA): paz, produção e qualidade de vida no meio rural, elaborada pela equipe do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. O II PNRA apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006. No total, 1 milhão e 30 mil famílias conseguiriam suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. Apesar de tímido, o II PNRA tentou seguir as metas da proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a 'integração' do campesinato no capitalismo. Tanto o plano governamental quanto a proposta utilizaram como referências de demandantes de reforma agrária as famílias acampadas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o Censo Agropecuário, o Censo Demográfico e o Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA). As estimativas de ambos eram em torno de 5 milhões de famílias, indicando que uma política de reforma agrária não seria realizada somente por um governo. A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato [...] (FERNANDES, 2013, p. 195).

É neste contexto, do não cumprimento das políticas afirmadas nos Planos Nacionais de Reforma Agrária, que as lutas sociais camponesas ainda resistem. Por um lado, o governo brasileiro apoia as políticas neoliberais e o agronegócio. Por outro lado, as lutas de trabalhadores rurais continuam no enfrentamento ao grande capital e articulando ações para reivindicar seus direitos.

De acordo com o MST (2013), no último governo Lula, 55 mil famílias foram assentadas no país. No governo Dilma, os dados oficiais apontam 21 mil em 2011, 22 mil em 2010 e 30 mil no ano de 2013. Mas o movimento contesta os números de 2013. Segundo o movimento, foram apenas sete mil novos assentamentos.

Conforme João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, "o governo Dilma "não avançou na reforma agrária". Para ele, o governo Dilma teve acordos com orientação política da direita e cita como exemplo a presença da senadora Kátia Abreu

(PMDB-TO), presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), na base aliada. “Há oito anos, a Kátia Abreu queria derrubar o governo, e fomos lá defendê-lo. Dilma é refém do agronegócio”.

O governo Dilma não conseguiu a força e confiança que o governo Lula representou na sua primeira gestão. E, pior, o seu governo se cercou de intelectuais que acreditavam que a reforma agrária e a luta pela terra não existiam mais, transformando-se em algo que enfraqueceu a luta e despolitizou o movimento. Atrelado a esse contexto, houve um crescimento de multinacionais, o perdão de dívidas dos grandes latifundiários, deixando os recursos para a reforma agrária cada vez mais burocratizados e de difícil acesso.

Segundo Stédile (2013), com o avanço do agronegócio, vivenciamos uma certa “privatização dos assentamentos”, que é o repasse, por parte dos assentados, das terras recebidas por eles para o setor privado. Houve investimento privado nos assentamentos, desmobilizando a luta por política pública, como a da reforma agrária.

Logo no primeiro ano de seu primeiro governo, a Presidente Dilma instituiu o Plano Brasil Sem Miséria, colocando a superação da situação de extrema pobreza da população, em todo o território nacional, como ponto central do seu mandato. (RAMOS FILHO, 2008).

Segundo Antunes (2015), estruturalmente, as diretrizes econômicas do Governo Dilma seguiram basicamente o receituário do segundo governo Lula, no qual um dos pontos foi o incentivo à produção de commodities para a exportação, beneficiando, especialmente, o capital vinculado ao agronegócio.

A eleição de 2014 chega em um contexto externo de crise mundial, que se abate sobre a economia brasileira e, internamente, de polarização extrema entre o PT e o PSDB. Nessa conjuntura, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em seu balanço da questão agrária, no ano de 2015, é elucidativa: O ano de 2015 foi marcado pelo desmonte de órgãos do Governo e por corte de recursos públicos para a Reforma Agrária e demarcação de territórios quilombolas e indígenas. A aliança do Estado brasileiro com o agronegócio se intensificou, atingindo diretamente o conjunto dos povos do campo. A violência contra as comunidades camponesas e povos indígenas foi praticada não só pela lógica do capitalismo, como, também, pelo Estado brasileiro. (CPT, 2016).

Segundo Antunes (2015), o governo Dilma, já frágil em fins de 2014, conjugado com a disputa das distintas frações das classes dominantes no seio do

governo, para ver quem iria arcar menos com o ônus da intensificação da crise internacional e aliado a esses processos, bem como o estopim desencadeado pela corrupção na Petrobras, jogou o governo em uma crise que não se via no Brasil desde a era Collor.

Entendemos que o governo Dilma, em seu último suspiro, retoma a base do partido petista e conclama a luta dos trabalhadores, acendendo o pavio da luta de classes e suas estratégias de organização e resistência.

No momento do golpe de 2016, vimos claramente as estratégias de luta e as forças contrárias em confronto. Logicamente, o impedimento da continuidade do seu governo, já vinha sendo orquestrado pelo poder midiático, pelo poder judiciário e pelos grandes empresários, inclusive do agronegócio, na perspectiva de cessar possibilidades de ampliação aos direitos trabalhistas, de inviabilizar os programas de transferência de renda e qualquer possibilidade de negociação para a classe trabalhadora.

Michel Temer, na condição de vice, assume a presidência, já sabendo dos acordos firmados na estruturação do golpe, em que o mesmo foi parte do processo, baliza seu governo no cumprimento da agenda neoliberal e dos grandes empresários, cessando negociações de direitos e retrocedendo em alguns deles, como a situação da Reforma da Previdência, da ampliação de terceirizações e da flexibilização nas relações de trabalho.

Esse governo representou uma ruptura política do pouco que havíamos avançado, enquanto classe trabalhadora e do que na luta, debates, reuniões de conselho se fez na Assembleia Nacional Constituinte, o que tornou possível alcançar a chamada Constituição Cidadã, a Constituição de 1988, constituída e conquistada por diversos esforços das lutas sociais, através de movimentos organizados em diversos setores e segmentos da sociedade na época, constituindo um marco histórico de conquista para a sociedade brasileira!

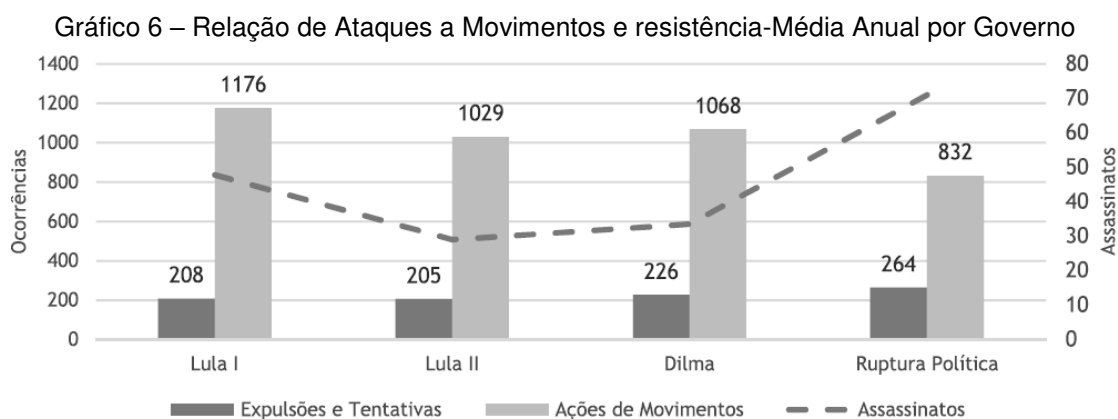
No entanto o ataque aos direitos sociais, políticos e civis, a partir do golpe de 2016, vem com muita ênfase e força, inclusive atacando a Constituição de 1988, retrocedendo nas conquistas adquiridas pela luta de trabalhadores e de confrontos entre as classes, algo vivenciado historicamente e no cotidiano.

A luta de trabalhadores se faz nesse processo de organização e (re) organização das estratégias de enfrentamento ao que lhe é imposto. E, nesse sentido, a classe opositora se organiza e cria, também, suas estratégias para o confronto.

Assim, quando observamos um movimento de resistência, há uma força contrária lhe sendo imposta, ou a obrigando a resistir.

No governo Temer, como, explicitamente, houve o rompimento em possibilidades de negociações, a criminalização dos movimentos sociais, chegando ao ponto de o MST ser comparado a um movimento terrorista, as suas formas de resistência, também, são tratadas no mesmo nível.

Nesse sentido, a CPT (2018) aponta o crescimento de Movimentos e resistência no governo da ruptura política, seguidas de expulsões e tentativas de expulsão, bem como assassinatos. No gráfico abaixo, verificamos o decréscimo nos governos petistas, sobretudo no segundo governo Lula, mostrando que, mesmo não havendo a Reforma Agrária, a criação de espaços para diálogos e negociações diminui as condições que gestam o conflito e seu enfrentamento.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Elaboração: LEMTO – UFF, 2018

As pressões contra os trabalhadores, em situação de subalternização no campo, pela ação conjunta do poder público e do poder privado, vêm se desdobrando de diversas maneiras. Além das consequências no aumento do número de conflitos, de tentativas de expulsão e de assassinatos, já mencionados anteriormente, é possível, também, verificar seus desdobramentos, a partir da vivência das ações de resistência desses trabalhadores subalternizados. Na verdade, é a partir das estratégias e ações de dominação que se manifestam, também, as resistências.

A CPT (2018), buscando analisar a maneira como essas ações vêm se organizando, ao longo dos últimos anos, retrata, no Gráfico 6, o total de ações realizadas por movimentos sociais rurais no Brasil, nos últimos 17 anos. Seus dados analisam as ações de Ocupação/Retomada de terras rurais, prática tradicional de

reivindicação de terras dos movimentos do campo; os Acampamentos, prática de acampar às margens de rodovias ou no limite de propriedades reivindicadas para reforma agrária e Manifestações, que incluem atos nas ruas, acampamentos em frente a prédios públicos, bloqueio de rodovias, ocupação de prédios de instituições governamentais, entre outras. (CPT, 2018).

Observando o gráfico 6, é possível constatar que, a partir do segundo mandato do presidente Lula da Silva, as iniciativas dos movimentos sociais diminuíram significativamente, flutuando numa média mais baixa do que nos anos anteriores. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, o percentual de manifestações realizadas pelos movimentos sociais rurais vem crescendo consideravelmente, indicando uma mudança na estratégia de luta dos movimentos sociais, com um crescimento na ação dos movimentos mais diretamente direcionada a se manifestar, não somente com a ocupação de terras, mas com a ocupação dos órgãos públicos e que deveria “ser público”.

No entanto, o referido gráfico ratifica o que havíamos registrado: mesmo com a diminuição do confronto direto contra os fazendeiros e grileiros ou empresários, por iniciativa dos movimentos sociais, não foi isso que se observou entre as classes dominantes, na medida em que, nesse período, aumentou significativamente o número de conflitos organizados pela iniciativa de fazendeiros, grileiros, mineradores e outros grupos dominantes, como vimos anteriormente. Esse aumento, em especial o de Assassinatos e de Expulsões e Tentativas de Expulsão no campo, mostra como a ação do poder privado se vê cada vez menos limitada pelo poder da lei, agindo de acordo com seus interesses, uma vez que as ações, anteriormente ilegais e denunciáveis, passam a ser respaldadas pela lei ou pela ausência proposital do Estado, em certos casos.

No governo da ruptura política, verificamos o aumento de assassinatos e de expulsões, mesmo num tempo curto de mandato, mas já esperado, considerando o desmonte das leis trabalhistas, da criminalização aos movimentos e ausência de espaço para negociações.

No atual Governo, do Jair Bolsonaro em 2019, fica explicitado as alianças estabelecidas com as forças conservadoras de representatividade a uma classe elitista dominante e uma ideologia ultraliberal e de intolerância aos movimentos sociais organizados, ser-nos-ão exigidas muitas estratégias de resistência.

Corroborando com Morin e Viveret (2015), a democracia se nutre, ontologicamente, em seu próprio ser, da pluralidade, da diferença e mesmo da divergência. O conflito torna-se um elemento decisivo do progresso do conhecimento de uma coletividade.

É o sentido para que vivemos; mesmo em tempo de crise, fazemos escolhas. Essas escolhas estão ligadas ao nosso existir. Por isso, reforçamos que a resistência está no processo das relações de forças políticas, que se constituem nas disputas entre os interesses de classes antagônicas. Cada sujeito em sua existência e inserido numa classe, precisa assumir sua essência e condição numa determinada sociedade, reconhecer seus limites e possibilidades enquanto classe e, portanto, transcender essas contradições inerentes ao processo das relações sociais, que vêm imbuídas de poder e de suas expressões de dominação.

Verificamos a partir da imersão neste estudo, que uma das marcas notáveis da vida política brasileira, nos últimos quarenta anos, foi a emergência dos trabalhadores rurais no contexto político, constituindo-se, progressivamente, como sujeitos sociais, numa trajetória de luta, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas. Num processo tenso, caracterizado, por vezes, de irrupções bruscas, eles marcaram sua presença através de grandes manifestações coletivas – encontros, atos públicos, greves, acampamentos, ocupações de terra – que trouxeram outros grupos sociais, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade.

Essa trajetória é marcada por encontros, reuniões e Congressos, demandando por direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores urbanos. Assim, os trabalhadores rurais, na luta por permanecer na terra, desenvolvem, no confronto, a prática da resistência à expulsão, exigem melhores preços para o produto do seu trabalho; impõem o reconhecimento de seu direito de ocupar espaços públicos e de dar visibilidade social às suas demandas; reivindicam a liberdade de organização para lutar por melhores condições de vida e trabalho. Esses trabalhadores, através de suas práticas, mais do que de suas palavras, impuseram novas demandas à sociedade e, problematizaram os espaços e mecanismos instituídos de poder.

Nesse sentido, Antunes (2015), alerta que o momento sombrio que vivemos, em 2016 e que ainda enfrentaremos no decorrer deste governo, deve servir para uma reflexão profunda dos trabalhadores: Então, nós temos que repensar por quais caminhos as assembleias populares, as greves, as paralisações, as

manifestações, os sindicatos, os partidos de esquerda, as lutas sociais organizadas poderão gestar algo decididamente novo e diferente do que se tem vivenciado politicamente. A polarização brasileira não poderá ser mais a falsa polarização entre partidos: PT X PSDB, pois essa está sepultada. Será outra polarização que nós ainda não fomos capazes de construir, mas que somente poderá florescer nas ruas, nas periferias, nas greves, nos assentamentos, nas revoltas, nas comunidades indígenas, nos sindicatos de classe, nos partidos de esquerda que querem se reconstruir. Aí encontramos o embrião do que poderá ser algo efetivamente novo.

As trajetórias políticas de todos os sujeitos sociais convergem para formas organizativas em suas particularidades, articuladas a reivindicações e lutas mais gerais dos trabalhadores. Dessa forma, a dinâmica das lutas e resistências às tentativas de retirada de direitos aos trabalhadores rurais, no Maranhão, insere-se no contexto histórico, político e conjuntural, abordada a partir da realidade brasileira.

De acordo com Almeida (1988), o Maranhão, não obstante quase 70 anos de lutas e conflitos sociais no campo, mantém-se com os mais elevados índices de concentração fundiária do País e os maiores números de ocorrência de trabalho escravo e de casos de violência, evidenciando a “reforma agrária” como uma das “doces trágicas ilusões”.

Nesse sentido, a questão agrária no Maranhão tem sua proporção de conflitos gestada no confronto entre o latifundiário ou grande capital na região e os trabalhadores que se encontram em uma determinada área, considerados como impedimento às formas de exploração e expropriação da terra.

Segundo Fernandes (1996), no Maranhão, em meados da década de 50, na região do Pindaré, chegaram famílias expulsas do vale do Mearim, do Piauí e na mesma condição, vieram do sertão do Ceará. Nessa mesma época, iniciou o processo de grilagem da região, expulsando novamente muitas famílias, que partiram para o oeste e sudoeste do Maranhão, sempre em busca da terra liberta e da conquista da liberdade. Assim, camponeses migrantes que foram forçados a saírem da terra, chegaram na região que, depois, ficou conhecida como Bico do Papagaio¹⁹. Desde

¹⁹ A regionalização criada pelo governo federal, Mesorregião Diferenciada do **Bico do Papagaio**, incorpora tanto municípios do estado do Tocantins, como dos estados do Maranhão e do Pará. São 66 municípios que partilham características políticas, econômicas e até culturais semelhantes. É possível perceber que a regionalização, as regionalizações possíveis e existentes para um mesmo território são inúmeras e usualmente atendem a interesses extremamente precisos. (LIMONAD; HAESBAERT; MOREIRA, 2004, p. 33).

essa época, iniciaram os conflitos entre grileiros e posseiros, o que transformou a região em uma das mais violentas do Brasil, com intensos conflitos por terra e de contínua resistência dos camponeses.

Nessa circunstância, emerge o movimento sindical dos trabalhadores rurais, no Estado do Maranhão que, de acordo com Almeida (1988, p.21), “desenvolveu-se, fundamentalmente, a partir das resoluções aprovadas na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, realizada em São Paulo, no mês de setembro de 1954 e contou com 308 trabalhadores rurais presentes”. Nessa Conferência, “trabalhadores agrícolas” e “lavradores” reivindicaram junto ao Congresso Nacional uma reforma agrária democrática com a entrega dos títulos de propriedade da terra aos que nela trabalham, com a extinção dos latifúndios.

O referido autor reforça que a designação de “trabalhadores agrícolas” e “lavradores” funciona sinonimamente e concerne a uma expressão político-organizativa e de sentido abrangente, adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), para nomear as associações de pequenos proprietários rurais, posseiros, agregados, moradores, assalariados e “parceiros”, “rendeiros”, “foreiros” e “meeiros” de diferentes condições.

Fernandes e Stédile (1999) apontam em Encontro Nacional, que o MST, adota diretrizes norteadoras de sua organização e luta, tendo como centralidade o caráter de se constituir como movimento de massas, percebendo, nesse sentido, a importância da luta social:

Outro princípio: a nossa luta pela terra e pela reforma agrária – já havíamos descoberto por nós mesmos – só avançará se houver luta de massas. Se nos contentarmos com uma organização de fachada, sem poder de mobilização, ou se ficarmos de conchavos com o governo ou esperando pelos nossos direitos, só porque eles estão escritos na lei, não conquistaremos nada [...]. O povo só conseguirá obter conquistas se fizer luta de massas. É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio *status quo* já resolvia o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele será inserido na luta de uma classe contra outra. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 43, grifo do autor).

Esse debate ganha fôlego porque traz uma discussão sobre a luta de classes e a identidade do MST, enquanto movimento de base camponesa, considerando que “[...] o MST nasceu como movimento camponês, de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra” (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p. 31), mas se tornou um movimento de massas.

Dessa forma, ocorreu a escolha da nomenclatura Movimento de

Trabalhadores, pelo “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, considerando a estratégia de unificação da identidade de uma classe, que teve por base o enfoque dado pela sociedade que já os reconhecia como trabalhadores na luta por terra, “os sem terra” e a própria identidade política e ideológica dos trabalhadores, que se auto denominavam de “trabalhadores rurais”, independente da relação estabelecida com as suas condições de trabalho ou contexto regional. Embora o termo “camponês” esteja presente em muitas discussões e literatura acadêmica, para designar o trabalhador do campo, o próprio movimento sentiu a necessidade de adotar a categoria de “trabalhadores rurais sem terra” porque abrange melhor a diversidade desses sujeitos e unifica a luta dos trabalhadores com a terra.

Da mesma forma, adotamos aqui a categoria trabalhadores rurais, no sentido de congregar os trabalhadores, camponeses ou agricultores que vieram da cultura de trabalho familiar e que lutam pela terra como condição de sobrevivência, o que traz para a luta desses trabalhadores o caráter de um movimento de massas, já apontado pelo MST.

Cardoso (1995), em seus estudos sobre organização política, ressalta, a partir da discussão em Lenin, que “[...] apenas as massas postas em movimento podem realizar a revolução social” (CARDOSO, 1995, p. 99), contudo a revolução social não constitui, de modo algum, a finalidade espontânea do movimento operário de massas.

A autora reforça que o movimento pode congrega uma “massa de trabalhadores”, mas ela é ideologicamente dominada, não tendo, a princípio, a consciência dos processos e os meios de emancipação. Ou seja, é necessário desenvolver as funções de elaboração e de educação política às funções de organização. São condições indispensáveis para atingir a emancipação e favorecer uma luta de classe para um outro nível.

Assim, compreendemos que os registros históricos aqui apontados pressupõem esse esforço dos trabalhadores em organizar, buscar suas estratégias de fortalecimento e amadurecimento nos processos organizativos e formas de resistência.

A luta de trabalhadores rurais, no Maranhão, a partir da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo, em 1954, passa a ter um caráter organizativo cuja centralidade do debate é sobre a questão agrária.

Criaram suas estratégias a partir da constituição de “comissões” regionais, que congregavam representantes de diferentes categorias profissionais de trabalhadores e, também, por profissionais liberais, como advogados e agrônomos, além de clérigos e estudantes.

Nesse mesmo ano, o Maranhão criou a Comissão Estadual de Reforma Agrária. Os membros dessa Comissão, a partir da capital São Luís, percorreram o interior do Estado, principalmente os vales dos Rios Itapecuru e Mearim, formando outras agremiações semelhantes em diversas sedes de municípios. (LEAL, 1975).

Segundo Leal (1975), cabia às comissões propagar a bandeira de luta pela reforma agrária democrática, incentivando a fundação de associações profissionais de vários tipos, em que se uniam os arrendatários, os meeiros, os parceiros, os foreiros, os posseiros, os pequenos proprietários, os moradores e os agregados.

Assim, muitos trabalhadores agrícolas e lavradores do Maranhão foram se mobilizando, na primeira metade dos anos 50, por estarem vivenciando conflitos e outras situações que afetavam o cotidiano de trabalho e permanência na terra, como: invasão da roça pelo gado, frequentes adulterações de documentos em cartórios de Codó, Timon, Rosário e Itapecuru, assim como o roubo de escrituras registradas, uma prática fraudulenta que se estende até os dias atuais.

Leal (1975) aponta que os lavradores os chamavam de “grileiros” ou “ladrões de terras” e eram estreitas suas relações com os cartórios. As disputas devido às ações de demarcação das terras eram frequentes, porque as autoridades municipais sempre favoreciam os seus “parceiros políticos”. Os foreiros²⁰, por sua vez, rebelavam-se contra os regulamentos impostos pelos “donos das fazendas”, que proibiam a comercialização da amêndoa do babaçu fora dos limites de suas propriedades e em outras “barracas” ou “bodegas” que não fossem as suas.

Assim, havia confrontos entre “os donos das fazendas” e “os posseiros”. Tal disputa circundava desde a elevação do preço do aforamento e do preço da “renda”, pelos grandes fazendeiros, até locais demarcados para plantio e acesso à água.

Durante todo o ano de 1954 e no decorrer de 1955, persistiam essas questões que envolviam foreiros e grandes proprietários, bem como “grileiros” e pequenos proprietários. (LEAL, 1975, p. 48).

²⁰ Foreiro = é uma pessoa ou instituição que adquire direitos sobre um terreno ou um imóvel através de um contrato, mas não é o dono do local. (FERREIRA, 2010).

O referido autor ressalta que os “grileiros” funcionavam, por vezes, como comerciantes de terra e, tão logo se apropriavam ilegalmente delas, repassavam-nas aos grandes proprietários, propiciando uma ampliação dos latifúndios e, conseqüentemente, também, aumentando a desigualdade, a pobreza e a luta desses trabalhadores pela sobrevivência.

Almeida (1988), a partir de seus estudos sobre a mobilização de camponeses no Maranhão, aponta que:

No povoado de São Leopoldo à margem esquerda do Rio Itapecuru, entre Cachimbos e Pirapemas, famílias de lavradores foram despejadas por pistoleiros armados de rifles, que arrasaram suas casas. No lugar Santa Rosa, no Município de Rosário, 100 (cem) famílias compostas de filhos e netos dos escravos do Barão Joaquim Raimundo Nunes Belford, que foram contemplados como herdeiros da terra, lutavam contra um ‘grileiro’ que se dizendo proprietário das terras queria demarcá-las e a todos expulsar. Em Vargem Grande, na Vila de Manga, um grande proprietário denominado ‘major’ Horácio proibia que se vendesse o coco babaçu em outras ‘barracas’ que não as de sua propriedade, e pagava pelo ‘frasco’ de côco apenas dez cruzeiros, enquanto que nas vizinhanças o preço alcançava quinze cruzeiros. Cerca de 500 famílias de lavradores do Riacho do Saco, município de Codó, limite com Caxias, cujas terras abrangiam os povoados de Centro do Meio, Boa Hora, São Luís, Barra e Esperança encontravam-se diante do seguinte dilema: ou reconheciam o ‘grileiro’ como proprietário, passando a trabalhar nas terras como agregados e foreiros, ou eram despejadas das terras em que viviam e cultivavam há dezenas de anos. Em Coroatá, a grilagem das terras que se estendem ao longo da 30 margem direita da Estrada de Ferro São Luís-Teresina e que vão do Km 241 ao Km 250, atingia os seguintes povoados: Corte do Rei, Boa Vista, Limão, Centrinho, Paraíso, Manelão e Flores. Os ‘grileiros’ intimidaram os ‘lavradores’ através de jagunços, que exerciam a vigilância armada, a não venderem o côco babaçu sem a sua permissão, a não tirarem madeiras e a pagarem fôro. Por toda a extensão do Vale do Itapecuru sucediam-se disputas pela posse da terra e pela livre comercialização do arroz e do côco babaçu. Muitas famílias de “lavradores” foram sendo expulsas das terras e forçadas a buscar, em direção a Oeste, os chamados ‘vales férteis’ do Mearim e do Pindaré. (ALMEIDA, 1988, p. 29-30).

E, na vivência de opressão e expulsão de terras, os trabalhadores aproveitavam as matas abertas para as linhas de telégrafo e foram penetrando as áreas. Chegavam ao Maranhão denominados como “flagelados”, expulsos de suas regiões de origem, principalmente, Ceará, Piauí e Pernambuco. Com a seca, o governo federal facilitou este deslocamento, fornecendo passagens gratuitas de “2ª classe” na Estrada de Ferro São Luís-Teresina (E.F.S.L.T.). Abrigados na Estação João Pessoa, na capital maranhense e em albergues improvisados no casario centenário da Praia Grande, reclamavam da Legião Brasileira de Assistência (LBA),

que lhes fornecia alimentos por apenas seis dias, prazo em que eram obrigados a seguir viagem ou a se instalar²¹.

Essa situação era muito própria de Rosário-MA²², onde muitos trabalhadores vieram em busca de uma terra para plantio, fugindo da seca do Nordeste e que encontraram, próximo ao rio Itapecuru, um clima favorável e terra agricultável. Também, registramos que o município se povoou através de trabalhadores que se deslocaram para a construção da Br-135 e Estrada de Ferro São Luís-Teresina (E.F.S.L.T.) e que, por lá, instalaram-se.

Segundo Sandoval (2012), o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) que, em 2001, foi substituído pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), definia como seu objetivo emergencial a construção de trechos considerados de maior relevância geoeconômica e geopolítica, dentre os quais, a antiga BR-3, atual BR-135, concluída na segunda metade dos anos 50.

Diante do processo migratório, das condições em que os trabalhadores se encontravam, numa perspectiva de “invisibilidade”, as Associações convocadas pelas “comissões” solicitaram, em meados de 1956, em São Luís, uma Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária, no sentido de reivindicar providências do Estado.

Almeida (1988, p. 50) ressalta que foram aprovadas, na plenária final, as seguintes resoluções:

[...] criação de uma Comissão Permanente de 5 (cinco) pessoas para aplicar as resoluções e fazer o estudo dos projetos da reforma agrária existentes na Câmara Federal; - lutar pelo cumprimento da Lei de Terras, na parte que autoriza o Estado a doar gratuitamente, 25 hectares aos lavradores pobres, modificando essa quantidade para 50 hectares por lavrador; - apoiar o projeto de lei do deputado José Maria de Carvalho que cria a Secretaria de Agricultura; - preços mínimos para o arroz, algodão e o babaçu; 33 - distribuição gratuita de sementes; - marcação de zonas de criação e de lavoura; - venda, a prazo de 20 meses, de ferramentas agrícolas; - crédito fácil a longo prazo e a juros módicos para os pequenos -proprietários e lavradores sem-terra; - construção de estradas de ferro e de rodagem nos principais centros produtores; - apoiar a extensão da Legislação Trabalhista ao homem rural; - criação de uma rede de ambulatórios médicos e escolas primárias para os lavradores, criadores e seus filhos; - baixa do preço do aforamento e regulamentação em lei dos foros; - fundação da Associação dos

²¹ Tribuna do Povo, n. 225. São Luís, 11 de junho 1955. Primeira Página (ALMEIDA, 1988).

²² Aqui mencionamos Rosário-MA porque Bacabeira era um povoado que se tornou bairro de Rosário e somente foi desmembrado de Rosário em 10 de novembro de 1994 pelo Projeto de Lei nº 362/94, de autoria do deputado Raimundo Leal, tornando-se município pela Lei nº 6.187, publicada no Diário Oficial nº 215.

Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M) e criação de novas associações.

A ideia de criar novas associações demandou uma organização dos trabalhadores para articularem as suas lutas. Assim foi criada a **Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M)**, que se incumbiu de ampliar as Associações pelo o interior do Estado e coordenar as diferentes lutas. A nova entidade vinculava-se à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Almeida (1988) ressalta que, no início de 1957, foram criadas Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também denominadas de União de Trabalhadores Agrícolas, nas seguintes localidades: Rosário, Santa Rita e Independência. A agremiação de Rosário, mais conhecida como A.L.T.A.R (Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Rosário), ampliou-se por todo o município, criando quatro “agências”, a saber: Boca da Mata, Barro Branco, Jussaral e São Miguel. E, em agosto de 1957, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Bacabal (ULTAB).

Nesse sentido, as associações tornaram-se um importante centro de mobilização e encontro de lavradores e trabalhadores agrícolas, que utilizavam diferentes estratégias para reunirem e congregar as pessoas. Eram festejos em datas comemorativas, eram partidas de futebol, desfiles escolares, tambor de crioula, dia das mães, através do clube de mães.

Dessa forma, as associações usavam os espaços para se agrupar, conhecer e dividir a realidade, dialogar, trocar experiências, gerando autonomia ao trabalhador agrícola e assumindo, também, o caráter recreativo e assistencial, não separando da função política organizatória.

Assim como os escravos se utilizaram estrategicamente da “dança” – capoeira – “apenas” como uma manifestação cultural, tinha em sua essência a estratégia de luta, camuflada contra os olhos dos opressores. Nessa perspectiva, os processos de agrupamento nas associações, cumprem historicamente as alternativas e possibilidades necessárias, para convergir ideais e amadurecer os caminhos a serem escolhidos para uma direção.

É diante do temor e dos momentos de pressão que as entidades associativas despertam para o desenvolvimento de estratégias de reivindicação e de ofensiva na condição de garantir sua sobrevivência. Nela são contidas todas as relações afetivas, de parentesco, de vizinhança, de identidade com a terra, de

existência através das condições básicas pertinentes à sobrevivência humana, como: moradia, alimentação, segurança.

As associações trazem o que Heller (1985) aponta sobre o cotidiano, que é repleto de alternativas e escolhas, o que, para Lukács (1978), é o significado do homem inteiro. A substância da essência humana é a continuidade de toda heterogênea estrutura social, a continuidade de valores como uma necessidade humana, imbuída de sentimentos, paixões e ideologias.

E, assim, no Brasil e no Maranhão, essas entidades e movimentos sociais, além de realizarem suas ações específicas nas diversas regiões do Estado, também desenvolvem atividades conjuntas, como seminários, mobilizações, ocupações de entidades públicas, etc., na perspectiva de despertar a sociedade maranhense para a problemática enfrentada pelos trabalhadores rurais, tentando, também, encontrar alternativas conjuntas para o enfrentamento da questão agrária no Estado.

No âmbito nacional, as Associações de lavradores maranhenses apoiavam candidaturas, dando-lhes uma certa força de negociação. As Associações possuíam uma autonomia, ao estabelecer compromissos com os políticos, mas não compartilhavam estratégias e programas de partidos. Suas ações estavam canalizadas de acordo com a dinâmica das lutas travadas no campo de disputa pela terra.

Em 1958, por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, os trabalhadores rurais maranhenses, a exemplo do que havia em outras regiões do país, decidiram firmar um pacto de união sindical para estudo, discussão e luta organizada por “melhores condições de vida”. Eram estratégias de fortalecimento para a luta.

Segundo Leal (1975), no mesmo período, a Igreja Católica no Maranhão aderiu à luta, iniciando um intenso programa de ação social junto às populações rurais. Por um lado, preocupados com os conflitos que separavam “lavradores e trabalhadores agrícolas” dos grandes proprietários e pecuaristas, e, por outro, a perda da igreja de muitos de seus adeptos fiéis. Por isso, o Arcebispo Metropolitano de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, elaborou um programa voltado para os “problemas sociais”.

Na mesma direção, Almeida (1988) referencia que, como parte do envolvimento da Igreja Católica, esta viabilizou formas de mobilização, que assegurassem a presença da instituição no interior do Estado, onde, historicamente,

usufruí de grande poder, principalmente junto à população de “lavradores e trabalhadores agrícolas”. Com a finalidade de realizar empréstimos às Cooperativas Agrícolas existentes e aos pequenos proprietários, a Arquidiocese fundou a Cooperativa Banco Rural do Maranhão. A ação da Igreja, na esfera do crédito, tinha autonomia para gerenciar sem interferência do governo.

Nesse contexto, verificamos uma dupla competição: entre Igreja e Estado, de um lado e, entre Igreja e partidos políticos, que mobilizavam os “lavradores”, de outro. Encarregado de instituir e formar equipes no interior do Estado, com base nos princípios do cooperativismo, foi criado pela Arquidiocese, em 1952, o denominado Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (MIRA). (ALMEIDA, 1988).

A igreja passou a se posicionar, como no discurso de Dom Delgado, que, segundo ele, os casos constantes de “furto de gado” eram determinados pela “fome de carne” e, não, como anunciado por órgãos governamentais e polícia, que tratavam os trabalhadores como “bandidos”. E, como já mencionado, todo esse processo não segue uma direção única e homogênea: nem dentro dos partidos, nem internamente na Igreja e muito menos no próprio Estado. Existem correlações de força e contradições dentro de cada instância organizativa.

E, assim, constituíram-se, no Maranhão, suas expressões de organização, lutas e resistência que, historicamente, foram permeadas de conflitos, muitas vezes armados e que perduram até hoje.

Registramos que, por força de grandes projetos industriais, no Maranhão, na década de 80, que tiveram sua expressividade em consonância com a política desenvolvimentista, o Estado vivenciou diversos conflitos que envolviam grileiros, empresas agropecuárias e posseiros, com desdobramentos políticos e inevitáveis disputas jurídicas e, geralmente, com resultados desfavoráveis aos posseiros.

Observamos, a partir das leituras em autores que discutem essa questão, no Maranhão, como Almeida (2011), Arcangeli (1987), Azar (2013), Moreira (2015) e Sant’Ana Júnior (2010), Moreira, dentre outros e, também, a partir de nossa vivência, desde a graduação, nessa discussão e acompanhamento nos conflitos de terra, que o posseiro que atira no gado que invade a sua roça, que resiste aos ataques de jagunços e pistoleiros é o mesmo posseiro que, também, está lutando na esfera jurídica.

Segundo Freitas (2012), a incorporação do direito e a crença nos tribunais não destituem ou substituem a sua ideia de honra e o respeito ao produto de seu

trabalho. Incendiar ou invadir casas, como fazem os jagunços, quando os homens e as mulheres estão ausentes no trabalho de roça, ou a destruição das roças, quando os posseiros estão em suas casas, descansando da jornada de trabalho, nem sempre encontra uma resposta estritamente legal. Não é, também, verdadeira a suposição de que primeiro atiram e depois conversam e disputam na justiça. As formas de luta se entrecruzam, segundo as particularidades das forças em disputa, não havendo um esquema de explicação único de sua eficácia e logicidade.

Nesse sentido, as lutas de trabalhadores rurais envolvem suas estratégias de sobrevivência, muitas vezes no corpo a corpo e de forma desigual, considerando a questão de armamento, do efeito surpresa, de intimidação na família, além de “normas” jurídicas e de força policial com aplicabilidade desfavorável à defesa desses trabalhadores.

É no campo dessas contradições que observamos a insurreição de vários conflitos, como, também a construção da resistência e da luta de trabalhadores rurais, no Maranhão, embora nem sempre de forma organizada.

Poderíamos registrar vários processos de resistência, no Maranhão, mas, considerando o nosso objeto de estudo em relação à implantação de grandes projetos de industrialização e consequentes conflitos de terra nessas localidades, que emergem em processos organizativos e formas de resistência desses trabalhadores, atingidos pelo grande capital e que lutam para permanecer na área.

Gostaríamos de reforçar a **resistência dos trabalhadores rurais da comunidade de Cajueiro**, em São Luís, após o anúncio e construção do porto São Luís, as estratégias **de luta e resistência de comunidades quilombolas, em Alcântara**, com a implantação do Centro de Lançamento em Alcântara (CLA) e **a luta e a organização dos trabalhadores rurais, em Bacabeira**, após o anúncio da implantação da Refinaria Premium I e duplicação da Br-135.

Diante do exposto, consideramos que muitos trabalhadores têm compreendido que, lutando e procurando alternativas, a partir das suas realidades, podem contribuir para o enfrentamento da questão agrária, sobretudo com o avanço de grandes projetos para a região.

Na figura 17, destacamos a reunião na Associação de trabalhadores da comunidade de Cajueiro, com a presença de pesquisadores das Universidades, de Organizações não governamentais e de cunho jurídico e político, necessários para a compreensão de enfrentamento ao processo de remanejamento do local. Na figura -

4, visualizamos uma manifestação de moradores de Bacabeira, quando a Petrobrás, em 2011, tentou murar uma área que era destinada ao lazer, danças folclóricas e espaço público para a população. Os moradores derrubaram o muro como expressão de resistência.

Figura 17 – Reunião de mobilização, realizada no dia 21 de dezembro de 2014



Fonte: Moreira (2014)

Figura 18 – Derrubada do Muro de Bacabeira



Fonte: Jornal Rosário Notícias (Julho, 2011).

Assim, os trabalhadores se organizam, aprendem, lideram, resistem, buscam parcerias e alternativas e possibilidades na luta pela garantia de manter sua terra, enquanto condição de sobrevivência.

Entre as entidades e movimentos sociais que têm contribuído com a organização dos trabalhadores rurais, no enfrentamento da questão agrária maranhense, destacando algumas que surgiram mais recentemente e que intensificaram suas ações, entre os anos 1980 e 1990, considerando a expansão de projetos industriais, no Maranhão, apontamos: a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Maranhão (FETRAF-MA); o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); o Movimento dos Trabalhadores camponeses Sem Terra – Maranhão (MST-MA); a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH); o Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco (ASSEMA e MIQCB); a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Fórum Carajás.

Essas entidades e movimentos sociais, além de realizarem suas ações específicas, nas diversas regiões do Estado, também desenvolvem atividades conjuntas, como seminários, mobilizações, estudos sobre a questão agrária, territorialidades e ocupação de entidades públicas, etc., na perspectiva de despertar a sociedade maranhense para a problemática enfrentada pelos trabalhadores rurais, tentando, também, encontrar alternativas conjuntas para o enfrentamento da questão agrária no Estado.

Entendemos que as formas de associativismo representam suas expressões de organização, tanto na esfera cultural, como política, econômica e religiosa, o que torna expressamente uma condição essencial de representação, inclusive de uma classe na qual se está inserido e se sente na relação de pertencimento e de identidade.

As forças históricas de organização, reivindicação e de solidariedade intraclasse refletem as formas de atendimento do poder público e de execução de políticas públicas para atendimento dessas demandas. Por isso, as lutas de trabalhadores são imprescindíveis para pressionar o Estado na implementação de políticas que atendam suas necessidades econômicas, políticas e sociais.

Gramsci (1976) nos alerta que é através do associativismo que podemos romper com o individualismo e a competição, fomentados pelo capitalismo, em que o

trabalhador é levado a entrar em conflito com outro trabalhador, desfavorecendo a luta organizativa e política para uma mesma direção. Assim, surgem os institutos e os organismos, nos quais encarna-se o princípio de solidariedade dentro de uma determinada classe.

É nesse contexto que compreendemos as associações dos trabalhadores, os sindicatos, os partidos políticos, dentre outras, como um espaço importante para o exercício do poder político e de representatividade de uma classe.

Na oportunidade, mapeamos algumas associações na capital maranhense, como, também, em Bacabeira, considerando o recorte de estudo empírico desta pesquisa. Informamos que estes dados foram levantados no processo de investigação, em 2013, quando estivemos compondo a equipe do EIA/RIMA²³ de construção de dutos e de estradas para equipamentos pesados, junto a equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

As principais foram identificadas no percurso de investigação do EIA/RIMA, considerando as localidades de influência direta e indireta que seriam afetadas na construção dos dutos e da estrada de equipamentos pesados. Dessa forma, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mapeou, em São Luís e em Bacabeira, os conglomerados populacionais que seriam atingidos, o que nos levou ao recorte de estudo e levantamento de associações, nessas localidades, compreendendo que cada associação carrega suas condições de atuação e representatividade, dependendo da sua identidade e historicidade, enquanto organização social e política.

As Associações mais referenciadas localizam-se no cotidiano desses trabalhadores e, geralmente, estão ligadas às necessidades mais imediatas, mas com grande potencialidade política e de representatividade, como as associações de comunidade. Entendemos, como associações comunitárias, aquelas ligadas aos interesses dos moradores que se organizam por bairros e que, comumente, buscam

²³ EIA/RIMA = Estudos de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos de Meio Ambiente. Estes dois documentos, que constituem um conjunto, objetivam avaliar os impactos ambientais decorrentes da instalação de um empreendimento e estabelecer programas para monitoramento e mitigação desses impactos. A obrigação da elaboração de um estudo de **Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)**, na forma de um EIA/RIMA, é imposta apenas para algumas atividades com potencial altamente poluidor, pelos órgãos licenciadores competentes (estadual, municipal e o IBAMA) e pela legislação pertinente como a Resolução CONAMA no 001 de 1986, no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Conforme seria o porte do empreendimento da Petrobras em Bacabeira, com a possibilidade de construção da Refinaria Premium I.

reivindicações e melhorias nas políticas públicas direcionadas à urbanização, saneamento básico, como calçamento e asfaltamento de ruas, iluminação pública, ampliação da oferta e da variedade de serviços de transporte, segurança pública, postos de saúde, escolas e creches, entre outras demandas.

Verificamos, ainda, nas localidades da área de influência direta (AID) de onde se instalaria o projeto da Petrobras e por onde iria ser construída a estrada de equipamentos pesados, local este onde está situada a comunidade de São Cristóvão, em Bacabeira-MA, que encontramos a Associação dos pequenos produtores da Agricultura Familiar do município de Bacabeira (APAFAB). Esta Associação tem organizado as reivindicações e projetos para a comunidade, como também, traz uma grande articulação na área social, através de: organização de festas no dia das mães, entrega de cestas básicas e roupas e marcação de consultas médicas, com postura assistencialista, mas com grande potencial de organização política, considerando a questão de liderança da associação, bem como um número significativo de associados, em torno de 563 inscritos.

Figura 19 – Fachada da Associação (APAFAB), comunidade de São Cristóvão, Bacabeira-MA



Fonte: Própria pesquisadora (2013)

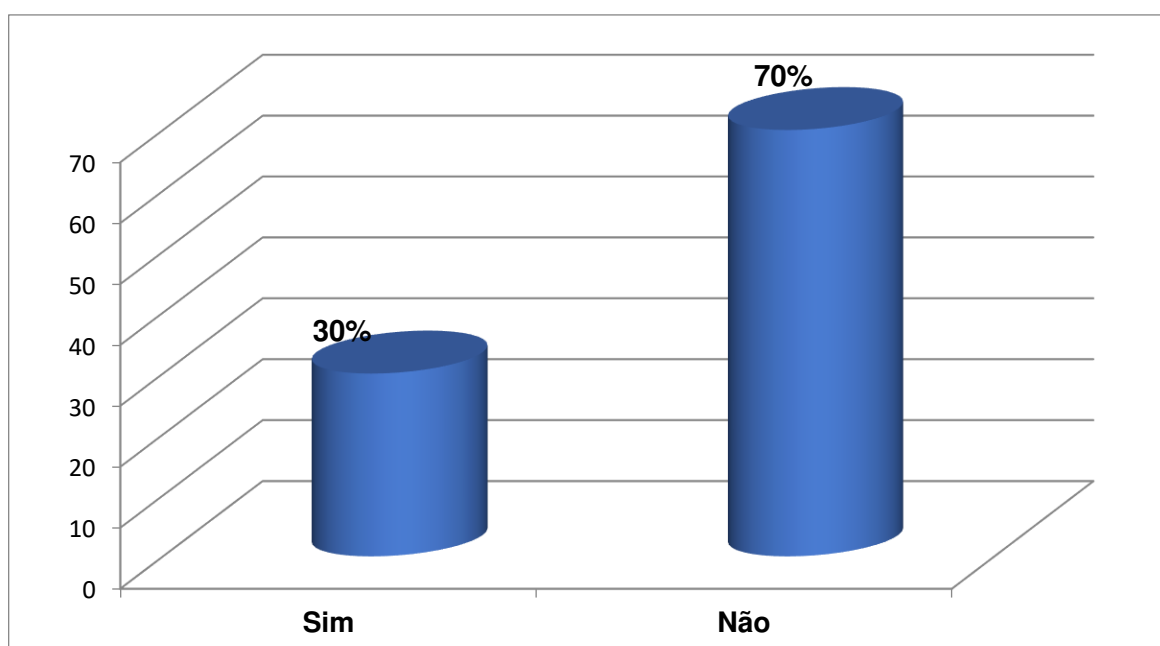
Em Zé Pedro, comunidade rural no mesmo município, a Associação de Moradores articula as reivindicações da comunidade, contra a possibilidade de construção da estrada de equipamentos pesados, em defesa do cultivo do mel de abelha e da piscicultura. Organizam-se, também, para solicitar infraestrutura, como melhoria no acesso ao povoado, construção de escolas e de posto de saúde, além de transporte para deslocamento das pessoas, condução e comercialização dos

produtos ali produzidos. Esses moradores têm documentação de posse da terra, devido a sua ancestralidade na terra, às características de produção eminentemente rural, mediante comprovação de documentação junto ao sindicato de pescadores da região. Essa associação, também, tem a incumbência de organizar o trabalho na comunidade, quanto ao plantio e à pesca. A cultura do mel na localidade é seu ponto forte, inclusive levando outros povoados para esta prática.

Ao falarmos na realidade maranhense e sobre seus processos organizativos, verificamos, na pesquisa do EIA/RIMA (2013), que, em São Luís e em Bacabeira, ainda existem poucos trabalhadores inscritos e associados em suas entidades de cunho representativo, com aspectos organizativos na esfera política. Algo, também, nos foi revelado, com a quantidade de inscritos na Associação de São Cristóvão, que envolve um aspecto mais assistencialista e de resolutividade a um problema imediato, muitas vezes de cunho individualizado. Como já mencionamos neste estudo, todo processo organizativo não é linear e homogêneo, sendo necessário desenvolver a cultura política e as formas de organização coletiva, mesmo inseridas nas associações, têm um papel fundamental em congregar, podendo desenvolver aspectos mais politizados, potencializando suas possibilidades de reivindicação.

Não obstante, as localidades visitadas no período da pesquisa, em 2013, expressam suas formas de associativismo.

Gráfico 7 – Participação em associações



Fonte: Pesquisa de Campo EIA/ RIMA - DUTOS, 2013

Conforme gráfico acima, 70% dos entrevistados revelaram que não estão associados, enquanto 30% estão associados em entidades representativas. O fato de estarem associados não representa a homogeneização das relações ali construídas, pois depende das circunstâncias e vivências que são reconstruídas pelas necessidades e demandas latentes, como é o caso da luta pela terra. Da mesma forma, os 70% não associados, também, podem representar novas associações, quando estes se sentem “não ouvidos”, ou mesmo invisíveis ao sistema produtivo e de representação coletiva.

Para Marx (1980), a sociedade deve ser analisada a partir das condições materiais em que as relações sociais entre os homens se constituem, seja pela necessidade de sobrevivência ou pela acumulação de riqueza. Assim, é compreensível analisar as relações que são estabelecidas entre os homens a partir do contexto em que estão inseridos e nas condições a que são submetidos.

Historicamente, os conflitos emergem quando interesses antagônicos se chocam, principalmente quando envolve o uso e ocupação do solo e, daí, impactos ambientais, como a perda de traços culturais, a redução da produtividade agrícola, perturbação da vida comunitária, aumento de demanda por serviços públicos e alteração das relações socioculturais surgem.

Ainda no entendimento de Marx e Engels (1984), os homens fazem história, pois são sujeitos dotados de consciência e capazes de transformar a natureza, inclusive a sua própria natureza.

Nessa perspectiva, desenvolve-se o conceito de **classe**, reforçando que ela é representada pelos indivíduos que ocupam a mesma condição nas relações de produção, em um determinado contexto histórico.

Assim como os Bourbons representavam a grande propriedade territorial e os Orléans a dinastia do dinheiro, os Bonapartes são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. [...] na França em 1848, os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. [...] na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. (MARX, 1993, p. 172-173).

E ainda, em consonância ao entendimento de classe, Marx (1993) afirma que “o que move a história é a luta entre as classes sociais”. Por isso, torna-se

necessário que o pesquisador compreenda a essência da sociedade capitalista e de suas contradições que, ao longo do processo, defende ideais da classe proprietária, a burguesia, revestida de “motivos demagógicos” de representação do trabalhador.

A história demonstra que as conquistas trabalhistas aconteceram no enfrentamento com o poder instituído e que, pela própria sobrevivência, esses trabalhadores se veem enquanto classe, criam uma identidade e dão uma outra direção. É esta luta de classes que reescreve a história, movida por uma intenção, por uma consciência que, essencialmente, é constituída pelas relações de produção, pelo trabalho e pelas condições a que são submetidos.

Assim, é certo que a sociedade e o ambiente quando alterados, direta ou indiretamente, pelo processo industrial, tal como afirma Acserald (2004), retratam que os impactos de grandes projetos provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, conduzindo esse cenário de disputas para conflitos ambientais, sociais, econômicos e políticos.

Na esteira desse processo, encontramos o Estado do Maranhão, no ápice da representatividade de iniciativas “desenvolvimentistas” e “modernizadoras” e imerso numa economia mundializada e dependente. Indubitavelmente, dentro desses projetos industriais, no Maranhão, a principal delas foi o Programa Grande Carajás “[...] concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 47), que, com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível deste modelo de desenvolvimento.

No Maranhão, os desdobramentos desse projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial. E, dessa forma, o Estado tem, desde o final da década de 1970, criado as condições necessárias para tal desenvolvimento, desconsiderando a realidade das comunidades e trabalhadores que vivem e sobrevivem dessa terra.

É nesse contexto que procuramos compreender o que aqui foi exposto, sobre as particularidades de organização, luta e resistência de trabalhadores rurais, diante das estratégias de expulsão e dominação do grande capital que se reestrutura historicamente por diferentes “ondas de desenvolvimento” e que, atualmente, enfrenta o avanço de projetos industriais no Maranhão. Entendemos que é o movimento do

capitalismo que busca seus mecanismos de expansão de mercado para garantir sua produção, circulação e consumo, necessários para a acumulação da riqueza.

Dessa forma, discutiremos as formas de organização e as estratégias de luta e resistência dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria e de Salva Terra, face a implantação dos grandes projetos industriais e a luta pela terra.

Acreditamos que a luta de trabalhadores rurais exposta neste estudo, nos fornece subsídios para entender que mesmo diante das forças de opressão e de exploração imposta por uma produção mundializada e de capital financeirizado, a condição essencial de sobrevivência desses trabalhadores tem levado ao enfrentamento, no contexto de lutas e de resistência, nos movimentando para aflorar o instinto revolucionário, nos conduzindo ao processo de organização e reconhecimento de identidade de classe e nos enchendo de esperança na direção de um projeto de classe para o nível de emancipação.

É, para Marx e Engels, a célebre frase: “Trabalhadores do mundo, Uni-vos!”

A luta é coletiva, é de classe e se constitui nas formas de organização, luta e resistência.

3.3 Configuração de formas de organização e estratégias de luta e resistência dos trabalhadores rurais dos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra como referência

A luta pela terra se faz de forma consciente ou inconsciente e, se por um lado, ela pode aflorar o espírito “revolucionário” através da luta cotidiana e da inserção em espaços de organização política, em uma direção, por outro, ela pode ser uma manifestação imediata de luta pela sobrevivência, pela garantia de um chão para morar e subsistir e, não necessariamente, amadurecer a consciência política em uma organização de luta e resistência ao projeto do capital.

Os estudos de Rosa Luxemburgo (2005) apontam para a discussão do movimento espontâneo, em que as massas manifestam publicamente seus interesses imediatos. A autora reforça sobre a dialética existente entre a espontaneidade e organização e, é através dessa relação e do automovimento que se conduz os processos sociais transformadores.

Cardoso (1995), partindo dessa compreensão, explicita sobre o papel da organização e a importância do desenvolvimento da maturidade política dos

trabalhadores no processo de unificação de interesses e conquista da unidade da consciência de classe. Para tanto, a ação educadora das lutas de classe é fundamental.

Lenin (2006) destaca em seus estudos que “há espontâneo e espontâneo” e, depende como o camponês ou operário se comporta. Reafirma que o elemento espontâneo, no fundo, não é senão a forma embrionária do consciente, pois os tumultos primitivos já traduziam um certo despertar da consciência. (LENIN, 2006).

Ele acreditava que através da forma mais simples e concreta, era possível educar os trabalhadores para a luta de classes e, nesse processo, se faz a revolução. Por isso, o sindicalismo tem sua função dentro desse processo, assim como, o partido político, cabendo a este “[...] dirigir a luta de classes não apenas para obter as condições vantajosas na força de trabalho, mas também pela abolição da ordem social que obriga os não possuidores a se venderem aos ricos”. (LENIN, 2006, p. 117-118).

Nesse sentido, a luta dos trabalhadores pela terra pode emergir de forma espontânea, mas amadurecer para o nível de consciência política e de classe, o movimento espontâneo é o “impulso” para o desenvolvimento da luta, da consciência e da organização.

Por isso, Lenin (2006) esclarece que a luta política é maior que a econômica, porém, é o econômico que tem a força de manter o trabalhador em uma consciência sindical, embora não seja responsabilidade do sindicato conduzir a luta política, esta, se constrói e se movimenta por uma força social de classe, em defesa de seus interesses, sobretudo de sobrevivência.

Cardoso (1995) reforça a partir de seus estudos, que a luta econômica apresenta uma continuidade, e a luta política fecunda, periodicamente, o terreno para que as lutas econômicas aconteçam. Para Luxemburgo (2005), é neste movimento dialético, que se forma a consciência de classe e se desenvolve até a “insurreição”, como também, aponta a crise econômica como mola propulsora no movimento de coalizão de forças na conquista do poder, na construção de estratégias de lutas e do processo de amadurecimento para uma revolução.

Nesse contexto de correlações de forças na luta pela terra, que tem como base a questão econômica que se estende para uma luta política, entendemos, a partir de Gramsci (1976), que o Partido Político, enquanto *lócus* da organização do proletariado, precisa de um aparato teórico para desvendar a realidade social e intervir

sobre ela. O referido autor nos alerta, que é necessário um partido forte e com possibilidades de aliança entre operários e camponeses.

A luta pela terra dos trabalhadores rurais em Santa Quitéria e Salva Terra, têm trazido aspectos da cotidianidade que os fizeram “acordar para a realidade”, diante dos fatos ocorridos no processo de remanejamento e de desapropriação, seguida de uma luta pela permanência na terra. Assim, esses trabalhadores reescrevem sua história de luta e resistência, com avanços e recuos.

Entendemos que tais processos de luta social e política protagonizada por organizações representativas de trabalhadores rurais sinalizam uma problemática que ganha espaço no debate de atualização da questão agrária: as disputas territoriais e conflitualidades entre os modelos de “desenvolvimento” centrados no grande capital e da agricultura familiar.

Nas entrevistas realizadas junto aos trabalhadores rurais dos referidos povoados, no que se refere às formas de organização existentes na localidade, observamos a partir dos dados, que a maioria dos trabalhadores entrevistados aponta a Associação de Moradores como referência no processo organizativo, seguido dos sindicatos, conforme a tabela 6 apresenta.

Tabela 6 – Formas de organização existentes apontadas pelos entrevistados no povoado e no município

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	SANTA QUITÉRIA	SALVA TERRA
Associação de moradores	16	8
Associação na Igreja	2	1
Conselho da escola	1	-
Associação Cultural	2	1
Sindicatos	6	2
Clube de Mães	1	-
Associação de Pescadores	9	2
Outros	2	-
Não soube responder	-	1

Fonte: A autora, 2018

A Associação de Moradores tem representatividade junto a esses trabalhadores, considerando a luta pela terra nos dois povoados aqui referenciados. Em **Salva Terra**, todo o processo de reuniões e reivindicações iniciais para o

remanejamento e negociações junto a Petrobras e o Governo do estado, foram demandadas pela associação e articuladas com outras instâncias organizativas de cunho jurídico e de referência nas lutas ambientais e no enfrentamento ao grande capital.

Segundo depoimentos de moradores do povoado, logo após a notícia da implantação da refinaria no local e da possibilidade de expulsão dos moradores, foi encaminhada, em 2009, uma denúncia formal assinada pela Associação de Moradores do povoado, pelo Fórum Carajás, pela Associação de Pequenos Agricultores/as de Salvaterra e pela Associação Agroecológica Tijupá e endereçada ao Presidente da República; Ouvidoria Geral da República; Ministério Público Federal; Deputados Federais: Domingos Dutra, Flavio Dino e Roberto Rocha; Ministério Público Estadual; Deputados Estaduais: Helena Heluy, Domingos Paz e Valdinar Barros; Petrobras; Secretaria de Indústria e Comércio; SEDAGRO; ITERMA; CPT e Cáritas Brasileira. No documento, esclarecia-se e solicitava-se:

Os moradores e moradoras do povoado Salvaterra, município de Rosário, estado do Maranhão, aqui representados por Lucilene Maria Mendes de Sousa e Rosemary Botentuit, vêm informar e apresentar denúncia contra a Petrobras, a Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão, pois as referidas pessoas jurídicas querem expulsar os moradores do povoado. O povoado Salvaterra é um povoado quilombola, pertencente ao município de Rosário, com mais de 200 anos de existência. São 450 hectares de terra, herança sem partilha de quatro herdeiros do Sr. Adriano e Sra. Francisca Botentuit, onde moram e trabalham 34 famílias, pescadores e agricultores. Dentre os moradores, encontra-se Tiago Almeida, com 87 anos, que nasceu e sempre morou no povoado. Em 10 de setembro de 2009, os moradores/as do povoado foram surpreendidos pela visita de sete representantes da Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão que noticiaram aos presentes que o povoado estava na área de interesse da Refinaria, em processo de implantação pela Petrobras, e que eles teriam 20 dias, a contar do dia 10 de setembro, para desocuparem a área e que seriam posteriormente indenizados. Questionados sobre o destino dos moradores, idosos, crianças, animais, raízes históricas, a cultura, foi oferecido um barracão em Bacabeira até a construção de casas para a moradia das famílias. No dia 11 de setembro receberam uma nova visita; dessa vez de dois representantes da Petrobrás que objetivavam conhecer os povoados do entorno do empreendimento. Informados sobre a visita anterior, os representantes da Petrobrás observaram que não tinham conhecimento do procedimento em curso pela Secretaria de Indústria e Comércio e sugeriram que os moradores buscassem seus direitos. Queremos seu apoio para continuar vivendo aqui!” Associação de Moradores de Salva Terra; Fórum Carajás; Associação de Pequenos Agricultores/as de Salva Terra e Associação Agroecológica Tijupá. (ECO DEBATE, 2019).

A partir do movimento espontâneo dos trabalhadores, que emerge de uma necessidade imediata, real e de luta pela sobrevivência outros sujeitos sociais e políticos são mobilizados, como os sindicatos, Organizações não governamentais

(Ongs) e governamentais através das correlações de forças exercidas pelo poder local e das instâncias organizativas no âmbito jurídico e que envolvem a questão da terra como condição de sobrevivência.

Por isso, a Associação de Moradores representa para esses trabalhadores, o espaço com mais legitimidade e próximo da sua realidade e que congrega inicialmente a perspectiva de identidade da luta e de pertencimento a esse processo vivido por eles.

Da mesma forma, o povoado de **Santa Quitéria** tem a Associação de Moradores como o espaço que congrega a força em luta e que se revigora em uma perspectiva para além da luta pela terra, embora seja a partir dela a unificação de interesses da categoria de trabalhadores rurais e “cidadãos”, como apontam.

Em Santa Quitéria, como estão inseridos na luta pela permanência na terra e em conflito em sua efervescência com o poder local, representado pela prefeitura municipal de Bacabeira, com as lutas judiciais em torno da “reintegração de posse” do suposto proprietário da área e com a constante especulação da terra, inclusive com o processo migratório de outros trabalhadores para a ocupação da área, tem reforçado a Associação de Moradores como o alicerce da luta.

Aqui desconfiamos de tudo e de todos. Não dá para confiar em quem chega, já tivemos muitas decepções.

(D. P. S., moradora mais antiga de Santa Quitéria- mais de 40 anos no povoado).

A terra de Santa Quitéria é muito boa para plantio e é extensa. Atualmente são 235 hectares, pois uma parte foi desmembrada na época da Refinaria para a construção de um Hotel de um grupo forte da Bahia. Quando ‘eles’ querem, isso é rápido! Então, nós da Associação, fizemos um levantamento e pagamos o georreferenciamento, porque a Prefeitura prometeu e não cumpriu, e daí, são esses 235 hectares que está sob litígio e estamos negociando 90 hectares dessa área para a Associação e a outra parte, para o proprietário. Nós defendemos, que essa partilha é suficiente para os trabalhadores já associados trabalharem e para ele também. Não traria prejuízo para ninguém e acabaríamos com essa guerra.

(E. M. B., ex presidente e atual secretário da associação de Moradores de Santa Quitéria).

Como observamos nos depoimentos, a situação de Santa Quitéria está tensa, exige cautela e estratégias de luta e organização para o enfrentamento da questão. O depoimento da Lavradora Domingas nos revela a desconfiança retratada nos anos de luta para regularização da situação de Santa Quitéria, que vem desde de agosto de 1998 até os dias atuais, em que tiveram colegas trabalhadores rurais que foram cooptados pela Prefeitura, assumindo cargos e se “voltando contra a luta”, além

de inúmeras visitas institucionais que não deram retorno, ação policial engendrada pelo governo e pelo suposto proprietário da terra.

As formas sociais de silenciamento e de violação aos direitos desses trabalhadores, revestidas de proibições no acesso e cultivo na terra, seguidas de ameaças e intimidações através de força policial, que muitas vezes são mediadas por organizações de ações políticas do grande capital e governamentais, expressam as contradições dentro das organizações de trabalhadores, fraturando determinadas ações e objetivos da luta. Pinto (2012) esclarece que nesse processo de luta e resistência, em que os trabalhadores lutam para que os seus direitos sejam garantidos e respeitados, “sem virar moeda de troca”, no percurso de violação aos seus direitos e diante das ameaças, sobretudo com a criminalização da luta, afloram-se os artifícios que levam ao processo de cooptação desses trabalhadores.

Inspirado na passagem de Novalis (1772-1801), “[...] sem uma perfeita compreensão de nós mesmos, não poderemos compreender os outros”, Gramsci (2004, p. 56), reflete sobre o seu conceito de cultura, afirmando “[...] conhecer-te a ti mesmo significa ser si mesmo”. Tal premissa pressupõe o conhecimento do outro, ser meio, equivalendo aos esforços conjugados para elaborar e formar uma consciência e, assim, retomar a história, reinterpretá-la e libertar-se dos dogmas. Para o autor, portanto, cultura envolve a organização do próprio eu, apropriação da própria personalidade e conquista da consciência superior, pois, somente dessa maneira, o sujeito começa a compreender seu valor histórico, sua função na vida, seus direitos e deveres. No entanto, nada disso se faz por evolução espontânea, “[...] o gênero humano se diferencia do animal por apropriar-se da natureza, estabelecendo uma relação indireta, mediatizada, inicialmente, pelo instrumento e pelas práticas produtivas”. (LEONTIEV, 1978, p.76). Esta perspectiva confirma o pressuposto de Gramsci (2004, p. 58) do homem como “criação histórica e não natureza”.

Nesse sentido, salientamos que a ideologia é tanto elemento de dominação quanto de libertação, uma vez que desde a inserção do homem no mundo consciente, lhe é imposta uma concepção de mundo, mecanicamente, “[...] por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos”. (GRAMSCI, 1978, p. 119). Por isso, como elemento de dominação, a cooptação de trabalhadores é comum no processo de luta que ainda não amadureceu, politicamente, através das instâncias organizativas. Como elemento de libertação, a elaboração de uma concepção de mundo própria dos grupos subalternos ocorre quando se afastam da

influência ideológica da classe dominante e conseguem romper com a ideologia tradicional, “[...] sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente”. (GRAMSCI, 1968, p. 81).

Como verificamos no depoimento do Sr. E.M. B., morador do povoado de Santa Quitéria, que mediante várias perseguições enquanto esteve na liderança da Associação de Moradores e na atualidade permanece como secretário, continua no enfrentamento, dialogando com a prefeitura, com o suposto proprietário da terra, articulando a luta e propondo alternativas de negociações. Em sua trajetória de luta, também teve propostas de cargos pela prefeitura, de tentativa de negociações “a portas fechadas”, mas o seu entendimento da luta e das estratégias opostas no confronto, soube abstrair da própria experiência de vida e de luta, a base que o orienta para uma ação em conformidade aos interesses de sua classe.

Abreu (2011) em seus estudos sobre a organização da cultura, embasada em Gramsci, discute sobre espaços importantes de politização das relações sociais e de intervenção dessas classes no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação. Processos estes, de politização das relações sociais que são compreendidos,

Com base na análise gramsciana sobre a avaliação das relações de forças políticas, como aquele que dá conta do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançados pelos vários grupos sociais, o qual corresponde aos diversos momentos da consciência política coletiva. Gramsci distingue três graus desse processo, considerando a forma como se manifestam historicamente: o primeiro, mais elementar, caracteriza-se pela manifestação da solidariedade entre os membros do grupo; o segundo é aquele em que a consciência da solidariedade de interesses ainda é limitada ao campo meramente econômico; e o terceiro, o mais político, configura a consciência da solidariedade entre diversos grupos subordinados, traduzida na unidade dos fins econômicos e políticos e na unidade intelectual e moral, cuja culminância é a formação de partidos. (ABREU, 2011, p. 133).

Verificamos a partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores dos povoados, que a Associação de Moradores tem a representatividade enquanto instância organizativa, que congrega inicialmente as suas reivindicações do cotidiano, como: a questão da infraestrutura (água, pavimentação, saneamento, moradia, escolas e a condição de trabalho a partir da terra). Em seguida, observamos os sindicatos e associação de pescadores, que desenvolvem a função da representatividade a partir do referencial na esfera da produção, para efeito de aposentadoria e de acesso a determinados créditos e financiamentos.

Assim, com base nos estudos de Abreu (2011), estes trabalhadores em seus momentos históricos de amadurecimento da consciência política encontram-se no primeiro e no segundo processo, que consiste na consciência da solidariedade de interesses meramente econômico, embora, tenhamos observado em algumas lideranças da Associação de Moradores de Santa Quitéria, o terceiro momento de esforço político pela unidade dos fins econômicos e políticos, assim como intelectual e moral; inclusive demandando cursos pelas universidades e Organizações não Governamentais, como a CPT, para compreensão da luta e construção de estratégias de enfrentamento ao conflito de terra.

Os trabalhadores de Santa Quitéria, apontam como “espaços de participação” no município de Bacabeira, o Conselho Escolar, o Conselho Tutelar, o Conselho de Segurança, o Conselho de Saúde, a Secretaria de Cultura, a Liga Esportiva e o Clube de Mães. Embora esses espaços não se constituam instâncias organizativas que os representam como classe trabalhadora, têm sido apontados por eles, como espaços importantes de acesso a conhecimentos e troca de experiências, que acabam somando na apreensão da realidade em que vivem e, portanto, no processo de suas lutas e construção de alternativas de organização e de resistência.

A Constituição Federal de 1988(CF/1988), prevê espaços concretos para o exercício da cidadania, elencando os conselhos como instrumentos de mediação na relação entre o Estado e a sociedade civil. No que se refere aos Conselhos, são instituídos como,

Direito constitucional à participação, assegurado por meio dos conselhos, passou a ser regulamentado nos diferentes níveis da administração pública, por leis orgânicas específicas, relacionadas às ações e aos serviços públicos, como saúde e educação; interesses coletivos, como meio ambiente; e de grupos específicos, como crianças e adolescentes. Os conselhos são espaços públicos criados por lei (federal, estadual ou municipal) cuja formação é plural e paritária, dos quais participam as organizações governamentais (ministérios, secretarias e outros órgãos vinculados) em conjunto com a sociedade civil organizada (associações e organizações não governamentais), tendo como principal função a formulação e o controle da execução das políticas públicas setoriais. São espaços públicos porque formam um campo de debate e discussões na construção conjunta de acordos e na elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses da sociedade civil e do Estado. Por proporcionarem esses debates e por apresentarem sugestões para as questões levantadas, os conselhos são, reconhecidamente, instâncias de natureza deliberativa e consultiva. (BRASIL, 1988).

Entendemos que os Conselhos são instâncias de natureza deliberativa e consultiva, que representam um espaço democrático no exercício do controle social sobre as ações do Estado, e que ainda precisamos avançar no que se refere aos

processos participativos, aos critérios de paridade e de formação plural, nas formas de mediações para que ocorra, de fato, a participação e prioridade dos interesses coletivos. Contudo, não se pode negar o avanço no processo democrático, quando instituído a participação dos Conselhos como estratégia de mediações das Políticas Públicas, espaços estes, que estão sendo atacados pelo atual Governo do Presidente Jair Bolsonaro em 2019, sob a alegação de cortes orçamentários nos gastos públicos e da inoperância dos mesmos.

Acreditamos que o fato dos trabalhadores rurais de Santa Quitéria estarem no processo de conflito e o cotidiano repleto de observações “contra o inimigo”, como chamam; adquiriram o hábito de se articular e denunciar para conquista de seus direitos e por isso, apontam os Conselhos como instâncias organizativas, ou mesmo, outro espaço da participação e aprendizagem.

Em Salva Terra, devido ao processo de remanejamento, “o movimento está silenciado e acomodado no conjunto habitacional”, conforme a liderança da Associação de Moradores explicita. Outro fator preponderante, é a questão da localização dos povoados que, em Santa Quitéria, a mobilidade e acessibilidade permite a participação em outros “espaços organizativos”, algo que em Salva Terra não ocorre devido a distância e a acessibilidade que é péssima, porque a área alaga dificultando ainda mais a questão de transporte e, portanto, a mobilidade dos mesmos.

Em visita a esses povoados, fica explícita a movimentação e articulação das Associações de Moradores e os espaços de uso coletivo pela comunidade, como escola e posto de saúde.

Figura 20 – Foto da Associação dos Moradores de Santa Quitéria



Fonte: A autora, 2011

Em 2011 quando iniciamos a pesquisa de campo em Bacabeira, observamos que as reuniões da Associação de Moradores de Santa Quitéria ocorriam em outros espaços como, Igrejas e algumas casas dos próprios moradores. Era algo que os incomodava, porque não se sentiam a vontade para “falar tudo”, e sempre havia “olheiros”. Então, na época organizaram a documentação no cartório para registro da Associação²⁴, compreendendo que as reivindicações seriam através dela e, isso, diminuiria a cooptação de colegas, além das repressões individualizadas.

Entendemos que os trabalhadores de Santa Quitéria conseguiram analisar a situação na qual estavam vivenciando e como estratégia de luta política, buscaram junto aos trabalhadores associados estipular uma mensalidade, na quantia que fosse possível e no trabalho que poderiam dispensar para a construção da sede da Associação e pagamento de advogados para “brigar juridicamente” pela posse e regularização da terra.

²⁴ A Associação dos Moradores de Santa Quitéria foi criada a partir da iminência de expulsão da terra em que moram e trabalham, que está localizada na parte frontal da área desapropriada para construção da Refinaria Premium I, em Bacabeira. Assim, como forma de mobilização e enfrentamento coletivo dos trabalhadores do povoado ao suposto proprietário da terra, fundaram a Associação no dia 17 de outubro de 1999, registrada no Cartório do município, com CNPJ 03507517/0001-60 e sede própria.

Nesse movimento historicamente constituído por estes trabalhadores, analisamos a partir de Gramsci (1995), que a “[...] filosofia se torna histórica, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em vida”. (GRAMSCI, 1995, p. 28). É nesse contexto que se expressa a organização de uma nova cultura, em um movimento que objetiva-se na formação de uma vontade coletiva, fundamentada no pensar e agir, em uma vinculação orgânica à base econômica vivenciada pela relação estreita com a luta pela terra como condição de trabalho, de moradia, de pertencimento e de preservação a sua história de vida.

Figuras 21 e 22 – Fotos da ampliação da Associação dos Moradores de Santa Quitéria através de mutirão



Fonte: Arquivo da associação de Moradores



Fonte: A autora, 2018

Figura 23 – Foto da Placa demarcando a Associação dos Moradores de Santa Quitéria



Fonte: A autora, 2018

A Associação de Moradores de Santa Quitéria tem crescido em sua estrutura e em sua articulação política na área, no confronto com o poder local e na articulação com outras instâncias organizativas como o Movimento em Defesa da Ilha, o Sindicato de trabalhadores Rurais e o Instituto de Colonização e terras do Maranhão (ITERMA). Nesse processo, criaram várias estratégias de articulação, de divulgação na comunidade e no município através de grupo de *Watsap* intitulado “Grupo de Luta”, de convocatória para reuniões com carro de som e cartas endereçadas aos moradores e a prefeitura, conforme Anexo B e, ainda, divulgação ampliada através de *facebook* com apresentação das conquistas e denúncias em relação a luta pela terra.

Segundo Bogo (2010) nas crises, acredita-se que todas as ideias e iniciativas estão corretas, mas não bastam somente ideias e iniciativas para se desencadear uma revolução; é necessário que o movimento das contradições seja favorável, instigador e motivador de participação. (BOGO, 2010).

Dessa forma, a crise ou conflito vivenciado pode ser o impulso para uma revolução, mas são as ações e a direção que fundamentam o processo de luta e organização, bem como o sujeito se sente inserido e motivado a participar para atingir um objetivo de classe.

As reflexões de Lênin (1986, 1977, 1978, 2006), Lukács (1978, 2012, 2013) e Gramsci (1995, 2000, 2004) e Marx (1980, 1993, 2004, 2005, 2008), nos abastecem no entendimento sobre a consciência política ligadas aos interesses de uma determinada classe enquanto visão de mundo, desenvolvida e posta em prática pelos sujeitos políticos inseridos no processo de luta de classes, que tem a capacidade de inspirar, orientar e se movimentar.

É nesse movimento de luta, identidade e reconhecimento enquanto classe que os processos organizativos se fortalecem pela solidariedade intraclasses, nas reflexões para agir, propor e participar das decisões.

Dowbor (2008) aponta que a ação local apoiada por outras instâncias, torna-se essencial para reequilibrar e dinamizar o espaço local, pois permite uma democratização das decisões a partir dos assuntos que são próprios da vizinhança e dos quais possuem mais propriedade para reivindicar e expor a realidade.

Os trabalhadores de Santa Quitéria perceberam a força que possuem politicamente através de suas ações e articulações, como também, se reconhecem como o maior reduto eleitoral do município, com atualmente 1000 famílias residentes na área, o que representa 25% do eleitorado bacabeirense, reforçando a força política

do povoado. Apropriados dessa informação e realidade, estes trabalhadores se utilizam estrategicamente desse contingente de pessoas e logicamente, das demandas que surgem por infraestrutura a partir do crescimento de ocupação da área, passam a exigir do poder público, ações correspondentes a esse processo.

Dessa forma, verificamos que no intervalo de 10(dez) anos, a área de Santa Quitéria através de suas articulações e organização, conseguiu camada asfáltica para as ruas principais, ampliação do prédio escolar e do fornecimento de água, equipamentos básicos para o funcionamento do posto de saúde com horários de atendimento regular de segunda a sexta feira, além de intervenções jurídicas junto a Prefeitura e a Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) para construção de moradias pelo Programa Minha Casa e Minha Vida, sendo embargada pelo suposto proprietário da área, conforme Anexo C.

Diante da situação de vulnerabilidade social em que estão vivendo, os moradores de Santa Quitéria têm buscado formas de enfrentamento à questão e de ampliação nas estratégias de luta. Compreendendo suas condições e a ausência do Poder Público nessas situações, a Associação de Moradores do povoado buscou respaldo jurídico através dos advogados contratados e imbuídos legalmente pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que institui um capítulo destinado à regularização fundiária e destaca, através da função social da propriedade, como política de habitação social. No que toca ao direito à moradia, o assunto foi incluído no art. 6º do texto constitucional, através da Emenda 26/2000. Assim, Santa Quitéria ganha o direito de construção das 100 moradias previstas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), isso ainda em 2013, antes do novo embargo e ordem de despejo em novembro do mesmo ano, não sendo possível a conclusão de todas as unidades habitacionais.

No entanto, como observamos, existe um descompasso entre as contradições do próprio Estado, que, de um lado aprova um Programa Federal com critérios legais sobre a questão da moradia e o uso do solo (PMCMV), e por outro, embarga a obra por um litígio da mesma área anteriormente aprovada.

Percebemos que a luta dos trabalhadores pela melhoria das moradias no povoado representou, para a organização política desses moradores, um estímulo e motivação de que a causa não está perdida e, principalmente, de que são dotados de uma consciência e que são capazes de mudarem sua própria história. Eles afirmam nos depoimentos: “se a terra fosse dele, não estaria correndo atrás da gente para

indenizar”. E ainda: “se a prefeitura sabia que a terra não era nossa, por que fez benfeitorias no local?”.

Nos termos de Marx (1984, 2005, 2008), o homem ao assumir a forma consciente, consegue planejar para objetivar uma necessidade e alterar o rumo de sua existência. Nessa lógica, Dowbor (2008) aponta que a forte estrutura dos “[...] movimentos locais participativos, nos diversos tipos de organizações da sociedade civil, ao lado dos sindicatos, devem constituir o eixo essencial de preocupação do planejamento local e que podem potencializar o desenvolvimento local”. (DOWBOR, 2008, p. 69).

Nessa direção, Lefebvre (2001) afirma que o espaço é ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Ele é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes.

Por isso, é importante ressaltar que, no povoado de Santa Quitéria, mediante as articulações e reivindicações dos trabalhadores organizados, encontram-se equipamentos sociais construídos, mantidos e ampliados pela Prefeitura de Bacabeira, como: escola, posto de saúde, caixa d’água, inclusive de uso coletivo e previsto em Lei como dever do Estado, conforme figuras abaixo.

Figura 24 – Ampliação da Escola Municipal no povoado de Santa Quitéria mantido pela Prefeitura de Bacabeira – MA



Fonte: A autora, 2018

Figuras 25 e 26 – Ampliação da Escola Municipal no povoado de Santa Quitéria mantido pela Prefeitura de Bacabeira-MA



Fonte: A autora, 2018

Figura 27 – Posto de Saúde do povoado de Santa Quitéria



Fonte: A autora, 2011

É nesse contexto de confronto interno e externo, que os trabalhadores rurais do povoado de Santa Quitéria, têm percebido que a luta é constante, cotidiana e que precisam “estar unidos”, perseverarem e resistirem para atingir o objetivo. Reconhecem a necessidade da organização política, da construção de estratégias e de articulação com outras organizações para trocarem informações e conhecimentos, como também fortalecer a luta. Segundo a senhora Maria Mota, atual presidente da

Associação de Moradores, ela juntamente com os membros do Conselho Deliberativo da Associação, tem buscado movimentar outras Associações para “despertarem” sobre a situação que o município vem vivenciando. A liderança relata também as situações de mensagens ameaçadoras e de conflitos internos, porque o pensamento não é homogêneo, mas que ganha forças pelos demais companheiros na certeza de que só lutando, podem mudar o percurso da história.

A história de luta dos trabalhadores de Santa Quitéria tem mostrado processos de avanços e retrocessos, de compreensão sobre a importância da liderança e da organização coletiva para o enfrentamento da questão sobre o litígio da terra e as condições necessárias para a sobrevivência a partir dela.

Segundo o depoimento de “Babá” (ex-Presidente da Associação de Moradores de Santa Quitéria), nesse período, em 2012, eles tiveram que criar suas próprias estratégias para serem vistos e ampliarem a possibilidade de negociação, pois a polícia circulava na área, eles eram ameaçados pelo encarregado do suposto dono da terra, não conseguiam dormir, pessoas do povoado adoeciam; enfim, era preciso reverter a situação.

Registramos, em 14 de novembro de 2012, a manifestação dos moradores de Santa Quitéria publicada no Jornal “A Folha do Maranhão”, cuja manchete é intitulada: **“Moradores fecham rodovia em protesto contra despejo”**.

De Bacabeira a Rosário, às 07 horas desta quarta-feira, para protestarem contra a liminar dada pela Justiça obrigando a desocupação de três casas do bairro Santa Quitéria, em Bacabeira. Os manifestantes atearam fogo na rodovia, interrompendo o tráfego. O protesto provocou um grande congestionamento no local. Os moradores estão exigindo a presença da imprensa, do prefeito de Bacabeira e da juíza da Comarca de Rosário. A luta dos moradores em permanecerem no bairro vem desde a chegada da Refinaria Premium I e seus investidores, que ‘tomaram’ de conta de quase toda a cidade. Outro ponto que vem chateando a população é a omissão do prefeito, que não vem mostrando grande interesse em ajudar a comunidade ameaçada de despejo. (A FOLHA DO MARANHÃO, 2012).

Figura 28 – Manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria, BR-402



Fonte: Elaborada pela equipe do Folha do Maranhão (2012)

Assim, organizaram-se no sentido de resistência à ação coercitiva do Estado capitalista, percebendo que, através da luta política, são capazes de rearticular o seu papel na sociedade, participando e defendendo os interesses de uma classe aliada de seus direitos básicos de sobrevivência.

Nos organizamos na calada da noite, ainda sobre os olhares de policiais e jagunços do Sr. Ernesto, que imaginavam que estávamos apenas em uma reunião religiosa na Igreja do povoado. Combinamos que o sistema de comunicação seriam as batidas das pedras nas janelas das casas dos companheiros e sairíamos para a interdição da BR. Era preciso chamar a atenção das autoridades porque, até então, estávamos esquecidos e engolidos por eles. Já tínhamos os pneus da borracharia do colega que escondemos no mato próximo à rodovia e nos arrastamos cinco horas da manhã, do dia 14 de novembro de 2012, para não sermos vistos. Daí pegamos eles de surpresa e, a partir de então, não ficamos mais sozinhos na luta. Outras entidades nos viram e hoje somam a nossa luta, como vocês da Universidade, a OAB, SMDDH e alguns políticos de São Luís. (Depoimento de Babá, líder da Associação de Moradores de Santa Quitéria, 2012).

Essa estratégia política pensada e articulada por uma liderança da Associação de Moradores do povoado nos remete à discussão de Gramsci (2004) sobre o intelectual orgânico, como aquele que é organizador da produção de um novo modo cultural vinculado a um grupo social, a uma determinada classe social. Nesses termos:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 2004, p. 15-16).

Ainda, partindo de uma perspectiva marxista, é imprescindível que, no exercício de desvendamento da realidade, transformem-se as inquietudes originadas pelas contradições em mecanismos de libertação da dominação, da exploração e da coerção, historicamente impostas pelo capitalismo.

Sabemos que, diante das ameaças contra ao *status quo*, os governos brasileiro e maranhense, aliados ao grupo dominante de pensamento conservador e neoliberal, iniciam um verdadeiro movimento de perseguição e criminalização às lutas sociais contrárias aos seus ideais de mercado e que atuam fora das ações neoconservadoras na esfera de participação social solidária, voluntária e assistencialista vinculadas ao Estado.

Compreendendo que as lutas sociais surgem a partir de descontentamentos e de inquietação de um coletivo social, podendo se transformar em uma demanda coletiva, o Estado se utiliza da coerção e do consenso através de políticas compensatórias e que podem silenciar o movimento.

Observamos a partir das entrevistas em Santa Quitéria que 94% dos entrevistados afirmam sua participação e envolvimento na luta pela moradia, pela terra e para a permanência no local, através da organização na Associação de Moradores do povoado como forma de manterem a união e a força contra a possibilidade de expulsão. Na oportunidade de participação em algumas reuniões e audiências públicas na Associação e na sede em Bacabeira, verificamos o Conselho Fiscal da associação planejando o orçamento, prevendo o pagamento dos advogados que estão acompanhando o processo jurídico na Comarca de Rosário sobre o direito de propriedade e de posse da terra, e as diretrizes coletivas traçadas para cada decisão judicial e para cada possibilidade de enfrentamento. Verificamos que, entre os 6% dos entrevistados que apontaram as dificuldades de participarem de todas as reuniões, 2% alegam o medo e a insegurança de participar e serem perseguidos, 3% apontam a questão da idade e situação de saúde e 1% que “não entende bem dessas coisas”, tornando um desafio para a Associação continuar com o princípio educativo e organizativo, na perspectiva de envolvimento, participação e troca de conhecimento.

Diante das contradições, a classe trabalhadora de Santa Quitéria tem aprofundado o conhecimento sobre a realidade da situação fundiária que estão enfrentando, percebendo a correlação de forças e de interesses antagônicos e que precisam se organizar contra o que lhes é imposto em relação à terra, às condições de trabalho e às mudanças no cotidiano expressas após o anuncio da Refinaria e de

outros empreendimentos para a localidade e que tem afetado suas condições de sobrevivência.

No início estávamos cegos, voltados para a garantia de emprego; hoje lutamos pelo nosso direito de continuar na terra e produzindo.
(W. C., povoado de Santa Quitéria).

Antes da refinaria tínhamos sossego e nossa lavoura; agora tudo ficou pior.
(A. F. F., povoado de Santa Quitéria).

Ao mesmo tempo em que grande parte dos trabalhadores enfrenta tal processo na reorganização ante ao processo de industrialização em Bacabeira-Ma e a luta pela permanência na área, compreendendo que as formas de organização e resistência têm dado resultados, 3% dos entrevistados consideram que a comunidade está “fraca porque ainda não ganharam a causa” e, por isso, estão insatisfeitos com as ações da Associação de Moradores.

Isso se deve à conformidade e à trivialidade com as quais a ideologia neoliberal defende o imediatismo, um cotidiano colado nas instâncias da produção, do ganho e do processo de alienação de si mesmo, de uma concepção de classe que fragmenta as lutas sociais e incentiva a desesperança de um projeto contrário ao que é fomentado pelo sistema capitalista.

Entendemos que, na perspectiva gramsciana, o cotidiano está imerso de relação de forças antagônicas, em que a dominação política não é vista apenas como coerção verticalizada por parte dos aparelhos do poder, porque não ocorre de forma unilateral, mas como uma relação difundida da sociedade civil, pela qual os dominados não são meros “agentes passivos”, mas sujeitos históricos e políticos que ora assumem uma ideologia dominante como sua, mas também despertam, organizam resistência e se opõem a ela. Por isso, a luta proposta por Gramsci (1999), requer “paciência revolucionária” e “espírito inventivo”, pressupõe

A iniciativa dos sujeitos coletivos, a capacidade de fazer política, de envolver grandes massas na solução de seus próprios problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições, sem perder de vista o objetivo final, ou seja, o de promover transformações de estrutura que ponham fim à formação econômico-social capitalista. (GRAMSCI, 1999, p. 155).

Por isso, tornam-se essenciais para a classe hegemônica do grande capital a desarticulação da classe trabalhadora e a preponderância do viés ideológico desse sistema no individualismo, na competitividade e na imediatividade para que os sujeitos não se vejam como portadores de força política e capazes de confrontarem a ordem vigente.

Observamos junto aos trabalhadores rurais, que diante de expectativas frustradas, da iminência de perdas e de sofrimentos, a classe trabalhadora ganha força na luta porque não envolve apenas sentimentos, mas condições de sobrevivência.

O processo de litígio da terra em Santa Quitéria ainda não chegou ao fim. O suposto proprietário cria suas estratégias de suborno e violência psicológica nas famílias que ainda resistem, visita individualmente as casas dos moradores, propõe dinheiro, especula que não vão ganhar a causa e ao mesmo tempo, leva documentação para que eles assinem, passando-lhe o direito e a posse da terra.

Diante dessas vivências, as lideranças da Associação têm sofrido ameaças verbais, telefones grampeados e, a cada momento, esses trabalhadores unem-se e fortalecem a luta, criando novas estratégias de resistência, como: o não recebimento de estranhos em suas casas; a identificação de possíveis visitantes ou pesquisadores na área; assinatura de qualquer documento somente após a avaliação jurídica dos advogados contratados pela associação e autorização pelo conselho deliberativo da entidade; reuniões sistemáticas na associação para esclarecimentos legais e de acompanhamento do processo judicial; e a busca por parcerias no fortalecimento da causa, como: representantes da OAB, ITERMA, CPT, FETAEMA, SMDDH, Assembleia Legislativa, entre outras entidades.

Além dessas estratégias cotidianas, as formas de mobilização têm dado visibilidade à causa com as caminhadas à prefeitura de Bacabeira com cartazes e faixas pedindo justiça e diálogos com as Juízas na comarca de Rosário para negociações. Mediante a última liminar em outubro de 2013, que deu causa ganha para o suposto dono da terra, os moradores novamente interditaram a BR-402, conforme a reportagem postada por Ismael Araújo, em 04/12/2013, no Jornal “O Imparcial”.

Figura 29 – Nova manifestação de moradores do povoado de Santa Quitéria



Fonte: Equipe do Jornal “O Imparcial”, 2013

Os moradores atearam fogo na estrada e impediram o tráfego na área.

Mais de 100 famílias do povoado de Santa Quitéria interditaram, ontem, a BR- 402, no trecho que liga as cidades de Bacabeira e Rosário. De acordo com os manifestantes, um dos principais motivos da interdição é a possibilidade de despejo do local. A maioria dos moradores mora há mais de 15 anos nessa BR, mas a Justiça deu causa ganha para um suposto proprietário, identificado apenas como ‘Ernesto’.

Os moradores foram para a estrada federal a partir das 14h e atearam fogo em pneus, galhos de árvores e móveis velhos. Rapidamente formou-se uma grande cortina de fumaça e muitos carros, caminhões e ônibus de viagens tiveram que parar no meio da via para esperarem a pista ser desobstruída pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A maioria dos manifestantes gritava pela presença de uma autoridade do governo para resolver a situação, pois somente após um acordo iriam deixar estrada. Jeferson Calvet, um dos moradores de Bacabeira, falou que o problema piorou depois da especulação do advento da refinaria *Premium I*, da Petrobras, porque acabou engordando os olhos dos investidores. “Depois da presença da refinaria, os moradores não tiveram mais sossego e são ameaças em cima de ameaças de despejos”, completou.

Ele também comentou que já foram realizadas diversas audiências públicas com a Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB/MA), Prefeitura de Bacabeira, Câmara Municipal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), dentre outras entidades envolvidas com movimentos agrários no estado para resolver a problemática, mas, até o momento, nada foi resolvido concretamente. (JORNAL O IMPARCIAL, 2012).

As formas de organização da classe trabalhadora, em Santa Quitéria, revelam o que Gramsci (1978, p. 21) menciona: “[...] uma massa humana não se distingue e não se torna independente, por si, sem organizar-se; [...] e que não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes”.

O modo de pensar e de se organizar politicamente supõe um trabalho sistemático e de cunho educativo, que leva a condição de subalternidade em que se encontra, a almejar sua superação.

Como Marx (2008, p.102) afirma “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua própria escolha e, sim, sobre aquelas com as quais se defrontam diretamente”. Os trabalhadores de Santa Quitéria, ao sofrerem cotidianamente violência em suas várias nuances do modo de vida e condições de sobrevivência, violência ora velada, ora explícita, como na derrubada das casas, nos roubos do material de construção de alguns moradores e no ateamento de fogo nas plantações, têm se desligado das propostas ideologicamente articuladas pela classe hegemônica e do discurso de melhorias de vida e trabalho, com a implantação de projetos industriais na região, compreendendo, com tudo isso, a essência e o fundamento do movimento.

No acompanhamento do processo de litígio da terra, os moradores do povoado têm desvendado situações contraditórias, fraudulentas e desiguais, algo que antes dessa situação não conseguiam visualizar dessa forma. As articulações, a participação de trabalhadores em outros espaços organizativos como a “Teia dos Povos” coordenada pela (CPT), que congrega indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, sertanejos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, trabalhadores que vivem da terra; têm levado a uma outra compreensão e dimensão da luta pela terra.

Assim, nos anos de 2017 e 2018, após uma nova ofensiva de reintegração de posse do suposto proprietário, a Associação intensifica as reuniões como estratégia política de enfrentamento às ameaças, os trabalhadores se reúnem e articulam ações coletivas como: abaixo assinado para pressionar a Prefeitura e encaminhar à Promotoria Pública da Comarca de Rosário-Ma uma decisão de conciliação sobre o uso da terra, a criação do ato coletivo de estacas para demarcação do território, após o cercamento da área pelo suposto proprietário da terra, além da

“invocação de uma chuva tempestiva com raios,”²⁵ que culminou na perda total da residência do encarregado que supervisionava a área e detinha dados sigilosos e fotos dos trabalhadores de Santa Quitéria.

As figuras abaixo, apontam alguns fragmentos dessa realidade.

Figura 30 – Foto da residência do encarregado Ernesto no povoado de Santa Quitéria



Fonte: A autora, 2011

Figuras 31 e 32 – Fotos da residência do encarregado Ernesto no povoado de Santa Quitéria, após a tempestade



Fonte: A autora, 2011

²⁵ “Invocação de uma chuva tempestiva com raios”= Termo utilizado pelos trabalhadores como medida de proteção “divina”, para não assumirem o ato de resistência e de enfrentamento às ameaças vivenciadas pelo encarregado a mando do suposto proprietário Pedro Iran, que guardavam dados, fotos, gravações de ligações de celulares grampeados e de reuniões nesta residência, afim de prejudicar e incriminar os trabalhadores. A Residência foi queimada e todos os arquivos também, mas ninguém sabe o que aconteceu, deve ter sido uma daquelas chuvas.

Figuras 33 e 34 – Fotos da reunião na associação de Moradores de Santa Quitéria e coleta das assinaturas após a decisão da colocação de estacas



Fonte: A autora, 2018

Figuras 35 e 36 – Fotos do ato de colocar as estacas para demarcação da área dos moradores de Santa Quitéria



Fonte: Arquivo da Associação de Moradores de Santa Quitéria, 2018

Esses trabalhadores quando ameaçados, unem-se e criam suas próprias estratégias de enfrentamento ao modelo desenvolvimentista que lhes é imposto, seja na condição de sobrevivência, seja na de emancipação.

Nesse sentido, Marx (1993) reforça que os seres humanos, enquanto membros de uma sociedade, quando se encontram no limite vêm a ser si mesmos. Assumem a identidade como cidadãos no campo da universalidade possível daquilo que na existência real lhe foi tirado.

A luta dos trabalhadores de Santa Quitéria é histórica pelo que se plantou na terra, pela moradia, pelo sustento familiar, pela dignidade e, sobretudo, pela busca de efetivação de direito. Nesse processo de luta, organização e resistência, esses

trabalhadores amadureceram na perspectiva da ação coletiva e política, tendo como centralidade a luta pela terra como condição de sobrevivência, aflorando a identidade e reconhecimento enquanto classe, fortalecendo a luta numa perspectiva de resistência ao projeto do capital.

Segundo Bogo (2010), há resistências e projetos da classe trabalhadora em diversos níveis dentro da sociedade civil. Há aqueles que se adaptam à ordem e há os que combatem até o fim.

A luta e resistência dos trabalhadores rurais de Salva Terra teve seu auge em 2009 no enfrentamento ao processo de remanejamento da área, quando o Governo do estado do Maranhão assumiu a responsabilidade de desapropriar o terreno de 20 km², indispensável à construção da Refinaria, e realizar a transferência de sua propriedade à Petrobras. Todavia, esse terreno veio passando por gerações sendo constituído como território sociocultural de famílias, trabalhadores e agricultores familiares, moradoras dos povoados rurais de Salva Terra I, Salva Terra II e Pequi que passaram a ser ameaçadas a saírem de maneira forçada. (SILVA, SILVA, 2011).

Na época, os trabalhadores rurais de Salva Terra I e II denunciaram e participaram de audiências públicas, com destaque para R. B. , sobrinha da moradora mais antiga de Salva Terra I. Segundo relatos dos trabalhadores dos povoados Salva Terra I e II, funcionários da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio, foram procurados em setembro de 2009 e informados de que vinte dias para saírem de suas terras e que seriam colocados em um barracão localizado em Bacabeira-MA até que fosse resolvida definitivamente sua situação, isto é, uma nova área para que pudessem ficar. Levando, ainda, em consideração a denúncia de representantes dos moradores sendo conduzidos a tomarem conhecimento do galpão onde seriam alojados e confirmaram onde seriam oferecidas condições mínimas permanentes, resultando na recusa imediata da proposta dos funcionários da Secretaria. (SILVA, 2011).

Os estudos de Sant'Ana Júnior (2010) apontam que, os trabalhadores foram informados de que estavam proibidos de realizar qualquer investimento em suas plantações ou benfeitoria nas terras, sendo indenizados pelo que tinham feito até aquela data. Uma das consequências dessa ação do governo, foi a denúncia nas audiências e o risco à segurança alimentar dessas famílias, uma vez que, desde setembro de 2009, ficaram com suas atividades produtivas comprometidas. Além

disso, tiveram que conviver permanentemente com o risco de terem de deixar suas terras. (SANT'ANA JÚNIOR, 2010, p. 8-9).

Assim como os trabalhadores de Santa Quitéria, os trabalhadores de Salva Terra I e II buscaram na época, alternativas de negociação para além da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio, ao perceberem que a ação governamental caminhava para concluir a desapropriação e remanejá-los, para a implantação do grande projeto da Petrobrás. Esses trabalhadores, articularam o apoio da Defensoria Pública do Maranhão, do Ministério Público Federal e junto a grupos sociais, cujo envolvimento está relacionado com a questão socioambiental, como o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), buscaram a garantia do controle sobre o território que já ocupavam historicamente ou pelo menos criar as condições mínimas de dignidade em seu processo de deslocamento.

Conforme já enfatizado, o território previsto para a refinaria era o habitat de muitas famílias por muitos anos, ou seja, o local já tinha um caráter histórico, a exemplo do Salva Terra, que possuía mais de 200 anos e era composto por uma área de cerca de 450 hectares. Aquela terra era fruto de quatro herdeiros, cujos descendentes deram origem a um grupo de cerca de 34 famílias de pescadores e agricultores. (SANT'ANA JÚNIOR, 2010). Todavia, o quantitativo que representa o universo de pessoas que direta ou indiretamente fazem uso social dos recursos naturais que estão disponíveis é muito maior, pois, como são terras cujos proprietários são variadas pessoas, como “agregados” e “parceiros” que usam essas terras sem, contudo, estabelecer moradia fixa no povoado, o que confirma o valor que possui esse território para esses grupos.

Na audiência pública de Rosário, em 10 de setembro de 2009, os moradores de Salva Terra II tiveram o apoio de outros trabalhadores rurais, a exemplo de Zeca Pereira, que é diretora do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rosário. (SILVA; SILVA, 2011).

Em meio as discussões, audiências públicas e articulações dos trabalhadores rurais de Salva Terra I e II, mesmo tendo uma movimentação contrária à instalação do empreendimento, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) liberou a Licença Prévia (LP) para o início das obras, que aconteceram em ritmo acelerado e depois pararam, conforme o contexto político e econômico vivenciado pela Petrobras, atrelado aos processos engendrados pelo golpe aos governos petistas, sob o viés da “Lava Jato” e “Petrolão”.

No processo de luta e resistência dos trabalhadores de Salva Terra I e II, houve situações que favoreceram a desmobilização da organização desses trabalhadores. Destacamos, a questão da divulgação de um grande empreendimento para a região, com geração de renda e trabalho para a população, imbuído de discursos de melhoria na qualidade de vida, através de construções de escolas, de pavimentação e de ampliação no setor de serviços e de comércio. Assim, entre os próprios moradores de Bacabeira e até mesmo do referido povoado, existiam aqueles que eram favoráveis a implantação do empreendimento na região.

Isso se explica pela falta de experiência e de vivências anteriores, no que diz respeito, a situações ameaçadoras de deslocamento no seu território, de iniciativas de demanda coletiva por políticas públicas das quais nunca tiveram a devida assistência, uma vez que seu sistema de estruturação interna era conduzido pela composição de autoridade familiar costumeiramente estabelecida. Desse modo, não emergiu uma organização de caráter formal que pudesse retratar ou representar uma resistência às ameaças de deslocamento.

As ameaças que aconteceram após o período de resistência inicial da locação do galpão em Bacabeira e os compromissos que passaram a ser assumidos com indenização financeira e de boas condições de reassentamento, resultaram em conflitos internos entre os povoados, despertando assim o interesse pelas ideias sugeridas pelos funcionários da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio. (SILVA, SILVA, 2011).

Outro aspecto que propiciou a desmobilização da organização dos trabalhadores rurais de Salva Terra, foi a disputa de interesses e poder internamente, ocasionando inclusive no processo de remanejamento, a separação dos povoados Salva Terra I e II, com localização de assentamentos distantes um do outro, com independência entre as instâncias organizativas, tendo em cada povoado sua Associação de Moradores com sua respectiva liderança representativa.

Nesse caso, entendemos que a luta de resistência, foi iniciada como um movimento espontâneo, sem aprofundamento e consolidação de um processo de organização e sem perspectiva de um projeto de classe. (BOGO, 2010, p. 122).

Defendemos que a luta e resistência devem ter como princípio organizativo a identidade de um projeto de classe, em que os sujeitos políticos se reconheçam e se articulem para atingir um objetivo maior na luta de classes, senão a tendência é o

enfraquecimento da luta, que geralmente se reduz ao atendimento de necessidades imediatas e coladas no cotidiano.

Em Salva Terra, os trabalhadores do Salva Terra I e Salva Terra II (Valparaíso), apesar da resistência inicial vivenciada por parte de alguns trabalhadores, não foi possível evitar o deslocamento. R. B., foi um dos sujeitos que lutaram pela permanência da família no seu território e manifestaram o seu sentimento de medo e perda: “perdemos pra eles, não tivemos forças para lutar mais, eles ganharam [...]”. Embora tenham perdido a “causa” no processo de remanejamento, a resistência inicial empreendida por alguns trabalhadores, forçou os órgãos do governo estadual envolvidos na questão, a buscarem soluções alternativas com os trabalhadores, sobre as propostas de negociações das indenizações individuais e coletivas.

Segundo Reis (2015), depois de um longo processo de negociação, de acordo com o aditivo, no dia 30 de julho de 2011 as famílias mudaram para o reassentamento Salva Terra I e Salva Terra II (Val Paraíso), ambos localizados no município de Rosário-MA, após o limite da área que seria o projeto da Petrobras, imbuídos de esperança de recomeçar suas vidas, trazendo consigo todos os símbolos e identidades do antigo território. A esse respeito, Raffestin (1993, p. 160) aborda,

[...] a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria ‘um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema’. Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis.

A partir da compreensão do autor sobre território, enquanto relação que envolve a dinâmica entre os sujeitos, o espaço e o tempo numa determinada sociedade e contexto histórico, percebemos que desde o início do remanejamento até a atualidade, esses trabalhadores têm sofrido o processo de perda de identidade com o local, com sua cultura e suas condições próprias de sobrevivência.

No acordo firmado entre os trabalhadores de Salva Terra e a SEINC em 2010, é de que seriam entregues equipamentos de uso coletivo, como: 01 Posto de Saúde, 01 Escola de Ensino Fundamental, 01 Centro Comunitário (com salão de eventos, vestiários, e salas para Ensino profissionalizante), 01 Unidade de Lazer (com um campo de futebol e uma quadra de futebol de salão) e 02 casas de farinhas). No

que tange às indenizações individuais, cada família receberia 01 casa de 4 cômodos (com 02 quartos, 01 cozinha, 01 sala e 01 banheiro), 01 hectare de terra para produção agrícola e um auxílio (bolsa) em torno atualmente, de R\$ 700,00(setecentos reais), temporariamente até o cumprimento do acordo estabelecido, sendo finalizado com o título da terra para cada família. Algo que ainda não ocorreu e, o acordo não foi cumprido em sua totalidade.

Em visita de campo aos povoados de Salva Terra I e II em 2018, observamos que o acordo não foi cumprido em sua integralidade, sobretudo na instalação e manutenção dos equipamentos sociais, conforme figuras abaixo.

Figuras 37 e 38 – Casa de farinha construída no reassentamento Salva Terra I e Salva Terra II (Val Paraíso), sem funcionamento



Fonte: A autora, 2018

Figura 39 – Posto de Saúde de Salva Terra II (Valparaíso) sem funcionamento



Fonte: A autora, 2018

Segundo Reis (2015), entre os acordos não cumpridos, constantes no Termo de Compromisso de Conduta, assinado em 04/02/2010, estão:

São diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Agrícola:

I – O planejamento e o gerenciamento de forma integrada, descentralizada e participativa do sistema produtivo, do uso do solo, do controle da água e da energia aplicada à agricultura, para gerar novas perspectivas de emprego, renda e desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura de base familiar, dando ênfase às dimensões econômica, social e ambiental.

Cláusula oitava: Neste ato o ESTADO-COMPROMISSÁRIO se obriga a construir e por em funcionamento, antes do remanejamento, os seguintes equipamentos sociais:

I - 01 Posto de Saúde;

II – 01 Escola de Ensino Fundamental;

III – 01 Centro Comunitário, dotado de salão de eventos, de vestiários de salas para ensino profissionalizante;

IV – Unidade de lazer com um campo de futebol e 01 quadra de futebol de salão;

V – 02 Casas de farinha Comunitárias.

Observamos em visita de campo em 2018 e através de entrevistas com os trabalhadores de Salva Terra, que as moradias foram construídas e entregues com material de péssima qualidade, muitas já foram reformadas e as que não foram, precisam de reparos. No que concerne aos equipamentos sociais, a casa de farinha foi entregue, mas sem os equipamentos necessários para o seu funcionamento, em Valparaíso. Em Salva Terra I, verificamos a construção do espaço escolar, no entanto, não funciona por ausência de professores e sendo utilizada para eventuais projetos profissionalizantes. Os equipamentos eletrônicos recebidos pelo projeto profissionalizante na área, é mencionado com muito orgulho pela liderança de Salva Terra I, a senhora M. P.: “antes não tínhamos nada, agora temos 12 computadores, 2 data shows, através dos projetos da SEINC (Antena Salva Terra e Revitalizando Salva Terra). Contudo, os computadores não são utilizados, porque na localidade não tem sinal de internet, o que fragilizou ainda mais a liderança local, diante de decisões que não são coletivas e que não representam a necessidade real do povoado.

Dessa forma, há uma insatisfação com o processo de remanejamento, nos dois povoados Salva Terra I e II, diante da mudança ocorrida na forma de viver, produzir e se deslocar, além do arrependimento de terem aceito o acordo nunca cumprido em sua totalidade.

Associado à questão da insatisfação e indignação com o processo de remanejamento, os trabalhadores entrevistados apontam com unanimidade, que não estão organizados e que pouco utilizam a Associação de Moradores. A situação do remanejamento os desmotivou pela perda de uma identidade na luta de classe,

desenvolveu um processo de acomodação pela questão da “Bolsa Auxílio” e de um objetivo para luta.

Bogo (2010, p. 163) ressalta que o poder da luta, se constitui na organização da classe, a natureza do poder da classe trabalhadora emerge da força transformadora que deseja ampliar e elevar o seu projeto de classe, que se contrapõe ao projeto burguês, ou mesmo, do capital.

Nessa direção Gramsci (1978, p. 73) reforça que “[...] a sociedade burguesa não é uma coisa simples: é um conjunto de organismos que, atuando de modo aparentemente autônomo, convergem para um objetivo comum”.

Assim, entendemos que o poder de luta de uma classe está na possibilidade dela, construir suas estratégias de enfrentamento ao poder opressor. É a construção de uma nova cultura que se desenvolve a partir do exercício do poder, constituído na identidade de classe em que está inserido. Porém, existe o risco de no processo, tomá-lo parcialmente, sem considerar as forças do capital e de se tornarem coniventes com o seu interesse, e, dessa forma, ao invés de fortalecer a luta dos contrários, estabelecem um pacto de convivência com o lado que deveria ser o seu oposto. É importante salientar, que nesse processo, as contradições não foram eliminadas, apenas uma parte da classe foi cooptada, e a outra parte continua, embora frustrada, no mesmo lado que sempre esteve.

As condições do remanejamento e a localidade onde estão assentados os trabalhadores de Salva Terra, favoreceram a desarticulação dos mesmos nas formas de organização e de luta, fragmentando a identidade e reconhecimento enquanto classe e de pertencimento a um território. Isto fica evidente, quando entrevistados sobre a relação com o poder público, sobre a questão que vivenciam na localidade, como o alagamento em época de chuva, a ausência de transporte coletivo, o não funcionamento da escola e do posto de saúde, a carência no fornecimento de água, dentre outras demandas.

Dos trabalhadores entrevistados, todos afirmaram que não há articulação com a Prefeitura, que “nem os recebem” e “de que foram esquecidos e abandonados após o remanejamento”.

Além da fragmentação de identidade de classe e de pertencimento a um território, o poder local representado pela prefeitura, também se insere nesse contexto, quando os trabalhadores não sabem a qual prefeitura recorrer, porque antes do remanejamento eram moradores de Bacabeira e agora são de Rosário. Apontam,

inclusive, que já foram atendidos no que se refere ao abastecimento de água, pela prefeitura de Bacabeira.

Nesse contexto, as famílias, atualmente, vivem à espera da efetivação dos benefícios prometidos durante o processo de deslocamento, uma vez que estas famílias não contam com investimentos de políticas públicas dos representantes municipais no qual o reassentamento pertence. Os entrevistados alegaram que a prefeitura de Bacabeira fez pequenos “benefícios”, tais como: distribuições de cestas básicas, brinquedos e uma única coleta de lixo no local. Além dessa situação, até então nenhuma atividade econômica é desenvolvida na área, pois mesmo oriundos de uma agricultura de subsistência, essas famílias não encontram suporte suficiente para desenvolver tais atividades no local, considerando as condições desfavoráveis para plantio na terra, assim como, o difícil deslocamento para comercialização dos produtos.

Os trabalhadores rurais de Salva Terra, devido ao remanejamento, os acordos indenizatórios junto à Petrobras e mediados pelo Estado do Maranhão, enfraqueceu a mobilização inicial que estava pautada na permanência na área, sendo cooptados no processo pela via assistencialista da “bolsa auxílio” e do “novo Conjunto Habitacional”.

A luta pela terra para esses trabalhadores rurais, é a questão central defendida como identidade e objetivo da classe. O modo de vida nas formas e condições de produção, a memória das raízes culturais e das relações de parentesco e a proximidade que são (retro)alimentadas nas relações de vizinhança, reforçam a união e a luta dos trabalhadores. Relações estas, que foram diluídas no povoado de Salva Terra I e II, e que ainda estão presentes na luta dos trabalhadores de Santa Quitéria.

Porém, o embrião revolucionário está presente em cada ser social e nas relações que historicamente são construídas e constituídas. Pode ser que, mediante a suspensão da bolsa e interrupção do acordo entre os trabalhadores e o estado, e que nunca foi cumprido em sua integralidade, a “chama adormecida” da luta desses trabalhadores possa reacender, inicialmente para satisfazer uma necessidade imediata, como a condição de sobrevivência, podendo ou não, ascender para o nível da emancipação.

A história e memória da terra, somada ao sofrimento da luta cotidiana para produzir e sobreviver às mudanças impostas pelo grande capital, é um elemento

relevante para potencializar o sentido de pertencimento à classe trabalhadora; e nesse movimento, buscam ações políticas transformadoras.

Nesse contexto, surgem eventuais alternativas conscientes ou inconscientes com que, na luta pela sobrevivência, a população local, enquanto classe trabalhadora, atua no sistema de valores e resgate de sua cultura para defender e representar como pensam e sobrevivem. Ao que Putnam (2006) revela que a modernidade não vai acabar com a comunidade e civilidade, pois existe uma relação de confiança e laços afetivos advindos de uma herança cultural e que, portanto, são capazes de enfrentar, de se contrapor ao processo de dominação, acreditando que mesmo diante das adversidades, existem possibilidades de lutas e de organização política em defesa de direitos, justiça, liberdade e condição de existência. Por isso, resistir significa suportar e enfrentar os processos de dominação, na certeza de que a luta deve ser permanente e constante, de avanços e recuos, mas nunca de desesperança.

4 CONCLUSÃO

Um texto acadêmico, sobretudo uma tese, não admite conclusão definitiva. O modo de pensar dialético, exclui o fechamento do conhecimento, “pois cada fim, deve ser encarado como um novo início”.

Embora potencialmente “infinito” um texto científico, pontuamos alguns aspectos que nortearam este estudo, a partir dos quais nos foi possível chegar a alguns argumentos conclusivos, neste processo de construção do conhecimento neste momento histórico.

Na análise do processo de mundialização da economia, é possível reafirmar a condição da América Latina como periferia do capital internacional que, como tal, cria os mecanismos necessários para a produção, circulação e reprodução do capital, numa relação de dependência aos países que compõem o bloco hegemônico, sendo evidenciados pelas implantações de grandes empreendimentos em países periféricos.

Na ampliação do mercado a América Latina torna-se alvo na dinâmica do capital internacional, numa relação desigual e combinada, em que historicamente, está inserida e submetida a contribuir no aumento de produção de mercadorias e desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa. Esta inserção, a torna um locus favorável à criação e ao crescimento da indústria, numa lógica de realocização dos processos de produção para um determinado território, legitimando uma relação de negociações internacionais e transnacionais.

O Maranhão, na lógica do processo de transnacionalização do capital, encontra-se situado na periferia mundial e regional, além de vivenciar o discurso do “desenvolvimentismo” e da “modernização”, com foco na implantação de grandes empreendimentos no estado.

A situação de implantação de grandes projetos industriais na periferia mundial, como é o caso do Brasil, vem subsidiado por discursos de melhoria na condição de vida dos trabalhadores, porém traz efeitos perversos para a população a medida em que desapropria, invade e modifica a vida e produção dos trabalhadores, levando-os a se (re)organizarem na esfera da produção.

Apesar do propagado discurso desenvolvimentista para o estado através do processo de industrialização e “modernização”, o Maranhão vivencia a força de grandes projetos industriais, para satisfazer um mercado externo, o que explica o

motivo de as indústrias instaladas no estado, não corresponderem à realidade e necessidade da população local, cuja produção ainda se concentra na agricultura familiar, na produção direta com a terra, piscicultura e extrativismo vegetal.

A partir dessa lógica de expansão industrial preconizada pelo projeto desenvolvimentista, os grandes empreendimentos adentram e penetram nas relações do campo, nas formas de produzir, de expulsar e, obviamente, de expandir seu mercado e lucros.

No Maranhão, o incentivo para a implantação de grandes projetos industriais subsidiados pelo governo e que trazem mudanças nas relações de produção, no meio ambiente, entre outras esferas, contraria o discurso de melhoria na vida da população local, a medida em que aumenta o custo de vida e violência na região, devasta e depreda o meio ambiente e, ainda, os trabalhadores não são absorvidos por esses empreendimentos; até porque “a mão de obra local não é qualificada” para atender o nível de exigências desses grandes projetos industriais, o que acaba favorecendo o processo migratório de trabalhadores de outros estados e nações.

Em Bacabeira, ocorreram mudanças na esfera produtiva provocadas pelas obras de terraplanagem na área da anunciada Refinaria Premium I, em 2009, pela duplicação da BR-135, pelo o aumento de investimentos na construção civil e no setor de serviços e, conseqüente especulação imobiliária na região, impactando as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, considerando o nível de escolaridade que se concentra no ensino fundamental e muitos deles permanecem na informalidade e na agricultura familiar.

O processo de industrialização no município, sobretudo a partir da “propaganda instalação da Refinaria Premium I”, trouxe desastrosas implicações para a localidade, sendo sentidas inicialmente por trabalhadores rurais no que se refere a especulação imobiliária na região, o que gerou disputas sobre a posse da terra e, destacamos a situação dos trabalhadores rurais dos povoados de Santa Quitéria e Salva Terra, que estão na luta pela permanência na terra e que já foram remanejados para outra área, respectivamente.

Os conflitos agrários e a luta pela terra como questão central de disputa entre as classes, se constituem historicamente pelas relações antagônicas nas esferas política, econômica e cultural. A questão agrária, tem como eixo central o conflito entre as classes, de um lado as forças capitalistas de produção e de outro os

trabalhadores que, a partir de condições de vida distintas, possuem uma relação diferenciada com a terra.

O período da ruptura política, vivenciado a partir do golpe ao governo de Dilma Roussef, houve o aumento de ocorrências de conflitos entre as populações tradicionais e os fazendeiros, empresários e mineradoras, nos anos de 2016 e 2017.

O processo de especulação em Bacabeira intensificou diante da valorização da terra instigada pelo processo industrial, sobretudo após o anúncio da Refinaria Premium I na região, atingindo diretamente os povoados de Salva Terra e Santa Quitéria.

Quanto a situação do povoado de **Santa Quitéria**, vem sofrendo os efeitos do processo da suposta implantação da refinaria, e consequente conflito na relação ao litígio da terra. De um lado, 1000 famílias residentes nos 235 hectares de terra que compõem o povoado e, do outro lado, um suposto dono da terra, que surgiu em agosto de 1998, solicitando a reintegração de posse após o anúncio do empreendimento na região. Da mesma forma, referenciamos a situação do povoado de **Salva Terra**, que após o anúncio foram desapropriados da terra e remanejados para outra área, mesmo sendo área de remanescentes quilombolas e do enfrentamento e resistência por parte dos trabalhadores para permanecerem no local.

Embora registre-se em Bacabeira, um campo minado de conflitos, disputas e contradições inerentes ao processo de penetração e acumulação do capital, a realidade também demonstra as nuances desse processo contraditório entre a modernização e as formas arcaicas de produção e reprodução social expressas na linguagem do cotidiano dos trabalhadores vinculados à terra, à cultura, aos sonhos, às esperanças de uma existência digna e humana na qual os laços de vizinhança, de parentesco, de raízes culturais e de crenças ainda ecoam na consciência desses sujeitos históricos com vida e com ideais, que lutam mesmo nas situações adversas.

As particularidades de Santa Quitéria, que, desde o início do povoamento, traz consigo manifestações dessa realidade e de incentivo à existência humana enquanto sujeitos de consciência que podem mudar, mesmo estando diante de situações adversas, contraditórias e desiguais, enfrentando e lutando com coragem por essa permanência na terra, sua condição de sobrevivência.

No povoado de Santa Quitéria, os trabalhadores encontram-se em processo de resistência, organizados na Associação de Moradores do povoado, buscando suas estratégias de luta para fortalecimento da coletividade, como:

articulações com outras instâncias organizativas, assessoria jurídica na luta pela, caminhadas para a prefeitura, fechamento da BR, entre outras iniciativas em defesa da terra como condição necessária para manutenção de sua existência.

No povoado de Salva Terra, o fato do remanejamento para outra área, o acordo firmado entre os trabalhadores e a Petrobras, mediado pelo governo do estado, foram fatores que contribuíram na desmobilização dos trabalhadores rurais, sendo visivelmente identificado na ausência de reuniões na Associação de Moradores e na unificação de reivindicações para o povoado, sobretudo nas precárias condições de infraestrutura vivenciadas na localidade, como: abastecimento de água, funcionamento da escola, acessibilidade na área, dentre outros problemas vivenciados no cotidiano por esses trabalhadores.

As formas de associativismo representam suas expressões de organização, tanto na esfera cultural, como política, econômica e religiosa, o que torna expressamente uma condição essencial de representação, inclusive de uma classe na qual se está inserido e se sente na relação de pertencimento e de identidade.

Nesse processo de transformação e de satisfação de suas necessidades, o homem desenvolve suas relações em sociedade, que produz conflitos e que por ele também são criados. No entanto, a transformação das relações sociais somente ocorre se houver, também, a transformação do ser social. Para tanto, o fazer, o opor-se, torna-se uma atitude política que precisa ser mediada e instrumentalizada entre a consciência e a possibilidade.

As forças históricas de organização, reivindicação e de solidariedade intraclasse, refletem as formas de atendimento do poder público e de execução de políticas públicas para atendimento dessas demandas. Por isso, as lutas de trabalhadores são imprescindíveis para pressionar o Estado na implementação de políticas que atendam suas necessidades econômicas, políticas e sociais.

A resistência se move em uma direção que precisa de uma organização. As forças das classes tendem a se tornar uma força pela cultura e por um projeto que impulse uma direção, no fazer e no pensar a partir do cotidiano, para manutenção ou superação do *status quo*.

A resistência reaviva o movimento da dialética, do diálogo, dos contrários e da energia entre os polos. Pode ter ascensão ou regressão e diferentes formas de luta, que se expressam no modo de ser, de amar, de viver e de se relacionar no e a partir do cotidiano, em sua dimensão cultural. Nesse sentido, os sujeitos sociais,

organizados ou não politicamente, resistem com as “armas” que têm. São movidos pela força da existência humana. Força da esperança, do sonho, das paixões, da finalidade, da luta.

Na presente análise, podemos concluir que a classe trabalhadora de Santa Quitéria tem descortinado a realidade da situação fundiária que está enfrentando, que existem correlações de forças e de interesses antagônicos e que eles precisam continuar fortalecendo a identidade de classe no processo organizativo para alcançar a finalidade coletiva.

Reportando-nos a Gramsci (1976) a luta é perpétua! Por isso, a persistência, a coragem, as mediações e o conhecimento tornam-se organicamente necessários nesse processo, considerando que a classe dominante não é só dominante, mas também dirigente e possui suas formas de organização. Assim, analisamos no decorrer desse estudo, como esse processo de inserção e participação dos trabalhadores rurais nessas instâncias organizativas, vem sendo constituídas e expressas como manifestação de luta e de resistência.

O grande capital se utiliza de estratégias de cooptação e de convencimento para atingir seu objetivo no processo de expansão e acumulação do capital. Acreditamos, que as “vantagens oferecidas” no processo inicial de resistência desses trabalhadores, atreladas a falta de organização política em defesa de um projeto de classe, o discurso de melhoria nas condições de vida desses trabalhadores e a condição de vulnerabilidade dessas famílias, coadunaram para a fragmentação da luta e de resistência dos trabalhadores de Salva Terra.

Reforçamos que os trabalhadores rurais de Salva Terra se organizaram e resistiram quando no processo de desapropriação da área onde subsistiam e que foi destinada para a Refinaria Premium I e, que devido ao remanejamento, a luta travada naquele período, se constituiu como uma “derrota” e, ainda, os acordos firmados funcionaram como “amarras” e cooptação desses trabalhadores, desmobilizando a coletividade e a luta deles. Contudo, quando analisamos a “derrota” como um possível recuo, acreditamos que esses trabalhadores podem “despertar”, fortalecer a identidade e consciência de classe, numa retomada de organização e luta em defesa do projeto de classe e das necessidades reais vivenciadas no cotidiano, como a condição de vida a partir da agricultura familiar.

Sem sombra de dúvidas, o capitalismo adentra as relações no campo e induz às novas formas de produção, aliado ao esforço e dificuldade desses

trabalhadores de se manterem na agricultura pelas condições de trabalho, pela carência de água, pela ausência de políticas públicas que fomentem a agricultura, incentivem e gerem condições de permanência na terra e para a produção.

No entanto, diante da situação de violência que os trabalhadores rurais de Santa Quitéria estão vivenciando em relação ao litígio da terra e os trabalhadores de Salva Terra nas condições precárias de sobrevivência após remanejamento, pode potencializar e aflorar, respectivamente, o embrião da luta, organização e resistência para satisfação imediata da necessidade de existência, como também ascender para a liberdade.

Esses trabalhadores existem, têm voz, articulam-se, organizam-se e criam suas estratégias, ganhando novos contornos no enfrentamento. E, assim, vão além dos limites da sociabilidade do capital na construção da emancipação humana e superação das distorções da realidade social!

REFERÊNCIAS

A FOLHA DO MARANHÃO. **Moradores fecham rodovia em protesto contra despejo.** 14 nov. 2012. Disponível em: <http://imgsapp.oimparcial.com.br/>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e Uso do Solo.** Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 3 dez. 2007.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALANTEJANO, Paulo R. R. As relações campo-cidade no Brasil no século XXI. Terra livre, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 25-39, jun./dez. 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas.** Brasília: Editora da UnB, 2011.

_____. **Autonomia e mobilização dos camponeses do Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 1988.

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 27., 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

ALVARENGA, Darlan. Concentração de renda cresce e brasileiros mais ricos superam 74 mil. G1. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/10/com-concentração-de-renda-cresce-brasileiros-mais-ricos-superam-74-mil.html>. Acesso em: 8 dez. 2018.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Os Gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **O colapso do governo Dilma e do PT no Brasil.** Herramienta, Buenos Aires, v. 57, 2015. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-57/o-colapso-do-governo-dilma-e-do-pt-no-brasil>. Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2015.

AQUINO, Maria J. S.; SANT'ANNA JÚNIOR, Horácio A. **Refinarias de petróleo e grupos sociais locais; lógicas confrontantes no Brasil e em Angola.** São Luís: EDUFMA, 2010.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da Terra:** uma análise da Colonização da PréAmazônia. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987. (Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária, n. 3).

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão:** o assentamento Califórnia como uma expressão. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BANCO Mundial. Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits? **Washington Capital**, 7 set. 2010. Disponível em: [siteresources.worldbank.org/ INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf](http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf). Acesso em: 10 mar. 2015).

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil:** lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: UEMA, 2006.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo:** elementos de história e questionamentos políticos. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores:** ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 2000.

BLOG FÁCIL. Disponível em: http://bacabeira-emfoco.blogfacil.net/Seu-primeiro-blog-b1/Biril-nao-menciona_terreno-de-Santa-Quiteria-em-Bacabeira-em-sua-declaracao-de-bens-b1-p336.htm. Acesso em: 20 jan. 2019.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** 2. ed. São Paulo: expressão Popular, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Jusnaturalismo e positivismo jurídico.** São Paulo: UNESP, 2016.

BORRAS JÚNIOR, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer; KAY, Cris; SPOOR, Max. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe:** visto desde una perspectiva internacional más amplia. FAO: Escritório Regional AL e Caribe. Santiago, 20 out. 2011 (Versão preliminar).

BORRAS JÚNIOR, Saturnino M. É impossível implementar a reforma redistributiva através de esquemas de transferência voluntária de terra com base no mercado? Evidências e lições da Filipinas. In.: CAPTURANDO a terra. [S. l.]: Expressão Popular, 2006.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e global. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileira de Meio Ambiente (IBAMA). Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/noticias/730-2019>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da terra**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccvil_03/Leis/L4504.htm. Acesso em: 4 fev. 2016.

BRASIL ESCOLA. Rompimento da barragem em Brumadinho. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biologia/rompimento-barragem-brumadinho.htm>2019. Acesso em: 17 mar. 2019.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Coord.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. Buenos Aires: Clacso, 2008. (No prelo).

CABRAL, Wagner C. **Do “Maranhão “novo” ao Maranhão do “novo tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, mimeo, 1997.

CARAJÁS: necessidades de treinamento de mão-de-obra em áreas de influência do programa grande carajás: Maranhão. São Luís: EDUFMA, 1990.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Sobre o “método marxiano para conhecimento do ser social”. **Revista Políticas Públicas**, jul./dez.,1995.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, trabalho e poder**: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio et al. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S. et al. **A agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 77-147.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral (Org.). **A terceira margem do rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: EDUFMA, 2009.

CARVALHO, Lucas Azevedo de. **Os dados sobre a violência “do campo” no Brasil**: análise crítica. Câmara dos Deputados, fev. 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Associação de Ensino e Pesquisa em serviço Social. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia, jun. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia, jun. 2018.

COMUNIDADE processando mandioca, povoado Salvaterra, Bacabeira-MA. Disponível em: http://forumcarajas.org.br/img/galeria/803_salva_terra.jpg. Acesso em: 20 nov. 2018.

COSTA, Nelson Nery. **Teoria e realidade da desobediência civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. 2014. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 20 nov. 2018.

DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo, Xamã, 2000.

DORNELLES, João Ricardo; PRONER, Carol. Breves reflexões sobre a conjuntura do golpe. Desafios para a esquerda brasileira. In: **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru, SP: Editora Práxis, 2016.

DOSSIÊ trabalho, crise e golpe no Brasil. **Revista Pegada**, v. 17, n. 1338, jul. 2016.

DURANS, Cláudia. **A inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho e questão social**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., jul. 2007.

ECO DEBATE. Comunidade quilombola denuncia governo do Maranhão e Petrobrás por ameaça de desalojamento. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/09/17/comunidade-quilombola-denuncia-governo-do-maranhao-e-petrobras-por-ameaca-de-desalojamento/>. Acesso em: 30 maio 2019.

EL PAÍS 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html. Acesso em: 8 dez. 2018.

FEITOSA, Raimundo M.; RIBEIRO, Évila B. Desenvolvimento industrial do Maranhão: ensaio sócio-econômico e histórico. In: CASTRO, Edna et al. (Org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A modernidade no campo e a luta dos Sem Terra. **Revista de Cultura Vozes**, n. 1, ano 90. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Unesp: São Paulo, 2010. p. 161-197.

FERNANDES, Bernardo M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas – o campesinato como sujeito político**. São Paulo: UNESP, 2009. v. 1. p. 171-200.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João Pedro. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 191-205.

_____. **Brava gente**. A Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Carlos Aparecido. Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais: o caso do Centro de Lançamento de Alcântara – Maranhão. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFMA, **Cadernos de Pesquisa**, n. 2, São Luís, 1997.

FERREIRA, Antonio José de A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Janete Aparecida. **O eterno ausente: estudo com migrantes sazonais**. São Paulo. 1992. Dissertação de (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

FIEMA. **20 anos de Lutas e vitórias**. São Luís, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ignição de motor provocou explosão de foguete, diz ministro. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u9883.shtml>22/08. Acesso em: 17 abr. 2018.

FORUM CARAJÁS. 2009. Disponível em: http://forumcarajas.org.br/img/galeria/803_salva_terra.jpg. Acesso em: 20 abr. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Ana Teresa Silva de. A judicialização dos movimentos sociais de luta pela terra: mediação do judiciário brasileiro, após a constituição Federal de 1988, nos conflitos agrários. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). **Direitos humanos: direitos de quem?**. Curitiba: Juruá, 2012.

FREUD, Sigmund. **Resistência e repressão (1937)**. Conferência XIX. Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise. 2. ed., 1987. vol. XVI, p. 346.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

GOMES, Oziel. **Lenin e a Revolução Russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GOOGLE MAPAS. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 20 jan. 2019.

GUEDES, Olegna de Souza. **Implicações da concepção neotomista de homem na gênese do Serviço social brasileiro, 1930/1940**. São Paulo: PUC, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

_____. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Escritos políticos**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPO DE ESTUDOS, PESQUISA E DEBATES EM SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO SOCIAL (GSERMS)/UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) – Grupo de Estudos vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. **Projeto de Pesquisa:** “Transformações Contemporâneas e Sistema de Controle Social nas Relações Campo e Cidade: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão”. São Luís, dez. 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Fase/Vozes, 1991.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital 1848-1875.** Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, F. M. **A dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos.** São Luís: IMESC, 2011.

_____. “Apresentação do Grupo de Economia”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO PROJETO MONITORAMENTO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA REFINARIA PREMIUM I, São Luís: UFMA/UEMA/ONU Habitat/Petrobras, 29 e 30 abr. 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Dialética e capitalismo:** Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1992.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** São Paulo: expressão Popular, 2007.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre a negação e reconhecimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ILHA NETO, Severo Francisco. Notas sobre a evolução da família agrária ocidental e sua desagregação na sociedade contemporânea. **Cadernos de Extensão Rural**, Santa Maria, v. 1, n. 15, p. 2-37, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Censo 2010 – População urbana e rural no Maranhão]**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. **[Censo de 2000]**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 jan. 2008.

_____. **[Extensão territorial do Maranhão]**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2016.

_____. **[Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios]**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 maio 2017.

_____. **Expectativa de vida sobe 3,4 anos em uma década**. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimentonet.net/artigos/p69.htm>. Acesso em: 22 out. 2011.

IMESC. Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da EF 232 – Balsas (MA) - Porto Franco (MA) Entroncamento com Ferrovia Norte - Sul (EF-151). V. 2 Estudo de Mercado, 2010.

JORNAL IMPARCIAL. Entrevistado: Fábio Sousa, superintendente de Fiscalização da Sema em 2019.

JORNAL O ESTADO. Entrevistado: Simplício Araújo, Secretário de Estado de Indústria e Comércio em 2016. Disponível em: <http://www.blogsoestado.com/danielmatos/2016/11/22/edeconsil-construira-siderurgica-com-capital-chines-em-terreno-que-abrigaria-refinaria-em-bacabeira/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

JORNAL PEQUENO. **Siderúrgica do Mearim vai gerar sete mil empregos no Maranhão**. São Luís do Maranhão, 16 out. 2007.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE MOVIMENTO SOCIAIS E TERRITORIALIDADES (LEMTO). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2018.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAMOSO, L. P. Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo. **Ge USP – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 718-736, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Sérgio P. e SAUER, Sérgio. **Expansión de agronegocios, mercado de tierras y extranjerización de la propiedad rural em Brasil**. Mundo Siglo XXI. Nº 26, vol. VII, Ciecás, México, dezembro de 2011, p. 43-63.

LENIN, Vladimir. A falência da Segunda Internacional. In: **A Questão do Partido**. Obras completas, vol.XXI. Divinópolis: Kairós,1978.

_____. **Lenin e a Revolução Russa**. Tradução de Oziel Gomes. São Paulo: Expressão popular,2006.

_____. **Obras Escolhidas em três tomos**. Lisboa/Moscou: Avante/Progresso,1977.

_____. Resumen de la ciência de la lógica de la doctrina del ser. In: OBRAS completas. Moscú: Progreso, 1986.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento e o psiquismo**. São Paulo: Moraes Ltda, 1978.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MORIEIRA, R. (Org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas**. Rio de Janeiro: Marx Limonad, 2004.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006. 176 p.

LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, Ma, ago. 2010.

LOSURDO, Dominico. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. São Paulo: Boitempo, 2015.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, n. 1, 1998.

_____. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: POR QUE gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem. **Revista Temas**, São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, 1978.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **Vida e obra**. Tradução de Isabel Loureiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento/Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Comissão Técnica de Implantação das Regiões de Planejamento e Potencialidades Econômicas do Estado do Maranhão. **Potencialidades Econômicas do Estado do Maranhão**. São Luís, Maranhão, 2008. p.11.

MARANHÃO. Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia 15 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.al.ma.gov.br/diario/arquivo/DIARIO23-08-11.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes: 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Não há Terra para Plantar neste Verão**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 75.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Introdução a crítica da economia política. In: CONTRIBUIÇÃO a crítica da economia política. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martins Claret, 2008.

_____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. III.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant'Ana. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [19-?]. v. 3.

MATHIAS, Meire; BRITO, Cassius. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. **Rebela**, v. 6, n. 2, maio/ago. 2016.

MATTOS NETO, Antonio José de Mattos. A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 97-118, dez. 2006.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro:** entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. São Luís: UFMA, 2006. Monografia de Graduação.

MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo: HUCITEC, 2004. 219 p. (Coleção Estudos Rurais).

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica da agricultura maranhense no período 1970 a 1995.** In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA E CIÊNCIA, Natal, 2009.

_____. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Org.). **Terras e territórios na Amazônia:** demandas, desafios e perspectivas. Brasília, DF: Editora da UnB, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A atualidade história da ofensiva socialista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: PARA além do capital. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A ordem sociometabólica do capital e o Estado em falência. In: A MONTANHA que devemos conquistar. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Filosofia, ideologia e Ciência Social.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **De arrendatários a proprietários:** formas de sociabilidade nos assentamentos rurais. São Luís: EDUFMA, 2010.

MOISÉS, José Álvaro. **Lições de liberdade e opressão:** o novo sindicalismo e a política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAIS, Marli A. F.; NASCIMENTO, Aline T. **O Maranhão nos trilhos do avanço? Um estudo das transformações espaço-temporais da indústria maranhense na sociedade capitalista do tempo flexível.** In: XXI Encontro do SEMIC, 21., São Luís, UFMA, 17 e 19 dez. 2009.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações:** o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. **Como viver em tempo de crise?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Ligas camponesas.** Brasília, DF, 1997. (Coleção Fazendo História, n. 4).

NIETZSCHE, Friedrich. **Fragmentos póstumos 1884-1885 volume VI**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção (Org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p. 159-180.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OSÓRIO, Jaime. **Crítica de la economía vulgar**. México: UAZ, 2004.

_____. **Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización**. Seminario REGGEN 2005. Disponível em: www.clacso.org. Acesso em: 20 jul. 2010.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, José Roberto. Terras e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (Org.). **Significados da terra**. Brasília, DF: Editora Universidad de Brasília, 2004.

PEREIRA, Rosalinda P. C. Rodrigues. A teoria da função social da população rural e seus reflexos na acepção clássica da propriedade. In: A QUESTÃO Agrária e a justiça, 2000.

PÉGUY, Charles. **Metafísiche, filosofia, religione e... “progresso” moderno**. 1 ed., Paris: Lecce, Pergola Monsavium, 1991. p. 111-213.

PENTEADO, Paulo Cesar M.; TORRES, Carlos Magno A. **Física**: ciência e tecnologia. São Paulo: Moderna, 2005.

PESSOA, Luisa. Propriedades de mais de mil hectares ocupam 45% da área rural do Brasil. **Folha de São Paulo**, 6 jan. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1571133-propriedadesde-mais-de-mil-hectares-ocupam-45-da-area-rural-do-brasil.shtml>. Acesso em: 8 dez. 2018.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. São Paulo: Editora Página aberta Ltda, 1995.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. 1985. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 25 jan. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil**. São Paulo: Revista Brasiliense, mar./abr. 1960.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

REIS, Rosalva de Jesus dos. **Bacabeira**: um cenário em transformação. Relatório Técnico Final apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa e desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA), referente ao Edital Universal 2013, São Luís, Ma, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Por uma rebeldia mundial?** Formação e Ação Territorial da Via Campesina no Brasil. Dissertação de mestrado, UNESP, Presidente Prudente, 2016.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos, s.n.t. 1995. (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANDOVAL, Marco Antônio Leite. **Breve histórico sobre a evolução do planejamento nacional de transportes**. Disponível em: www.dnit.gov. Acesso em: 29 nov. 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 649p.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Conflitos socioambientais no Maranhão**: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). Relatório Parcial do projeto de pesquisa e extensão “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão”. Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), UFMA, 2010.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. **Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras**: notas preliminares. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 112-121, jan./jun. 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). 2010.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, Karenina Fonseca. Desenvolvimento do maranhão e a refinaria Premium I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida e trabalho dos trabalhadores rurais de Bacabeira. Dissertação de Mestrado, UEMA, São Luís, 2014.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim. **Os atingidos por barragens do Complexo Energético Amador Aguiar**: reminiscências simbólico-afetivas de territórios alagados e as novas identidades territoriais no Assentamento Olhos D'água. Dissertação 82f. Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

SILVA, Rene Gonçalves Serafim; SILVA, V. de P. da. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia. **Soc. Nat.**, Uberlândia, v. 23, n. 3, dez. 2011.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2014.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. Edição bilíngüe Latim-Português. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 423p.

_____. **Tratado político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 140 p.

_____. **Tratado teológico-político**. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 2008. 520p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Conflictos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontifícia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso 15 jan. 2014.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana**. Maceió: Edufal, 2013.

_____. **Marxismo para o século XXI**. Ijuí: Unijuí, 2010.

TORREÃO, Marlene Corrêa. **Cooperativismo nos processos de organização política e econômica dos trabalhadores na luta contra a expropriação capitalista no campo**: a resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Maranhão. 2014. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

TRAVASSOS, Valdenice Verde Conceição. **Emancipação do Município de Bacabeira**. Monografia de Conclusão de Curso – História. Centro de Estudos Básicos – Universidade Federal do Maranhão, 1998.

_____. **Um olhar sobre Bacabeira/MA. Diagnóstico Socioeconômico**. Disponível em: www.fundacaoovale.org/pt-br/a-fundacao.../livreto_02_Bacabeira.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Departamento de História UFMA. Documentação Histórica de Bacabeira - MONITORAMENTO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA REFINARIA PREMIUM I (MA), outubro de 2011.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista junto aos trabalhadores rurais do povoado de Santa Quitéria e de Salva Terra.

OBJETIVO: Esta entrevista busca coletar informações junto as lideranças de trabalhadores rurais de Santa Quitéria e Salva Terra sobre as formas de organização e de resistência determinadas pelo anúncio e implantação de grandes projetos industriais em Bacabeira. Esta pesquisa é vinculada ao Programa de Pós Graduação Strictu Senso em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, cujo título da Tese é “ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO MARANHÃO: as particularidades dos povoados de Santa Quitéria e de Salva Terra no município de Bacabeira(2010-2018)”, sob a orientação da professora pós doutora Franci Gomes Cardoso e discente Karênina Fonseca Silva Sodré.

Informo ainda, que os dados coletados servirão exclusivamente para análise do trabalho acadêmico, ora proposto, e com publicação mediante a autorização prévia dos(as) entrevistados(as).

I – Identificação:

Nome: _____
 Idade: _____ Estado civil: _____
 Quantos filhos? _____ Mulheres: _____ Homens: _____
 Naturalidade: _____ Religião: _____

II – Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| ☐ Não alfabetizado | ☐ alfabetizado |
| ☐ Ensino fundamental incompleto | ☐ Ensino fundamental completo |
| ☐ Ensino Médio incompleto | ☐ Ensino médio completo |
| ☐ Ensino Superior Completo | ☐ Ensino Superior incompleto |

Profissão: _____ Há quanto tempo? _____

III – Organização política e produtiva:

- 1- Quantas famílias residem no povoado? _____
 - 2- Há quanto tempo reside no povoado? _____
 - 3- Por que veio para este povoado?(motivos) _____
- _____
- _____
- _____

4 - Alguém da sua família já foi embora do povoado? Por que foi?

5 - Qual a principal atividade produtiva da família?

6 - Todos trabalham?() Sim () Não () Alguns(especificar)

7- As condições de trabalho familiar e das relações no cotidiano vem se modificando após o anúncio e implantação de projetos industriais na região, a exemplo da Refinaria Premium I em 2010? Que tipo de mudança?

8 - Quais formas de organização existem em seu povoado e em Bacabeira:

- | | |
|-----------------------------|------------------------------|
| () Associação de Moradores | () Associação na Igreja |
| () Conselho da Escola | () Clube de Mães |
| () Associação Cultural | () Associação de Pescadores |
| () Sindicatos | |
| () Outros:_____ | |

9 - Como você participa dessas Associações?

10 - Existe articulação do povoado com outras Associações de Moradores na região, com outras instituições organizativas, Ongs, partidos políticos ou com a prefeitura para reivindicar melhorias para o povoado? Quais as formas?

11 - Como o poder local, representado pela prefeitura, tem se posicionado frente a essas mudanças? E em relação aos povoados que estão vivenciando a expulsão da terra?

12 - Como os trabalhadores rurais do município de Bacabeira se organizam na luta em face ao processo de implantação dos projetos industriais e expulsão da terra?

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
morador(a) do povoado de _____, estou ciente da pesquisa realizada pela discente Karênina Fonseca Silva, doutoranda do de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cujo título da Tese é **“ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS POR GRANDES PROJETOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO MARANHÃO**: as particularidades dos povoados de Santa Quitéria e de Salva Terra no município de Bacabeira(2010-2018)”. Nesses termos, autorizo a divulgação dos dados coletados a partir da entrevista realizada, para fins acadêmicos.

Entrevistado(a)

Data: _____

ANEXO A – ATA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA CIDADE DE
BACABEIRA - MARANHÃO

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA
RECIBO
EM: <u>29/10/18</u>
AS: <u>10:25</u> HORAS
<i>Marcilene R. Rabelo</i> Assessora do Funcionário

ERNESTO VIEIRA DE CARVALHO NETO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 271.522.006.300 e CPF nº 425.199.693-34, residente e domiciliado na BR 010, Centro, CEP 65.975-000, Estreito-MA, utilizando do direito que me garante a **Constituição Federal, no seu art. 5º, Inciso XXXIV, letra "a"**, vem mui respeitosamente expor e adiante requerer, o que abaixo se segue:

O Notificante figura como Litisconsorte Ativo nos autos da Ação de Reintegração de Posse (**processo nº 0000035-24.1998.8.10.0115**) em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Rosário-MA.

Na data de 19 de outubro de 2018 foi deferido o pedido de assistente litisconsorcial formulado pelo ora Notificante, integrando este no polo ativo da presente ação como litigante diverso do Autor Bacabeira Empreendimentos Ltda. Senão vejamos:

Ante o exposto, defiro o pedido de assistência litisconsorcial formulado por Ernesto Vieira de Carvalho Neto, devendo, portanto, ser considerado litigante diverso do assistido, no caso, o autor Bacabeira Empreendimentos, podendo praticar atos processuais sem subordinação à parte e devendo ser intimado das determinações judiciais proferidas nos autos. Tendo em vista a imutabilidade da sentença de mérito que julgou procedente a presente ação e determinou a reintegração de posse do autor na área, havendo trânsito em julgado do acórdão que negou provimento à apelação dos réus, mantendo a decisão atacada (fls. 131/135) desde o dia 14/01/2008 (fl. 136v), restando ainda pendente a fase de satisfação e ante o iminente risco de avanço da ocupação indevida da área por terceiros e considerando a grande extensão do terreno objeto da presente ação, determino a intimação do autor e do assistente litisconsorcial para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem

plano para a efetivação da sentença ou requererem as diligências que entenderem cabíveis. Cumpra-se. Após, determino a imediata conclusão dos autos. Rosário/MA, 19 de outubro de 2018 Karine Lopes de Castro Juíza de Direito Resp: 148049.

Ademais, verifica-se no trecho da decisão acima citada que houve sentença de mérito que julgou procedente a presente ação de reintegração de posse do Autor na área, havendo, inclusive trânsito em julgado de acórdão que negou provimento à apelação dos Réus, mantendo a decisão de reintegração de posse, desde o dia 14/01/2008.

Cabe ressaltar, por oportuno, que nos autos do processo nº 0002362-09.2016.8.10.0115, onde o ora Notificante figura como Autor, também existe decisão judicial, proibindo qualquer intervenção nos imóveis de matrículas nº 1.718, 1.719, 1.720 e 1.721.

Segue anexo fotos, cópia das matrículas dos imóveis e Ata Notarial como parte integrante da presente Notificação Extrajudicial.

DOS PEDIDOS

Pelo-exposto, requer de Vossa Excelência:

- 1- **A SUSPENSÃO IMEDIATA DE QUALQUER ATO DE PAVIMENTAÇÃO** pela Prefeitura Municipal de Bacabeira-MA, dentro das áreas objeto do litígio, sob pena de incorrer no crime de improbidade administrativa.
- 2- Que o município de Bacabeira-MA se abstenha de realizar qualquer negociação que envolva as áreas em litígio, sem a presença do ora Notificante, o Sr. **Ernesto Vieira de Carvalho Neto**, sob pena de nulidade.

Por fim, ressalta-se que o descumprimento dos termos desta Notificação, será encaminhado ao Ministério Público denúncia para apuração do crime de responsabilidade e improbidade administrativa.

Rosário (MA), 25 de outubro de 2018.

Nestes termos,
pede DEFERIMENTO.


ERNESTO VIEIRA DE CARVALHO NETO
Requerente

ANEXO B – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

 **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE "SANTA QUITÉRIA"**
Av. Brasil, S/N, Santa Quitéria - Bacabeira - MA. CEP: 6503-000
CNPJ: 03.507.517/0001-60 - Fundada em: 17/10/1999

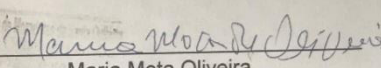
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação dos Moradores de Santa Quitéria. Convoca todos os seus associados para uma reunião de assembleia geral a ser realizada dia 02 de junho de 2018, às 08:00hs da manhã para tratar de assuntos da entidade.

Pontos e Assuntos da Assembleia:

- 1º) Informações Gerais;
- 2º) Planejamento para 2º Semestre;
- 3º) Regularização Fundiária.

De já agradece a diretoria.



Maria Mota Oliveira
Presidente

ANEXO C – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

BACABEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ 18.892.121/0001-50
 ROD. MA-402, KM 02, S/N, BACABEIRA/MA, CEP 65143-000

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Bacabeira/MA, 02 de agosto de 2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA/MA
 Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal

BACABEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.892.121/0001-50, situada na Rodovia MA-402, km 2, S/N, Povoado Santa Quitéria, Bacabeira/MA, CEP: 65.143-000, na pessoa de seu sócio administrador, Sr. Pedro Iram Pereira do Espírito Santo, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 90.003 SSP/TO, inscrito no CPF sob nº 001.949.303-78, residente e domiciliado na Praça Goiás, nº 15, Centro, Carolina/MA, CEP 65.980-000, por intermédio de seus procuradores que a esta subscrevem, com endereço profissional na Praça Goiás, nº 15, Centro, em Carolina/MA, CEP 65980-000.

Considerando que a Notificante é legítima Proprietária/Possuidora do imóvel urbano constituído de uma área de terra própria denominada **SÃO PAULO, SÃO RAIMUNDO E PERIZES**, com área de 88,2090 ha (oitenta e oito hectares, vinte ares e noventa centiares) e perímetro de 4.643,17 metros, registrado no Cartório Lucy Mary Costa Soares, Comarca de Rosário/MA – Serventia Extrajudicial de Bacabeira/MA, Registro de Imóveis, Registro Geral, sob a Matricula nº 1.719 Prot. 1.579, fls. 159F, Livro nº 1-A, Data – 23 de julho de 2014; e do imóvel urbano constituído de uma área de terra própria denominada **SÃO PAULO, SÃO RAIMUNDO E PERIZES**, com área de 51,8818 ha (cinquenta e um hectares, oitenta e oito ares e dezoito centiares) e perímetro de 3.287,96 metros, registrado no Cartório Lucy Mary Costa Soares, Comarca de Rosário/MA – Serventia Extrajudicial de Bacabeira/MA, Registro de Imóveis, Registro Geral, sob a Matricula nº 1.719 Prot. 1.580, fls. 159F, Livro nº 1-A, Data – 23 de julho de 2014;

Considerando a existência de construção de cerca de 15 moradias para realização de programa habitacional pela Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA nos imóveis supramencionados, sem a anuência da Notificante/Proprietária/Possuidora;

Vem, pela presente, notificar a Prefeitura Municipal de Bacabeira/MA, por meio de seu representante legal, para que se abstenha de continuar com as referidas construções das moradias nos imóveis supramencionados, bem como retire quaisquer materiais e/ou maquinários das áreas mencionadas.


PEDRO IRAM PEREIRA ESPIRITO SANTO
BACABEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABEIRA

RECIBO

EM: 02/08/18

ÀS: 10:15 HORAS


 Assinatura do Funcionário